



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

OS SURDOS E A LIBRAS NO CENÁRIO INVESTIGATIVO-CIENTÍFICO

**CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA - UFSC**

**TÚLIO ADRIANO ALVES GONTIJO
NEIVA DE AQUINO ALBRES
WHARLEY DOS SANTOS
VITÓRIA CRISTINA AMANCIO
(ORGANIZADORES)**



S961

Os Surdos e a Libras no Cenário Investigativo-Científico: Contribuições da Universidade Federal de Santa Catarina / Organizadores: Tulio Adriano Marques Alves Gontijo, Neiva de Aquino Albres, Wharley dos Santos, Vitória Cristina Amancio. - - Cuiabá-MT: Guará Editora, 2025.

ISBN 978-65-84310-03-2

1. Surdos. 2. Libras – Língua Brasileira de Sinais. 3. Educação Inclusiva Bilíngue. I. Gontijo, Tulio Adriano Marques Alves. II. Albres, Neiva de Aquino. III. Santos, Wharley dos. IV. Amancio, Vitória Cristina.

CDU 376:81'221.24

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Douglas Rios (CRB1/1610)

Todos os direitos desta edição pertencem exclusivamente aos organizadores e a Guará Editora.

É proibida a reprodução, no todo ou em parte, em qualquer tipo de mídia, sem autorização prévia por escrito da Editora.

Qualquer violação estará sujeita às sanções previstas em lei.

A Editora não se responsabiliza pelas opiniões expressas nesta obra.

OS SURDOS E A LIBRAS NO CENÁRIO INVESTIGATIVO-CIENTÍFICO

CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA - UFSC

**TÚLIO ADRIANO ALVES GONTIJO
NEIVA DE AQUINO ALBRES
WHARLEY DOS SANTOS
VITÓRIA CRISTINA AMANCIO**
(ORGANIZADORES)

Copyright © do texto 2025: Dos Organizadores
Copyright © da edição 2025: Guará Editora
Coordenação Editorial: Guará Editora
Revisão: Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Editoração: Gatil Comunicação & Marketing

Conselho Editorial

Dr. Jackson Antônio Lamounier Camargos Resende (UFMT)
Dr. Leandro Dênis Battirola (UFMT)
Dra. Taciana Mirna Sambrano (UFMT/IFMT)
Dra. Alexcina Oliveira Cirne (Unicap)
Dra. Jussivania de Carvalho Vieira Batista Pereira (UFMT/Seduc MT)
Dra. Mairy Aparecida Pereira Soares Ribeiro (UniGoias/ Seduc GO)
Dr. Jonatan Costa Gomes (ICEC)
Dra. Érica do Socorro Barbosa Reis (UFPA)
Dr. Tulio Adriano M. Alves Gontijo (UFJ)
Dra. Solange Maria de Barros (UFMT)
Dra. Caroline Oliveira Santos de Araújo (UNIVAG)
Dra. Sônia Marta de Oliveira (PUC Minas/ SGO-PBH)
Dra. Rosaline Rocha Lunardi (UFMT)
Dr. Fábio Henrique Baia (UniRV)
Dra. Hélia Vannucchi de Almeida Santos (UFMT)
Ma. Jessica da Graça Bastos Borges (UFMT)
Dra. Izabelly Correia dos Santos Brayner (UPE)
Ms. Douglas de Farias Rios (UNIVAG)
Dr. Lucas Eduardo Marques-Santos (UFCAT)
Dra. Caroline Pereira de Oliveira (UFMT)



GUARÁ EDITORA

www.guaraeditora.com.br/
contato@guaraeditora.com.br
WhatsApp (64) 99604-0121

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
--------------	---

EIXO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS LINGUÍSTICOS E EDUCAÇÃO DE SURDOS

OS DIREITOS LINGUÍSTICOS DAS COMUNIDADES SURDAS NOS ACÓRDÃOS DO TJSP: O QUE REVELAM SOBRE OS INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS?	11
---	----

Samuel dos Santos Silva Jesus

NARRATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SURDOS: VIVÊNCIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E INTÉRPRETES EDUCACIONAIS	24
---	----

Walquíria Peres de Amorim

Mairla Pereira Pires

Silvio Tavares Ferreira

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: O INTÉRPRETE EDUCACIONAL EM DOCUMENTOS OFICIAIS NO BRASIL	39
---	----

Elaine Aparecida de Oliveira da Silva

Carlos Magno Leonel Terrazas

EIXO 2 - ESTUDOS SOBRE INVESTIGAÇÃO EM TRADUÇÃO: METODOLOGIAS DE PESQUISA

PANORAMA NACIONAL DE PESQUISAS DE "TRADUÇÃO COMENTADA" DE OU PARA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO	54
--	----

Neiva de Aquino Albres

Shaiane Passos Santos de Oliveira

Lilyan Aparecida Vieira de Souza

Rita Daniely de Moura Silva

A "CRÍTICA DE TRADUÇÃO" COMO PESQUISA EM ESTUDOS SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	70
---	----

Neiva de Aquino Albres

Ariela Carloto da Silva

Camila Neves Petrópulos

Mariane de Paula Pordeus

EIXO 3 - TRADUÇÕES COMENTADAS

TRADUÇÃO COMENTADA DE UM EXCERTO DO LIVRO *O NOME DA ROSA*, DE UMBERTO ECO, DO PORTUGUÊS PARA LIBRAS _____ 91

Jairo Nunes de Oliveira Neto

Mariane de Paula Pordeus

Victor Hugo Lima Nazário

DO INGLÊS À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): O DESAFIO DE TRADUZIR O TEXTO *"I HAD A BLACK DOG: HIS NAME WAS DEPRESSION"* A PARTIR DE UMA TRADUÇÃO COMENTADA _____ 109

Saulo dos Santos Henrique

Aline Nunes de Sousa

ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA EM SAÚDE: ANÁLISE DA TRADUÇÃO COMENTADA DA CADERNETA DA GESTANTE (2022) EM LIBRAS _____ 126

Bárbara Helena da Silva

Aline Nunes de Sousa

EIXO 4 - PRÁTICAS INTERPRETATIVAS E TRADUTÓRIAS EM LIBRAS

O PROCESSO DE PREPARAÇÃO E A QUALIDADE NA INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS _____ 138

Monise Fiorentin Gomes

José Ednilson Gomes de Souza Júnior

UFSCACESSÍVEL: A IMPORTÂNCIA DO FEEDBACK NA TRADUÇÃO _____ 152

Neide Maria de Souza

Débora Campos Wanderley

ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO INTERLINGUÍSTICA E INTERMODAL DE RESUMOS ACADÊMICO: EXPERIÊNCIAS DO COMPREENDER PARA EXPOR O SURDO _____ 165

Sirlene de Carvalho Matos

Márcia Monteiro Carvalho

BOAS PRÁTICAS NA ELABORAÇÃO ARQUITETÔNICA DA TRADUÇÃO COMENTADA: ENTRE O GÊNERO ACADÊMICO-LITERÁRIO E O MÉTODO CIENTÍFICO _____ 180

Victor Hugo Lima Nazário

EIXO 5 - FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E IDENTIDADE DE TRADUTORES/INTÉRPRETES

**EGRESSOS E CONCLUINTE DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM TRADUÇÃO
E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E SUA CONTINUIDADE ACADÊMICA: ARTICULAÇÕES
COM A GRADUAÇÃO EM LETRAS-LIBRAS_____196**

Saionara Figueiredo Santos

**DO ESTÚDIO À URNA: A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS TRADUTORES/
INTÉRPRETES DE LIBRAS NOS DEBATES POLÍTICOS TELEVISIVOS_____218**

Wharley dos Santos

**MEMÓRIA, ORIENTAÇÃO E TRAJETÓRIAS FORMATIVAS: UM PANORAMA
DOS TCC DO BACHARELADO EM LETRAS LIBRAS DA UFSC (2011-2024)____247**

Vitória Cristina Amancio

Fernanda Christmann

Carlos Henrique Rodrigues

SOBRE OS ORGANIZADORES_____266

AUTORAS E AUTORES_____267

APRESENTAÇÃO

A Obra **Os Surdos e a Libras no cenário investigativo-científico: Contribuições da Universidade Federal de Santa Catarina** reúne pesquisas que articulam surdez, Libras, direitos linguísticos e estudos da tradução e da interpretação a partir de diferentes recortes teóricos e metodológicos. Organizado em cinco eixos temáticos, o livro oferece um panorama consistente de investigações que dialogam com políticas públicas, educação de surdos, metodologias de pesquisa em tradução, traduções comentadas e crítica da tradução, práticas tradutórias e interpretativas e formação profissional de tradutores e intérpretes de Libras–Português. O conjunto dos capítulos evidencia a consolidação de um campo acadêmico que integra produção científica, prática profissional e compromisso com a acessibilidade linguística.

No **Eixo 1 — Políticas Públicas, Direitos Linguísticos e Educação de Surdos** reúne estudos que analisam a presença dos direitos linguísticos das comunidades surdas no campo jurídico e educacional. Os capítulos discutem como decisões judiciais, narrativas educacionais e documentos oficiais tratam a garantia de acesso linguístico e educacional, como o papel de professores de Libras e intérpretes educacionais. O eixo evidencia tanto avanços normativos quanto lacunas institucionais, destacando a necessidade de precisão terminológica, políticas consistentes e reconhecimento do intérprete como agente de direito e não apenas recurso técnico.

Já o **Eixo 2 — Estudos sobre investigação em Tradução: metodologias de pesquisa** concentra-se na fundamentação metodológica dos estudos tradutórios envolvendo a Libras. Os capítulos mapeiam o cenário nacional de pesquisas em tradução comentada na pós-graduação e discutem a crítica de tradução como procedimento científico. O eixo contribui para o amadurecimento metodológico da área ao sistematizar abordagens, categorias analíticas e modelos de investigação aplicáveis às línguas de sinais.

O **Eixo 3 — Traduções Comentadas** apresenta estudos aplicados que descrevem, analisam e justificam decisões tradutórias em diferentes gêneros e domínios, incluindo literatura, saúde e divulgação temática. Os capítulos documentam processos de tradução para Libras a partir de textos em português e inglês, explicitando problemas, escolhas linguísticas e estratégias intermodais. O eixo demonstra o valor da tradução comentada como método de pesquisa e como instrumento de transparência e qualificação da prática tradutória.

Intitulado **Práticas Interpretativas e Tradutórias em Libras — Eixo 4**, reúne trabalhos voltados à qualidade, aos processos e às estratégias de tradução e interpretação. Os capítulos abordam preparação interpretativa, uso de feedback, tradução de resumos acadêmicos, modelagem metodológica e parâmetros de boas práticas. O eixo enfatiza a dimensão processual do trabalho tradutório-interpretativo e propõe referenciais técnicos para aprimoramento profissional e científico.

Por fim o **Eixo 5 — Formação, Atuação e Identidade de Tradutores/Intérpretes** focaliza trajetórias formativas, inserção profissional e construção de identidade na área de tradução e interpretação de Libras. Os estudos analisam percursos de egressos, articulações entre formação técnica e graduação, atuação em contextos midiáticos e produção acadêmica em cursos de Letras-Libras. O eixo evidencia a consolidação de uma comunidade profissional em expansão e a importância de políticas formativas estruturadas para o fortalecimento do campo.

Em conjunto, os cinco eixos configuram uma contribuição integrada para os estudos da Libras, da tradução e da interpretação, oferecendo base teórica, metodológica e aplicada para pesquisadores, docentes e profissionais. Desejamos à todas as pessoas uma boa leitura.

Os organizadores



EIXO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS
LINGUÍSTICOS E EDUCAÇÃO
DE SURDOS

OS DIREITOS LINGÜÍSTICOS DAS COMUNIDADES SURDAS NOS ACÓRDÃOS DO TJSP

O QUE REVELAM SOBRE OS INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS?

Samuel dos Santos Silva Jesus¹

INTRODUÇÃO

Os direitos linguísticos vêm sendo discutidos por diversos autores como um direito humano (Skutnabb-Kangas, 2019). Esse direito humano preza pela dignidade da pessoa humana de grupos linguisticamente minoritarizados, buscando direitos que respeitam a sua língua e o seu modo de viver em sociedade. Esse objeto de pesquisa é constituído no cenário brasileiro pelo campo do Direito Linguístico, o qual para Ricardo Abreu (2020) não se restringe ao reconhecimento formal das línguas, mas na conjuntura de esforços que exigem políticas concretas que visam a garantir às comunidades minorizadas o uso pleno de sua língua nos espaços públicos e institucionais. Entre esses grupos, as comunidades surdas têm reivindicado direitos pelos quais são dignos de serem assegurados, respeitados e promovidos, como o direito de comunicar-se em Libras, a Língua Brasileira de Sinais.

A partir dessas perspectivas que o presente estudo se firma, ao identificar a necessidade de assegurar a dignidade e participação das comunidades surdas no poder judiciário de São Paulo. Nesse espaço, a presença do tradutor e intérprete de Libras-Português deixa de ser apenas um recurso técnico de acessibilidade, constituindo-se como um profissional provedor de direitos linguísticos para que a pessoa surda seja compreendida, a compreenda, participe e exerça seus direitos de maneira plena no processo judicial.

¹ Advogado (Licenciado). Professor. Tradutor e Intérprete de Libras-Português. Mestrando em Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - PGET na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: samuel_santos4@outlook.com.

Dessa forma, a pesquisa buscou responder à seguinte questão: de que maneira os direitos linguísticos das comunidades surdas, com destaque para a atuação dos intérpretes de Libras–Português, são representados nos acórdãos do TJSP? Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa e documental, com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), por meio do qual embasou a sistematização e a análise dos dados extraídos nos acórdãos.

O levantamento documental foi realizado entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025, período em que se identificaram dez acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) contendo a expressão “intérprete de Libras”. Esses documentos foram reunidos em um banco de dados próprio e, posteriormente, submetidos à análise qualitativa. Para orientar a investigação, definiram-se três eixos de análise: (i) os direitos linguísticos das pessoas surdas; (ii) os direitos dos intérpretes de Libras–Português; e (iii) a terminologia empregada pelo tribunal para se referir tanto aos intérpretes quanto às pessoas surdas.

A opção por essa abordagem justifica-se pela natureza do material analisado e pela necessidade de examinar seus enunciados de modo crítico, revelando tanto os avanços quanto às lacunas na promoção dos direitos linguísticos no âmbito do tribunal estadual paulista.

O TJSP representa uma das cortes mais relevantes do país em razão do volume e da complexidade de seus processos, revela-se um espaço importante de investigação dos direitos linguísticos, sobretudo das comunidades surdas. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar os direitos linguísticos das comunidades surdas nos acórdãos do TJSP ao retratar a figura do intérprete de Libras–Português. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) compreender o gênero textual acórdão; (ii) mapear a prática do tribunal na promoção e garantia de direitos linguísticos das comunidades surdas; e (iii) examinar como a forma de tratamento e as escolhas terminológicas nos acórdãos podem impactar a atuação dos intérpretes no contexto jurídico.

Por fim, a justificativa desta pesquisa assenta-se na incipiência de estudos interdisciplinares sobre direito linguístico e os estudos da interpretação, bem como no desconhecimento, por parte do Judiciário, das especificidades terminológicas e práticas relacionadas às comunidades surdas. Além disso, compreender como o TJSP reconhece e aplica os direitos linguísticos permite não apenas identificar as jurisprudências acerca das comunidades surdas, mas também oferecer subsídios para a profissionalização e valorização da atuação do intérprete de Libras–Português no contexto jurídico.

O presente estudo se estrutura em duas partes. A primeira desenvolve a base teórica sobre o Direito Linguístico e sua articulação com a proteção das comunidades surdas no Brasil a partir de suas fontes, dialogando com Abreu (2020)

e Skutnabb-Kangas (2019). Além de abordar o reconhecimento jurídico da Libras (Lei nº 10.436/2002) e da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras-Português (Leis nº 12.319/2010 e 14.704/2023), também se discute o papel do gênero textual acórdão como instrumento que reflete a concretização da judicialização dos direitos linguísticos articulando-os aos Estudos da Interpretação. A segunda parte apresenta a metodologia documental e qualitativa adotada, descrevendo o processo de seleção e análise dos dez acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e organizando os resultados em três eixos: (i) direitos linguísticos das pessoas surdas; (ii) direitos dos intérpretes; e (iii) terminologias utilizadas pelo tribunal. Por fim, as considerações finais retomam a questão orientadora e sintetizam como a jurisprudência do TJSP tem representado os direitos linguísticos das comunidades surdas, apontando desafios e indicando caminhos para pesquisas futuras.

O ACÓRDÃO COMO ESPELHO DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS E OS REFLEXOS AOS INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS

O campo do Direito Linguístico, conforme Abreu (2020), emerge como uma necessidade da sociedade contemporânea diante da diversidade linguística dos grupos de línguas minoritárias que persistem no cenário atual. Trata-se de um ramo interdisciplinar, que busca assegurar a efetiva proteção, promoção e assecuração dos direitos das comunidades linguísticas, em especial aquelas minoritárias, frente a processos históricos de marginalização, como o caso das comunidades surdas.

Em sua formulação moderna, o conceito dialoga com a noção de direitos humanos, na medida em que a língua é entendida como um elemento constitutivo da identidade cultural e do exercício da cidadania (Skutnabb-Kangas, 2019). Assim, o campo do Direito Linguístico não se limita a normatizar o uso de línguas oficiais, mas se estende à garantia do acesso à justiça, à educação, à informação e à participação política em condições de igualdade e oportunidades. Esse panorama mais amplo permite compreender que, ao observar a situação das comunidades surdas no Brasil, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de expressão e comunicação das pessoas surdas (Lei nº 10.436/2002) representa um marco, mas ainda insuficiente diante dos desafios cotidianos de efetivação dos seus direitos linguísticos.

Nesse sentido, a análise dos direitos linguísticos se torna fundamental para esta pesquisa, especialmente no que concerne às comunidades surdas no âmbito das jurisprudências – que no presente estudo se concentrará na análise

do gênero textual acórdão. Não por acaso, Abreu (2020, p. 180) ressalta que “o conjunto de decisões dos tribunais que dão fim aos processos judiciais que têm nos aspectos linguísticos o seu objeto primário ou incidental é instrumento indispensável no processo de interpretação e renovação hermenêutica das normas de Direito Linguístico”. Essa reflexão evidencia que os acórdãos, ao formalizarem entendimentos jurídicos, funcionam como dispositivos capazes de reafirmar ou de redefinir os direitos linguísticos em contextos concretos.

Partindo dessa perspectiva, observa-se que o estudo do gênero textual acórdão como garantidor dos direitos linguísticos das comunidades surdas revela precedentes importantes para a atuação dos intérpretes de Libras-Português. Entretanto, como destacam Goulart e Santos (2021), esses profissionais, em grande parte devido à ausência de discussões consistentes durante a formação, ainda encontram dificuldades para lidar com os desafios impostos pelas demandas judiciais e os gêneros textuais jurídicos. Segundo as autoras, os intérpretes relatam frequentemente insegurança tradutória e interpretativa ao aceitar a responsabilidade de atuar em audiências, além de apontarem a carência de formação voltada a contextos especializados. Tal diagnóstico reforça a necessidade de um olhar mais atento para a preparação desses profissionais, sobretudo quando sua atuação está diretamente vinculada à garantia de direitos fundamentais.

Essa lacuna formativa é agravada pelo fato de que temas essenciais, como segurança interpretativa, não são devidamente abordados nos cursos de formação de intérpretes. Sobre isso, Goulart e Santos (2021) ressaltam que a responsabilidade pela profissionalização não recai exclusivamente sobre os intérpretes, mas envolve igualmente as instituições acadêmicas, as entidades representativas da categoria e o próprio Poder Judiciário, que pode desempenhar papel relevante ao fomentar iniciativas de qualificação e aprimoramento profissional. Dessa forma, a articulação entre esses agentes é indispensável para que se fortaleça o exercício profissional dos intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico.

Nessa mesma direção, Sousa (2023, p. 47) observa que “um desafio para o formador de intérpretes e, também, de tradutores de Libras-Português é oportunizar a esses estudantes o contato com novas práticas”. E as novas práticas propostas pela autora dialogam diretamente com a proposta desta pesquisa, uma vez que a análise do acórdão como gênero textual jurídico pode proporcionar aos intérpretes de Libras-Português contato com novas práticas e específicas do contexto jurídico. Além de evidenciar os direitos linguísticos das comunidades surdas, os direitos dos intérpretes de Libras-Português e as representações desses profissionais pelo poder judiciário paulista.

O acórdão, espécie do gênero textual jurídico de ato decisório, segundo José Rogério Tucci (1997), é pronunciado por um órgão colegiado superior, de segundo grau, nas causas de sua competência originária ou em sede recursal, conforme as formas previstas nas legislações processuais. Essa concepção é corroborada pelo Código de Processo Civil de 2015, cujo artigo 204 prevê que o acórdão constitui julgamento colegiado proferido por um tribunal. Essa definição normativa contribui para delimitar a relevância do acórdão enquanto documento que não apenas expressa a decisão judicial, mas também sustenta a materialização dos direitos linguísticos no judiciário brasileiro.

Assim, a estrutura de um acórdão é composta pela ementa (onde se apresenta um resumo do conteúdo da decisão colegiada), o relatório (a exposição dos fatos de todo o protestado até o julgamento pelo tribunal) e os votos do relator e dos julgadores (a fundamentações jurídicas para que os julgadores pudessem chegar às conclusões do julgamento) e, por fim, o dispositivo que significa o resultado final do julgamento pelo órgão colegiado.

Considerando que os acórdãos são documentos proferidos por órgãos colegiados em sede recursal, os quais representam manifestações jurisprudenciais de relevância e alcance nacional, sua investigação revela não apenas entendimentos jurídicos, mas também posicionamentos institucionais que afetam diretamente os direitos linguísticos das comunidades surdas e o conhecimento desse gênero.

Diante disso, os conteúdos dos acórdãos espelham como o Tribunal de Justiça de São Paulo vem decidindo as demandas da judicialização de direitos linguísticos. Assim, a análise desse gênero textual atua como um verdadeiro espelho ao revelar como o papel dos intérpretes de Libras-Português vêm sendo retratado nos documentos jurídicos. Evidencia-se, assim, a tensão entre o reconhecimento jurídico da Libras como meio legítimo de comunicação (Lei nº 10.436/2002) e da profissão de tradutor e intérprete (Lei nº 12.319/2010, atualizada pela Lei nº 14.704/2023) com os desafios ainda presentes para efetivar essas garantias no sistema de justiça, sobretudo no pleno reconhecimento dos direitos linguísticos das pessoas surdas.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo se desenvolveu a partir de um recorte da dissertação de mestrado em andamento que está sendo desenvolvida na Pós-graduação em Estudos da Tradução - PGET da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Dessa forma, a presente pesquisa caracterizou-se como documental, de abordagem qualitativa, com a coleta e análise de 10 acórdãos do Tribunal

de Justiça de São Paulo (TJSP). As análises desses acórdãos foram influenciadas a partir dos ensinamentos de Bardin (1977), o qual permite uma exploração sistemática para a identificação de padrões, significados e temas correlacionados na abordagem do conteúdo do acórdão.

Para isso, o caminho metodológico percorrido consiste na aba de jurisprudências da plataforma virtual deste tribunal, o qual pode ser acessado pelo link <https://www.tjsp.jus.br/>. Assim, a palavra-chave escolhida foi “Intérprete de Libras” como estratégia de delimitação do termo de pesquisa, dos quais gerou um resultado de 160 acórdãos. O levantamento desses documentos foi realizado no período de setembro de 2024 a fevereiro de 2025. Dentre esses achados foram selecionadas 10 decisões judiciais e agrupadas em um banco de dados da plataforma Drive para a sistematização e análise dos direitos linguísticos das comunidades surdas.

Os acórdãos selecionados foram os de números:

- (1) 0125746-29.2010.8.26.0000;
- (2) 0092041-40.2010.8.26.0000;
- (3) 0547123-88.2010.8.26.0000;
- (4) 1007173-68.2021.8.26.0278;
- (5) 2213307-03.2023.8.26.0000;
- (6) 2298800-45.2023.8.26.0000;
- (7) 2294002-41.2023.8.26.0000;
- (8) 0006396-02.2023.8.26.0482;
- (9) 2052364-75.2024.8.26.0000;
- (10) 2072414-25.2024.8.26.0000.

Dessa forma, a investigação concentrou-se em três eixos principais: (i) os direitos linguísticos das pessoas surdas; (ii) os direitos dos intérpretes de Libras-Português; e (iii) a terminologia empregada nos acórdãos para designar tanto o profissional intérprete quanto as pessoas surdas.

ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

No acórdão (1) 0125746-29.2010.8.26.0000, tratou do direito à educação, o Tribunal manteve a obrigação de garantir o intérprete de Libras-Português em sala de aula, assegurando a educação bilíngue. Foram utilizadas as expressões “intérprete de Libras” e “deficientes auditivos”. Embora a decisão assegure

a comunicação, o direito à educação bilíngue, a terminologia empregada ainda carrega valores pejorativos de uma visão clínica, confundindo a educação bilíngue de pessoas surdas, com a educação inclusiva.

E isso mostra como o reconhecimento formal de um direito linguístico para as comunidades surdas vem acompanhado de uma adequação e análise da época histórica, diante do qual naquele período, em 2010, ainda o processo de educação bilíngue estava sendo reforçado. Como as contribuições de Carvalho e Filho (2024) retratam a análise de que, a partir da Lei 14.191/2021, a LDB/1996 sofre alterações para a implementação da modalidade de educação bilíngue de surdos, prezando por assegurar a qualidade do ensino aos alunos surdos com professores bilíngues e capacitados na Libras e no português. Por isso, no presente momento, na educação inclusiva seria garantida a presença do intérprete de Libras-Português para os alunos surdos e na educação bilíngue o ensino seria ministrado por professores capacitados na Libras e no Português.

Nessa mesma linha, o acórdão (2) 0092041-40.2010.8.26.0000 também retrata sobre o direito linguístico na área da educação, por meio do qual o órgão colegiado se manteve na obrigação de disponibilizar intérpretes Libras-Português para os “deficientes auditivos” nas escolas do município de Bauru. Nessa decisão, os direitos linguísticos das pessoas surdas quanto ao direito ao intérprete e a interpretação foram respeitados, mas a decisão não discutiu a formação e a valorização desses intérpretes, deixando evidente uma lacuna estrutural na efetivação do direito da categoria profissional de intérprete de Libras e nas terminologias empregadas para as comunidades surdas.

Ainda no contexto educacional, no acórdão (3) 0547123-88.2010.8.26.0000, o órgão colegiado obrigou o Estado a fornecer intérprete de Libras-Português para um “estudante com surdez severa”. As expressões usadas foram “intérprete de LIBRAS” e “portador de severa deficiência auditiva”. Desse julgado pode-se identificar que o direito à educação inclusiva permanece para as comunidades surdas, mas ainda revela o desconhecimento de terminologias adequadas, e valorização dos direitos dos intérpretes de Libras-Português.

Em outra perspectiva, o acórdão (4) 1007173-68.2021.8.26.0278 decidiu um caso sobre a responsabilidade civil por danos morais, onde o Tribunal manteve a condenação do Estado por não garantir intérprete durante uma prisão em flagrante e na audiência de custódia. Dessa decisão extrai-se o reconhecimento ao direito à comunicação e à isonomia de forma explícita e assegurada, garantindo um direito linguístico das pessoas surdas, contudo ainda apresenta uma falha no uso do termo “surdo-mudo” onde pode evidenciar que ainda persistem na linguagem jurídica visões clínicas estereotipadas.

No acórdão (5) 2213307-03.2023.8.26.0000, retratando um caso criminal, ocorreu um *habeas corpus* por homicídio onde a ordem foi denegada. Apesar disso, foi destacado que os pais do paciente, “deficientes auditivos”, dependiam dele como intérprete, evidenciando indiretamente a necessidade de suporte linguístico pelos pais. No entanto, não houve reconhecimento formal do direito de um intérprete de Libras-Português, reforçando sua invisibilização e categorizando como um mero suporte linguístico ofertado por seus familiares e não por intérpretes qualificados para esse exercício profissional.

Em contrapartida, o acórdão (6) 2298800-45.2023.8.26.0000 reconheceu o direito à presença do intérprete de Libras em concurso público a fim de se garantir a isonomia entre os candidatos. Com o uso das Terminologias “intérprete de Libras” e “deficiência auditiva neurosensorial profunda” e a ausência de menções ou garantia dos direitos profissionais do intérprete de Libras a ser disponibilizado no concurso público, demonstra a crescente luta pelo direito ao intérprete e o direito à interpretação por parte das comunidades surdas.

Nesse sentido, no acórdão (7) 2294002-41.2023.8.26.0000, que retrata sobre o contexto da educação, o recurso foi provido parcialmente, assegurando o intérprete em sala de aula para os alunos surdos, mas sem acolher integralmente o pedido de indenização pelo tempo em que não fora concedido a presença desse profissional. Desse ponto, identifica-se que o direito linguístico foi reconhecido, embora limitado na reparação completa de indenização pela não oferta de um direito humano até o momento da concessão, contudo, demonstra-se grandes avanços do direito linguístico ao se reconhecer o direito ao intérprete.

No acórdão (8) 0006396-02.2023.8.26.0482, que envolvia um crime de roubo, a vítima, “surda-muda”, teve de se comunicar por escrito, sem a presença do intérprete de Libras-Português. Assim, o direito linguístico das comunidades surdas foi desrespeitado e não foi garantido pelo tribunal superior, ao mostrar que a ausência de “tradução de um intérprete de Libras” não comprometeu o desenrolar do processo. Nesse ponto ao retratar visões clínicas e o desrespeito aos direitos humanos, sem a garantia do direito ao intérprete e a interpretação, ocorreu uma violação linguística por parte do judiciário paulista ao invisibilizar o profissional e os direitos humanos linguísticos das pessoas surdas, independentemente do desfecho processual os direitos servem para serem respeitado e garantido.

Nessa mesma linha, no processo (9) 2052364-75.2024.8.26.0000, fora da seara criminal e em uma ação de cobrança e indenização, o recurso não foi conhecido, pois a audiência sem a presença do “intérprete em linguagem de sinais” já havia ocorrido. Nesse caso, o direito ao intérprete e ao acesso à justiça foi reconhecido no pedido, mas não apreciado, isso implica em demonstrar e impedir que os direitos linguísticos sejam efetivamente garantidos na praxe

judiciária. O que pode evidenciar, para as comunidades surdas, uma negação dos direitos linguísticos, sem qualquer participação real da pessoa surda por estar representada por advogado nos atos judiciais, o que pode ocasionar invisibilização dessas comunidades nas políticas institucionais e o seu direito de ser ouvido.

Por fim, no processo (10) 2072414-25.2024.8.26.0000, em um caso criminal, um *habeas corpus* por tráfico de drogas, a ordem foi denegada, uma vez que, neste caso, a pessoa surda não teve intérprete na delegacia nem na audiência de custódia, e o tribunal entendeu que isso seria uma violação do seu direito de compreensão dos atos processuais. Dessa forma, este caso evidencia que há uma relativização dos direitos linguísticos das pessoas surdas; ora em momentos se reconhece que a representação de um advogado pode suprir um profissional intérprete, ora que o intérprete é um direito fundamental para a parte compreender os atos processuais.

Diante desse conjunto de decisões do TJSP, mostram-se incoerências, inconsistências e reconhecimentos na proteção dos direitos linguísticos das pessoas surdas, prioritariamente no contexto do direito à educação e no direito ao acesso à justiça. Dessa inconsistência terminológica, pode-se inferir que ocorre uma invisibilidade dos intérpretes de Libras-Português e o reconhecimento de seus direitos enquanto uma categoria profissional como qualquer outra. Bem como de termos como “surdo-mudo” ou “deficiente auditivo” refletem concepções clínicas, de um movimento passado, enquanto a presença dos intérpretes de Libras-Português, quando reconhecida, ainda não é tratada como um direito humano e fundamental, mas sim como um instrumento de acessibilidade. Assim, mesmo com avanços, há a necessidade de padronização e valorização dos direitos linguísticos das comunidades surdas.

Diante de tais dados, a pesquisa foi norteadada pelo conhecimento do gênero textual acórdão para a resolução da seguinte pergunta norteadora: “de que maneira os direitos linguísticos das comunidades surdas, com destaque para a atuação dos intérpretes de Libras-Português, são representados nos acórdãos do TJSP?” Os resultados aglomerados nos três eixos de análises indicam que no primeiro eixo, os direitos linguísticos das comunidades surdas de forma específica para essa comunidade que foram reconhecidos foram o direito à comunicação, direito ao intérprete, direito ao intérprete de libras, direito à interpretação, o direito à nomeação do intérprete de Libras, direito ao profissional habilitado, direito à educação bilíngue, além de outros direitos humanos, como o acesso à justiça e o direito à educação, que são direitos inerentes a todos os seres humanos.

No que toca ao segundo eixo, quanto aos direitos dos intérpretes de Libras-Português, nota-se o direito à nomeação e o direito do profissional habilitado.

Nos dados analisados mostra-se uma lacuna no que tange os direitos dos intérpretes de Libras-Português de forma explícita, onde tangencialmente podemos considerar que esses profissionais se encontram em uma categoria profissional que devem ser assegurados os seus direitos ao longo da busca por direitos linguísticos das comunidades. E esse advento se denota na busca pela qualificação profissional, de nomear um intérprete capacitado com habilidades inerentes ao contexto jurídico e ao nomear no processo demonstrar quais os direitos que esse profissional terá respeitado (a título de exemplo, do direito à remuneração e direito à condições mínimas de trabalho).

Dessa forma, podemos elencar que essa lacuna em demonstrar os direitos adquiridos pelo intérprete de Libras-Português ao longo do processo judicial e na decisão colegiada implica na negação do direito ao reconhecimento profissional. Uma vez que o direito ao reconhecimento profissional poderia implicar em uma valorização do profissional intérprete de Libras-Português como provedor de direitos linguísticos no poder judiciário, oferecendo condições dignas de trabalho.

Por fim, da análise do terceiro eixo mostra-se que os intérpretes de Libras nos acórdãos são representados de forma a nomearam com diferentes nomenclaturas, dentre elas “intérprete de libras”, “intérprete educacional de LIBRAS/Português”, “intérprete em libras”. Esses achados não revelam somente inconsistências terminológicas, mas revelam como o poder judiciário compreende o profissional intérprete, desconhecendo sua atuação, nomenclatura e profissão. A denominação adequada é ‘Tradutor e Intérprete de Libras-Português’, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.626/2005. Essa nomenclatura abrange os profissionais que realizam atividades de tradução e de interpretação ao longo do processo judicial, reconhecendo que, a depender do contexto, o exercício profissional pode exigir predominantemente uma das funções ou a conjugação de ambas as tarefas.

Nessa mesma linha, encontra-se a representação das comunidades surdas nos acórdãos do TJSP, nomeando como “deficiente auditiva”, “surda-muda”, “mudo”, mas dentre os acórdãos analisados nenhuma terminologia referencia o termo apropriado “surdo”. Considerando que as pessoas surdas que participam do processo judicial possuem identidade própria, a ausência de uma denominação adequada pode resultar na invisibilização das comunidades surdas, no apagamento de sua história e na desvalorização de sua luta por uma terminologia que represente sua diversidade, sua cultura, sua língua e sua identidade.

Desses três eixos, demonstra-se nos acórdãos do TJSP que os direitos linguísticos das comunidades surdas vêm sendo reconhecidos paulatinamente ao longo dos anos, com ainda evidências de inconsistências nas terminologias e garantias de direitos para as comunidades surdas. Especialmente no que tange

aos direitos dos intérpretes de libras, onde a jurisprudência, ainda de forma tímida e por motivos que precisa de uma outra análise e pesquisa se mostra de forma escassa. Dessas evidências pode-se refletir que o poder judiciário poderia adotar políticas institucionais mais consistentes sobre os direitos linguísticos das comunidades surdas demonstrando um vínculo de pertencimento e inclusão dessas comunidades no judiciário paulista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises neste trabalho, pode-se responder à pergunta norteadora: de que maneira que os direitos linguísticos das comunidades surdas, com destaque para a atuação dos intérpretes de Libras-Português, são representados nos acórdãos do TJSP por avanços formais no reconhecimento de direitos. Entretanto, os resultados revelam que, no gênero textual acórdão, ainda permanecem lacunas relacionadas ao desconhecimento terminológico e conceitual acerca do intérprete de Libras-Português e das próprias comunidades surdas, uma vez que o emprego de termos como “surdo-mudo” e “deficiente auditivo” evidencia a reprodução de perspectivas patologizantes, em contraposição às reivindicações das comunidades surdas, que, nos últimos anos, têm buscado reconhecimento a partir de enfoques sociais. Para além disso, esses dados podem implicar que, embora a presença desse profissional esteja sendo formalmente assegurada em alguns casos, o seu papel ainda é, muitas vezes, tratado como mero instrumento de acessibilidade, o que pode vir a comprometer a plena efetivação dos direitos humanos das comunidades surdas, como o direito à comunicação, ao acesso à justiça, e à educação.

Essa constatação pôde ser evidenciada pela falta de consistência e uniformidade na jurisprudência sobre os direitos linguísticos das comunidades surdas, que ainda carecem de práticas consolidadas sobre suas identidades, nomenclaturas e reconhecimento da autonomia da vontade para a escolha de sua comunicação. Esses resultados indicam que a profissionalização dos intérpretes é central não apenas para a qualidade da interpretação, mas para a própria assecuração, promoção e garantia dos direitos das pessoas surdas.

Sugere-se para futuras pesquisas o esquadramento sobre o conhecimento dos gêneros textuais jurídicos e a carência de formação específica dos profissionais intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico, bem como a participação efetiva das comunidades surdas enquanto profissionais intérpretes que promovem os direitos humanos.

Além disso, a terminologia adotada nos acórdãos pode evidenciar como a instituição do poder judiciário possui percepções que podem reforçar estigmas e invisibilizar as comunidades surdas. Dessa forma, revela-se a relevância de um diálogo interdisciplinar entre o campo do Direito e os Estudos da Interpretação de modo a desenvolver pesquisas que compartilhem os desafios enfrentados pelas comunidades surdas no contexto jurídico. Espera-se que novas pesquisas se dediquem a compreender como outros campos percebem a atuação do Tradutor e Intérprete de Libras-Português e avancem na superação das lacunas ainda existentes — especialmente no âmbito jurídico — de modo a fortalecer a promoção dos direitos linguísticos.

Posto isso, embora possa-se identificar avanços na judicialização dos direitos linguísticos das pessoas surdas no TJSP, um tribunal de grande relevância nos posicionamentos jurídicos brasileiros, ainda precisa-se avançar no reconhecimento dos direitos linguísticos dos intérpretes de Libras-Português. Diante do qual os resultados desta pesquisa podem levar a crer que a valorização e profissionalização dos intérpretes de Libras-Português, combinadas à conscientização institucional e na garantia de direitos linguísticos constituem caminhos essenciais para que o acesso à justiça das comunidades surdas seja um direito efetivamente garantido.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. Direito Linguístico: olhares sobre as suas fontes. **Revista A Cor das Letras**, v. 21, n. 1, p. 172-184, 2020.

ABREU, Ricardo Nascimento. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Görski; GÖRSKI, Edair Maria. **Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos**. São Paulo: Blücher Open Access, 2016. p. 161-188.

GONÇALVES, Jael Sânera Sigales. Direitos linguísticos e políticas linguísticas no Brasil: uma análise de processos seletivos para acesso à universidade pública por migrantes forçados. **Línguas e instrumentos linguísticos**, n. 43, p. 192-216, 2019.

GOULART, Luciellen Lima Caetano; DOS SANTOS, Silvana Aguiar. Audiências criminais de instrução e julgamento: implicações nas práticas profissionais dos intérpretes de Libras-Português. **Revista Espaço**, p. 73-94, 2021.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. Direitos humanos linguísticos na educação para a manutenção da língua. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 5, n. 2, p. 25-39, 2019.

SOUSA, Aline Nunes de. Algumas implicações da Linguística Teórica e da Linguística Aplicada na compreensão da interpretação jurídica e/ou policial. *In*: SANTOS, Silvana Aguiar dos; RODRIGUES, Carlos Henrique. **TRADUÇÕES, CULTURAS E COMUNIDADES**: Singularidades e pluralidades em (des)encontros do eu com os outros. São Carlos: Pedro e João editores, 2023. p. 41-64.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - TJSP. **Consulta Processual de Jurisprudências**. 2025. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/consultaCompleta.do?f=1>. Acesso em: 01 set. 2025.

TUCCI, José Rogério Cruz. **Tempo e Processo**: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus e aos meus familiares pelo constante apoio e companhia ao longo desta trajetória acadêmica e profissional. Registro, aqui, minha profunda admiração e gratidão a minha orientadora, Professora Doutora Silvana Aguiar dos Santos, cuja condução magistral deste percurso foi fundamental para que eu pudesse trilhar caminhos que enriqueceram meu conhecimento e minha pesquisa acadêmica.

De igual modo, manifesto meus sinceros agradecimentos aos grupos de pesquisa InterTrads (Núcleo de Pesquisas em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais e Vocaís), Tilsjur (Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais na Esfera Jurídica) e Otradilis (Observatório da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais), cujos acolhimentos e contribuições foram decisivos para o desenvolvimento desta pesquisa e para minha trajetória profissional.

NARRATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SURDOS

VIVÊNCIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E INTÉRPRETES EDUCACIONAIS

Walquíria Peres de Amorim¹

Mairla Pereira Pires²

Silvio Tavares Ferreira³

INTRODUÇÃO

Entrar em uma sala da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é também entrar em um universo de histórias de vida. Cada estudante carrega trajetórias singulares, e cada professor, intérprete e demais profissionais que atuam nesse contexto se veem atravessados por esses encontros. Ao longo do percurso que narramos no presente texto, o trabalho com estudantes surdos na EJA revelou que é no entrelaçamento de vozes que a construção conjunta reinventa a prática docente-tradutório-interpretativa.

A opção pelo enfoque em narrativas no presente capítulo justifica-se pela necessidade de compreender, a partir das experiências vividas, os desafios e os avanços na atuação de professores de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e intérpretes educacionais do par Libras-Português na EJA. Ao registrar relatos de três docentes, foi possível identificar práticas pedagógicas, dificuldades institucionais e soluções criativas que esses profissionais desenvolvem no cotidiano escolar.

1 Mestre em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: walquiria.peres@gmail.com.

2 Doutora em Estudos da Tradução pela UFSC. E-mail: mairla.libras@gmail.com.

3 Mestre em Estudos da Tradução pela UFSC. E-mail: silviot1990@gmail.com.

As narrativas oferecem uma perspectiva rica e detalhada da realidade, permitindo apreender não apenas os aspectos técnicos da docência e da mediação linguística, mas também dimensões afetivas, culturais e sociais que impactam a aprendizagem de estudantes surdos. Assim, a análise de experiências concretas contribui para a reflexão crítica sobre políticas públicas, formação docente e práticas inclusivas, fortalecendo o reconhecimento da importância de profissionais qualificados e da docência compartilhada na promoção de uma educação efetiva e de qualidade.

É nesse recontar que este capítulo se ins(es)creve, por meio de narrativas autobiográficas, em que pretende-se dar voz ao Professor de Libras e as Professoras Auxiliares Intérpretes Educacionais (doravante *intérprete educacional*) que se (re)encontraram na EJA da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF). Aqui, serão trazidas memórias, práticas, desafios e perspectivas possíveis para o fortalecimento da educação de surdos nesse espaço.

PANORAMA DA EJA PARA SURDOS EM FLORIANÓPOLIS

O panorama nacional da EJA para surdos revela-se fragmentado, como demonstra a pesquisa de Duarte (2022), ao analisar o período de 1990 a 2005. Esse recorte evidencia que, apesar da institucionalização da Libras, foram sobretudo as iniciativas locais que estruturaram suas práticas. Outro aspecto a destacar é o papel central das práticas colaborativas, como a docência compartilhada. Esse modelo amplia as possibilidades de acesso ao currículo, promove a articulação entre diferentes áreas do conhecimento e reafirma a educação de surdos como um processo coletivo, no qual a cooperação entre profissionais constitui condição essencial para o êxito da inclusão.

A EJA em Florianópolis na oferta de educação para estudantes surdos deve considerar os principais marcos legais e documentos de orientação pedagógica no Brasil e no município. Nacionalmente, destaca-se a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas. Em complemento, o Decreto nº 5.626/2005 regulamenta esta Lei e estabelece diretrizes para a formação de professores, a presença de intérpretes e a garantia de acesso à Libras e ao português escrito nos espaços educacionais (Brasil, 2002, 2005).

A trajetória da Educação de Surdos no Brasil é permeada por articulações políticas, ativismo e protagonismo surdo na busca por uma educação equânime, que considere a cultura surda e a língua de sinais. Essas conquistas, inscritas na história, ecoam no cotidiano de quem atua nas salas de aula. Em Santa Catarina, a recente Lei nº 19.031/2024 ampliou esse horizonte ao determinar

a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda em todas as etapas da educação básica. Tal política alcança também a EJA, fortalecendo o lugar do professor de Libras e do intérprete educacional nesse contexto (Santa Catarina, 2024)⁴.

Iniciativas vêm sendo construídas em Florianópolis desde 2011, quando registra-se a presença do primeiro intérprete educacional e professor de Libras, e desde então esse trabalho tem se consolidado na Secretaria Municipal de Educação. No ano de 2025, a EJA registra dois estudantes surdos matriculados⁵ que contam com interpretação educacional e atendimento educacional especializado (AEE) que inclui professor de Libras e professor de educação especial. Além disso, é ofertado o ensino da Libras para estudantes ouvintes do Primeiro e do Segundo Segmento em quatro polos e para professores de uma turma do segundo segmento. Segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016a, p. 246):

[...] embora a organização curricular da EJA de Florianópolis não seja seriada, para o melhor atendimento das necessidades de aprendizagem dos/das estudantes, as turmas são distribuídas em dois grandes agrupamentos: o primeiro segmento, que corresponde aos Anos Iniciais, e o segundo segmento que equivale os Anos Finais do Ensino Fundamental.

O que tem sido observado no perfil dos estudantes matriculados da EJA na RMEF é que, no primeiro segmento são “pessoas adultas e idosas sem nenhuma instrução formal ou com poucos anos de estudo, pois precisaram abandonar a escola em tenra idade para prover o seu sustento e o de suas famílias” e o “segundo segmento [...] é formado por um público mais jovem ou até mesmo adolescente [...] grande parte dele, com histórico de reiteradas reprovações, frequentava a escola até recentemente” (Florianópolis, 2016a, p. 244-245). Esses dados também se refletem no perfil dos estudantes surdos.

A respeito dos intérpretes educacionais para atuação com os estudantes surdos na EJA, é requerido não apenas competência para interpretar, mas também a capacidade de adequar sua prática ao contexto escolar, tendo o conhecimento sobre metodologias adequadas para adultos e a sensibilidade em relação às experiências de vida dos estudantes, em que muitos deles apresentam diferentes níveis de domínio da Libras e de letramento em português.

Segundo a Portaria nº 122, que trata sobre as atribuições dos profissionais que atuam na Educação Especial (Florianópolis, 2016b) no que se refere

4 Disponível em: https://leis.ale.sc.gov.br/html/2024/19031_2024_lei.html.

5 A fonte dessa informação é a nossa própria experiência de atuação com os estudantes e contexto.

às funções e responsabilidades, o *Professor de Libras* desempenha papel central na promoção da língua de sinais nesse espaço, promovendo espaços linguísticos que possibilitem aos estudantes surdos desenvolverem seus conhecimentos. O mesmo documento informa que os *Intérpretes Educacionais* são responsáveis pela mediação linguística e cultural para a construção de um espaço bilíngue inclusivo, além de ser responsável pela adequação de materiais pedagógicos, na condução de um ensino que colabore para a aquisição/aprendizado da língua de sinais e português escrito.

Na EJA de Florianópolis, o trabalho docente se desenvolve na perspectiva da docência compartilhada e constitui uma proposta pedagógica que busca integrar diferentes profissionais da educação em um mesmo espaço-tempo de sala de aula, promovendo práticas colaborativas voltadas à aprendizagem dos estudantes. Segundo Novak (2015, p. 25), “a docência compartilhada além de garantir a presença de dois docentes em uma classe, também possibilita a troca de conhecimentos, vivências, sentimentos, concepções e práticas entre profissionais, (re)construindo suas identidades docentes”.

Assim, essa perspectiva ganha relevância diante da diversidade linguística e cultural que caracteriza o público atendido na EJA, sobretudo no que se refere à presença de estudantes surdos. Fagundes e Thiesen (2021) ao falar sobre a docência compartilhada dizem que

Dessa forma, podemos dizer que a regência compartilhada na EJA de Florianópolis contribui para o trabalho interdisciplinar. O caráter transdisciplinar aparece nos temas de pesquisas dos alunos/as, com destaque para as questões relacionadas aos direitos humanos, drogas, saúde, sexualidade, tecnologia, música, racismo, violências, política, entre outras temáticas, que transversalizam as pesquisas dos/as estudantes e as áreas do conhecimento (Fagundes; Thiesen, 2021, p. 16).

É nesse caráter interdisciplinar que a docência compartilhada na RMEF tem se consolidado, envolvendo o trabalho entre professores regentes, professores de Libras, intérpretes educacionais e demais áreas. Através da “hora atividade”, direito garantido pela luta da categoria, em que parte da carga horária é destinada ao planejamento das aulas, os docentes têm espaço individual e coletivo para elaboração das propostas de aulas de forma conjunta. Essa configuração reconhece que o processo de ensino-aprendizagem dos surdos na EJA não pode se limitar à presença isolada dos profissionais, mas requer a construção de um espaço colaborativo e de respeito à singularidade e subjetividade dos estudantes.

METODOLOGIA

Adotamos uma abordagem qualitativa, fundamentada no método narrativo, em que reuni o dizer de três professores – um professor de Libras e duas intérpretes educacionais. Ao decidir narrar nossa experiência docente, decidimos desvelar nosso olhar singular e nossa percepção do fazer pedagógico-tradutório-interpretativo. Motivados por muitas reflexões, mobilizamos saberes, tecemos pensamentos e registramos o vivido. Compreendemos que nossas narrativas são tomadas não apenas como relatos individuais, mas como práticas sociais que revelam sentidos construídos coletivamente.

As escritas a seguir são registros biográficos, que se compõem de memórias de sala de aula, de anotações pessoais, de encontros para planejamento, de observações e de materiais produzidos durante a docência compartilhada. Nesse sentido, a pesquisa narrativa se aprofunda nos “[...] processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência” (Delory-Momberger, 2012, p. 522).

O percurso metodológico se ancorou na articulação entre experiência e reflexão: observar, escutar, registrar e depreender. Assim, delineamos um caminho de investigação que valoriza a subjetividade e a coletividade presentes no cotidiano e narrar essas experiências nos possibilitou evidenciar os modos como atuamos.

É nesse horizonte que as narrativas se tornam também metodologia. Mais do que relatos, elas funcionam como forma de compreender e dar sentido ao vivido: revelam escolhas, tensões, deslocamentos, mas também gestos de construção coletiva que dificilmente seriam captados por estatísticas ou documentos normativos. Narrar é, portanto, um exercício de memória e de reflexão crítica – um modo de ressignificar o cotidiano e de inscrever nele tanto a singularidade da experiência quanto a densidade das relações pedagógicas.

NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DO PROFESSOR DE LIBRAS E DAS INTÉRPRETES EDUCACIONAIS: DOCÊNCIA COMPARTILHADA

A EJA é um território de histórias, cada memória carrega um trecho de um caminho percorrido repleto de (re)começos dos sujeitos envolvidos. Até o nosso encontro na EJA, nosso caminho vem sendo tecido há anos com parcerias e outras vozes que nos consolidaram enquanto Professor de Libras e Intérpretes Educacionais. Narrar experiências a partir das vivências com os estudantes surdos é contar o que nos atravessa, é afetar e se permitir ser afetado.

Ensinar-interpretando ou interpretar-ensinando⁶, nesse contexto, são movimentos de interlocução: organizam sentidos, distribuem tempos, criam condições para emancipar diferentes vozes, para que circulem com legitimidade.

Antes de iniciarmos nossas narrativas, queremos nos apresentar para você, leitor(a).

Figura 1. Nós, os narradores



Fonte: Acervo dos autores.

Eu sou Silvío, nasci e cresci em Goiás e resido em Florianópolis desde 2011. Em 2014 iniciei meu aprendizado em Libras, experiência que transformou profundamente minha trajetória pessoal e acadêmica. Sou graduado em Letras Libras (UFSC), Mestre em Estudos da Tradução (PGET/UFSC) e Especialista em Educação Inclusiva na modalidade a distância pela Udesc. Atualmente, sou professor de Libras na Rede Municipal de Florianópolis desde 2023, atuando especialmente na Educação de Jovens e Adultos. Minha experiência como surdo que só passou a usar Libras na vida adulta mudou profundamente a minha forma de ver a educação como um processo de emancipação.

Sou Walquíria, nasci em Cuiabá e moro em Florianópolis há treze anos. Vim para a cidade para cursar Letras–Libras na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde realizei tanto o bacharelado quanto a licenciatura. Atualmente, sou doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PPGET/UFSC) desenvolvendo pesquisa sobre tradução para Libras em vídeo de provas no contexto escolar. Por escolha e afinidade, fui me construindo como tradutora técnica ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional. No entanto, como a vida se encarrega de entrelaçar caminhos — ou talvez porque

6 Nos inspiramos no artigo de Gesser (2015), disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p534/30724>.

“o fruto não cai longe do pé”, vinda de uma família de educadores —, venho também me constituindo como intérprete e tradutora educacional. Atuo há três anos na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF), com experiências na Educação Infantil, Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Eu sou Mairla, cearense e resido em Santa Catarina há 22 anos. Bibliotecária e Pedagoga, atuo como intérprete educacional na Educação Básica e no Ensino Superior desde 2016. Nos últimos anos, tenho desenvolvido pesquisas que orbitam minhas experiências no campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Língua de Sinais. Concluí o doutorado em Estudos da Tradução no ano passado e, em paralelo à trajetória acadêmica, tenho prestado serviços de assessoria acadêmica e revisão de trabalhos, principalmente, para pessoas surdas.

Narrativas do Professor de Libras: Silvio

Ao longo da minha experiência como professor de Libras na EJA de Florianópolis, entre 2024 e 2025, vivenciei práticas que reafirmaram a importância do planejamento colaborativo e da valorização da Libras no currículo. Atuei em uma turma do primeiro segmento, composta por treze estudantes, sendo três surdos e dez ouvintes, com idades entre 30 a 70 anos. Essa heterogeneidade etária e cultural exigiu uma escuta atenta e uma postura crítica.

As aulas foram planejadas em parceria com a professora regente e com a intérprete educacional, garantindo a construção de atividades visuais e bilíngues. Enquanto a professora organizava conteúdos e propunha objetivos pedagógicos, minha atuação era voltada para a mediação em Libras, assegurando a participação dos alunos surdos. Essa dinâmica rompeu a ideia equivocada de que a inclusão é responsabilidade exclusiva do professor de Libras ou da intérprete.

Recursos visuais, vídeos em Libras, mapas conceituais, rodas de conversa e atividades práticas foram utilizados como estratégias para aproximar os conteúdos escolares das experiências de vida dos alunos promovendo protagonismo entre os surdos, além de aproximar ouvintes e surdos em uma convivência mais integrada.

Um dos desafios centrais foi lidar com a pluralidade entre alunos surdos. Enquanto duas alunas eram fluentes em Libras, o outro estudante era oralizado e apresentava resistência inicial ao uso da Libras, revelando uma história marcada pelo modelo ouvinte. Com o tempo, o contato com as colegas surdas e a presença constante da Libras em sala despertaram nele uma abertura gradual. Ele começou a sinalizar, interagir e participar.

Figura 2. O ensino de Libras para EJA



Fonte: Acervo de Silvio Tavares (2024 e 2025).

Durante este período, também tive uma experiência significativa na sala multimeios do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que “[...] identifica, elabora e organiza serviços, recursos e estratégias de acessibilidade que buscam eliminar as barreiras para a plena participação desses estudantes na escola, considerando suas necessidades específicas [...]” (Florianópolis, 2016, p. 2). Na EJA essa sala é também um ambiente de acolhimento, troca de saberes e fortalecimento da autonomia dos estudantes, complementando o ensino em sala de aula. Foi nesse contexto que realizei atividades para trabalhar conceitos de pertencimento e identidade. Utilizei recursos impressos e digitais para explorar ideia de território e origem, organizando com a aluna noções de bairro, cidade, capital, estado e país. Essa experiência foi reveladora, pois me permitiu compreender de forma mais profunda de onde ela vinha, como se constituiu sua história e quais memórias estavam ligadas a esses lugares. A partir dessa base, abordamos políticas públicas, direitos e deveres, conversamos sobre leis, direitos e deveres, possibilitando que ela entendesse informações incentivam sua participação social com consciência política e conhecimento de garantias legais, condição essencial para exercer sua cidadania de forma ativa e reconhecer seu lugar na sociedade. Essa vivência reforçou minha compreensão de que a sala multimeios, quando bem utilizada, amplia o horizonte do estudante e a potencializa. Ela se torna um lugar de encontro, de construção de conhecimento e promoção da emancipação social.

Outra experiência que tive foi com uma aluna ouvinte que apresentava resistência ao uso da Libras. Percebi que ela vendia chocolates e enxerguei ali uma oportunidade de dar sentido prático ao aprendizado dessa língua. Que tal vender para as colegas surdas? Foi a pergunta propulsora para pensar em como

aproximar a estudante da Libras. Para isso, trabalhei com os sinais de sabores, valores e formas de pagamento e simulamos situações de compra e venda durante a aula. Ela conseguiu realizar as vendas usando a língua de sinais com as colegas surdas e assim, se sentiu acolhida. Essa vivência deu a ela um entendimento concreto do que significa inclusão e participação coletiva atravessada por experiências concretas e significativas.

Dessa forma, percebi que é essencial oferecer a toda comunidade escolar os fundamentos da Libras de forma que tenham a oportunidade de participarem ativamente do processo de ensino-aprendizagem, assumindo o protagonismo com corresponsabilidade, pois a inclusão não se constrói isoladamente, centralizando as práticas pedagógicas em alguns profissionais.

Narrativa de Intérpretes Educacionais: Walquíria

Minha atuação na EJA, em 2024, marcou um ponto de virada na minha trajetória profissional. Foi minha primeira experiência nesse espaço e logo percebi que a EJA tem um ritmo próprio, marcado pela presença de estudantes idosos, pela tranquilidade das tardes e pela postura acolhedora da professora regente. Esse contexto não foi apenas um desafio, mas uma oportunidade de ressignificar meu lugar como intérprete e educadora.

Na turma havia uma estudante surda da minha idade, sempre acompanhada de uma amiga, também surda, e um outro estudante que não dominava Libras. Essa diversidade exigiu reflexões sobre as diferentes experiências surdas e suas formas de participação. O trabalho, realizado em docência compartilhada, envolvia a adaptação de materiais para garantir a circulação e a aprendizagem da Libras e do português. Logo percebi que esses recursos beneficiavam não apenas os surdos, mas toda a turma, revelando que a interpretação não se reduz a traduzir conteúdos prontos, mas integra ativamente a prática pedagógica, ajustando percursos e produzindo sentidos coletivos.

Durante o período, participei de eventos, articulei discussões com o professor de Libras e constatei que a interpretação não é ação paralela, mas parte integrante do projeto educativo. Interpretar, nesse contexto, mostrou-se um trabalho de interlocução: conectar sujeitos, favorecer a circulação de saberes e reconhecer a singularidade de cada experiência sem hierarquizá-las.

O trabalho se organizava em docência compartilhada. Eu adequava materiais pedagógicos para garantir que a Libras tivesse protagonismo e o português escrito fosse um apoio na sala para a construção do letramento dos estudantes. Logo, percebi que esses materiais não serviam apenas aos surdos: acabaram

se tornando referência para todos os estudantes. Isso mostrou que a interpretação a partir da mediação em Libras não se reduz a uma função técnica de “tradução do que já está pronto”, mas colabora para que a aprendizagem aconteça de forma plural.

Figura 3. As salas de aula na EJA



Fonte: Acervo de Walquíria Amorim (2024).

Os registros acima são memórias compartilhadas. A primeira foto mostra nossa primeira proposta em sala de aula, que a partir da leitura de fruição foram selecionadas frases e essas mesmas frases traduzidas em Libras para a estudante. A foto abaixo é da nossa visita pedagógica ao Museu Florianópolis, neste dia não foram apenas nossos celulares que fotografaram, ainda lembro da estudante tirando fotos com os olhos no nosso percurso (ela ainda não havia caminhado pelo centro da cidade). A terceira foto sou eu em atuação, interação, participação em ação, em que tivemos a oportunidade de oferecer o letramento digital. Neste dia preparamos uma aula (eu, a professora regente e a professora de tecnologia educacional) em que os estudantes fossem incluídos também no mundo digital e tecnológico.

Em 2025, assumi a função de assessora pedagógica. Embora o espaço de atuação tenha mudado, mantive vínculos com os colegas e estudantes da EJA, compreendendo ainda mais a dimensão coletiva desse trabalho. A docência compartilhada só ganha força quando reconhecidas como parte da engrenagem pedagógica da escola. Essa vivência mostrou que interpretar em Libras é um exercício de corresponsabilidade: não se trata de “dar acesso”, mas de compartilhar a experiência de aprender e de ensinar, valorizando o que o estudante traz como saberes construídos por sua trajetória.

Narrativa de Intérpretes Educacionais: Mairla

Comecei a trabalhar na EJA de Florianópolis em março de 2025. Foi a primeira vez que atuei nesse contexto e me senti bem acolhida pelos demais professores do polo em que fui contratada. As primeiras semanas foram muito intensas; as aulas já tinham iniciado há um mês e foi necessário assimilar a rotina do segundo segmento, e me adaptar a proposta pedagógica de pesquisa como princípio educativo⁷.

Quem interpreta, interpreta para alguém. Por isso, me sinto compelida a mencionar nesse relato que a estudante surda para quem eu interpretava me trouxe diferentes aprendizados: desde reflexões sobre os processos de aquisição de linguagem e como a língua nos constitui enquanto sujeitos sociais, até sobre as práticas de interpretação educacional na atuação com estudantes surdos adultos.

A sala de aula da EJA em Florianópolis se apresenta de forma diferente da escola regular. Isso porque, para além da disposição das carteiras, as dinâmicas das aulas são planejadas para não serem expositivas e a interação acontece a todos os momentos, em que a relação entre professor e estudante se configura de forma acolhedora. E foi nessa direção que meu trabalho seguiu.

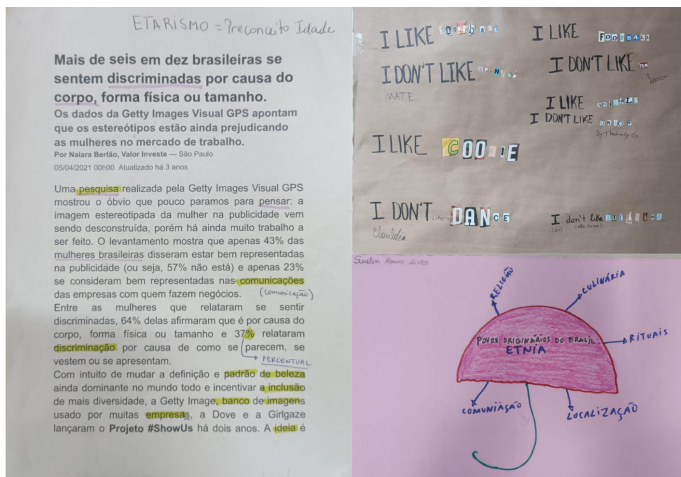
Outro ponto que se distingue fortemente das experiências que eu havia tido como intérprete foi a parceria com os demais professores, tanto os professores de área (Português, Inglês, Geografia, História, Matemática, Educação Física, Biologia, Artes), quanto com o Professor de Libras que se manteve sempre muito ativo em todos os momentos. A docência compartilhada foi muito profícua, considerando que somos os especialistas no atendimento ao estudante surdo.

No que diz respeito especificamente ao segundo segmento, que é onde atuei, busca-se oportunizar aos estudantes situações de aprendizagem sobre o mundo que se pautam na prática da pesquisa. Para isso, buscamos identificar temas de interesse que possam ser explorados ao longo de algumas aulas, de forma que sejam construídos caminhos de aprendizagem para que eles possam expandir saberes através de diferentes possibilidades didáticas.

Esses temas de interesse não são apenas curiosidades ou mesmo algo que gostariam de aprofundar; é uma temática que vai sendo “lapidada” por meio de um processo dialógico, em que os professores vão a cada aula, construindo a compreensão do que é pesquisa, através de uma prática colaborativa e emancipadora, isto é, que convida o estudante a ser protagonista de sua própria vivência escolar.

7 Para mais informações, sugere-se a leitura de Melara e Leal (2012) e Reibnitz e Melo (2021).

Figura 4. Atividades desenvolvidas na EJA



Fonte: Acervo de Mairla Costa (2025).

As imagens acima são de atividades realizadas em sala, que eram previamente propostas por um professor distinto, definido por escala e discutidas em reunião semanal, a fim de que fossem pensadas e aprovadas coletivamente. A primeira imagem mostra um texto que foi lido para a turma no mês de março, em função de circundar a comemoração do Dia Internacional das Mulheres. Uma estratégia que utilizei foi marcar as palavras-chave do texto e trabalhar o vocabulário com a estudante, de forma a ampliar seus conhecimentos em Libras e a partir da Libras.

A segunda foi uma atividade de inglês, em que visava trabalhar o letramento nessa língua, mas também em português. Os estudantes utilizaram revistas e tinham que recortar letras para compor frases de estrangeirismos. Foi um trabalho em grupo, em que através da interpretação, a estudante surda interagiu com outros estudantes.

A terceira imagem é um desenho feito pela estudante para delimitar o tema de interesse por ela escolhido (povos originários do Brasil), como um “tema guarda-chuva” e introduzir os primeiros passos para estruturação da pesquisa que é realizada pela própria aluna como eixo norteador de todo o processo de aprendizagem, uma dinâmica pedagógica que prima pela centralidade no aluno. Nesse caso, o uso desta imagem possibilitou que a estudante visualizasse assuntos que interagem com o tema, no entanto, foi possível perceber que a compreensão da ideia de o guarda-chuva abarcar não foi assimilada inicialmente. Por isso, foi dado continuidade com outras atividades que colaborassem com esse entendimento.

Finalizo minha narrativa com muitas inquietações e, ao mesmo tempo, com profunda realização profissional. Estar nesse espaço-tempo em interação com os sujeitos aqui narrados me desconstruiu em vários aspectos, na medida em que também fortaleceu concepções que tenho. Passei a rever os modos de interpretar, entendendo que essa interpretação precisa ser adequada aos nossos interlocutores e que a afetividade nutrida na relação com a estudante surda, com os estudantes ouvintes e como os professores é muito importante ao atuar na EJA.

NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS ENTRELAÇADAS NA E PELA EJA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas apresentadas neste capítulo reafirmam a importância da escuta e do registro. Mais do que relatos isolados, essas vozes compõem uma tessitura coletiva que ajuda a compreender as práticas docentes e os desafios da interpretação educacional. Os relatos oferecem pistas valiosas para o fortalecimento de políticas públicas mais consistentes e contextualizadas.

Nosso intuito foi evidenciar alguns momentos que formam nossas memórias e (re)contá-las nos remete a concepção de que narrar é reconstruir discursivamente nossas práticas, o que se apresenta aqui são narrativas autobiográficas que nascem desse cotidiano: fragmentos de aula, planejamento pedagógico, eventos e conversas de corredor que, juntos, delineiam um modo de fazer a prática pedagógica e interpretativa.

Esses registros constituem a dimensão narrativa das trajetórias das nossas práticas que, organizadas como narrativas, são recortes de nossa atuação. Portanto, compreendemos a importância de narrar “não somente das experiências que ocorrem no âmbito profissional, mas também daquelas que afetam a subjetividade e nos convidam a transitar em espaços diversos” (Santos; Medeiros, 2023, p. 21).

A partir do breve panorama sobre as políticas educacionais na EJA em âmbito nacional e local, identificamos que apesar dos avanços, permanece a fragilidade das políticas destinadas aos estudantes surdos. A falta de formação continuada específica para professores e intérpretes educacionais, além da escassez de materiais bilíngues revelam que a inclusão, muitas vezes, restringe-se ao discurso.

Nossas narrativas se constituem através dos sentidos subjetivos do que foi vivenciado por cada docente. As memórias trazidas no texto são formadas também pelas percepções do outro, que participa ativamente da construção das experiências em sistema de docência compartilhada. Essa condição laboral

nos agregou para além da colaboração recíproca, ela também nos atravessou no cotidiano escolar. Nesse sentido, o encontro entre professores possibilitou um enriquecimento de saberes e também nos provocou a ampliar nossos olhares sobre nossa atuação com sujeitos surdos.

Reconhecer e valorizar as vivências desses sujeitos é apostar em uma EJA mais justa, bilíngue e inclusiva. O futuro da escolarização de jovens e adultos surdos depende da consolidação de políticas públicas que respeitem sua singularidade linguística e cultural, assegurando-lhes não apenas o direito à educação, mas também a possibilidade de participar ativamente da vida social. E no dia a dia escolar somos implicados por essas políticas, no entanto, somos também agentes que não só podem, mas devem “reoxigenar” essas políticas, seja por meio de ações diretas no fazer docente, seja através de estudos como este.

REFERÊNCIAS

ABREU, Anderson Carlos Santos de. **Concepções de professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**: Educação de jovens adultos e conhecimento (escolar). 2025. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/02.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 122, de 14 de julho de 2016**. Estabelece as diretrizes da política de educação especial da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Florianópolis: PMF, 2016b. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_08_2016_10.48.44.5b1ffb8a61e252ca2ea91ed43dab8cb2.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Curricular Da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Florianópolis: PMF, 2016a. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_06_2017_11.13.21.b097b0d2d26af5819c89e809f8f527a2.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

FAGUNDES, Liziane Borges; THIESEN, Juarez da Silva. Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos de Florianópolis: produção e participação docente. **Pesquisa e Ensino**, v. 2, n. 2, p. 202105, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37853/202105>.

MELARA, Eliane; LEAL, Rachel Pantalena. A pesquisa como princípio científico e educativo: na EJA de Florianópolis. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 39 n. 1-2, p. 85-104,

2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/37315/24097>. Acesso em: 20 jul. 2025.

NOVAK, Flávia Duarte. **Docência compartilhada nos anos iniciais do ensino fundamental sob a perspectiva discente**. 2015. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

REIBNITZ, Cecília de Sousa; MELO, Ana Carolina Staub de. Pesquisa como princípio educativo: uma metodologia de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, v. 29, n. 111, p. 484-502, abr./jun. 2021. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902498>.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 19.031, de 26 de julho de 2024**. Dispõe sobre a oferta da Libras como primeira língua e da Língua Portuguesa escrita como segunda nas escolas estaduais de SC. Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2024/19031_2024_lei.html. Acesso em: 23 ago. 2025.

SANTOS, Silvana Aguiar dos; MEDEIROS, Jonatas Rodrigues. Nossas trilhas tradutórias e subjetivas nas pautas dos direitos humanos: o que se traduz e para quem se traduz. In: BENTES, Thaisy; ALBANO, Adriana Helena de Oliveira; AZERÊDO, Augusto Carlos. (orgs.). **Migrantes surdos: línguas de sinais, tradução e direitos humanos**. Santarém: UFOPA, 2025. p. 19-48. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/servicos/publicacoes/livros-digitais/migrantes-surdos-linguas-de-sinais-traducao-e-direitos-humanos/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SILVA, Renata Soares da. **A organização da Educação Especial para os alunos com deficiência na EJA na rede municipal de ensino de Florianópolis**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

O INTÉRPRETE EDUCACIONAL EM DOCUMENTOS OFICIAIS NO BRASIL

*Elaine Aparecida de Oliveira da Silva*¹

*Carlos Magno Leonel Terrazas*²

INTRODUÇÃO

A legislação atual reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como o meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas (Brasil, 2002). Portanto, deve se garantir no sistema educacional de ensino, nas esferas federais, estaduais e municipais, o profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP) que interpreta em diversos contextos comunitários (Brasil, 2005).

A língua é um dos principais elementos que constituem o ser humano e compõe a sua cultura. A forma de comunicação específica dessa minoria linguística que, no caso dos surdos é a Libras, pode contribuir com a apreensão sobre os ouvintes e a língua portuguesa, fazendo uso inclusive de processos de tradução e de interpretação. É perceptível que a infância é uma etapa de suma importância na vida das crianças, pois é nesse período que elas iniciam o processo de aquisição da linguagem (Lodi; Rosa; Almeida, 2012). Nesse contexto, as crianças ouvintes, por terem um input linguístico favorável, adquirem a linguagem oral por meio da audição. As crianças surdas, por sua vez, se tiverem um input favorável, adquirirão uma língua de sinais. Diferentemente da língua portuguesa, a Libras é uma língua que se caracteriza por ser de modalidade espaço visual, ou seja, realiza-se no espaço com articuladores visuais: as mãos, o corpo, os movimentos e o espaço de sinalização (Quadros; Karnopp, 2004).

1 Doutoranda e Mestre em Estudos da Tradução - PGET/UFSC, professora da UFMS. E-mail: elaine.aparecida@ufms.br.

2 Doutorando em Estudos da Tradução - PGET/UFSC, Mestre em Estudos da Tradução - UNB, professor do IFMS/MS. E-mail: carlos.terrazas@ifms.edu.br.

Reconhece-se nas práticas de educação para surdos, “o direito que as crianças que usam uma língua diferente da língua majoritária, de serem educadas em sua língua” e, portanto, sua materialização não pode ser compreendida como “uma decisão de natureza técnica, mas [...] politicamente construída tanto quanto sociolinguisticamente justificada” (Skliar, 1999, p. 10).

O objetivo geral deste trabalho foi selecionar, descrever e analisar alguns documentos legais do Brasil que abordam a interpretação em Libras-Português na Educação. Dessa forma, podemos fornecer uma visão ampla da atual situação da interpretação em Libras português na Educação a partir de uma problematização da política brasileira voltada para a educação de crianças surdas.

ESTUDOS DA INTERPRETAÇÃO E AS LÍNGUAS DE SINAIS

Apresentamos um panorama de políticas públicas nacionais que tratam do Intérprete de Libras/Português Educacional (IE), levantando discussão sobre as atribuições do IE na aprendizagem do aluno surdo.

Nesta sessão construímos uma revisão de literatura narrativa com base em materiais internacionais e nacionais. Partimos dos livros que tratam de definir os Estudos da Interpretação de forma geral para depois focar nos autores que estudam a interpretação de línguas de sinais na esfera educacional.

Rodrigues e Beer (2015) produziram um estudo seminal no campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS), apresentando a interdependência e distinção fundamental entre os Estudos da Tradução (ET) e os Estudos da Interpretação (EI).

De modo simples, o que nos permite diferenciar os ET e os EI é basicamente o seu objeto central de estudo, respectivamente, “a tradução e o traduzir” e “a interpretação e o interpretar”. Esses dois processos, embora cunhados na translação de material linguístico-cultural de uma língua à outra, caracterizam-se pela maneira por meio da qual acontecem linguística, cognitiva e operacionalmente. Nesse sentido, esses campos disciplinares são justapostos e interdependentes, já que sua coexistência é inevitável, e, ao mesmo tempo, distintos e singulares em relação à especificidade de seu foco de estudos (Rodrigues; Beer, 2015, p. 19).

Os autores desenvolvem uma rica revisão de literatura e citam que “os Estudos da Interpretação se distinguem claramente por seu único objeto

de estudo, a saber, a tradução humana em ‘tempo-real’ em um contexto comunicativo essencialmente compartilhado” (Pöchhacker, 2009, p. 128 *apud* Rodrigues; Beer, 2015, p. 21). Outra distinção se dá considerando que “a atuação do intérprete pode acontecer em um formato monológico (i.e., palestras) ou dialógico (i. e., entrevistas, coletivas de imprensa), ou como sendo um “*pas de trois* comunicativo” (Wadensjö, 1998b, p. 10 *apud* Cavalho; Reuillard, 2016, p. 354).

EI e ET são disciplinas jovens, por vezes chamadas genericamente de Estudos da Tradução. No século XX houve um movimento de categorização das atividades dentro da interpretação, quanto ao modo temporal de sua realização (consecutiva, simultânea, a prima vista, sussurrada, entre outras modalidades), posteriormente dando destaque à “esfera social onde a interpretação acontece” (Pöchhacker, 2010 [2004], p. 62). Essas esferas vão situar a atividade em espaços, tempos e interlocutores específicos, como na interpretação médica, juramentada, midiática e educacional, emergindo também a denominação de interpretação comunitária. A interpretação comunitária tem crescido em todo o mundo, ocasionando uma evolução na prática das pesquisas também.

Tal evolução tem sido atribuída a novas necessidades sociais criadas pela ampliação do fluxo de imigrantes em países em desenvolvimento e pelo aumento do reconhecimento dos direitos de povos falantes de línguas minoritárias. O papel do intérprete comunitário, como proposto por grande parte da literatura disponível sobre o tema, é fazer a mediação linguística e cultural, garantindo assim o acesso integral dos não-falantes da língua oficial de um país aos serviços públicos, tais como os de saúde, jurídicos, educacionais etc. Intérprete de serviço público, intérprete cultural, intérprete de liaison são outras definições que podem ser observadas (Pöchhacker, 2010 [2004], p.75).

Em pesquisas internacionais especula-se que, desde os anos de 1990, há preocupação com a interpretação comunitária. A formação profissional para intérpretes comunitários está relativamente bem estabelecida em países onde a necessidade de interpretação qualificada é reconhecida pela sociedade em geral, e não apenas pelo reconhecimento das minorias linguísticas. Para isso, é preciso fortalecer políticas linguísticas. Em alguns países, a formação é apoiada a nível nacional. Contudo, quando se volta para intérpretes de línguas de sinais, as comunidades surdas ainda dependem de trabalhos voluntários por pessoas não formadas ou não certificadas (Wadensjö, 1998a).

No Brasil pelo vasto território nacional há grandes diferenças entre os Estados que compõem a nação. Tem regiões com formação superior disponível e em universidades públicas e outras regiões sem formação superior, desenvolvida apenas em cursos livres ou cursos de especialização oferecidos por universidades privadas.

A educação de surdos no Brasil é um campo de estudo que vem despertando cada vez mais atenção, especialmente quando se considera a sua trajetória histórica, suas conquistas legais e os desafios persistentes em sua implementação. A perspectiva bilíngue, consolidada a partir do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua legítima da comunidade surda, representa um avanço significativo não apenas no plano educacional (Skliar, 1998), mas também em termos de afirmação da sua identidade da sua identidade e da sua cultura.

METODOLOGIA

Utilizamos a análise documental, cujos documentos analisados estão relacionados à educação de surdos que abordem o trabalho do intérprete educacional em âmbito nacional e nas diversas esferas de ensino. É importante destacar que “método não é algo abstrato, mas ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa organização e no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, na maneira como olhamos as coisas do mundo” (Gatti, 2010, p. 1).

Um labor artesanal, que não se prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos, técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo particular. A esse ritmo denominamos ciclo de pesquisa, ou seja, um processo de trabalho espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações (Minayo, 1994, p. 26 *apud* Lakatos; Marconi, 1990, p.15).

Pretendemos fornecer uma visão geral da atual situação da interpretação Libras-Português na Educação. Adotamos a pesquisa documental para obter informações e conhecimentos. É uma metodologia científica que pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento, como as ciências sociais. “É a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela” (Minayo, 1994, p. 22).

A pesquisa documental utiliza fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. Define-se as fontes primárias como

os documentos “de primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros olib’os documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (Gil, 2002, p. 46).

Para este trabalho revisitamos normativas nacionais voltadas para a educação de surdos. Entre os principais marcos normativos, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000), a Lei da Libras (Lei nº 10.436/2002) e seu Decreto Regulamentador (Decreto nº 5.626/2005), a Portaria MEC nº 3.284/2003, a Lei nº 12.319/2010 — que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras — e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Cada norma contribui de maneira complementar para garantir o acesso pleno, a permanência e a participação das pessoas surdas em instituições educacionais e serão análise na próxima seção.

ANÁLISE DA POLÍTICA

A história da educação de surdos é marcada por diferentes perspectivas. Uma educação oralista, que tem como enfoque a reabilitação da criança surda voltada para o ensino da audição e fala. Historicamente, esse tipo de ensino foi desenvolvido em tempo e espaço específicos de escolas especiais para surdos. Aos poucos a língua de sinais foi sendo introduzida na educação de surdos. No princípio como recurso, como um apoio para a educação, seguindo princípios de uma abordagem denominada de comunicação total. Mais recentemente, aproximadamente nos anos de 1990, a educação bilíngue para surdos passou a figurar nas pesquisas, discursos e luta política dessa comunidade. Não temos como objetivo fazer uma descrição detalhada dessas abordagens, visto que o tema foi amplamente estudado no campo da Educação, podendo ser consultados os estudos de diferentes pesquisadores da educação (Capovilla; Capovilla, 2004).

Todavia, se faz necessário mencionar que a educação de crianças surdas, quando passa a assumir a língua de sinais na Educação Infantil, ocorre

depois da educação em outros níveis de ensino. Parece que a Libras poderia ser introduzida em crianças maiores que fracassaram no projeto de oralização. Desde os anos de 1990, o Brasil passa por transformações para a consolidação de uma educação inclusiva. O processo de inclusão escolar se inicia com alunos surdos no ensino superior e projetos a partir do 5º ano do ensino fundamental. No início da política de inclusão escolar, as crianças surdas ainda permaneciam em escolas especiais. Eu, por exemplo, estudei em escola específica de surdos até a 4ª série e, em 1995, quando iria para a 5ª série, fui matriculada em uma escola polo com projeto piloto de inclusão escolar com a contratação de IE e sala de recursos para apoio pedagógico.

Este trabalho tem como foco na política educacional para alunos surdos. Nesta seção, desenvolvemos uma revisão da política brasileira voltada para a educação de crianças surdas, enfocando a política educacional e a política linguística. Os documentos analisados estão relacionados à educação de surdos que abordem inclusive no trabalho do intérprete educacional em âmbito nacional e nas diversas esferas de ensino.

Quadro 01. Resumo das Legislações sobre Libras, Acessibilidade e Inclusão

Lei / Norma	Ano	Tema Central	Principais Determinações Relacionadas à Educação e à Libras
LDB – Lei nº 9.394	1996	Diretrizes e Bases da Educação Nacional	- Garante respeito à diversidade humana, linguística e cultural (incluindo pessoas surdas e surdocegas). - Na educação superior, determina oferta de ensino bilíngue (Libras-Português) e assistência estudantil para estudantes surdos.
Lei de Acessibilidade – Lei nº 10.098	2000	Acessibilidade e barreiras	- Exige eliminação de barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas. - Garante oferta de recursos de acessibilidade, como intérpretes de Libras.
Lei de Libras – Lei nº 10.436	2002	Reconhecimento da Libras	- Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação. - Obriga a inclusão de Libras nos cursos de formação (Magistério, Fonoaudiologia, Educação Especial etc.).
Portaria MEC nº 3.284	2003	Acessibilidade em IES	- Estabelece requisitos de acessibilidade nas instituições de ensino superior. - Determina a obrigatoriedade de intérpretes de Libras e adaptações físicas e pedagógicas.
Decreto nº 5.296	2004	Regulamenta as leis de acessibilidade	- Obriga instituições de ensino a garantir acesso e uso de todos os ambientes (salas, bibliotecas, laboratórios). - Reforça acessibilidade comunicacional, incluindo Libras.

Lei nº 12.319	2010	Profissão de Tradutor e Intérprete de Libras	- Regulamenta o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras. - Define atribuições profissionais e competência técnica.
Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146)	2015	Inclusão e direitos da pessoa com deficiência	- Estabelece princípios de igualdade, acessibilidade e cidadania. - Art. 28: exige intérpretes de Libras com nível superior para atuação no ensino. - Art. 68: obriga o Estado a produzir material acessível, inclusive em Libras. - Art. 147-A: exige acessibilidade comunicacional (Libras, legendas, tecnologias assistivas) na formação de condutores com deficiência auditiva.

Fonte: Produção dos autores.

A legislação brasileira referente aos direitos das pessoas surdas e da acessibilidade comunicacional avançou significativamente nas últimas décadas, consolidando princípios fundamentais para a construção de práticas educacionais inclusivas e bilíngues.

A LDB nº 9.394/1996 e o reconhecimento da diversidade linguística

A LDB estabelece diretrizes gerais para a educação brasileira e, após suas atualizações, passou a incluir explicitamente a diversidade linguística das pessoas surdas. O art. 3º, inciso XIV, determina o: “respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva” (Brasil, 1996).

Esse dispositivo representa um avanço ao reconhecer a Libras como elemento central para a constituição identitária da comunidade surda e para a garantia de condições educacionais adequadas.

No contexto da educação superior, o § 3º do art. 28 estabelece que o atendimento aos estudantes surdos deve ocorrer mediante a oferta de ensino bilíngue, assistência estudantil e incentivo à pesquisa voltada à temática da surdez. Assim, a LDB reforça que a inclusão não se limita ao fornecimento de intérprete, mas envolve políticas institucionais amplas, que assegurem acesso linguístico e pedagógico.

Lei nº 10.098/2000: acessibilidade como princípio estruturante

A Lei 10.098/2000 define normas gerais sobre acessibilidade e estabelece que a eliminação de barreiras deve permitir participação plena e autonomia das pessoas com deficiência. No campo educacional, essa lei implica a necessidade de recursos comunicacionais acessíveis, como intérpretes de Libras-Português, materiais didáticos adaptados e ambientes visualmente adequados.

A acessibilidade, portanto, não deve ser entendida apenas como adaptação física, mas como princípio ético e político que assegura equidade e participação.

Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005: reconhecimento e regulamentação da Libras

A Lei 10.436/2002 reconhece oficialmente a Libras como:

“meio legal de comunicação e expressão” (BRASIL, 2002).

O Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a lei e estabelece diretrizes fundamentais para a educação bilíngue, determinando, entre outros pontos:

- a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia;
- a oferta de Libras como disciplina optativa em outros cursos superiores;
- a formação de tradutores e intérpretes;
- a garantia de acessibilidade comunicacional em instituições de ensino.

Capítulo V, que trata da formação do Tradutor e Intérprete de Libras – Língua portuguesa Art. 21. II - Nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e **conteúdos curriculares**, em todas as atividades **didático-pedagógicas**; e III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências: II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades **didático-pedagógicas** e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos **conteúdos curriculares; Educação de Surdos no Brasil.**

Essa regulamentação consolida a Libras como língua de instrução para surdos e orienta ações institucionais para sua efetivação.

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - Escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

Portaria MEC nº 3.284/2003: requisitos de acessibilidade no ensino superior

A Portaria MEC nº 3.284/2003 define critérios de acessibilidade para autorização e reconhecimento de cursos, abrangendo aspectos arquitetônicos, pedagógicos e comunicacionais. Para estudantes surdos, a Portaria determina a disponibilização de intérpretes de Libras-Português, tecnologias assistivas, materiais acessíveis e adequações didáticas necessárias ao ensino bilíngue.

Essa norma é central para orientar práticas institucionais de inclusão no âmbito das universidades.

Lei nº 12.319/2010: regulamentação do tradutor e intérprete de Libras

A Lei 12.319/2010 regulamenta o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras, estabelecendo suas atribuições e responsabilidades. O art. 1º determina que cabe ao profissional realizar a mediação comunicativa entre a Libras e a língua portuguesa, garantindo o acesso à informação em espaços educacionais, culturais e sociais.

Ao reconhecer a profissão, essa lei fortalece a qualidade e a importância da mediação linguística na educação de surdos.

Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015): acessibilidade ampliada

A LBI estabelece diretrizes abrangentes para a inclusão das pessoas com deficiência, fundamentada na Convenção da ONU. Entre seus dispositivos mais relevantes para a comunidade surda, destacam-se:

- **Art. 28, inciso XI:** exige que intérpretes que atuam no ensino superior possuam formação de nível superior, preferencialmente em Tradução e Interpretação em Libras.
- **Art. 68:** determina incentivo à produção e difusão de materiais em formatos acessíveis, incluindo versões em Libras e adaptações para artigos científicos.
- **Art. 147-A:** garante acessibilidade comunicacional em processos de habilitação, exigindo legendas ocultas e tradução em Libras em materiais audiovisuais, além da possibilidade de solicitação de intérprete nas aulas práticas e teóricas.

A LBI reforça o compromisso estatal com uma sociedade inclusiva e acessível, com foco no direito à comunicação. Os estudos do campo reafirmam a luta continua pela permanência da Libras na legislação.

o relatório analisado evidencia que a política linguística de educação bilíngue para surdos “constrói a relação do sujeito surdo com os vestígios de uma memória de língua interdita” e destaca os desafios no processo de legitimação da Libras em relação à língua portuguesa (Baalbaki, 2016, p. 323-342).

A trajetória documental das legislações brasileiras evidencia avanços importantes na garantia dos direitos da comunidade surda. Entretanto, apesar do conjunto robusto de leis já existentes, a comunidade surda continua em constante luta por reconhecimento, visibilidade e implementação efetiva desses direitos. Essa mobilização ocorre por meio de movimentos sociais, associações, coletivos, instituições de apoio e equipes especializadas que atuam em defesa da acessibilidade, da educação bilíngue e do respeito à identidade surda.

Os direitos linguísticos da comunidade surda — especialmente o reconhecimento e a difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) — constituem um marco fundamental para o exercício da cidadania. Por essa razão, é essencial manter atenção contínua à aplicação das leis, fiscalizando seu cumprimento em espaços

públicos e privados, sobretudo nas áreas de educação, saúde, serviços e comunicação. A efetividade das políticas públicas depende não apenas da existência da legislação, mas de sua implementação adequada, acompanhada por ações que garantam acesso pleno à Libras, presença de profissionais qualificados e condições reais de inclusão.

O referencial evidencia ainda que a efetivação dos direitos linguísticos exige vigilância constante, uma vez que a existência de leis não garante automaticamente sua aplicação. Assim, os textos publicados pela Feneis reforçam a importância de manter o foco nas políticas públicas, na fiscalização das normativas e no fortalecimento das instituições que representam a comunidade surda.

A vigilância permanente se faz pela ação política das comunidades surdas, geralmente, representada por instituições, como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) que tem importante ação social.

Figura 1. Capa da Revista da FENEIS



Fonte: Revista de Feneis. Publicação trimestral da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. N° 44 • Junho-Agosto de 2011.

A figura 5 refere-se ao movimento registrado na *Revista da Feneis*, publicação trimestral da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, constitui uma fonte relevante para compreender a trajetória histórica, política e social da comunidade surda no Brasil. A edição nº 44, referente ao período de junho a agosto de 2011, apresenta discussões que evidenciam o papel contínuo do movimento surdo na luta por direitos linguísticos, educacionais e culturais.

Esse material documental demonstra que a conquista de leis — como a Lei da Libras, o Decreto 5.626/2005, a LDB e a Lei Brasileira de Inclusão — não ocorreu de forma isolada, mas é resultado da mobilização coletiva da comunidade surda, envolvendo associações, lideranças, equipes pedagógicas, movimentos sociais e institutos especializados. A revista destaca que a defesa da Libras como língua plena e o reconhecimento da identidade surda foram impulsionados por décadas de enfrentamento, organização comunitária e reivindicação política.

A análise dos documentos aponta que, diante da diversidade conceitual sobre o “intérprete educacional”, cabe a cada Secretaria de educação estabelecer um limite de abrangência das atribuições, bem como orientações específicas para ação desse profissional, desde que atenda às necessidades linguísticas e educacionais dos alunos surdos, intrinsecamente ligados à conjuntura política, econômica, social e cultural de cada rede municipal ou estadual de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos aponta que, diante da diversidade conceitual sobre o IE, cabe a cada secretaria de educação estabelecer um limite de abrangência das atribuições, bem como orientações específicas para ação desse profissional.

Esperamos fornecer uma visão geral da atual situação da interpretação em Libras-Português na Educação, a partir de revisão de dissertações e teses que estudam a educação de surdos e a interpretação educacional; como também revisar o que se tem estudado sobre os papéis dos IEs descritos na literatura e nas políticas públicas.

Do ponto de vista prático, o trabalho destaca o potencial de aplicação dos materiais bilíngues, principalmente quando produzidos com sensibilidade às especificidades do aluno surdo. A experiência de análise revelou que há um caminho promissor para a construção de recursos mais inclusivos, embora ainda existam desafios que precisam ser superados, como o investimento contínuo na formação de equipes qualificadas e na atualização das ferramentas tecnológicas.

A contribuição deste estudo reafirma que a Libras é muito mais do que um direito legal - é uma expressão de identidade, cultura e pertencimento. Reconhecê-la como língua de ensino/instrução é um gesto de respeito à diferença e um passo necessário para uma educação verdadeiramente inclusiva e justa.

O conjunto dessas legislações demonstra que a educação das pessoas surdas no Brasil está fundamentada em princípios de acessibilidade, bilinguismo e respeito à diversidade linguística. As normas analisadas orientam instituições educacionais a desenvolver políticas amplas que garantam não apenas a matrícula,

mas a permanência, a participação plena e o reconhecimento da Libras como língua legítima e essencial para o processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Línguas, escola e sujeito surdo: Análise do “Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa”. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 26, n. 53, p. 323-342, jan. 2017. DOI: 10.22409/cadletrasuff.2016n53a261.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002.

BRASIL. **Portaria MEC nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Regulamenta requisitos de acessibilidade em instituições de ensino superior. Brasília, 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização e Diversidade. **Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa do Grupo de Trabalho**, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI. Brasília, Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

CAPOVILLA, Fernando César; CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra. Educação da criança surda: Evolução das abordagens. In: CAPOVILLA, Fernando César. (Org.). **Neuropsicologia e aprendizagem: Uma abordagem multidisciplinar**. 2. ed. São Paulo, SP: Memnon; Capes; Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, 2004.

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **Revista da Feneis**, Rio de Janeiro, n. 44, jun./ago. 2011.

GATTI, Bernardete Angelina. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **Educação em foco**, v. 1, n. 1 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.v1i1.155>. Acesso em: 01 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LODI, Ana Claudia Balieiro; ROSA, André Luís M.; ALMEIDA, Elomena B. de. Apropriação da Libras e o constituir-se surdo: a relação professor surdo-alunos surdos em um contexto educacional bilíngue. **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

PÖCHHACKER, Franz. Interpreting as mediation. In: MASON, Ian. (ed.). **The Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. 2. ed. London; New York: Routledge, 2009. p. 127-131.

RODRIGUES; Carlos Henrique; BEER, Hanna. Os Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais: Novo Campo Disciplinar Emergente? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. esp., p. 1745, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p17>. Acesso em: 01 out. 2025.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Editora Mediação. 1998.

SKLIAR, Carlos. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, Carlos. (org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

WADENSJÖ, Cecilia. Community Interpreting. In: BAKER, M.; SALDANHA, G. (eds.). **The Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres/Nova York: Routledge, 1998a. p. 43-48.

WADENSJÖ, Cecilia. **Interpreting as interaction**. London/New York: Longman, 1998b.



EIXO 2

ESTUDOS SOBRE INVESTIGAÇÃO
EM TRADUÇÃO:
METODOLOGIAS DE PESQUISA

PANORAMA NACIONAL DE PESQUISAS DE “TRADUÇÃO COMENTADA” DE OU PARA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Neiva de Aquino Albres¹

Shaiane Passos Santos de Oliveira²

Lilyan Aparecida Vieira de Souza³

Rita Daniely de Moura Silva⁴

INTRODUÇÃO

A construção do panorama nacional de pesquisas sobre Tradução comentada toma como base os referenciais teóricos internacionais (Berman, 1986; Willians; Chesterman, 2002; Boisseau, 2007) de modo a delinear diretrizes para as pesquisas. Há um desenho de pesquisa descritivo, consideram-se as aplicações discutidas principalmente em Torres (2017) e Albres (2022). Um dos desdobramentos da pesquisa de Torres (2017) indica a necessidade de investigar e desenvolver traduções comentadas para a análise e descrição do processo tradutório. Assim, o caráter descritivo está em reconhecer que “todo comentário de tradução parte de uma tradução existente e, portanto, reflete sobre tendências tradutórias e efeitos ideológico-políticos das decisões de Tradução” (Torres, 2017, p. 18)

1 Doutora em Educação Especial pela UFSCar. Docente e pesquisadora da UFSC, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET). E-mail: neiva.albres@ufsc.br.

2 Mestranda em Estudos da Tradução - PGET/UFSC, professora de Libras SED/MS. E-mail: yanelibras@gmail.com.

3 Mestranda em Estudos da Tradução - PGET/UFSC, tradutora e intérprete de Libras e português UFSC. Endereço eletrônico: lilyan.vieira.souza@gmail.com

4 Mestranda em Estudos da Tradução - PGET/UFSC, professora de Libras na UPE campus Petrolina-PE, tradutora e intérprete de Libras no Estado de Pernambuco. E-mail: ritaadmsilvaa@gmail.com.

Assim, temos interesse em investigar pesquisas que discutam a Tradução Comentada de ou para a Libras de diferentes gêneros discursivos produzidas em programas de pós-graduação no Brasil. Ao ler as traduções comentadas, pode-se refletir sobre diferentes modos de produzir traduções, percursos dos tradutores e modos de pesquisar e executar projetos de tradução. Assim como distintas resoluções de problemas tradutórios, o que contribui para a formação de outros tradutores.

Acreditamos que ainda se faz necessário discutir sobre as questões teórico-metodológicas que fundamentam as traduções comentadas de e para a Libras e que tal reflexão pode ser feita por meio da visita às teses e às dissertações, como pesquisas mais robustas da área dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS). Em suma, estamos interessadas em identificar, por meio de revisão sistemática de teses e de dissertações, os temas de interesse e os pontos de convergência e de divergência destes trabalhos, com aqueles que também investigam o fazer e o refletir sobre a tradução.

A relevância deste capítulo está em ampliar as discussões teóricas de análises sobre as práticas de pesquisa em Tradução Comentada, utilizadas pelos pesquisadores da área e, dessa forma, contribuir com a consolidação deste tipo de pesquisa. O objetivo deste capítulo é analisar a produção atual, articulação com o conhecimento já construído para Tradução Comentada de diferentes gêneros discursivos de e para Libras.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Tradução é um ato criativo, produtivo e único. Para Bezerra (2015, p. 236), “a literatura é a arte do discurso e este explora as possibilidades infinitas do sentido”. Para o autor, a tradução pertence ao campo do discurso, por trabalhar com a linguagem, que busca representar os sentidos.

Ao iniciar a tradução de uma obra, o tradutor tem de estar consciente de que não se traduz língua, mas aquilo que uma individualidade criadora – o autor faz dela, isto é, traduz-se linguagem, ou melhor, linguagens, à medida que cada falante é uma nesga do universo sociocultural e sua linguagem marca sua pertença a certo segmento social e exprime seu grau de escolaridade, seu nível cultural e até sua saúde mental ou falta dela (Bezerra, 2015, p. 242).

O discurso é concretizado no enunciado vivido pelos sujeitos. O enunciado constitui um acontecimento, um evento único e irrepetível da comunicação discursiva (Volóchinov, 2017). O enunciado pode ser oral, escrito ou pronunciado em Libras, reconhecendo as línguas de sinais como línguas de fato. Para o autor,

Um Livro, ou seja, *um discurso verbal impresso* também é um elemento da comunicação discursiva. Esse discurso é debatido em um diálogo direto e vivo, e, além disso, é orientado para uma percepção ativa. [...] desse modo, o discurso verbal impresso participa de uma espécie de discussão ideológica em grande escala: responde, refuta ou confirma algo, antecipa as respostas e críticas possíveis, busca apoio e assim por diante (Volóchinov, 2017, p. 219, grifo nosso).

Nesse sentido, o tradutor/leitor precisa ler tanto o contexto intralinguístico quanto o extralinguístico da obra escrita (Volóchinov, 2017). O trabalho de tradução envolve a atividade de traduzir e uma reflexão sobre esse processo. Por sua vez, a pesquisa de Tradução Comentada vai além, constrói conhecimento sobre o processo e o produto, contribui com o campo dos Estudos da Tradução.

Para Antoine Berman (1986, p. 88), é necessário que a tradução saiba assumir uma função teórica para que ela se torne “crítica e comentário de si mesma”. Berman indica também que “Onde a tradução termina (e toda tradução conhece um ponto de parada) começa o comentário” (1986, p. 105-106). Williams e Chesterman (2002) indicam o papel introspectivo e retrospectivo da Tradução Comentada, isto é, no processo tradutório, o tradutor olha para o seu interior, refletindo sobre a motivação para as suas escolhas, bem como para o percurso trilhado nas versões da tradução realizada.

Para Fernandes (2017) a Tradução Comentada envolve a submersão em duas culturas, o conhecimento profundo das línguas e dos modos de viver das comunidades se constituem por essas línguas.

[...] a tradução comentada, que, a meu ver, é uma etnotradução. [...] Partindo-se dessa premissa, intento compreender o texto etnográfico – aqui visto, em sentido amplo, como qualquer produção escrita em que são representados fatos e modelos sociais, sejam textos literários ou não literários – como uma tradução comentada, em que existe a transplantação de um “texto nativo”, entendido como valores e práticas culturais, em outra cultura “estrangeira”. Mesmo com a pretensa funcionalidade e subordinação do texto de destino ao texto

de origem, o que se quer problematizar, nessa relação etnográfica, é a descontinuidade impetrada pelo tradutor-etnógrafo, dadas as contingências espaçotemporais e socioculturais que orientam sua interpretação-ficção, por isso não constroi a verdade, mas uma versão, uma ficção representativa de um sistema simbólico (Fernandes, 2017, p. 69-70).

O desafio da Tradução Comentada está em transpor as culturas e criar modos de enunciar de forma sensível e acessível para quem se traduz, em reconhecer o seu papel produtor de conhecimento sobre o próprio fazer.

Muitos trabalhos de Tradução Comentada focam nas estratégias de tradução propriamente linguísticas (Vinay; Darbelnet, 1977, 2000). Outros partem de reflexões sociais ou políticas, baseados, por exemplo, em Venuti (2019), discutindo estratégias tradutórias, tais como domesticação, estrangeirização e amortecimento, e como as atitudes dos tradutores podem moldar identidades culturais e afetar a recepção de textos em contextos diversos. Interessa-nos compreender como vêm sendo desenvolvidas as Traduções Comentadas de ou para Libras em âmbito nacional.

PERCURSO DA PESQUISA

Pretendemos reunir pesquisas que utilizaram a metodologia de Tradução Comentada no campo dos Estudos da Tradução, no âmbito da tradução em língua brasileira de sinais, relacionando-se também à descrição do processo, ao impacto político e social da tradução, inclusive de produtos audiovisuais. Assim, ampliar discussões sobre metodologias de estudo de caso, o desenho da Tradução Comentada e instrumentos desenvolvidos para a compreensão do processo na prática tradutória, na competência tradutória e na preocupação com a recepção da tradução de produtos audiovisuais, quando da tradução do português para Libras vídeo-gravada.

Seguimos uma abordagem qualitativa e descritiva (Gil, 2023), considerando que o assunto já é conhecido pelos pesquisadores e a contribuição que se pretendeu fazer foi proporcionar uma nova visão sobre a Tradução Comentada disponível na produção acadêmica. Para selecionar as pesquisas que comporiam o *corpus* deste trabalho, foram elencados critérios de inclusão e de exclusão, dispostos no Quadro 1.

Quadro 1. Critérios de inclusão e exclusão no *corpus* da análise

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	
Inclusão (I)	Exclusão (E)
Conteúdo principal: utilização da pesquisa em que o autor traduz e analisa a sua própria Tradução	Pesquisas que não tem relação com análise da Tradução
Tipo de documento: dissertações ou teses produzidas no âmbito de programas de pós-graduação no Brasil	Tipo de documento: obras literárias impressas e publicadas de forma autônoma, por exemplo em sites, <i>blogs</i> ou redes sociais
Acesso ao texto completo dos documentos (dissertações e teses)	Falta de acesso aos textos completos
Idiomas: português	Produções de idiomas diferentes do indicado
--	Estudos duplicados

Fonte: elaborado pelas autoras.

O levantamento foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O portal é organizado a partir da compilação de “informações sobre as Teses e Dissertações da Pós-Graduação [...] consolidados a partir do COLETA CAPES, dando acesso ao repositório institucional e acesso ao trabalho completo” (Capes, 2025).

Figura 1. Plataforma utilizada para a busca dos dados



Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>

As combinações de descritores combinados foram “tradução comentada”, “tradução comentada” and “Libras” para construir o *corpus*. Conseguimos 402 resultados para “tradução comentada” e 06 resultados para “tradução comentada” e “Libras”. A partir da leitura dos 402 títulos iniciais, encontramos

mais 07 trabalhos relacionados à Libras, de acordo com os critérios de inclusão, além dos 06 encontrados com as palavras “tradução comentada” and “Libras”, totalizando 13 pesquisas, todas em nível de mestrado (dissertações), para compor o *corpus* deste capítulo. A análise do *corpus* (13 pesquisas) foi desenvolvida com base na descrição, análise e interpretação (Sobral; Giacomelli, 2016). Cotejando as dissertações e relacionando ao aporte dos Estudos da Tradução.

A partir do levantamento de dissertações e de teses, em repositório unificado da Capes, foram delimitadas as investigações sobre Tradução Comentada de ou para a Libras. Ao realizar buscas por descritores, recuperamos 13 pesquisas de dissertações de mestrado e nenhuma tese, em âmbito de doutorado. Estas pesquisas fizeram parte desse recorte temático e construímos um *corpus* após leitura integral dos textos. A seguir, apresentamos um quadro com a relação de pesquisas selecionadas.

[illegible]

5	2022	MARQUES, Ádila Silva Araújo	Tradução comentada do conto “O espelho”, de Machado de Assis, para a Libras.	Universidade Federal do Ceará - UFC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - POET
6	2022	SOUSA, Rômulo de Lima	A história da donzela Teodora: uma proposta de tradução comentada para a Libras.	Universidade Federal do Ceará - UFC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - POET
7	2022	SILVA, Rhuan Lucas Braz	Tradução comentada da cartilha violência sexual contra crianças e adolescentes de língua portuguesa para Libras	Universidade Federal do Ceará - UFC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - POET
8	2023	ELIAS, Ananda Loiola Simões	Tradução literária para libras videossinalizada: análise dos elementos composicionais de narrativas	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução -PGET
9	2023	MARQUIOTO, Marcos Alexandre	Poesia concreta em libras: uma proposta de tradução intralingual e interlingual.	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução -PGET
10	2023	LIMA, Jocelma Gomes Rodrigues.	Tradução comentada do português para a Libras da “Cartilha de saúde mental” do INMETRO	Universidade Federal do Ceará - UFC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - POET
11	2024	SANTOS, Karolina Conceição dos	Tradução comentada de um material instrucional de orientação sobre educação em sexualidade: direção português para Libras.	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução -PGET
12	2024	SILVA, Diego Machado	A literatura negra para a infância: desafios da tradução da língua portuguesa para língua brasileira de sinais.	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução -PGET
13	2025	ALMEIDA, Leonardo Adonis de	Tradução comentada do português para a Libras do tutorial didático sobre Adobe Premiere Pro.	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução -PGET

Legenda das cores: POSTRAD (amarelo), POET (verde), PGET(azul), PPGL (rosa)

Fonte: elaborado pelas autoras.

Constatamos que os gêneros discursivos trabalhados são diversos. Identificamos no âmbito da literatura que quatro trabalhos estudaram a tradução de conto, um de fábula, um de poesia e um de tirinha. Teve uma pesquisa sobre a tradução da bíblia, três sobre material instrucional (cartilhas), uma de tradução de bula de remédio, e também um trabalho de tradução de manual de tecnologia.

Prestigiamos a literatura através de diferentes perspectivas como as propostas por Marques (2022) que apresenta o conto “O espelho” de Machado de Assis, descrevendo seu fazer tradutório e as deformações presentes na tradução pautado em Berman (2013), a história da donzela Teodora de Sousa (2022), trazendo comentários sobre os recursos linguísticos e literários sobre a tradução intermodal embasado nas reflexões de Quadros e Segala (2015) e ainda Silva (2024) que discutiu a importância da literatura negra para a infância através da abordagem de Bakhtin ao se colocar como observadora de sua própria produção discursiva. Spicacci (2018) apresenta uma tradução de tirinhas utilizando como ferramenta a Escrita das Línguas de Sinais (ELiS) onde voltou a sua atenção especialmente para dois personagens, Cebolinha e Chico Bento, justamente para problematizar como traduzir as falas características de ambos já que apresentam detalhes linguísticos e culturais marcantes. Melo (2021), autora surda, utilizou a mesma ferramenta na tradução da fábula, optando pela preservação de características visuais individualizando as personagens com o objetivo de manter o hiperônimo do animal correspondente, mantendo uma linguagem simples, direta e objetiva contudo adaptando de forma a contemplar a cultura surda. Enquanto Mendes (2020) optou por apresentar o seu processo de tradução em Libras escrita pelo sistema Sutton *Signwriting* pautado nos procedimentos tradutórios de Barbosa (1990, 2004).

As traduções de Mendes (2019), Silva (2022) e Lima (2023), trouxeram a abordagem funcionalista proposta por Nord (2016) e apresentaram traduções voltadas para a área da saúde onde reforçaram a importância das pesquisas acadêmicas contribuírem para a ampliação dos direitos linguísticos das pessoas surdas, especialmente no acesso à informação, visto os impactos que essa falta podem causar na saúde e na vida dessas pessoas. Ainda na área da saúde, Santos (2024) apresenta a sua construção enunciativa - discursiva e a posição axiológica da própria tradutora - autora surda fundamentada na perspectiva dialógica da linguagem bakhtiniana.

De alguma forma, alguns trabalhos tratam da Tradução Audiovisual (TAV), considerando ser um ramo dos Estudos da Tradução que diz respeito à tradução de textos multimodais para outra língua e/ou cultura (Bake; Saldanha, 2009). Elias (2023) investigou na sua tradução literária para Libras videossinalizada estratégias visuais que possam auxiliar na tradução multimodal como a inclusão

de efeitos de gravação e edição de vídeo. Por sua vez, Marquioto (2023) apresentou uma análise apresentando as diferenças entre poesias concretas e escritas com a poesia videossinalizada, ao passo que Almeida (2025) mostrou em sua tradução do tutorial didático sobre Adobe Premiere Pro o quanto conhecer os recursos avançados do software podem possibilitar a construção de um produto mais adequado a realidade da Libras. Díaz Cintas (2007) define a TAV como sendo um grupo de sistemas semióticos que, de forma dinâmica, coexistem dentro de uma determinada esfera cultural. Quando da produção de vídeos, o corpo do tradutor é apresentado conjuntamente com outros elementos, como abordado por Albres (2015) referente à multimodalidade na tela.

As pesquisas apontaram que por meio da metodologia da Tradução comentada o pesquisador-tradutor tem a oportunidade de refletir sobre as suas escolhas e de explicitar acerca dos procedimentos utilizados, estratégias e justificar opções linguísticas e culturais, indicando suas considerações entre a teoria e a prática. Notamos que algumas pesquisas enfatizaram mais o processo tradutório, refletindo sobre o papel do tradutor em relação ao processo, enquanto outras destacaram o impacto do produto que surgiu daquele processo. Essa diferença pode estar atrelada à fundamentação teórica que apresentou significativa variação entre os autores clássicos utilizados, como: Bakhtin, Barbosa, Nord, Berman, Williams e Chesterman. Estes autores ofereceram aportes para diferentes enfoques como dialogismo, funcionalismo, intermodalidade, deformações, entre outros. Cada um contribuindo a partir da sua perspectiva, considerando o seu paradigma de ciência.

Verificamos que a Tradução Comentada de ou para Libras foi pesquisada nas seguintes universidades: Universidade de Brasília, em Brasília; Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza; e Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Todas estas pesquisas em Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Como também a Universidade Federal do Tocantins – UFT, em Programas de Pós-Graduação em Letras.

Figura 2. Quantitativo por região e IES



Fonte: elaborado pelas autoras.

Conferimos que houve um aumento progressivo de pesquisas de mestrado a partir do ano 2018. Nazário (2023) desenvolveu um levantamento sistemático das Dissertações e Teses sobre Tradução Comentada defendidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET/UFSC), com foco em pesquisas enquadradas na metodologia da Tradução Comentada. Até a data do levantamento (20 de fevereiro de 2024), o programa contava com 386 dissertações, sendo que 368 estavam publicadas e acessíveis. O autor indica que a primeira dissertação desenvolvida de Tradução Comentada sobre línguas vocais-auditivas foi defendida em 2006 e orientada pelo prof. Dr. Mauri Furlan.

A triagem inicial utilizou termos como “comentada”, “comentário”, “anotada”, “notas” e “justificada”, resultando em 63 dissertações potencialmente relacionadas à Tradução comentada. Para garantir maior precisão, Nazário selecionou apenas aquelas com o termo “comentada” no título, totalizando 55 dissertações. Após exclusões por critérios das línguas envolvidas e metodologia de pesquisa explicitada (como a exclusão de trabalhos intralinguais), restaram 52 dissertações analisadas, todas interlinguais, ou seja, envolvendo pares de línguas distintas.

Nazário (2023) em sua análise incluiu a identificação dos pares linguísticos abordados, o que permite inferir a presença de dissertações com foco em línguas vocais-auditivas e em línguas de sinais. O autor propõe quatro eixos analíticos: os gêneros e as áreas traduzidas, os pares linguísticos utilizados, a estrutura das Traduções Comentadas e as práticas consideradas exemplares.

Este mapeamento pioneiro oferece um panorama detalhado da consolidação da Tradução Comentada como metodologia acadêmica no Brasil, evidenciando o crescimento e a diversidade de estudos. O trabalho de Nazário (2023) funciona como referência fundamental para estudiosos interessados no campo da Tradução Comentada. Destaca boas práticas, além de identificar lacunas e tendências do setor, contribuindo para o progresso da pesquisa e para a capacitação de tradutores-pesquisadores.

Albres (2020a) indica que a primeira Tradução Comentada de ou para Libras publicada em formato de artigo científico data de 2010, por Silvana Nicoloso. Há contribuições sobre a metodologia de pesquisa em Albres (2020b), sendo um referencial o artigo de Tradução comentada de poesia (Albres, 2021) indicando uma sequência metodológica de apresentação do processo e da análise. Esses resultados evidenciam a relação com a historicidade de políticas públicas, de políticas linguísticas e políticas de tradução incentivando a pesquisa em Libras a partir dos anos 2000.

Quadro 3. Quantitativo por região e IES

REGIÃO	UNIVERSIDADE	QUANTIDADE
Norte	Universidade Federal do Tocantins – UFT - Palmas	1
Nordeste	Universidade Federal do Ceará - UFC	5
Centro-Oeste	Universidade de Brasília - UNB	1
Sudeste	---	0
Sul	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	6

Legenda das cores: POSTRAD (amarelo), POET (verde), PGET(azul), PPGL (rosa)

Fonte: elaborado pelas autoras.

No quadro 3, ilustramos que a região Sul apresenta o maior quantitativo, totalizando 6 pesquisas. A região Nordeste está em segundo lugar com o total de 5 pesquisas, a região Centro-oeste com 1 pesquisa e a Norte também com uma pesquisa. A região Sudeste não tem pesquisas de Tradução Comentada e Libras no âmbito de dissertações e teses. As regiões com o menor quantitativo são, a região Centro-oeste e a região Norte, com uma pesquisa em cada.. Dentre as 13 pesquisas analisadas, identificamos que 12 estão vinculadas a Universidades federais (UFC, UFSC e UFT) e 1 a Universidade Estadual (UNB).

Os resultados desta revisão apontam que a Tradução Comentada é um campo emergente, marcado por contribuições significativas em aspectos processuais e técnicos, como edição e *design* de produções audiovisuais quando da materialização da Libras em vídeo. As produções científicas destacam o papel

do tradutor-pesquisador, bem como os avanços conceituais ligados aos Estudos da Tradução e Interpretação das línguas de sinais.

CONCLUSÃO

A produção científica atual de pesquisas em nível de Pós-graduação, alvo desta investigação, é composta por 13 pesquisas de mestrado que utilizam a metodologia de Tradução Comentada de ou para Libras. A análise do *corpus* evidenciou o trabalho com diferentes gêneros discursivos, sendo eles: conto, fábula, poesia, tirinha, bíblia, bula de remédio, manual de tecnologia e cartilhas.

Relacionado ao quantitativo de pesquisas, a UFSC destaca-se com 7 pesquisas, seguida pela UFC com 4 pesquisas e a UFT e UNB com 1 pesquisa cada. Conforme o *corpus* apresentado, constatamos que na UFSC, UFC e UNB todas as pesquisas estão vinculadas ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET). Na UFT a pesquisa está vinculada ao Programa de pós-graduação em Letras.

As traduções analisadas foram produzidas por diferentes pesquisadores, que adotaram metodologias e abordagens variadas. Enquanto alguns optaram por uma abordagem qualitativa de natureza descritiva, utilizando o método de estudo de caso, projeto de tradução e diário de tradução (Almeida, 2025; Santos, 2024), outros citam apenas o projeto de tradução (Spicacci, 2018) ou a abordagem em si (Elias, 2023) ou o estudo de caso (Melo, 2021). Também foram empregadas a técnica de documentação indireta (Silva, 2024), pesquisa documental e análise de conteúdo (Lima, 2023) e uma de natureza exploratória (Silva, 2022). O uso de diário de tradução (Silva, 2022; Sousa, 2022) e de diário de bordo (Lima, 2023) foi comum. A realização de comentários e experimentação de tradução (Marquioto, 2023; Mendes, 2020). Além disso, foram citadas a abordagem sistêmica (Sousa, 2018) e a abordagem funcionalista (Mendes, 2019).

Entendemos que as divergências enriquecem o campo dos Estudos da Tradução e evidenciam a relevância acadêmica da Tradução Comentada, revelando que ela se aplica a diferentes gêneros discursivos e contextos. Nesse sentido, destacamos que, independentemente da abordagem adotada, as pesquisas demonstraram como a tradução em Libras é relevante não apenas para contribuir para os Estudos da Tradução, mas também como ação política e social, evidenciando a preocupação com a acessibilidade e com a garantia dos direitos linguísticos da comunidade surda, especialmente em contextos negligenciados como saúde, educação, literatura e tecnologia, justificando o esforço de cada pesquisa em documentar e discutir processos tradutórios e estimulando a elaboração de novas pesquisas em outras universidades.

Consideramos relevante refletir sobre como os trabalhos de Tradução Comentada são essencialmente teórico-práticos, podem ser aplicados para a formação de pesquisadores e na formação de novos tradutores de Libras-Português, uma vez que as dissertações focam na resolução de problemas de tradução.

Acreditamos que com este capítulo estamos contribuindo com a consolidação das pesquisas de Tradução Comentada de ou para Libras no Brasil, a partir da construção do panorama apresentado.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. Traduções comentadas de poesias em e traduzidas para línguas de sinais: um método de pesquisa em consolidação. **Revista Araticum**, v. 21, n. 01, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.46551/2179679320200005> Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/araticum/article/view/2739/2696?fbclid=IwAR1OhAc1h4DOqL4y23-5udfchXErBvYKiThbvUkOKbUG2SnaYbiC4xvaqng>. Acesso em: 01 mar. 2025.

ALBRES, Neiva Aquino. Tradução comentada de/para línguas de sinais: ilustração e modos de apresentação dos dados de pesquisa. **Revista Linguística**, v. 16, n. 3, p. 425-451, 2020b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/33672>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ALBRES, Neiva Aquino. “O voo sobre o Rio” da poetisa surda Fernanda Machado. **Porto das Letras**, n. 6, v. 6, p. 328-352, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/.../portoda.../article/view/9774>. Acesso em: 05 jan. 2025.

ALBRES, Neiva de Aquino. Multimodalidade e a tradução intersemiótica de livros didáticos. **Revista Fórum**, [S. l.], v. 31, p. 102-121, 2015. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/1574>. Acesso em: 05 jan. 2025.

BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela. **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2nd. ed. London: Routledge, 2009. 674 p.

BARBOSA, Heloisa G. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta**. 2. Campinas: Pontes, 2004.

BERMAN, Antoine. Critique, commentaire et traduction (Quelques réflexions à partir de Benjamin et de Blanchot). **Po&sie**, Paris, vol. 37, p. 98-106, 1986.

BEZERRA, Paulo. Tradução, arte, diálogo / Translation, Art, Dialogue. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 235-251, set./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/21138>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BOISSEAU, Maryvonne. Présentation. De la traduction comme commentaire au commentaire de traduction. **Palimpsestes Revue de traduction**, n. 20, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/palimpsestes.59>. Acesso em: 10 ago. 2025.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** (Capes). 2025. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

DÍAZ-CINTAS, Jorge. Traducción audiovisual y accesibilidad. In: HURTADO, Catalina Jiménez. **Traducción y accesibilidad Subtitulación para sordos y audiodescripción para ciegos**: nuevas modalidades de Traducción Audiovisual. Frankfurt: Peter Lang, 2007. p. 9-23.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Etnotradução. In: FREITAS, Luana Ferreira de; TORRES, Marie Hélène Catherine; COSTA, Walter Carlos. (org.). **Literatura traduzida**: tradução comentada e comentários da tradução. Fortaleza: Substância, 2017. p. 15-35. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181534/Literatura%20traduzida.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Barueri: Atilas, 2023.

NAZÁRIO, Victor Hugo Lima. **Tradução Comentada**: uma revisão sistemática de teses e dissertações produzidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PGET/UFSC. 124 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PGET0603-D.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2025.

NORD, C. **Análise textual em tradução**: bases teóricas, métodos e aplicação didática. São Paulo: Rafael Copetti, 2016.

QUADROS, Ronice Müller de; SEGALA; Rimar Ramalho. Tradução intermodal, intersemiótica e interlinguística de textos escritos em português para a libras oral. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 354-386, jul./dez. 2015.

SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. **Domínios de Linguagem**, 10(3), 1076-1094. 2026. DOI <https://doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016>. Acesso em: 10 ago. 2025.

TORRES, Marie-Hélène Catherine. Por que e como pesquisar a tradução comentada? In: FREITAS, Luana Ferreira de; TORRES, Marie Hélène Catherine; COSTA, Walter Carlos (org.). **Literatura traduzida**: tradução comentada e comentários da tradução. Fortaleza: Substância, 2017. p. 15-35. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181534/Literatura%20traduzida.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2025.

VENUTI, Lawrence. **Escândalos da tradução**: por uma ética da diferença. Trad. Laureano Pelegrini, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Rev. **téc**. Stella Tagnin. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

VINAY, Jean-Paul; DARBELNET, Jean. (2000) A methodology for translation. Trad. Juan C. Sager e M. J. Hamel. In: VENUTI, L. (Ed.). **The translation studies reader**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2004.

VINAY, Jean-Paul; DARBELNET, Jean. (1958) **Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction**. Paris: Didier, 1977.

VOLÓCHINOV, Valentin. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad., Notas e Glossário Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. Ensaio introdutório Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. **The Map: a beginner's guide to doing research in translation studies**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

CORPUS DE ESTUDO: TRADUÇÕES COMENTADAS ORGANIZADAS POR ANO

SPICACCI, Aline Alkmin Camargo. **Tirinhas da Turma da Mônica: tradução do português para a libras por meio da ELiS**. 85 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade de Brasília, Brasília, 2018. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33878>

MENDES, Núbia Flávia Oliveira. **Informações centrais de medicamento em Libras: tradução comentada para instituir o direito e o acesso linguístico dos surdos na área da saúde**. 2019. 243f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2019. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204433>

MENDES, Josenilson da Silva. **Tradução comentada da I Epístola de João em Libras escrita pelo sistema Sutton Signwriting**. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Fortaleza, 2020.

<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53598>

MELO, Nyce Marcelle de Leon Rocha Vieira de. **Tradução comentada de fábulas da obra de Monteiro Lobato para a Libras / ELiS**. 2021. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021. <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5280>

MARQUES, Ádila Silva Araújo. **Tradução comentada do conto “O espelho”, de Machado de Assis, para a libras**. 2022. 170 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. <http://tede.ufsc.br/teses/PGET0426-D.pdf>
SOUSA, Rômulo de Lima. **A história da donzela Teodora: uma proposta de tradução comentada para a Libras**. 188 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/65924>

SILVA, Rhuan Lucas Braz. **Tradução comentada da cartilha violência sexual contra crianças e adolescentes de língua portuguesa para Libras**. 103 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Fortaleza, 2022. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/72649>

ELIAS, Ananda Loiola Simões. **Tradução literária para libras videossinalizada: análise dos elementos composicionais de narrativas**. 2023. 146 f. Dissertação (mestrado) - Universidade

Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2023. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/249914>

MARQUIOTO, Marcos Alexandre. **Poesia concreta em libras: uma proposta de tradução intralingual e interlingual**. 205 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2023. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251703>

LIMA, Jocelma Gomes Rodrigues. **Tradução comentada do português para a Libras da “Cartilha de saúde mental” do INMETRO**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77573>

SANTOS, Karolina Conceição dos. **Tradução comentada de um material instrucional de orientação sobre educação em sexualidade: direção português para Libras**. 139 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2024. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/263990>

SILVA, Diego Machado. **A literatura negra para a infância: desafios da tradução da língua portuguesa para língua brasileira de sinais**. 2024. 95 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2024. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264038>

ALMEIDA, Leonardo Adonis de. **Tradução comentada do português para a Libras do tutorial didático sobre Adobe Premiere Pro**. 2025. 119 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2025.

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/267198?show=full>

A “CRÍTICA DE TRADUÇÃO” COMO PESQUISA EM ESTUDOS SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Neiva de Aquino Albres¹

Ariela Carloto da Silva²

Camila Neves Petrópulos³

Mariane de Paula Pordeus⁴

INTRODUÇÃO

A crítica da tradução é um tipo de pesquisa e uma prática avaliativa que oferece reações distintas de traduções publicadas, o crítico tem o papel de analisar em detalhes e normalmente pressupondo que o leitor já conheça as referidas obras (Mayer, 2000), por sua vez, o pesquisador produz conhecimento sobre prática de tradução. Um tipo de crítica de tradução, especialmente da tradução literária, é uma forma de crítica e resenha literária, como uma apreciação mais ou menos crítica e extensa do produto “*tradução*” relacionado ao contexto do público de chegada e ao aspecto linguístico e cultural, “sem o texto de partida ter sido tomado como fator determinante para a crítica da tradução” (Martins, 1999, p. 39). Contudo, há outra forma de crítica da tradução, e é esta que nos interessa neste capítulo.

1 Doutora em Educação Especial pela UFSCar. Docente e pesquisadora da UFSC, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET). E-mail: neiva.albres@ufsc.br.

2 Mestranda em Estudos da Tradução - PGET/UFSC, professora de AEE CAS/SED/MS. E-mail: arielawell@gmail.com.

3 Mestranda em Estudos da Tradução - PGET/UFSC, tradutora e intérprete de Libras e português UFSC. E-mail: camila.petrópulos@ufsc.br.

4 Mestranda em Estudos da Tradução - PGET/UFSC, tradutora e intérprete de Libras e português da Feneis lotada no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) câmpus Palhoça Bilíngue. E-mail: mari.pordeus21@gmail.com.

Consiste no confronto analítico e comparativo do texto original e da respectiva tradução, perspectiva esta que tem como intenção inventariar e comentar semelhanças e diferenças de estrutura e linguagem entre o texto de partida e o de chegada, com vista a esclarecer o processo de tradução individual, a estratégia adoptada pelo tradutor e a sua adequação à tradução efetuada. É uma crítica que salienta a apreciação do processo de tradução e o papel dos fatores e determinantes que o envolvem (Martins, 1999, p. 39).

A partir desta definição introdutória, passamos a refletir sobre essa metodologia de pesquisa aplicada à tradução de e para Libras. Diante da regulamentação da Libras (Brasil, 2002) e do fortalecimento da proposta de Educação Bilíngue para surdos (Brasil, 2005, 2015) muitos materiais vêm sendo traduzidos de português para a Libras a fim de minimizar a desigualdade social e linguística entre surdos e ouvintes. A partir da literatura, os surdos podem ter acesso ao conhecimento socialmente construído e desenvolver a linguagem. As pesquisas sobre a tradução de obras literárias também têm crescido. Contudo, é preciso mapear estes trabalhos no âmbito de pesquisas na pós-graduação. Nos interessa compreender como vem sendo construída as pesquisas que se configuram como crítica do par linguístico tradução português-Libras.

Desta forma, a revisão sistemática contribui para gerenciar a documentação e a organização das pesquisas (Kitchenham, 2004), com o armazenamento das pesquisas brasileiras pela capes, atualmente é possível desenvolver a recuperação dessas informações como uma Gestão de Conteúdo Institucional.

Após esta breve contextualização (seção 1), indicaremos como os estudos da tradução e literários têm concebido a “crítica da tradução”, (seção 2). Apresentamos, em seguida, o percurso metodológico (seção 3), passando à descrição detalhada do *corpus* construído, configurando a revisão e análise (seção 4). Finalizamos com uma síntese e indicação de lacunas e temas interessantes para pesquisas futuras.

REFERENCIAL TEÓRICO: TRADUÇÃO E A CRÍTICA DA TRADUÇÃO

A palavra crítica tem diferentes acepções, como uma “ação ou efeito de depreciar, censurar; opinião desfavorável; censura, depreciação, condenação”, por definição genérica (Benedetti, 2004, s.p.). Contudo, no campo dos estudos da tradução, esta palavra toma outro patamar, mais elaborado e minucioso, crítica como “exame e análise”.

O próprio tradutor, ao tomar uma obra para trabalhar, faz uma crítica da obra e da sua própria tradução.

Se a atividade tradutora sempre pressupõe uma crítica — prévia ou simultânea, consciente ou inconsciente —, mas a pressupõe como condição *sine qua non* (tanto que sua ausência sempre deixa marcas detectáveis), a crítica da tradução consistiria no esforço de detectar os pressupostos de que o tradutor partiu para traduzir X por Y, e não por Z. Portanto, a crítica da tradução seria, num primeiro momento, a detecção da crítica feita pelo tradutor. O segundo momento seria, mais precisamente, a crítica dessa crítica (Benedetti, 2004, sp).

Encontra-se aqui uma reconstrução do conceito de crítica de *tradução* como método de pesquisa. O pesquisador precisa realizar uma leitura minuciosa da obra traduzida.

Uma verdadeira crítica da tradução, portanto, precisaria detectar os elementos dessa tensão e trazê-los à tona. A adequação ou inadequação das táticas empregadas para resolver as tensões de estilo, aliadas a uma análise de tipologia textual mínima, são coisas que poderiam constituir um bom tema para uma crítica da tradução que ultrapassasse o nível elementar da busca do erro ou do acerto lexical, o nível elementar da crítica como condenação (Benedetti, 2004, sp).

Historicamente, a crítica de tradução vem tomando um enfoque no texto e estrutura específica. Inicia-se a crítica da tradução com uma análise do texto de partida House (1981), determina-se primeiramente tipo de texto, o método de tradução, e se estabelece um critério para a crítica. Em segundo lugar, se analisa o texto de chegada de acordo com o mesmo modelo utilizado para o texto de partida e se compara o resultado de ambas as análises, enquanto desenvolve-se uma comparação e apreciação da tradução.

Um dos principais autores que contribuem para a metodologia da crítica da tradução é Antonie Berman. Torres (2021) desenvolve um estudo sobre o seu método de “crítica da tradução” e sintetiza em:

Desenvolvo meu texto seguindo o que Berman chama de “trajeto analítico”, detalhando cada etapa para demonstrar e sistematizar os procedimentos do método de análise crítica. A primeira parte concerne à etapa preliminar, ou seja, à pré-análise da tradução

e do original a partir da leitura e seleção de exemplos textuais estilísticos. A segunda parte se interessa pelo perfil do tradutor que Berman concebe como autor do texto traduzido, isto é, o sujeito traduzinte. À maneira dos teóricos descritivistas, Berman procura saber, baseando-se em três categorias hermenêuticas, quem é o tradutor e qual sua posição tradutiva, seu projeto de tradução e o seu horizonte de tradução. Na última parte, descrevo a análise comparativa, ou melhor, a confrontação da tradução e do original e o julgamento de valor da tradução apresentado por Berman (Torres, 2021, p. 192-193).

Constatamos um enfoque no sujeito tradutor, ou seja, conhecer sobre o tradutor, o seu projeto de tradução e sua perspectiva de tradução.

Não há locutor que diga algo com total imparcialidade, porque dizer algo sempre parte da realidade da pessoa, de sua vida, de suas experiências, revelando a sua posição, tanto sobre um dado assunto como a posição que ela ocupa na coletividade (Sobral, Giacomelli, 2016, p. 1083).

Sobral (2021), aborda a questão da alteridade constitutiva do tradutor. Para o autor, nos constituímos como *eus* por meio do confronto, do contraste e da delimitação entre os *eus* que somos, vivenciamos, apresentamos aos outros e os outros *eus* que por razões diversas escondemos, decidindo não ser e não vivenciar no âmbito de alguma coletividade. As escolhas tradutórias também são marcadas por essa perspectiva. Assim, a crítica da tradução não se restringe à comparação de textos.

A crítica da tradução não se baseia apenas na comparação de elementos internos e particulares dos textos de partida e de chegada, mas também na comparação de dois textos sui generis inseridos numa determinada situação, onde o fator temporal e cultural desempenham um importante papel (Martins, 1990, p. 40).

O autor da tradução faz escolhas discursivas considerando aspectos temporais e culturais das línguas envolvidas. Concordamos que “uma tradução está sempre flertando com o impossível, constituído nas diferenças entre as línguas que possuem maneiras distintas de expressar o mundo” (Abes, 2023, p. 334). Pela tradução se conduz o leitor ao encontro com um outro (estrangeiro) autor, outra cultura. Assim, “a linguagem, matéria de que se nutre a literatura, sendo

parte da vida política e social, não só molda nossas percepções, como é moldada pelo social” (Reis, 1992, p. 4). Ainda segundo o autor, a literatura:

[é] um fenômeno altamente complexo e possui um caráter eminentemente dialogal. Na leitura interagem não apenas o leitor e o texto, mas, através do texto, o leitor entabula uma conversação com o autor, com o contexto histórico e social plasmado no texto, com uma cultura, uma tradição literária, uma visão de mundo, um acervo linguístico (Reis, 1992, p. 7).

As histórias também contribuem para a transmissão de costumes e convenções de diferentes povos e épocas. Em um estudo de “crítica da tradução” aspectos linguísticos, sociais, políticos e culturais precisam ser revisitados pelo pesquisador. Após esta breve revisão do que consiste a produção de uma crítica, passemos à metodologia de pesquisa.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa configura-se por uma pesquisa qualitativa. Utilizando de revisão sistemática (Kitchenham, 2004) a fim de levantar e analisar o estado da arte das pesquisas do tipo *crítica da tradução* quando da tradução de português escrito para a Libras, pretendemos reunir pesquisas que utilizaram uma metodologia de análise da Tradução, fundamentadas em Estudos literários, linguísticos ou Estudos da Tradução.

O objetivo principal é ampliar discussões sobre a pesquisa do tipo *crítica da tradução*, os modos de organização destas pesquisas para a análise das línguas do projeto de tradução analisado. Para selecionar as pesquisas que fariam parte do *corpus* deste trabalho, foram elencados critérios de inclusão e de exclusão, dispostos no Quadro 5.

Quadro 1. Critérios de inclusão e exclusão no *corpus* da análise.

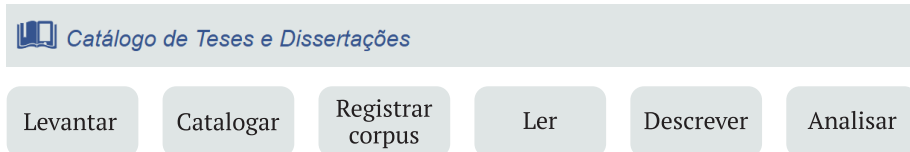
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	
Inclusão (I)	Exclusão (E)
Conteúdo principal: utilização da pesquisa em que o se analisa uma tradução comparando o texto original e o texto traduzido	A pesquisa não tem relação com a análise da Tradução.
Tipo de documento: dissertações ou teses produzidas no âmbito de programas de pós-graduação no Brasil	Tipo de documento: obras literárias impressas e publicadas de forma autônoma, por exemplo em sites, blogs ou redes sociais. Assim como artigos científicos.
Acesso ao texto completo dos documentos (dissertações e teses)	Falta de acesso aos textos completos
Idiomas: português	Produções de idiomas diferentes do indicado
--	Estudos duplicados.

Fonte: elaborado pelas autoras.

O levantamento foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O portal é organizado a partir da compilação de “informações sobre as Teses e Dissertações da Pós-Graduação [...] consolidados a partir do COLETA CAPES, dando acesso ao repositório institucional e acesso ao trabalho completo” (Capes, 2025). Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>

As combinações de descritores foram “Crítica da tradução”, “Análise de tradução” and Libras, assim como “Tradução de literatura” and Libras para “Análise da tradução” and Libras para construir o *corpus*. Conseguimos 159 resultados para “Crítica da tradução”, lendo o título de todos e excluindo os que não fossem sobre Libras. Quatro resultados para “Análise de tradução” and Libras, quatro resultados para “Tradução de literatura” and Libras; e cinco resultados para “Análise da tradução” and Libras. Ao final, selecionamos seis trabalhos que atendiam aos critérios estabelecidos. Nesse sentido, uma síntese dos passos metodológicos adotados para a presente pesquisa pode ser observada por meio da figura 8, que representa o esquema metodológico.

Figura 1. Síntese dos passos metodológicos



Fonte: elaborado pelas autoras

Ao final, com base nos critérios estabelecidos, selecionamos seis trabalhos, um de doutorado e cinco de mestrado para descrição e análise. Apenas um trabalho tinha indicação de trabalho anterior à Plataforma Sucupira (Ramos, 2000), não sendo disponibilizado na plataforma Capes. Contudo, tivemos acesso ao trabalho completo a partir de uma busca no google, visto que a própria autora disponibilizou a tese.

ANÁLISE

A partir do levantamento de dissertações e teses em repositório unificado da Capes foram delimitadas as investigações que configuram-se como uma crítica à tradução envolvendo a Libras. Como resultado inicial, ao realizar buscas por descritores, recuperamos cinco pesquisas de mestrado (dissertação) e uma de doutorado (tese). Estas pesquisas fizeram parte desse recorte temático e construímos um *corpus* após leitura integral dos textos. A seguir, apresentamos um quadro com a relação de pesquisas selecionadas e analisadas.

Observamos no Quadro 6, a seguir, a distribuição dos trabalhos, no que se refere aos programas em que as pesquisas foram realizadas: três (3) em Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, sendo dois (2) PGET-UFSC e um (1) POE-UFC; todas são dissertações de mestrado. Dois (2) trabalhos produzidos em Programa de Pós-Graduação em Literatura. Um realizado na UFRJ e outro na UFSC. Um trabalho no Programa de Pós-Graduação em Letras, na UFMS. É interessante notar que todos os trabalhos do *corpus* fazem referência à tradução na direção português escrito para a Libras em vídeos, tendo tradutores surdos.

Quadro 2. Relação de pesquisas selecionadas

Nº	ANO	AUTOR	NÍVEL	TÍTULO	UNIVERSIDADE	PÓS-GRADUAÇÃO
1	2000	RAMOS, Clélia Regina	D	Uma Leitura da Tradução de Alice no País das Maravilhas para a Língua Brasileira de Sinais'	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Programa de Pós-Graduação em Letras (Ciências da literatura) Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
2	2010	MOREIRA, Jefferson Bruno.	M	Fronteiras Literárias: Experiência e Performances dos Tradutores e intérpretes de Libras	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Programa de Pós-Graduação em Literatura
3	2015	ANDRADE, Betty Lopes L'astorina de.	M	Português Brasileiro e Libras: elos coesivos em textos em relação tradutória A tradução de obras literárias em Língua Brasileira de Sinais: antropomorfismo em foco	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução
4	2017	LIMA, Daniel Almeida de.	M	Missa do Galo em Libras: possibilidades tradutórias	Universidade Federal do Ceará - UFC	Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução
5	2017	ANCHIETA, Ester Vitória Basílio	M	Incorporação e partição do corpo: o espaço subrogado no discurso narrativo de uma tradução de literatura infantil do português para a Libras	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução
6	2021	MENDONÇA, Priscila Keila de.	M	Será o príncipe pequeno?	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	Programa de Pós-Graduação Letras

Fonte: elaborado pelas autoras.

Rodrigues e Christiman (2023, p. 3) desenvolveram recentemente um mapeamento de teses e dissertações no campo da tradução para situar o desenvolvimento científico e, por sua vez, oferecem uma visão geral do campo dos ETILS. Indicam a “ampliação significativa do número de pesquisas, sua diversificação temática e sua gradativa localização e consolidação em programas de pós-graduação em Estudos da Tradução”. Esse fato também foi identificado em nossos dados para a pesquisa de crítica da tradução, pois metade dos trabalhos são provenientes do Estudos da Tradução e os outros dialogam com referências dos Estudos da Tradução.

Após apresentar um panorama geral das pesquisas de crítica literária, realizadas em diferentes programas de pós-graduação no Brasil, e com o intuito de sistematizá-las, adotaremos a dinâmica de apresentar o enfoque teórico-conceitual de cada pesquisa e o objeto de estudo delimitado.

Importante esclarecer que nem todos os trabalhos adotam a metodologia de Crítica da tradução. Contudo, selecionamos para a pesquisa aqueles em que se analisa uma tradução comparando o texto original e o texto traduzido.

Na pesquisa *“Uma Leitura da Tradução de Alice no País das Maravilhas para a Língua Brasileira de Sinais”* publicada em 2000, Ramos (2000) aborda a tradução do livro “Alice no país das maravilhas”. Importante destacar a trajetória pessoal da autora, pioneira no campo da pesquisa de literatura em Libras e sócia/idealizadora da Editora Arara Azul.

Figura 2. CD-ROOM “Alice no país das Maravilhas”



Fonte: <https://editora-arara-azul.com.br/produto/alice-no-pais-das-maravilhas/>.

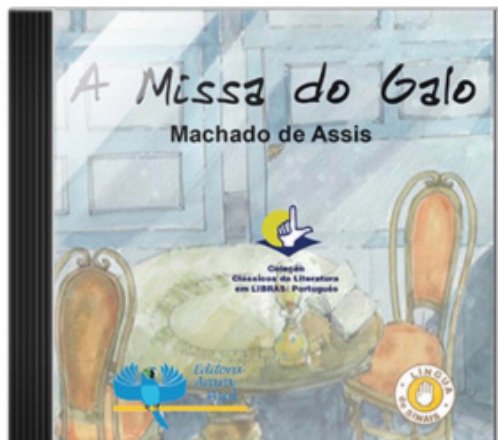
Ramos (2000) realizou uma pesquisa qualitativa centrada na semiologia pós-estruturalista, principalmente com base nas ideias de Michel Foucault e Deleuze, para discutir conceitos como “tradução cultural” e “ideologias em rede”, pontos centrais para a execução da tradução em si e da análise. Adotou uma abordagem culturalista e bicultural para analisar os processos de tradução cultural. O foco da pesquisa foi a tradução colaborativa e estudo de caso da obra *Alice no País das Maravilhas* para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), registrada em VHS, realizado com um grupo de surdos no Laboratório de Linguagem e Surdez da Faculdade de Letras da UFRJ. O processo metodológico foi dividido em quatro etapas principais: (1) apresentação do projeto e discussão sobre traduções e adaptações; (2) leitura do Capítulo 1, com apoio visual e discussão entre as informantes surdas; (3) recontar o capítulo em Libras de forma livre; e (4) recontar o capítulo em português escrito.

Assim, a análise do material partiu de uma leitura semiológica e cultural, refletindo as contradições entre teoria e prática, bem como o significado da tradução cultural para a comunidade surda. A autora discute pontos como enquadramento de filmagem, pontuação do texto de partida, formatação de apresentação do texto traduzido, ritmo, expressões faciais, repetições, explicações e jogos linguísticos. Os anexos 3 e 4 não estão disponíveis na versão publicada pela autora na *internet*, mas o sumário informa que esses anexos contêm “*Alice no país das maravilhas*” reescrito pela pesquisadora surda e o texto traduzido para a Libras em VHS.

A pesquisa, ao final, destaca a necessidade de criar uma Biblioteca de Clássicos da Literatura em Libras como forma de reforçar a afirmação cultural e o protagonismo dos surdos como produtores de conhecimento e cultura.

Em outra pesquisa intitulada “***Fronteiras Literárias: Experiência e Performances dos Tradutores e intérpretes de Libras***” de Moreira (2010) ocorre a leitura e análise tradutória do conto “A Missa do Galo”, uma versão em Libras da narrativa de Machado de Assis, o que serviu como fio condutor para a observação das mais variadas formas de se traduzir um conto literário para a Língua Brasileira de Sinais, também publicado no campo da Literatura tem a intenção de argumentar que “essas traduções em Libras atuam como instrumento de incentivo à leitura e até a crítica literária para o público-alvo desse projeto: a população surda” (Moreira, 2010, p. 2).

Figura 3. CD-ROOM “A missa do galo”



Fonte: <https://editora-arara-azul.com.br/produto/a-missa-do-galo/>.

Nesta pesquisa, realizou-se uma investigação teórica e qualitativa para explorar o discurso, a enunciação e a construção identitária dos tradutores surdos e intérpretes envolvidos na tradução literária. Produzida pela Editora Arara Azul, a pesquisa combinou análise tradutória, entrevistas com tradutores surdos e intérpretes, além da análise de fóruns de leitores. Assim, configura-se como uma metodologia mista. A pesquisa abordou aspectos como técnicas de tradução, diferenças entre tradução e interpretação, adaptação e tradução cultural, destacando especialmente a ideia de “Literatura do Corpo”, em que o corpo funciona como linguagem performática. Foram considerados também comentários e opiniões de leitores, professores e tradutores postados nos fóruns da Editora Arara Azul. Moreira concluiu que essas traduções desempenham um papel importante no incentivo à leitura e à crítica literária voltadas ao público surdo.

Moreira (2010), exhibe trechos em português do conto “A missa do galo” e, em seguida, comenta as escolhas tradutórias presentes no texto traduzido para a Libras. Apresenta e discute brevemente comentários de um fórum criado pela editora Arara Azul para discutir as traduções culturais produzidas pela mesma. Segundo o autor, o papel desses dados diz respeito a confirmar “o aporte teórico utilizado para compreender a tradução cultural e as estratégias usadas pela editora.” Além disso, na pesquisa utilizou-se dos comentários deste fórum como ferramenta para observar “como se percebe a interferência do tradutor.” A partir desses dados, apresenta sua análise da tradução cultural do conto “A missa do galo”. Para Carozo:

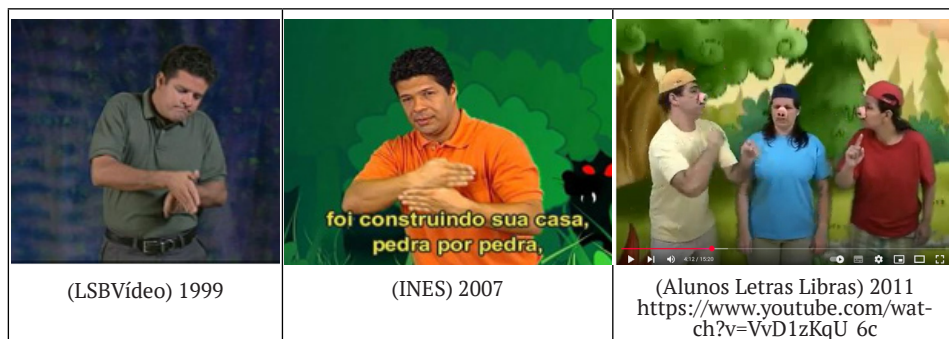
quando a crítica, não se limitando apenas a estimar o valor da obra (ainda que sem se eximir de sua natureza judicativa), toma a obra como o espaço discursivo em que inscreve um movimento crítico-reflexivo interessado no desenvolvimento de um pensamento a partir e através da obra, interessado na discussão dos diferentes modos como a obra se inscreve no mundo e, nisso, constitui-se como variação singular do mundo (Cardozo, 2025, p. 234).

Lima (2017), em seu mestrado intitulado ***“Missa do Galo em Libras: possibilidades tradutórias”***, também estudou a tradução do conto “Missa do Galo”, de Machado de Assis (1894. 1899), traduzida para a Libras em 2005 por Heloíse Gripp Diniz (surda). A pesquisa fundamenta-se nos Estudos da Tradução de Textos Literários. O trabalho situa-se no campo dos Estudos da Tradução de Textos Literários, fundamentando-se na filosofia de Friedrich Schleiermacher e no projeto minorizante de Lawrence Venuti. Utilizando análise textual e do processo de tradução, a pesquisa examina as escolhas tradutórias da atriz/tradutora, integrando conceitos de Literatura Surda, Cultura Surda e tradução cultural. A análise tradutória, realizada com apoio do sistema de notação em glosas, foca nas estratégias de estrangeirização e domesticação, destacando como essas escolhas dialogam com as especificidades dos receptores bilíngues e biculturais, sem avaliar a qualidade, mas refletindo sobre seus aspectos ideológicos e culturais.

No corpo do texto, encontram-se os trechos em Português, os frames do vídeo traduzido para a Libras, as transcrições em glosas e os comentários do autor. Nos anexos, apresenta-se o conto em Português que foi o texto de partida da tradução e um hipertexto, o conto como apresentado em um site que compila toda a obra de Machado de Assis e contém material de suporte para a leitura. Lima (2017) faz uma comparação entre o texto de partida e o texto traduzido bastante rica e detalhada.

Andrade (2015), na dissertação ***“A tradução de obras literárias em Língua Brasileira de Sinais: antropomorfismo em foco”***, a autora analisou três traduções da história “Os três porquinhos”.

Figura 4. Três tradução da história “Os três porquinhos”



Fonte: elaborado pelas autoras.

O primeiro vídeo foi produzido pela editora LSB vídeo em 1999, trata-se de uma narrativa, com apenas um tradutor/ator surdo, o Nelson Pimenta. O segundo vídeo foi produzido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES e, 2007, com quatro tradutores/atores surdos, trata-se de uma narrativa e uma dramatização. O terceiro vídeo, intitulado “Os três porquinhos surdos”, foi produzido em 2011 por três tradutores/atores surdos e trata-se de uma dramatização. Conforme a autora, o terceiro vídeo foi produzido por ex-alunos surdos do curso de graduação de Letras-Libras (UFSC 2006-2010), pelo INES na disciplina de Literatura Surda. Encontramos o vídeo depositado em um canal do Youtube, ou seja, disponível on-line.

Conforme a autora, os dados que compõem o corpus de análise linguística desse estudo foram obtidos por meio de uma busca bibliográfica de vídeos literários traduzidos para a Libras, que continham a mesma história infantil: Os três porquinhos. Andrade (2015) investiga vídeos de obras literárias infantis traduzidas para Libras, com foco na análise das estratégias de antropomorfismo utilizadas por tradutores/atores surdos.

A metodologia adotada combina pesquisa bibliográfica e empírica, no campo da linguística, tradução literária e análise linguística, com abordagem qualitativa e descritiva. Para a análise linguística, foi utilizado o software gratuito ELAN (versão 4.8.0-beta), que possibilitou o levantamento preciso de dados visuais, incluindo sinais não-manuais e características humanas a animais antropomorfizados. Os resultados mostram que os tradutores/atores surdos incorporam às traduções marcas culturais e normas surdas, explorando estratégias criativas de antropomorfismo.

Essas escolhas não apenas enriquecem a tradução, mas também reforçam a identidade e subjetividade surda, criando uma diferença marcante em relação

a traduções feitas por ouvintes. A dissertação contém uma análise dos personagens e uma discussão das diferenças e semelhanças dos materiais quando produzidos por surdos. A análise linguística se apresenta com muitos frames dos vídeos em questão, o que permite a fluida compreensão do leitor quanto às questões referentes à Libras que são discutidas.

Ao final, Andrade (2015) destaca que o estudo pode contribuir não apenas para tradutores/atores surdos, mas também para professores, intérpretes e contadores de histórias envolvidos na educação bilíngue. O aprimoramento qualitativo das traduções em Libras fortalece a difusão da língua, valoriza a criatividade linguística e a expressão cultural surda no meio educacional e social.

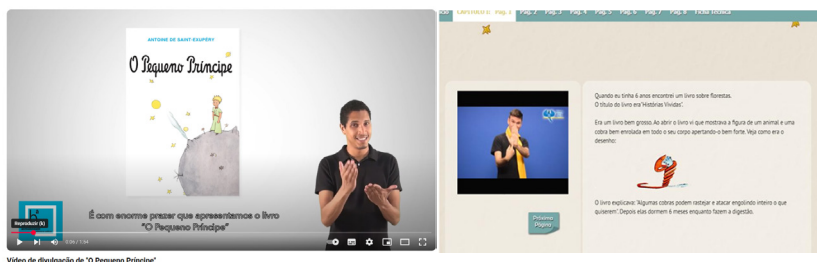
Anchieta (2017) na dissertação ***“Incorporação e partição do corpo: o espaço subrogado no discurso narrativo de uma tradução de literatura infantil do português para a Libras”*** estudou a tradução do livro “Vira-Lata”, de Stephen Michael King, traduzido por Marcos Alexandre Marquioto (surdo) em um trabalho experimental, não vinculado a uma editora. Como parte do trabalho, a autora também traduziu o livro para viver as suas próprias escolhas tradutórias comparado à tradução de um tradutor surdo. A análise da tradução foi baseada em buscar compreender como o espaço sub-rogado e os personagens da história traduzida se relacionaram. Contudo, a comparação com o texto original foi escassa.

Anchieta (2017) apresenta uma pesquisa qualitativa baseada nos estudos sobre discurso sinalizado e uso do corpo (partição e incorporação) em narrativas em língua de sinais. O suporte teórico inclui os trabalhos de ASL (Dudis) e Libras (McCleary; Viotti), além da teoria de espaços mentais de Fauconnier, que contribuem para compreender como o corpo é articulado no espaço de sinalização para criar significados complexos e dinâmicos durante o processo tradutório. O estudo investiga como tradutores/atores surdos utilizam o corpo, rosto, olhar, tronco e mãos para construir e caracterizar personagens em narrativas infantis em Libras. A análise é realizada a partir dos dados videogravados de uma narrativa em Libras, sendo esses dados transcritos detalhadamente no software ELAN. O foco da pesquisa está nos padrões de uso do espaço sub-rogado, com atenção especial aos mecanismos de partição e incorporação corporal para representar personagens e construir cenas.

Por sua vez, Mendonça (2021), em sua dissertação de mestrado ***“Será o príncipe pequeno?”***, compara duas traduções para a Libras da obra literária “O Pequeno Príncipe” de Antoine Saint-Exupéry. Como texto de partida utilizou a versão do livro impresso em Português: 49ª edição. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2015. As traduções analisadas foram o Vídeo no Youtube com tradução/adaptação em Libras: Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas:

São Paulo, 2016 (primeiro quadro da figura 12); e Vídeo-book com tradução/ interpretação em Libras: Editora Arara Azul: São Paulo, 2013 (segundo quadro da figura 12), como apresentado abaixo.

Figura 5. Duas traduções da história “O Pequeno Príncipe”



<https://www.youtube.com/watch?v=I0N6dwk6yQQ>

<https://editora-arara-azul.com.br/o-pequeno-principe-em-libras/>

Fonte: elaborado pelas autoras.

Mendonça (2021) realiza uma pesquisa qualitativa fundamentada na análise do discurso (Pêcheux, Orlandi), na arqueogenealogia (Foucault) e em teorias da adaptação e tradução (Hutcheon, Derrida, Jakobson, Barbosa, Batalha, Pontes). O estudo investiga as subjetividades e identidades presentes no processo tradutório, com uma análise discursiva e arqueogenealogia das produções midiáticas. O estudo compara o produto da tradução/adaptação em Libras com processo de produção, considerando a atuação conjunta de tradutores/atores surdos e ouvintes. A pesquisa investiga as diferenças constitutivas e identitárias nos processos tradutórios, realizando uma decomposição e escavação dos sentidos possíveis gerados pelas subjetividades envolvidas. Por fim, discute-se como essas subjetividades impactam os sentidos construídos na tradução intersemiótica do português para Libras. A dissertação apresenta o trecho em Português, os frames com glosas e, posteriormente, uma discussão sobre o trecho traduzido sob o viés teórico escolhido. Não há comparações entre as duas traduções e a discussão é sucinta.

Em síntese, Andrade (2015) estudou três distintas traduções para a clássica história dos três porquinhos, Anchieta (2017) analisou duas traduções para o livro “Vira Lata”, por sua vez Mendonça (2021) estudou duas traduções para o livro “O pequeno príncipe”. Assim, nas “críticas de traduções” tanto se fez a comparação de diferentes traduções como a comparação entre original e uma única tradução (Ramos, 2000; Moreira, 2010). A essência na crítica da tradução deve considerar que a

eticidade e poeticidade garantem em primeiro lugar que exista, de uma maneira ou de outra, correspondência com o original e com a sua língua. A palavra correspondência aqui é escolhida de forma voluntária devido à sua rica polissemia e, também, à sua indeterminação, revela Berman. A tradução deve sempre “corresponder”, na pluralidade de todas as suas significações (Torres, 2021, p. 208).

A crítica da tradução envolve uma sensibilidade do crítico em interpretar a construção de sentidos vivida pelo tradutor. “Qualquer texto traduzido transparece o próprio tradutor, já que seu modo de ver e interpretar o mundo determina a forma que o texto meta que elaborará assumir” (Durão; Durão; 2017, p. 23).

CONCLUSÃO

O presente capítulo expôs um panorama da *Crítica da tradução* no âmbito dos estudos da tradução com enfoque no par linguístico Libras e português. A partir da revisão sistemática de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação no Brasil, observamos as diferentes abordagens teóricas e metodológicas que permeiam o campo. Partimos da conceituação de crítica da tradução enquanto prática avaliativa detalhada, que vai além da mera apreciação. A prática busca analisar as escolhas e estratégias adotadas pelo tradutor, confrontando o texto original e a tradução propriamente dita. No decorrer deste capítulo apresentamos as diferentes abordagens teóricas e metodológicas, que vão desde a análise textual e estrutural até a consideração do papel do tradutor e as implicações dos aspectos socioculturais envolvidos no processo.

Destacamos que a regulamentação da Libras e o fortalecimento da proposta de Educação Bilíngue para surdos impulsionaram a tradução de materiais do português para a Libras, visando minimizar a desigualdade social e linguística. Nesse sentido, o campo literário demonstrou-se beneficiado pelo volume de tradução com foco no público surdo, apesar do número pequeno de pesquisas sobre a tradução de obras literárias no par de Libras e português.

A presente revisão sistemática, baseada nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, permitiu identificar e analisar seis trabalhos que se configuram como crítica da tradução envolvendo a Libras. Observamos também que a maioria desses trabalhos se concentra na tradução do português escrito para a Libras videossinalizada (Silva, 2019), frequentemente com tradutores surdos envolvidos. As pesquisas analisadas abordam diferentes obras literárias, como “Alice no País das Maravilhas” (Ramos, 2000), “A Missa do Galo” (Moreira, 2010), “Os Três Porquinhos” (Andrade, 2015) e “O Pequeno Príncipe” (Mendonça,

2021), e empregaram variadas perspectivas teórico-metodológicas, incluindo a semiologia pós-estruturalista, a análise do discurso e a investigação de práticas estrangeirizadoras e domesticadoras.

Notamos que embora nem todos os trabalhos adotem explicitamente a metodologia da crítica da tradução, todos eles realizaram uma análise comparativa entre o texto original e o texto traduzido, conforme o critério de inclusão estabelecido para esta pesquisa. Posto isto, reforçamos a relevância da comparação textual como elemento fundante para a compreensão do processo tradutório, bem como as escolhas utilizadas pelos tradutores.

A análise realizada neste estudo também revelou a diversidade de abordagens no campo. Tendo em vista que algumas pesquisas se aprofundam na análise linguística e semiótica das traduções, como a de Ramos (2000) ao discutir enquadramento de filmagem, pontuação e expressões faciais, outras investigaram as escolhas tradutórias sob a perspectiva de conceitos como literatura e cultura surda, ou a incorporação e partição do corpo do tradutor na narrativa. A crescente localização e consolidação dessas pesquisas em programas de pós-graduação em Estudos da Tradução, conforme apontado por Rodrigues e Christimann (2023), indica um amadurecimento do campo e a importância de discussões sobre a crítica da tradução para o avanço das pesquisas na área.

Como conclusão, esta revisão sistemática de pesquisas que abordam a crítica da tradução evidencia lacunas e temas promissores para futuras investigações. A continuidade do mapeamento e aprofundamento das análises apresentadas sobre a crítica da tradução para a Libras são essenciais para construir um corpo de conhecimento robusto, que contribua para aprimorar a qualidade das traduções.

REFERÊNCIAS

ABES, Gilles. Reflexões sobre a tradução comentada como gênero acadêmico. **Revista de Letras**, [S. l.], v. 1, n. 42, 2023. DOI: 10.36517/2525-3468.rdl.v1i42.2023.85156. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/85156>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ALBRES, Neiva de Aquino. Tradução de literatura infanto-juvenil para língua de sinais: dialogia e polifonia em questão. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 1151-1172, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-6398201400040016. Acesso em: 28 maio. 2025.

BARCELLOS, Carolina Pereira. **Estilo da tradução, convencionalidade e mudanças na tradução**: um estudo de caso sobre os padrões de escolhas do tradutor Paulo Henriques Britto. 2016. 196f. Tese de Doutorado (Linguística Aplicada) – 172 FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-A8KMMS>. Acesso em: 17 out. 2021.

BENEDETTI, Ivone. **A crítica da tradução**. Palestra proferida na PUC-Rio em 5/10/2004 por ocasião do lançamento do periódico Tradução em Revista 2004. Disponível em: <https://www.ivonecbenedetti.com.br/cr>. Acesso em: 28 maio. 2025.

BENEDETTI, Ivone. **A crítica de tradução**. Palestra proferida na PUC-Rio em 5/10/2004 por ocasião do lançamento do periódico Tradução em revista. Disponível em: <https://www.ivonecbenedetti.com.br/cr>. Acesso em: 17 out. 2021.

BERMAN, Antoine. Criticism, Commentary and Translation (Algumas Reflexões de Benjamin e Blanchot). **Poetry** 37, Paris, n. 90, p. 88-106, 1986.

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 e julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 07 jul. 2015, p. 12. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 13 ago. 2023.

CARDOZO, Mauricio Mendonça. Tradução e os sentidos da crítica. In: AMORIM, Lauro Maia; RODRIGUES, Cristina Carneiro; STUPIELLO, Érika Nogueira de Andrade. (orgs.). **Tradução & perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 233-262.

DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri; DURÃO, Aylton Barbieri. (orgs.). **De Horizonte a Horizonte**: traduções comentadas. Florianópolis: Insular, 2017.

HOUSE, Juliane. **A Model for Translation Quality Assessment**. Tübingen: TBL-Verlag Narr, 1981.

KITCHENHAM, Barbara. **Procedures for performing systematic reviews**. Keele: Keele University, 2004. p. 1-26.

MARTINS, Helder. A crítica da tradução literária. **Cadernos de Tradução**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 39–55, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5524>. Acesso em: 22 maio. 2025.

MAYER, C.I. Reviewing and criticism. *In*: BAKER, Mona. **Routledge encyclopedia of Translation Studies**. London/New York: Routledge, 2000. p. 205-210.

REIS, Roberto. Cânon. *In*: JOBIM, José Luís. **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p 65-92.

REIß, Katharina. **Möglichkeiten und Grenzen der Übersetzungskritik**. München: Max Hueber Verlag, 1971.

RODRIGUES, Carlos Henrique; CHRISTMANN, Fernanda. As pesquisas brasileiras sobre tradução e interpretação de línguas de sinais: os etils na pós-graduação em estudos da tradução. **Cadernos De Tradução**, v. 43, p. 01-44 43, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2023.e94239>. Acesso em: 22 maio. 2025.

SALDANHA, Gabriela; O'BRIEN, Sharon. **Research methodologies in translation studies**. New York: Routledge, 2014.

SILVA, Rodrigo Custódio da. **Gêneros emergentes em Libras da esfera acadêmica: a prova como foco de análise**. 2019. 241 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214869>. Acesso em: 30 maio 2025.

SOBRAL, Adail Ubirajara: Uma concepção semiótica de cultura: Bakhtin e a modernidade. *In*: ACADEMY, Hércia Macedo. **Profa. Fátima recebe Hércia Macedo e Adail Sobral**. Youtube. Live em 07 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wLAYt2lkt-w>. Acesso em: 04 out. 2021.

SOBRAL, Adail Ubirajara; GIACOMELLI, Karina. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso-ADD. **Domínios de Lingu@ gem**, v. 10, n. 3, p. 1076-1094, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/33006>. Acesso em: 10 set. 2021.

TORRES, Marie Helene C. Método de análise e crítica de tradução de Antoine Berman. **Tradução em Revista**, n. 30, 2021.

CORPUS - CRÍTICA DA TRADUÇÃO PORTUGUÊS-LIBRAS

ANDRADE, Betty Lopes L'astorina de. **Português Brasileiro e Libras: elos coesivos em textos em relação tradutória A tradução de obras literárias em Língua Brasileira de Sinais: antropomorfismo em foco**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2015. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158455>

ANCHIETA, Ester Vitória Basílio. **Incorporação e partição do corpo: o espaço subrogado no discurso narrativo de uma tradução de literatura infantil do português para a Libras**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro

de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2017. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/183235>

LIMA, Daniel Almeida de. **Missa do Galo em Libras: possibilidades tradutórias**. 2017. 111f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Fortaleza (CE), 2017. Repositório Institucional UFC: Missa do Galo em Libras: possibilidades tradutórias

MENDONÇA, Priscila Keila de. **Será o príncipe pequeno?** Programa de Pós- Graduação stricto sensu em Letras. (Dissertação de Mestrado). Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021. <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5136>

MOREIRA, Jefferson Bruno. **Fronteiras Literárias: Experiência e Performances dos Tradutores e intérpretes de Libras** 31/05/2010 106 f. Mestrado em Literatura. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2010. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94032>

RAMOS, Clélia Regina. **Uma Leitura da Tradução de Alice no País das Maravilhas para a Língua Brasileira de Sinais** 30/09/2000 200 f. Doutorado em Letras (Ciências da literatura) Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Banco de Teses da Faculdade de Letras. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira** Disponível no site da editora Arara Azul: <https://editora-arara-azul.com.br/wp-content/uploads/2023/08/volume1-2.pdf>



EIXO 3

TRADUÇÕES COMENTADAS

TRADUÇÃO COMENTADA DE UM EXCERTO DO LIVRO O NOME DA ROSA, DE UMBERTO ECO, DO PORTUGUÊS PARA LIBRAS

Jairo Nunes de Oliveira Neto¹

Mariane de Paula Pordeus²

Victor Hugo Lima Nazário³

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os Estudos da Tradução têm ampliado significativamente seu campo de investigação ao explorar interações entre diferentes linguagens, modalidades e culturas. A tradução do texto escrito para a Libras videossinalizada constitui um desses desafios emergentes, pois envolve, simultaneamente, transposição interlinguística e intersemiótica, exigindo do tradutor decisões que considerem parâmetros linguísticos, culturais, corporais e visuais (Silva, 2019).

Este capítulo apresenta uma Tradução Comentada (TC) de um excerto do romance *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco (1980), das páginas 472 a 474 da edição consultada, traduzido do português escrito para Libras videossinalizada, com base nos conceitos de domesticação e estrangeirização (Venuti, 1998). A TC, enquanto gênero discursivo acadêmico-literário, permite tornar explícitas as escolhas do tradutor e revelar a dimensão dialógica do processo tradutório, conforme discutido por Bakhtin (1997, 2003). Assim, buscamos evidenciar não apenas o produto final da tradução, mas também as negociações, tensões e procedimentos envolvidos na construção do sentido em Libras.

1 Especialista em Tradução, Interpretação e Docência da Libras. E-mail: jairo.tilsp@gmail.com.

2 Mestranda PGET/UFSC, bolsista CAPES (2025-2026). E-mail: mari.pordeus21@gmail.com.

3 Doutorando PGET/UFSC, bolsista CAPES (2024-2028). E-mail: hugo.nazario@gmail.com.

A seguir, apresentamos dois subitens que situam a obra traduzida e seu autor, elementos fundamentais para a compreensão do processo de tradução e das referências culturais que permeiam o excerto selecionado.

Contextualizando a obra

O Nome da Rosa é ambientado em uma abadia beneditina no século XIV, período de acirradas disputas políticas e religiosas. A narrativa combina investigação, filosofia e história, articulando reflexões sobre censura, circulação do conhecimento e mecanismos de poder. A trama segue Guilherme de Baskerville e seu aprendiz Adso de Melk enquanto investigam mortes misteriosas relacionadas a um livro proibido de Aristóteles sobre a comédia.

A riqueza intertextual e filosófica da obra impõe desafios importantes à tradução para Libras, especialmente pela necessidade de articular elementos históricos, conceitos abstratos e nuances literárias em uma língua de modalidade visual-espacial.

Um pouco sobre Umberto Eco⁴

Umberto Eco (1932–2016) foi um dos mais influentes intelectuais do século XX, destacando-se como escritor, semiólogo e crítico literário. Entre suas obras, incluem-se *Obra Aberta* (1962), *Apocalípticos e Integrados* (1964) e *Tratado Geral de Semiótica* (1975), as quais fundamentam parte de sua compreensão sobre linguagem, leitura e construção de sentidos.

Seu romance *O Nome da Rosa* combina erudição, narrativa policial e crítica cultural, mobilizando referências filosóficas e históricas que repercutem diretamente nas escolhas tradutórias, especialmente quando se trata de uma tradução entre modalidades linguísticas distintas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O dialogismo na perspectiva bakhtiniana é essencial para compreender o processo tradutório e encontrar uma aplicação prática e teórica significativa no gênero discursivo da TC. Segundo Bakhtin (1997, 2003), o dialogismo refere-se à interação constante entre vozes, ideologias e perspectivas que se influenciam mutuamente. Esse conceito revela que o discurso nunca é monológico, mas sim uma interação dinâmica com outros discursos, contextos e culturas. Na tradução,

4 Informações disponíveis em: https://www.ebiografia.com/umberto_eco/. Acesso em: 10 dez. 2024.

essa perspectiva é central, pois o tradutor atua como mediador entre o texto de partida e o público-alvo, negociando significados e ajustando vozes para atender às especificidades culturais e linguísticas da língua de chegada.

A TC evidencia o dialogismo ao tornar explícito o processo de mediação realizado pelo tradutor. Ao comentar suas escolhas, o tradutor expõe as negociações feitas para equilibrar as vozes do texto original e as demandas do público-alvo. Como apontam Zavaglia, Renard e Janczur (2015), esse gênero discursivo permite ao tradutor documentar suas dúvidas, escolhas e embasamentos teóricos, refletindo a natureza ideológica e polifônica do discurso bakhtiniano. Dessa forma, a TC não apenas apresenta o produto final da tradução, mas também analisa criticamente o processo, revelando as tensões culturais e ideológicas emergentes.

Além do dialogismo, estratégias tradutórias como domesticação e estrangeirização também desempenham um papel relevante no processo tradutório. Propostas por Schleiermacher (1992) e aprofundadas por Venuti (1998, 2004), essas estratégias refletem diferentes abordagens para lidar com as diferenças culturais na tradução. A domesticação adapta o texto ao contexto cultural do público-alvo, priorizando fluidez e naturalidade, enquanto a estrangeirização preserva as características culturais do texto de partida, permitindo que o leitor experimente a alteridade. Ambas as estratégias têm implicações dialógicas: enquanto a domesticação pode silenciar vozes do texto de partida, a estrangeirização as preserva, promovendo um diálogo mais explícito entre as culturas.

No contexto da TC, essas estratégias são analisadas e justificadas, conforme destacam Torres (2017) e Williams e Chesterman (2002). O tradutor, ao refletir sobre suas escolhas, pode explorar as consequências de optar por uma abordagem mais próxima da domesticação ou da estrangeirização, mostrando como essas decisões afetam a recepção do texto traduzido. Assim, a TC se configura como um espaço de interação crítica entre diferentes vozes e perspectivas, alinhando-se ao conceito bakhtiniano de dialogismo e ampliando sua aplicabilidade nos Estudos da Tradução.

Portanto, a TC representa um ponto de convergência entre dialogismo, estratégias tradutórias e análise crítica do processo tradutório. Ela permite que o tradutor atue como mediador consciente e reflexivo, evidenciando como as escolhas tradutórias são informadas por fatores culturais, ideológicos e discursivos. Ao incluir o comentário crítico, o tradutor transforma a tradução em um espaço dinâmico de troca, negociação e aprendizado, reafirmando o caráter interativo e multifacetado da tradução.

CONHECENDO OS TRADUTORES

Jairo Nunes de Oliveira Neto⁵ é especialista em tradução, interpretação e docência de Libras pela Faculdade Unintese (2023) e graduado em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2014. Iniciou sua trajetória profissional em uma área distinta, o que lhe proporcionou competências organizacionais e gerenciais que enriquecem sua atuação na educação e acessibilidade. Essa formação multidisciplinar reflete seu compromisso com a inclusão e a eficiência profissional. Atualmente, Jairo trabalha como Tradutor e Intérprete de Libras e Português no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Palhoça Bilíngue. Sua atuação evidencia relevância na promoção da inclusão linguística e no fortalecimento da comunicação entre as comunidades surda e ouvinte.

Mariane de Paula Pordeus⁶ é pesquisadora e profissional na área de tradução e interpretação de Libras. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC), com bolsa CAPES (2025-2026), desenvolve pesquisa em Tradução Comentada entre Libras e Português. Participa do Núcleo de Pesquisas em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais e Vocaís (INTERTRADS), grupo registrado no CNPq, voltado a estudos sobre tradução e interpretação de línguas de sinais. É bacharela em Letras Libras, pela UFSC e especialista em tradução e interpretação de Libras e Português pelo IFSC, além de ser graduada em Pedagogia pela Universidade de Taubaté (2020), o que demonstra sua base interdisciplinar e experiência em educação. Atua como Tradutora e Intérprete de Libras e Português pela FENEIS/RS, lotada no IFSC, Câmpus Palhoça Bilíngue. Sua trajetória combina formação acadêmica robusta, prática profissional e dedicação à promoção da acessibilidade.

Victor Hugo Lima Nazário⁷ é pesquisador com trajetória acadêmica e profissional voltada aos estudos de tradução e interpretação, com ênfase em línguas de sinais. Doutorando no PGET/UFSC, com bolsa CAPES (2024-2028), desenvolve pesquisa em Tradução Comentada, continuidade de sua investigação no mestrado, também concluído no mesmo Programa em 2024. Integrante do INTERTRADS, participa de projetos como o Observatório da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (OTRADILIS) e iniciativas voltadas à cienciometria e princípios pedagógicos da tradução. Bacharel em Letras-Libras, pela UFSC (2025) e licenciado em Letras-Inglês (2010) e Letras-Espanhol (2011) pela Universidade Federal do Acre (UFAC) com especializações em Tradução e Interpretação de Libras (2017) e Educação de Surdos/Libras (2016) pela Faculdade Santo André (FASA).

5 Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/9530794821900159>. Acesso em: 10 dez. 2024

6 Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/7217949873852880>. Acesso em: 10 dez. 2024

7 Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/2296377664445188>. Acesso em: 10 dez. 2024.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA TRADUÇÃO COMENTADA

A TC é um gênero acadêmico-literário que une a prática da tradução com o comentário crítico. Seu objetivo é explicitar as decisões do tradutor, permitindo uma análise detalhada do processo tradutório (Torres, 2017). Essa abordagem se relaciona com os conceitos de pesquisa científica apresentados por autores como Yin (2001), Gil (2002, 2008), Prodanov e Freitas (2013) e Nazário (2024), os quais nos auxiliam a classificar a TC como uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivos descritivos, cujo procedimento é centrado no estudo de caso.

A estrutura metodológica da TC segue etapas específicas. Primeiramente, realiza-se a seleção do texto de partida e sua tradução, baseada em uma leitura crítica. Em seguida, desenvolve-se o comentário crítico, no qual o tradutor reflete sobre suas escolhas, dificuldades e estratégias. O comentário, como observa Torres (2017), pode ocorrer antes ou depois da tradução, mas sempre resulta da interpretação do texto original.

A decisão de realizar essa TC deu-se durante as aulas da disciplina de Teorias da Tradução I, ministradas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC). Após a leitura e discussão da obra *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco, consideramos que tal obra deveria chegar ao conhecimento das pessoas surdas, porém, devido a limitação do tempo e também devido sua densidade filosófica, optamos por realizar a tradução do excerto entre as páginas 472 a 474, descrita sinteticamente a seguir:

1. Seleção do excerto a ser traduzido seguido de leituras crítico-reflexivas;
2. Identificação dos problemas de tradução;
3. Busca por textos paralelos para solucionar os problemas tradutórios;
4. Divisão das unidades tradutórias;
5. Pré-tradução registrada em glosas;
6. Gravação das unidades tradutórias;
7. Processo de revisão da tradução;
8. Regravação das unidades tradutórias que apresentavam falhas;
9. Edição do material bruto;
10. Organização e apresentação da tradução;
11. Registo de todo o processo, desde antes da tradução até o pós tradução, em diário de tradução.

APRESENTAÇÃO DA TRADUÇÃO

Após a leitura da obra e seleção do trecho a ser traduzido, nossa tarefa foi estudar minuciosamente o recorte entre as páginas 472 a 474 da edição consultada. Várias leituras, releituras, debates e interpretações foram realizadas, caracterizando assim o processo introspectivo e retrospectivo da própria TC, em conformidade com as afirmações de Williams e Chesterman (2002). Dessa forma, apresentamos na sequência nossa tradução do Português escrito para Libras videossinalizada (Silva, 2019):

Quadro 1. Tradução de Português escrito para Libras videossinalizada do trecho das páginas 472 a 474 da obra “O Nome da Rosa”, de Umberto Eco

	
Link: https://youtu.be/FopkZ4nMo5Q	

Fonte: elaborada pelos autores.

Elaborar uma tradução de um texto literário e filosófico é um processo desafiador, ainda mais se tratando de uma tradução que envolve línguas de diferentes modalidades. Exige dos tradutores expertises que estão para além das linguísticas e gramaticais. Faz-se necessário ter conhecimentos sócio-histórico-culturais, criatividade e subjetividades que influenciam no produto final. É nesse contexto, então, que passamos a apresentar nossas justificativas por meio dos comentários da tradução.

COMENTÁRIOS DA TRADUÇÃO

Durante a elaboração de uma TC torna-se imprescindível o registro de todo o processo tradutório em diário de tradução. Tal instrumento didático-metodológico permite ao tradutor registrar procedimentos técnicos, escolhas realizadas e soluções adotadas para os desafios enfrentados ao longo do trabalho (Albres, 2020a; Durão; Durão, 2017; Rossi, 2013, 2019). Com base nesses registros,

apresentamos a seguir a descrição do processo de tradução, acompanhada de comentários que justificam as decisões tomadas.

Quadro 2. Unidade Tradutória 1 (Eco, 2011, p. 472)

Texto de partida	Texto de chegada
Guilherme sentou-se e pousou o lume, que eu lhe passara, iluminando por baixo o rosto de Jorge. O velho pegou o volume que tinha diante de si e passou-o a Guilherme. Eu reconheci a encadernação, era o que eu abrira no hospital, acreditando tratar-se de um manuscrito árabe	 The image is a still from a video. It depicts a scene from a story set in a library or study. On the left, a man with a beard, wearing a blue hooded robe, is lighting a pipe. On the right, another man is holding a large, old book. In the foreground on the right, there is a lit oil lamp. The background is filled with bookshelves. The word 'Lume' is written in a stylized font in the bottom right corner of the video frame.
Link: https://youtu.be/FopkZ4nMo5Q?t=5	

Fonte: elaborado pelos autores.

A leitura deste primeiro trecho despertou questões fundamentais para o desenvolvimento de uma tradução que contemplasse os conteúdos apresentados na obra de maneira visualmente compreensível. Dessa forma, com o objetivo de contextualizar o público-alvo, optamos por iniciar com a inserção de imagens para apresentar os personagens envolvidos no trecho. Do mesmo modo concluímos que, devido ao caráter literário da obra, aproximar as vestimentas usadas na tradução ao que corresponde aos trajes da época tornaria a experiência uma verdadeira imersão no livro de Eco. Outra questão levantada inicialmente foi a adaptação da obra (Sutton-Spence, 2021) por meio da inserção das personagens como pessoas surdas. Guilherme um surdo sinalizante e Jorge um surdocego sinalizante. A adaptação das personagens evidencia a Libras e as pessoas surdas e surdocegas usuárias da Libras, a fim de aproximar a obra das comunidades surdas e as múltiplas identidades que as compõem.

Para esta primeira unidade tradutória não houve necessidade de uso de glosas, pois trata-se da incorporação da ação das personagens pelos tradutores, o que dispensa tal forma de registro do texto de chegada em Libras. Além disso, é relevante destacar que a personagem Adso que também é o narrador do livro foi omitida nesse trecho. A estratégia da omissão (Barbosa, 2020) se justifica pela incorporação da ação das personagens Guilherme e Jorge, o que na Libras pode dispensar a narração dos fatos. Para tanto, consultamos o dicionário para a palavra “lume”

e constatamos que se trata de uma lamparina utilizada na época, optamos por utilizar um classificador para representar o objeto, manifestando a intenção ilustrativa de mostrar seu formato, tamanho e localização no espaço (Sutton-Spence, 2021), e inserir sua imagem no momento da edição para explicitar sua forma (Diário de Tradução, 10 dez. 2024).

Quadro 3. Unidade Tradutória 2 (Eco, 2011, p. 472)

Texto de partida	Texto de chegada
“Lê, então, folheia, Guilherme”, disse Jorge. “Venceste.” Guilherme olhou o volume, mas não o tocou. Tirou do hábito um par de luvas, não as suas com a ponta dos dedos descobertas, mas aquelas que estava usando Severino quando o encontramos morto. Abriu lentamente a encadernação desgastada e frágil. Eu me aproximei e me inclinei às suas costas. Jorge com seu ouvido finíssimo ouviu o barulho que eu fazia. Disse: “Tu também estás aqui, rapaz? Deixarei que o vejas também... depois.”	
Link: https://youtu.be/FopkZ4nMo5Q?t=19	

Fonte: elaborado pelos autores.

Na segunda unidade tradutória optamos por omitir os trechos [...] não as suas com a ponta dos dedos descobertas, mas aquelas que estava usando Severino quando o encontramos morto[...] e Eu me aproximei e me inclinei às suas costas. Jorge com seu ouvido finíssimo ouviu o barulho que eu fazia. Disse: “Tu também estás aqui, rapaz? Deixarei que o vejas também... depois. como opção dos tradutores por não traduzir uma informação que faz referência aos acontecimentos anteriores ao trecho traduzido. A omissão (Barbosa, 2020) não altera o entendimento da informação, tendo em vista que o objetivo central deste trecho é apontar que Guilherme usou luvas ao manusear a obra entregue por Jorge. O segundo momento omitido como mencionado na unidade tradutória anterior, refere-se à ação da personagem Adso e sua narração. Todas as participações dele foram omitidas na tradução para a Libras por uma escolha logística e organizacional dos tradutores, considerando

a incorporação das personagens centrais, Guilherme e Jorge (Diário de Tradução, 10 dez. 2024).

Para a fala de Jorge foi utilizado o registro em glosas, a sintaxe em Libras acompanhou a mesma estrutura do português escrito por sua objetividade. Pesquisamos o significado de “hábito” no contexto, o qual se refere a veste religiosa usada pelo frei. Essa compreensão auxiliou a construção visual da cena na parte de Guilherme.

Quadro 4. Unidade Tradutória 3 (Eco, 2011, p. 472)

Texto de partida	Texto de chegada
Guilherme percorreu rapidamente as primeiras páginas: “É um manuscrito árabe sobre os ditos de um estulto qualquer, de acordo com o catálogo”, disse. “Do que se trata?” “Oh, lendas tolas dos infiéis, donde se conclui que os tolos têm motes argutos que espantam seus sacerdotes e entusiasmam seus califas...” “O segundo é um manuscrito sírio, mas segundo o catálogo traduz um libreto egípcio de alquimia. Como afinal se encontra aqui?”	
Link: https://youtu.be/FopkZ4nMo5Q?t=37	

Fonte: elaborado pelos autores.

Para esta unidade na primeira versão, decidimos por manter a sequência de fatos apresentada pelo texto de partida, entretanto para que houvesse maior clareza da mensagem fez-se necessária a reconstrução dos períodos (Barbosa, 2020) fazendo menção ao catálogo para o início da tradução seguida das demais informações. Da mesma forma, no primeiro momento foi utilizado o sinal de VIDA no sentido da palavra “estar” para equivaler a indagação *Como afinal se encontra aqui?* Entretanto, para tornar o sentido mais evidente ao público-alvo, optamos por substituir pela frase em Libras COLOCOU AQUI PORQUE? As pesquisas em dicionário online incluíram expressões como estulto, mote, arguto, califas e alquimia. Além disso, recorremos à busca terminológica de sinais específicos em Libras para o conceito de alquimia e do país Síria (Diário de Tradução, 10 dez. 2024).

Buscando uma compreensão mais clara e contextualizada quanto à insistente atribuição do riso e da comédia aos loucos, Foucault (1996) esclarece-nos mencionando que na idade média o louco era considerado alguém com um discurso que não poderia ser livre como o dos outros, pois poderia acontecer de suas palavras serem desconsideradas e não aceitas

não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo (Foucault, 1996, p. 10-11).

Como podemos notar, a igreja católica daquele tempo condenava o que era dito pelos considerados loucos. Assim, optamos pelo sinal BURRO para o termo “estulto”, dado que o teor enfático que esse sinal carrega traduz essa rejeição completa a toda e qualquer palavra dita por um louco.

Quadro 5. Unidade Tradutória 4 (Eco, 2011, p. 472-473)

Texto de partida	Texto de chegada
“É uma obra egípcia do terceiro século de nossa era. Coerente com a obra que acompanha, mas menos perigosa. Ninguém daria ouvidos aos delírios de um alquimista africano. Atribui a criação do mundo ao riso divino...” Levantou o rosto e recitou, com sua prodigiosa memória de leitor que já há quarenta anos repetia a si mesmo coisas lidas, quando ainda possuía o bem da visão: “Mal Deus acabou de rir nasceram sete deuses que governaram o mundo, mal desatou a rir apareceu a luz, na segunda risada apareceu a água, e no sétimo dia que ria apareceu a alma... Loucuras. E também o escrito que vem em seguida, de um dos inumeráveis estúpidos que se puseram a glosar a Coena. Mas não são esses que te interessam.”	
Link: https://youtu.be/FopkZ4nMo5Q?t=79	

Fonte: elaborado pelos autores.

Na quarta unidade tradutória a estrutura sintática da tradução para a Libras seguiu a ordem dos fatos apresentados em português escrito. No momento em que Jorge recita os escritos, as escolhas tradutórias buscaram elementos estilísticos da rima em Libras para tornar a sinalização ritmada (Sutton-Spence, 2021). Sinais com a mesma configuração de mão do sinal de RISO foram selecionados fazendo alusão ao recorte do livro tido como místico por Jorge.

A palavra “coena” foi mantida, optamos pelo empréstimo linguístico ao fazer a datilologia da palavra em língua portuguesa. O intuito foi evidenciar o termo utilizado para se referir a paródia da santa ceia bíblica que os noviços recitavam escondido entre si nos mosteiros. Era algo engraçado e totalmente proibido e rechaçado (Eco, 2011) retratado ao longo da obra (Diário de Tradução, 16 dez. 2024).

Quadro 6. Unidade Tradutória 5 (Eco, 2011, p. 473)

Texto de partida	Texto de chegada
Guilherme de fato havia folheado rapidamente as páginas e chegara ao texto grego. Vi logo que as folhas eram de material diferente e mais mole, quase arrancada a primeira, com uma parte da margem carcomida, coberta de manchas pálidas, como de hábito o tempo e a umidade produzem nos outros livros. Guilherme leu as primeiras linhas, primeiro em grego, depois traduzindo em latim e continuando em seguida nessa língua, de modo que também eu pude apreender como começava o livro fatal.	
Link: https://youtu.be/FopkZ4nMo5Q?t=123	

Fonte: elaborado pelos autores.

As glosas foram dispensadas nesse trecho por tratar-se da incorporação de ações do personagem Guilherme ao folhear as páginas do livro. Os trechos “Vi logo que as folhas eram de material diferente e mais mole, quase arrancada a primeira, com uma parte da margem carcomida, coberta de manchas pálidas, como de hábito o tempo e a umidade produzem nos outros livros [...]” e “[...] de modo que também eu pude apreender como começava o livro fatal.” foram omitidos por se tratar da narração de Adso.

Quadro 7. Unidade Tradutória 6 (Eco, 2011, p. 473)

Texto de partida	Texto de chegada
No primeiro livro tratamos da tragédia e de como ela suscitando piedade e medo produz a purificação de tais sentimentos. Como tínhamos prometido, tratamos agora da comédia (ainda mais da sátira e do mimo) e de como suscitando o prazer do ridículo ela chegue à purificação de tal paixão; quanto tal paixão seja digna de consideração já o dissemos no livro sobre a alma, enquanto — único dentre todos os animais — o homem é capaz de rir. Definiremos portanto de que tipo de ações é mimesis a comédia, em seguida examinaremos os modos como a comédia suscita o riso, e esses modos são os fatos e o elóquio. Mostraremos como o ridículo dos fatos nasce da assimilação do melhor ao pior e vice-versa, do surpreender enganando, do impossível e da violação das leis da natureza, do irrelevante e do inconsequente, do rebaixamento das personagens, do uso de pantomimas bufonescas e vulgares, da desarmonia, da escolha das coisas menos dignas. Mostraremos por conseguinte como o ridículo do elóquio nasce dos equívocos entre palavras semelhantes para coisas diferentes e diferentes para coisas semelhantes, da loquacidade e da repetição, dos jogos de palavras, dos diminutivos, dos erros de pronúncia e dos barbarismos...	
Link: https://youtu.be/FopkZ4nMo5Q?t=145	

Fonte: elaborado pelos autores.

Nesta etapa foi necessário fazer uma leitura aguçada para compreender o denso trecho e identificar palavras ou expressões desconhecidas. Após a identificação, passamos para a pesquisa em dicionário digital para sabermos o significado das palavras, encontrar sinônimos e definir quais sinais poderiam ser usados para cada palavra pesquisada.

Para garantir uma tradução que produzisse um efeito de sentido mais compreensível em Libras, foi necessário realizar uma pesquisa sobre a tragédia e a comédia grega, a fim de entender melhor sobre o significado de cada gênero mencionado na passagem da *Poética* de Aristóteles (1995; 2008) referenciada no trecho selecionado para a tradução (Diário de Tradução, 20 dez. 2024).

Na primeira versão, traduzimos o termo purificação usando o sinal de LIMPAR/SUMIR/CURAR. Mas, após nova pesquisa para entender melhor o conceito, compreendemos que seria melhor traduzido usando o sinal de EQUILIBRAR já que a purificação na tragédia e na comédia representa o alívio das emoções

intensas por meio da arte. Para Aristóteles (1995, 2008), em vez de suprimir essas emoções, o público as processa e as compreende, atingindo, assim, um equilíbrio emocional e moral.

Da mesma forma procedemos para o significado do conceito de paixão que, de acordo com Aristóteles (1995; 2008), a paixão (*pathos* em grego) abrange as emoções intensas que podem afetar tanto o comportamento quanto a moralidade humana. Nesse sentido, a paixão na comédia pode ser entendida como uma tendência a achar graça ou sentir prazer naquilo que é ridículo. Tal inclinação demanda um processo de purificação ou catarse, semelhante ao que ocorre na tragédia com as emoções de piedade e medo. Logo, nossa escolha foi traduzir o termo paixão usando o sinal de EMOÇÃO (Diário de Tradução, 20 dez. 2024).

O termo alma não remete a uma questão espiritual. Para Aristóteles (1995, 2008), a alma representa a dimensão racional e emocional do ser humano, que permite tanto o entendimento da tragédia (com suas emoções de piedade e medo) quanto da comédia (com o prazer do ridículo e o riso). É a alma, conforme entendida pelo filósofo, que distingue o ser humano dos demais seres vivos e o torna capaz de experiências estéticas e reflexivas. Sendo assim, nossa decisão foi traduzir a palavra alma usando o sinal de CONSCIÊNCIA.

Quadro 8. Unidade Tradutória 7 (Eco, 2011, p. 473-474)

Texto de partida	Texto de chegada
Guilherme traduzia com esforço, buscando as palavras corretas, detendo-se de vez em quando. Traduzindo sorria, como se estivesse reconhecendo coisas que esperava encontrar. Leu em voz alta a primeira página, depois parou, como se não lhe interessasse saber mais, e folheou rapidamente as páginas seguintes: mas após algumas folhas encontrou resistência, porque junto à margem lateral superior, e ao longo do corte, as folhas estavam unidas umas às outras, como acontece quando — umedecida e apodrecida — a matéria do papel forma uma espécie de glúten grudento. Jorge percebeu que o farfalhar das folhas tinha cessado, e incitou Guilherme. “Vamos, lê, folheia. É teu, tu o mereceste.”	
Link: https://youtu.be/FopkZ4nMo5Q?t=289	

Fonte: elaborado pelos autores.

Durante as reflexões para a tradução desta unidade constatamos que Jorge enquanto uma pessoa surdocega sinalizante que se comunica por meio da Libras tátil, perceberia o uso de luvas por Guilherme, pois a Libras tátil configura-se como uma modalidade da Libras em que o toque é utilizado na comunicação, para troca de informações e ideias entre uma pessoa surdocega e outra na mesma condição ou não. Para solucionar este problema consequente de nossa escolha pela adaptação do trecho, optamos por inserir em cada troca comunicativa dos personagens a ação de Guilherme de tirar e colocar as luvas.

A tradução da fala de Jorge acompanhou a estrutura sintática do português escrito devido à baixa complexidade. Neste trecho da fala utilizamos o registro em glosa para auxiliar na gravação.

Quadro 9. Unidade Tradutória 8 (Eco, 2011, p. 474)

Texto de partida	Texto de chegada
Guilherme riu, e parecia antes divertido: “Então não é verdade que me consideras tão agudo, Jorge! Tu não podes ver, mas estou com luvas. Com os dedos assim empachados não consigo destacar as folhas uma da outra. Deveria fazê-lo com as mãos nuas, umedecer meus dedos na língua, como me aconteceu fazer de manhã no scriptorium, de modo que de repente também este mistério me foi esclarecido, e deveria continuar folheando assim, até que o veneno me passasse para a boca, em boa medida.	
Link: https://youtu.be/FopkZ4nMo5Q?t=343	

Fonte: elaborado pelos autores.

Por fim, nesta última unidade tradutória retornamos ao dicionário online para buscar o significado da palavra “scriptorium”. Compreendemos que se trata de uma sala dedicada à atividade de escrita e cópia dos manuscritos. Apesar disso, optamos por omitir o trecho “[...] como me aconteceu fazer de manhã no scriptorium, de modo que de repente também este mistério me foi esclarecido, [...]” por configurar-se como menção a outro fato ocorrido anteriormente. Como destacado nas unidades anteriores, foi uma escolha tradutória omitir acontecimentos anteriores ao trecho escolhido a fim de preservar o leitor de informações a serem descobertas na leitura da obra na íntegra (Diário de Tradução, 20 dez. 2024).

Ao finalizar essa tradução, podemos perceber quão relevante se faz a pesquisa de TC especialmente da obra de Umberto Eco, nosso objeto de tradução aqui apresentado. Compreendemos a densidade desse gênero literário e salientamos a importância de que mais obras como essa possam chegar ao conhecimento do povo surdo diretamente em sua língua de conforto, a língua de sinais. Refletimos ainda como tal processo revela a criatividade e a subjetividade dos tradutores ao realizarem essa tarefa, sempre na busca de se manter um efeito de sentido que preserve as características do texto de partida, mas que seja compreensível ao público-alvo da tradução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, realizamos a Tradução Comentada de um trecho da obra *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco, do Português escrito para Libras videossinalizada. O objetivo foi adaptar um conteúdo literário e filosófico complexo para a comunidade surda. Por meio de uma análise cuidadosa do texto, conseguimos traduzir conceitos filosóficos como “purificação”, “paixão” e “alma” para sinais que mantiveram o sentido original da obra. O trabalho revelou como uma tradução precisa respeitar as características culturais e linguísticas da Libras, ao mesmo tempo em que transmite os conceitos profundos do livro.

Este estudo contribui para o avanço da tradução de textos literários e filosóficos para Libras, um campo que ainda está em desenvolvimento. Ao detalhar a tradução de conceitos filosóficos, ele também destaca a importância da TC, que permite uma visão mais clara dos processos envolvidos na adaptação de textos. A pesquisa mostra como ideias complexas, como as de Aristóteles sobre tragédia e comédia, podem ser traduzidas para uma língua gestual-visual, facilitando a comunicação com o público surdo e respeitando suas particularidades linguísticas.

Como todo estudo, também encontramos algumas limitações. A tradução foi baseada em uma única edição da obra, o que pode ter influenciado algumas escolhas interpretativas. Além disso, as variações regionais nos sinais da Libras podem tornar a adaptação feita aqui não aplicável a todas as comunidades surdas. A tradução de conceitos filosóficos também se mostrou desafiadora, já que algumas nuances do texto de partida não puderam ser completamente capturadas devido às diferenças estruturais entre as línguas.

Pesquisas futuras podem explorar outras obras filosóficas para continuar aprimorando as metodologias de tradução para Libras. Também seria interessante investigar como as traduções literárias influenciam o acesso ao conhecimento pela comunidade surda, especialmente no ambiente acadêmico. Outra linha

de pesquisa importante seria entender como as traduções videossinalizadas impactam na compreensão dos surdos, considerando as variações regionais e as diferentes interpretações dos sinais.

Por fim, este estudo reforça a importância de garantir que a comunidade surda tenha acesso a textos literários e filosóficos essenciais, utilizando Libras como meio de tradução. A tradução videossinalizada de “O Nome da Rosa” é um passo importante para promover a inclusão e democratização do conhecimento. Com isso, buscamos abrir novas perspectivas sobre o potencial da Libras para traduzir conceitos abstratos e enfatizamos a necessidade de mais pesquisas nessa área, que não só impactam o campo dos Estudos da Tradução, mas também a inclusão social da comunidade surda.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva Aquino. Traduções comentadas de poesias em e traduzidas para línguas de sinais: um método de pesquisa em consolidação. **Araticum**, v. 21, n. 01, p. 70-90, 2020a. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/.../article/view/2739>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ARISTÓTELES. **A Poética Clássica**. Introdução por Roberto de Oliveira Brandão; tradução de Jaime Bruna. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1995. Disponível em: https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/570702/mod_resource/content/1/POE%CC%81TICA%2C%20de%20Aristo%CC%81teles.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3. ed. 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5737102/mod_resource/content/1/Arist%C3%B3teles_%20%20Po%C3%A9tica%20%282008%2C%20Fund%C3%A7%C3%A3o%20Calouste%20Gulbenkian%29.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Heloísa Gonçalves. **Procedimentos técnicos da tradução**: uma nova proposta. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri; DURÃO, Aylton Barbieri (org.). **De horizonte a horizonte**: traduções comentadas. Florianópolis: Insular, 2017.

ECO, Umberto. **O nome da rosa** [recurso eletrônico]; tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, [1980] 2011.

p. 472-474. Disponível em: <https://estdaliteratura.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/05/lit-4-o-nome-da-rosa-umberto-eco1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, [1971] 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3111050/mod_resource/content/1/Michel%20Foucault-A%20Ordem%20do%20Discurso%20%282004%29.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NAZÁRIO, Victor Hugo Lima. **Tradução Comentada**: uma revisão sistemática de teses e dissertações produzidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - PGET/UFSC. 2024. 124 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PGET0603-D.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em 16 dez. 2024.

ROSSI, Ana Helena. Traduzir: aspectos metodológicos e didáticos no ensino da tradução. In: SOUZA, Germana Henrique Pereira de; FERREIRA, Alice Maria de Araújo; GOROVITZ, Sabine (Org.). **A tradução na sala de aula**: ensaios de teoria e prática de tradução. Brasília: editora UnB, 2013. p. 73-89. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/13>. Acesso em: 29 abr. 2023.

ROSSI, Ana Helena. A multiplicidade de questões oriundas do ato tradutório. **Caleidoscópio**: literatura e tradução, v. 3, n. 2, p. 01-05, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/caleidoscopio/article/view/28433>. Acesso em: 29 abr. 2023.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. On the different methods of translating. Tradução de André Lefevere. In: LEFEVERE, André *et al.* **Translation/ History/ Culture**: a sourcebook. Londres e Nova York: Routledge, 1992.

SILVA, Rodrigo Custódio da. **Gêneros emergentes em Libras da esfera acadêmica**: a prova como foco de análise. 2019. 241 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214869>. Acesso em: 19 dez. 2024.

SUTTON-SPENCE, Rachel. **Literatura em libras** [livro eletrônico]. Tradução de Gustavo Gusmão. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021. Disponível em: <http://www.literaturaemlibras.com/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

TORRES, Marie-Hélène Catherine. Por que e como pesquisar a tradução comentada? *In*: FREITAS, Luana Ferreira de; TORRES, Marie-Hélène Catherine; COSTA, Walter Carlos (orgs). **Literatura traduzida**: tradução comentada e comentários da tradução. Fortaleza: Substância, 2017. p. 15-35. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181534/Literatura%20traduzida.pdf?se%20quence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jul. 2019.

VENUTI, Lawrence. **The scandals of translation**: towards an ethics of difference. London and New York: Routledge, 1998.

VENUTI, Lawrence. **The Translator's Invisibility**: A History of Translation. Routledge: London and New York, [1995] 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/25783955/Venuti_The_Translators_Invisibility_A_History_of_Translation. Acesso em: 5 dez. 2024.

WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. **The Map**: a beginner's guide to doing research in Translation Studies. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002. https://uomustansiriyah.edu.iq/media/lectures/8/8_2020_02_22!09_29_03_AM.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: http://maratavarepsictics.pbworks.com/w/file/etch/74304716/3-YIN-planejamento_metodologia.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.

ZAVAGLIA, Adriana; RENARD, Carla M. C.; JANCZUR, Christine. A tradução comentada em contexto acadêmico: reflexões iniciais e exemplos de um gênero textual em construção. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 331-352, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/issue/view/1021>. Acesso em: 07 set. 2019.

DO INGLÊS À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

O DESAFIO DE TRADUZIR O TEXTO “*I HAD A BLACK DOG: HIS NAME WAS DEPRESSION*” A PARTIR DE UMA TRADUÇÃO COMENTADA¹

Saulo dos Santos Henrique²

Aline Nunes de Sousa³

CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DESSA TRADUÇÃO

O registro audiovisual possibilitou novos rumos para a literatura em Língua Brasileira de Sinais (Libras), antes transmitida oralmente (ou seja, na comunicação face a face) de geração em geração. A difusão de produções em vídeo ampliou também o campo da tradução Português-Libras-Português, fortalecida pelo curso de Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pioneiro na graduação de tradutores e intérpretes. Nesse contexto, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no formato de tradução comentada incentivou a reflexão crítica sobre escolhas tradutórias e estratégias, contribuindo para a consolidação da tradução no âmbito acadêmico.

Este estudo apresenta a tradução comentada do romance gráfico *I Had a Black Dog: His Name Was Depression* (Johnstone, 2005), que narra, por meio da metáfora do “cão negro”, a experiência da depressão. Embora traduzida para diversos idiomas, não foram encontradas versões em Libras, o que revela a incipiência da tradução literária para essa língua.

1 Recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Tradução Comentada de ‘I had a black dog: his name was depression’ para a Libras”, apresentado pelo primeiro autor deste trabalho no curso presencial de Bacharelado em Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2017 e orientado pela coautora deste trabalho.

2 Saulo dos Santos Henrique, UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: henry.tradutor@gmail.com.

3 Aline Nunes de Sousa, UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: alinesousa@cce.ufsc.br.

No Brasil, a Editora Arara Azul se destaca como pioneira na área, com a tradução de obras que vão de clássicos da literatura universal a Machado de Assis, analisadas em pesquisas de Ramos (1995, 2000) e Santana (2010), que evidenciam a relevância cultural e pedagógica dessas traduções.

A escolha do corpus também parte de uma dimensão pessoal do autor principal deste estudo. Na época, como bacharelando em Letras Libras (UFSC) e alguém que convive com a depressão, a identificação pessoal do tradutor⁴ com a obra tornou a tradução um processo também subjetivo, permeado por desafios linguísticos e emocionais, mas igualmente libertador. Diante dos dados da Organização Mundial da Saúde⁵ (OMS), que apontam quase 12 milhões de brasileiros com depressão, considera-se relevante que a comunidade surda tenha acesso a esse texto em sua língua de conforto.

Traduzir diretamente do inglês para a Libras, sobretudo uma obra multimodal, implica lidar com diferenças de modalidade, meio e cultura, exigindo criatividade para integrar texto e imagem. Essa proposta amplia as possibilidades dos Estudos da Tradução em Libras, abrindo caminho para pesquisas futuras sobre gêneros ainda pouco explorados.

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma tradução comentada do romance gráfico *I Had a Black Dog*, contribuindo, assim, com o campo da tradução de línguas orais para a Libras. Para alcançar essa finalidade, buscou-se, em primeiro lugar, realizar uma tradução preliminar da obra, considerando as especificidades visuoespaciais da Libras. Após, buscou-se refletir sobre os desafios encontrados durante o processo tradutório e registrar as estratégias adotadas para solucioná-los, de modo a produzir um material que também possa servir como subsídio para outros tradutores.

Outro propósito foi ampliar o acesso da comunidade surda a uma obra de reconhecida relevância social e literária, garantindo que esse público tenha a oportunidade de experienciá-la em sua língua de conforto, a Libras. Por fim, almejou-se incentivar pesquisas futuras sobre a tradução de gêneros multimodais para a Libras, uma área ainda pouco explorada, mas com grande potencial de contribuição para os Estudos da Tradução (ET).

4 Neste trabalho, em alguns momentos, o autor principal será chamado de tradutor-ator para diferenciá-lo da orientadora do TCC, coautora deste trabalho, que orientou a tradução comentada aqui mencionada.

5 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czkekymmv55o>. Acesso em: 12 out. 2025.

A TRADUÇÃO DE/ENTRE/PARA LÍNGUAS DE SINAIS

A distinção entre tradução e interpretação é essencial para compreender o escopo deste trabalho. Enquanto a interpretação acontece em tempo real, exigindo decisões imediatas, a tradução pressupõe planejamento e revisão. Na tradução, é possível segmentar o texto em unidades tradutórias, testar soluções, reescrevê-las e/ou regravá-las (quando em vídeo).

No caso deste estudo, que analisa a tradução do romance gráfico *I Had a Black Dog: His Name Was Depression* (Johnstone, 2005), o produto final foi filmado em Libras. Trata-se de uma tradução, pois todo o processo envolveu preparação prévia, uso de dicionários, consulta a materiais de apoio e a possibilidade de refazer escolhas tradutórias.

Traduzir de uma língua vocal-auditiva para a Libras implica lidar com modalidades distintas. Segala (2010) define esse processo como intermodal, pois ocorre entre uma língua de modalidade vocal-auditiva e uma visuoespacial. O autor acrescenta que a tradução para Libras também é intersemiótica, já que depende da imagem do corpo registrada em vídeo. Para ele, “a tradução de Língua Portuguesa escrita, como língua-fonte, para a Língua Brasileira de Sinais, como língua-alvo, não pode considerar apenas a tradução intermodal, devido ao fato de que, para essa tradução, há a necessidade da imagem, que pode ser feita por meio de filmagem” (Segala, 2010, p. 28).

Porém, a tradução para a língua de sinais não ocorre apenas a partir da escrita de línguas vocal-auditivas. No trabalho de Silvério *et al.* (2012), os quais analisaram a tradução de um vídeo institucional, ainda que houvesse glosas e versões preliminares em Libras, a gravação final ocorreu a partir do texto em áudio (ou seja, a partir da fala). A intérprete escutava o português e sinalizava, tentando recuperar as escolhas já planejadas. Nesse processo, marcas da oralidade influenciaram o resultado final. Os autores chamam esse fenômeno híbrido de tradução-interpretação, mostrando que a dicotomia entre tradução e interpretação já não é suficiente para dar conta das práticas atuais em Libras.

No campo literário, os desafios aumentam. Ramos (2000), ao analisar a tradução de Alice no País das Maravilhas para Libras, destacou que “em Libras a narração é iniciada em primeira pessoa, com a própria Alice conduzindo a narrativa [...], a diferenciação entre os discursos direto e indireto em Libras se dá de maneira absolutamente diversa de como acontece em língua escrita” (Ramos, 2000, p. 126). Santana (2010), ao estudar traduções da Editora Arara Azul, ressaltou o impacto pedagógico e cultural dessas produções, observando que funcionam como estímulo à leitura da comunidade surda.

Outros trabalhos também reforçam a relevância da tradução literária em Libras. Greggersen e Souza (2012), ao analisar trechos de *As Crônicas de Nárnia*, concluíram que “quando a tradutora-atriz Surda sintetiza descrições escritas [...] ressaltando em sua tradução elementos que evidenciam parâmetros típicos da modalidade espaço-visual de línguas como a língua alvo do produto traduzido (Libras), pode-se dizer que o profissional em questão está considerando o caráter da visualidade das narrativas em língua de sinais” (Greggersen; Souza, 2012, p. 6). De forma semelhante, Parente Junior (2016) investigou a tradução do poema *The Raven*, de Edgar Allan Poe, destacando as complexidades de recriar ritmo e metáforas do inglês oral (não escrito) em uma língua visuoespacial – a Libras.

Esses exemplos mostram que a tradução de/entre/para línguas sinalizadas é um campo em expansão. Ela exige planejamento, revisão e criatividade, articulando intermodalidade, intersemiose e multimodalidade. Ao contrário da interpretação, permite refazer escolhas e refinar o resultado final, o que se mostra essencial em contextos educacionais (tradução de material didático), oficiais (tradução de documentos) e literários (tradução de obras).

No caso específico deste trabalho, a tradução de um romance gráfico diretamente do inglês para a Libras amplia esses desafios, pois exige incorporar tanto o texto verbal quanto os elementos visuais que estruturam a obra. Esse exercício reforça a Libras como espaço legítimo de circulação estética e científica, contribuindo para consolidar a tradução literária em línguas de sinais como campo emergente e necessário aos Estudos da Tradução.

A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA DE TRADUÇÃO

Para nortear o processo tradutório aqui analisado, adota-se o viés funcionalista, que rompe com a visão de tradução como atividade estática e mecanicista. Nessa perspectiva, defendida inicialmente por Hans Vermeer e Katharina Reiss, e posteriormente desenvolvida por Christiane Nord, a tradução deve ser compreendida como um ato comunicativo situado, cujo produto final depende da função textual, do contexto sociocultural e do público a que se destina.

O princípio central da teoria funcionalista é o *skopos* (propósito ou objetivo), que determina a direção do processo tradutório. Assim, não se trata de reproduzir o texto de partida de forma literal, mas de criar, na cultura de chegada, um texto funcionalmente adequado, capaz de cumprir a finalidade comunicativa para a qual foi encomendado (Reiss; Vermeer, [1996] 2010). Nas palavras de Nord, “os receptores dos textos de partida e chegada são, indubitavelmente, um dos princípios determinantes do escopo da tradução, visto que um texto é um

ato comunicativo que só se completará no momento da recepção” (Nord, 1991, p. 11 *apud* Leal, 2006, p. 2).

Nesse sentido, a tradução é concebida como mediação intercultural. O tradutor, ao mesmo tempo em que respeita as intenções do autor do texto de partida, precisa considerar as expectativas e necessidades do público-alvo do texto a ser traduzido. Como observa Nord (1996), a função de um texto não é inerente à sua estrutura, mas resulta do modo como ele é recebido e interpretado em determinado contexto sociocultural. Logo, traduzem-se funções comunicativas e não apenas estruturas linguísticas isoladas.

O modelo funcionalista de Nord é operacionalizado por meio de uma análise pré-tradutória que contempla fatores extratextuais e intratextuais. Entre os fatores extratextuais estão: quem transmite a mensagem (emissor), com que intenção, a quem se destina, em que meio circula, em que lugar e tempo é produzido e qual o motivo da comunicação. Já os fatores intratextuais incluem o tema, o conteúdo, a composição, os elementos não verbais, o léxico, a sintaxe e a entonação. A comparação entre esses elementos permite ao tradutor identificar quais aspectos devem ser mantidos e quais precisam ser adaptados à cultura de chegada para que o texto traduzido seja funcional (Nord, 2012).

Além disso, a autora propõe um processo tradutório circular, no qual a análise do encargo de tradução antecede a leitura detalhada do texto de partida e orienta as escolhas ao longo de todo o processo. Trata-se de um modelo dinâmico que permite revisitar constantemente as decisões já tomadas e ajustá-las de acordo com o efeito pretendido no texto de chegada. Dessa forma, a tradução é vista como prática criativa e reflexiva, em que procedimentos conservadores e adaptativos se combinam conforme a finalidade do trabalho (Nord, 1996).

Aplicar essa perspectiva à tradução do romance gráfico *I Had a Black Dog: His Name Was Depression* significa reconhecer que a obra não pode ser transposta para a Libras apenas de forma literal. É preciso considerar, de um lado, as intenções do autor — narrar e dar visibilidade às experiências com a depressão — e, de outro, as necessidades da comunidade surda que receberá o texto. A função comunicativa, no caso da tradução desse romance, não é apenas informativa, mas também expressiva e apelativa, na medida em que busca sensibilizar e conscientizar sobre um problema de saúde mental.

Dessa forma, ao preparar a tradução para Libras, foi adotado o quadro abaixo, proposto por Nord (1991, 2012), que permite identificar e sistematizar os parâmetros do texto de partida e os do texto de chegada. Esse instrumento serviu como guia para refletir sobre as escolhas tradutórias, assegurando que a tradução não apenas preservasse o sentido global da obra, mas também cumpri-se sua função social e estética junto ao público surdo.

Quadro 1. Modelo de Christiane Nord

MODELO DE CHRISTIANE NORD			
TEXTO 1			
TEXTO 2			
	TEXTO FONTE	QUESTÃO DE TRADUÇÃO	TEXTO META
FATORES EXTERNOS AO TEXTO			
Emissor			
Intenção			
Receptor			
Meio			
Lugar			
Tempo			
Propósito (motivo)			
Função textual			
FATORES INTERNOS AO TEXTO			
Tema			
Conteúdo			
Pressuposições			
Estruturação			
Elementos não verbaís			
Léxico			
Sintaxe			
Elementos suprasegmentais			
Efeito do texto			

Fonte: Adaptado de Nord (1991, 2012).

TRADUÇÃO COMENTADA COMO METODOLOGIA: REGISTRO E PROCESSO

No contexto desta pesquisa, a tradução não foi conduzida apenas como um exercício técnico. O objetivo foi analisar introspectivamente o próprio processo tradutório, refletindo sobre os motivos que levaram o tradutor a fazer determinadas escolhas, sobre as hesitações ocorridas e sobre as soluções encontradas diante de problemas tradutórios. Esse procedimento analítico é denominado por Williams e Chesterman (2002) de tradução comentada.

Como destacam esses autores, a tradução comentada, também denominada tradução anotada, configura-se como um tipo de pesquisa de caráter introspectivo e retrospectivo, em que o tradutor, após realizar a tradução, elabora um comentário crítico sobre seu próprio trabalho, explicitando as decisões tomadas e justificando as soluções para os problemas específicos.

Nessa abordagem, o próprio tradutor assume a tarefa de verter o texto e, paralelamente, produzir comentários analíticos a respeito do processo tradutório que realizou. Esses comentários não se restringem a descrições superficiais, mas incluem reflexões sobre a tarefa de traduzir.

O valor dessa prática está no fato de que a autoconsciência do tradutor pode contribuir diretamente para o aprimoramento da qualidade da tradução. Além disso, o exercício pode revelar se, ao longo do percurso, foi possível estabelecer diretrizes consistentes para embasar futuras decisões tradutórias. Um exemplo frequentemente citado é o trabalho de Bly (1984), no qual o tradutor expõe de forma detalhada as diferentes etapas e dilemas enfrentados durante a tradução de um poema.

A tradução comentada, portanto, não se encerra na produção do texto traduzido. Ela abre espaço para a reflexão crítica e para a análise sistemática das estratégias utilizadas, permitindo ao tradutor compreender melhor seus próprios processos cognitivos e criativos. Esse movimento introspectivo também beneficia outros pesquisadores e profissionais, pois torna visível o percurso das escolhas tradutórias e as soluções propostas, oferecendo pistas metodológicas para a tradução de diferentes gêneros e estilos textuais.

Ao se configurar como prática que une produção e análise, a tradução comentada contribui significativamente para os Estudos da Tradução. Mais do que um produto final, ela se torna um espaço de experimentação e autocrítica, favorecendo o aprimoramento da qualidade tradutória e o fortalecimento da consciência profissional do tradutor.

OUTROS ASPECTOS METODOLÓGICOS DESSA PROPOSTA

A presente pesquisa adota como metodologia o estudo de caso, a partir de uma tradução comentada, entendido como um procedimento qualitativo que busca investigar, de forma aprofundada, um objeto específico em seu contexto real (Gerhardt; Silveira, 2009). De acordo com essa perspectiva, não se trata de buscar generalizar resultados para outros contextos, mas de compreender, em profundidade, o processo tradutório aplicado a um texto particular, neste caso, o romance gráfico *I Had a Black Dog: His Name Was Depression*.

A escolha do estudo de caso se justifica porque a pesquisa parte da análise de uma tradução comentada de uma obra literária inédita em Libras, cuja singularidade demanda olhar atento sobre as estratégias empregadas, os desafios enfrentados e as soluções propostas. Assim, busca-se descrever e refletir sobre o processo tradutório em sua totalidade, considerando fatores linguísticos, culturais e multimodais que marcam o gênero escolhido.

Trata-se também de uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que visa gerar conhecimento voltado à prática da tradução de/para línguas sinalizadas, e de caráter descritivo e exploratório, pois descreve detalhadamente o percurso tradutório e examina alternativas metodológicas não antes exploradas, que podem servir de subsídio a tradutores em formação.

O corpus central da presente pesquisa consiste na tradução preliminar do romance gráfico para Libras, realizada pelo pesquisador principal deste trabalho e orientado pela coautora. O processo foi documentado por meio da elaboração da tradução comentada, em que cada decisão tradutória é analisada retrospectivamente. Esse procedimento permite visibilizar o percurso da tradução e compreender o papel das escolhas individuais no resultado final.

Portanto, a metodologia adotada conjuga prática e reflexão, aliando a produção tradutória ao exercício crítico-analítico, em consonância com os princípios da pesquisa qualitativa.

Preparação da tradução

O processo de tradução do romance gráfico em que se trata esse texto se desenvolveu em diferentes etapas que articularam prática tradutória e reflexão crítica. O percurso envolveu leitura e releitura da obra, transcrição para glosas, preparação e ensaio, além da gravação da versão em Libras.

O primeiro passo foi a leitura integral da obra, seguida de uma releitura crítica com foco nas relações entre texto e imagem. Por se tratar de um romance gráfico, a narrativa é construída pela interdependência entre palavras e ilustrações, e essa multimodalidade precisou ser considerada desde o início, pois impactava diretamente as escolhas tradutórias.

A etapa seguinte consistiu na transcrição em glosas, utilizada como recurso de apoio para a organização e memorização do texto a ser sinalizado. Essa estratégia, inspirada nos modelos de Felipe (2007) e Quadros e Karnopp (2004), foi adaptada para contemplar não apenas sinais manuais, mas também elementos não manuais fundamentais na Libras, tais como os movimentos e a expressão não-manual.

Nesse processo, destacou-se a utilização do quadro de análise⁶ proposto por Christiane Nord (1991), conhecido como a Tabela de Nord. Esse instrumento foi empregado como guia para sistematizar fatores externos e internos ao texto fonte e ao texto alvo. Com relação ao texto de partida, registraram-se aspectos

6 Sobre isso, ver nota de rodapé anterior.

como o perfil do autor, a intenção comunicativa, o público a quem se dirigia, o meio e o propósito da obra. Com relação ao texto de chegada, esses elementos foram reinterpretados, levando em conta o público surdo brasileiro, o contexto sociocultural de produção da tradução e a finalidade de difundir o tema da depressão em Libras.

Assim, o quadro funcionou como uma ferramenta de tomada de decisão: ao comparar os fatores de partida e de chegada, foi possível justificar escolhas tradutórias, delimitar objetivos para a versão em Libras e manter a coerência entre a intenção original do autor e as necessidades do público-alvo. Essa sistematização orientou, por exemplo, a opção de traduzir não apenas o texto verbal, mas também as informações implícitas nas imagens, garantindo que o efeito global da obra fosse preservado.

Após a preparação e ensaios, a tradução preliminar foi gravada em estúdio improvisado, com fundo preto e iluminação caseira. A escolha estética, monocromática e sombria, dialogou com o tema da obra e reforçou sua atmosfera. A gravação foi realizada em unidades curtas de tradução, que eram memorizadas a partir das glosas e, quando necessário, regravadas para assegurar fluidez.

Entretanto, o processo de tradução não se limitou a etapas técnicas, ele foi orientado por uma reflexão teórica constante. O uso do quadro de Nord garantiu rigor metodológico, oferecendo parâmetros para que cada decisão tradutória fosse analisada à luz da função comunicativa da obra e das especificidades da comunidade surda, público-alvo desta tradução.

Na etapa de gravação, observa-se que essa não se constituiu apenas uma etapa técnica, mas também um exercício de autoavaliação. Cada tentativa exigia atenção à clareza dos sinais, às expressões faciais e à coerência com o conteúdo narrado. A opção por fundo e roupas escuras reforçou simbolicamente a atmosfera do “cão negro”, criando sintonia entre forma e conteúdo.

Ao decidir não utilizar cortes ou edições, priorizou-se a autenticidade do material, o que demandou disciplina na memorização das glosas e repetição das unidades de tradução. Esse percurso, embora exaustivo, possibilitou refletir sobre limites da memória e a importância da preparação. O produto final, registrado em CD⁷ e entregue com o trabalho escrito, representa mais que uma versão preliminar: traduz o percurso de criação e reflexão, em consonância com a proposta da tradução comentada.

7 Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1hOJWqEcGXx5p_26lCncWfUUHh8YEeqkZ.

DESAFIOS TRADUTÓRIOS

O processo de tradução aqui descrito apresentou desafios específicos decorrentes de sua natureza multimodal e de seu conteúdo metafórico. Um dos principais obstáculos esteve na transposição da metáfora central do “cão negro” para a Libras. Como se trata de uma expressão culturalmente marcada, foi necessário buscar estratégias que preservassem seu valor simbólico sem comprometer a compreensão pelo público surdo.

Outro desafio esteve na integração entre texto e imagem. Por se tratar de um romance gráfico, não era possível traduzir apenas as palavras; foi preciso considerar como os sinais poderiam dialogar com as ilustrações, de modo a manter a unidade narrativa. Isso exigiu a exploração de recursos não manuais, como expressões faciais e corporais, capazes de complementar os elementos visuais do livro.

Além disso, a simplicidade sintática do texto fonte contrasta com a necessidade de ajustes estruturais na Libras, língua visuoespacial que exige reorganização do enunciado para alcançar clareza comunicativa. As escolhas tradutórias, portanto, tiveram de equilibrar equivalência ao texto de partida com a naturalidade esperada no texto de chegada.

Por fim, a carga emocional da obra também se configurou como desafio, já que traduzir temas ligados à depressão mobilizou tanto aspectos técnicos quanto subjetivos, exigindo do tradutor-ator (autor principal deste trabalho), atenção à própria experiência pessoal sem comprometer a objetividade do trabalho. A seguir, elenco alguns dos desafios observados.

Dando nome aos cães

Na língua inglesa, utilizar o termo *black dog* para se referir à depressão é atribuído a Winston Churchill (1874-1965) primeiro-ministro do Reino Unido que popularizou o termo ao se referir a suas oscilações de humor. Muito embora o termo já houvesse sido utilizado com o mesmo propósito pelo escritor Samuel Johnson (1709-1784) no século anterior, foi através de Churchill que a expressão se tornou difundida.

A tradução do título do livro foi adaptada para o público-alvo, ou seja, a comunidade surda, pois, na Libras, pessoas, animais e lugares são identificados por um sinal específico, quando se trata de seu nome próprio. Quando existe a necessidade de explicar nomes próprios, por exemplo, é utilizada então a soletração manual, mas, como nesse caso, existe um sinal para “depressão”,

ao invés de dizer que esse é o nome do cachorro, traduziu-se essa frase como: “Seu sinal é Depressão”.

Foi escolhido o sinal *LIGAR* ao invés de *TER* (para “*had*”), pois, por se tratar de um conceito abstrato, pareceu mais apropriado colocar dessa forma, principalmente porque, no decorrer da narrativa, o cão acompanha seu dono por onde quer que ele vá, como se houvesse realmente algo que os mantivesse unidos.

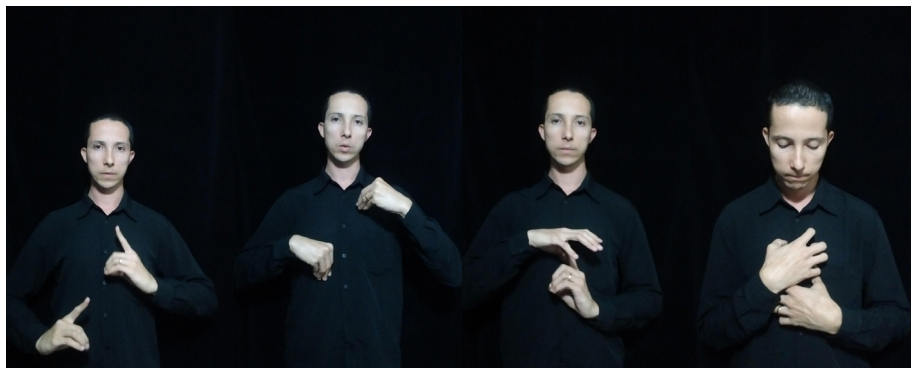
As *Depressões*

Logo no início da tradução, um dos primeiros desafios encontrados foi a escolha do sinal mais adequado para representar “depressão” na Libras, como qualquer língua natural, possui variações linguísticas que podem apresentar diferentes sinais para um mesmo conceito, dependendo de fatores históricos, geográficos e socioculturais. Isso significa que, antes mesmo de iniciar a tradução em si, foi necessário decidir qual variante seria utilizada, a fim de garantir uniformidade e clareza no produto final.

A variação linguística, longe de ser um desvio, constitui parte essencial do funcionamento das línguas. Castro Júnior (2011) observa que a variação integra a própria organização gramatical e revela a vitalidade de uma língua em uso. No caso específico da Libras, esse fenômeno é visível em sinais como o glosado por *DEPRESSÃO*, que apresenta múltiplas formas encontradas em diferentes comunidades surdas no Brasil. Algumas dessas variantes são mais comuns em determinados estados, enquanto outras parecem derivar do nível de escolarização ou da necessidade de criação espontânea por parte dos próprios surdos.

Essa diversidade evidencia que o tradutor precisa tomar decisões conscientes ao selecionar o sinal a ser utilizado. No contexto desta tradução, a escolha buscou equilibrar duas demandas: de um lado, manter a equivalência ao conceito de “depressão” usado no texto de partida; de outro, promover acessibilidade comunicativa para a comunidade surda brasileira. Dessa forma, a decisão não foi meramente lexical, mas também cultural e estratégica, assegurando coerência ao longo de toda a tradução.

Figura 1. Variações do sinal DEPRESSÃO



Fonte: elaborado pelos autores.

A escolha foi feita então levando-se em consideração o aspecto visual do sinal visto que, em sua composição, existe a mesma configuração do sinal *CACHORRO* (mão em garra), muito utilizado durante o texto. Por isso, optou-se pelo sinal *DEPRESSÃO*-III (terceiro e quarto quadrinhos da Figura 13), mantendo assim uma certa coerência e harmonia entre o sinal e sua metáfora - o cachorro.

Devido ao fato de ser essa uma das tantas variações e sabendo que o público-alvo por vezes desconhece todas as possíveis formas de sinalizar essa palavra, foi necessária uma reflexão para a escolha de qual seria a melhor estratégia para esclarecer o significado do sinal *DEPRESSÃO*-III, pois a não compreensão desse sinal logo no início do texto, e que se repete muitas vezes no decorrer do mesmo, poderia comprometer todo o entendimento da tradução por parte do público.

Diferentes ideias foram surgindo para solucionar essa problemática. Uma das mais comuns e que é frequentemente utilizada na interpretação seria o uso da datilologia⁸, porém essa não foi considerada a melhor solução, pois, por se tratar de uma tradução, e não de uma interpretação, sabe-se que existe mais tempo para analisar e solucionar problemas como esse, evitando, assim, valer-se de uma estratégia que inevitavelmente usa o português para nomear um sinal e que nem sempre é suficiente para esclarecer ao receptor o conceito por trás da palavra soletrada.

Com isso, não se quer dizer que se deve evitar datilologia nas traduções para a Libras a qualquer custo. O que se objetivou foi chamar a atenção para o fato de, num texto multimodal, rico em imagens com significados próprios, haver a possibilidade de se traduzir conceitos de maneira visual para a Libras, uma língua essencialmente visual e espacial. Isso é mais interessante - do ponto de vista literário, inclusive - do que usar a datilologia, estratégia muito presente,

8 Soletração manual.

por exemplo, em traduções de textos acadêmicos para a Libras, como provas de vestibular.

Traduzindo palavras e imagens

A intenção desta tradução, além de manter os elementos visuais das ilustrações, era a de fazer “jogos de palavras” com sinais com a mesma configuração de mão para manter assim uma coesão na mudança de uma frase para a outra. Uma das primeiras frases em que é possível verificar esse tipo de escolha se encontra a seguir.

Na glosa para essa frase, manteve-se o sinal *CACHORRO* e, em seguida, o sinal *SENTIR*, que possuem a mesma configuração, porém muda-se o ponto de articulação. *SENTIR*, nessa frase, busca manter a intenção do autor ao dizer que, a qualquer momento, o personagem é tomado por esse sentimento negativo, assim como em inglês ele compara esses sentimentos a ser “visitado” pelo cão negro. Essa escolha pareceu manter uma boa fluidez no texto.

Quadro 2. Sinais CACHORRO e SENTIR

	Sinal CACHORRO	Sinal SENTIR
Unidade de Tradução IVº (glosa) “PORQUE NÃO SABER MOMENTOQUALQUER CACHORRO SENTIR”		

Fonte: elaborado pelos autores.

Apesar do efeito criativo desse trecho, sentiu-se falta de algum elemento que pudesse também fazer uma conexão com a ilustração da página, onde se vê o personagem olhando seu reflexo no espelho representado pelo próprio cão negro.

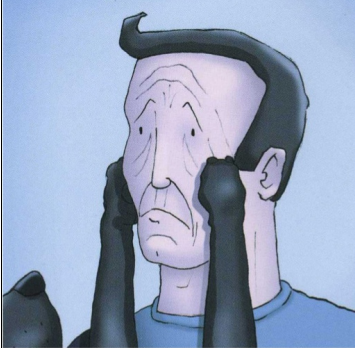
Um dos grandes desafios em traduzir esse livro foi o de traduzi-lo linguisticamente e semioticamente, visto que seu gênero não contém imagens apenas para ilustrar algumas passagens em particular, mas sim imagens que estão em complemento ao que está sendo narrado verbalmente no decorrer da obra.

9 A numeração das unidades de tradução diz respeito à sequência de unidades de tradução do livro.

Logo, essas não poderiam de maneira alguma serem ignoradas no momento da tradução.

Em outros momentos essa harmonização ocorreu de maneira mais natural, talvez por esse ser um texto sobre o qual o autor principal deste trabalho já vinha há bastante tempo imaginando como seria a sua tradução para a Libras. Existem alguns trechos em que o desenho parece ser uma ilustração do próprio sinal, como é o exemplo da parte onde está dito que “a depressão envelheceu sua aparência”. O sinal usado para “envelhecer” se assemelha muito ao que se vê na ilustração.

Quadro 3. Comparação da imagem do livro com o sinal ENVELHECER

Imagem de rosto envelhecido	Sinal <i>ENVELHECER</i>
	
Johnstone (2005)	Elaborado pelos autores

Fonte: elaborado pelos autores.

Nesse trecho, percebeu-se mais tarde que a ordem sintática da frase não ficou muito apropriada, pois o verbo “parecer” no final da frase (*CACHORRO POR-ISSO ROSTO-ENVELHECER PARECER*) dá a impressão de que virá mais algum elemento na frase posteriormente (um complemento), o qual será comparado ao sinal de idoso (parecer com o que?). Dessa forma, uma possível reestruturação da frase num novo vídeo poderia ser a seguinte: *CACHORRO POR-ISSO ROSTO-ENVELHECER PARECER IDOSO*.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO

As estratégias apresentadas ao longo deste trabalho representam apenas algumas das muitas possibilidades que podem ser exploradas na tradução do romance gráfico *I Had a Black Dog* e de outros textos multimodais. A experiência demonstrou que a tradução desse tipo de obra demanda escolhas complexas,

que variam conforme o contexto, o público-alvo e os objetivos pretendidos. As imagens, em particular, tiveram papel fundamental: em diversos momentos ampliaram as alternativas expressivas, mas também suscitaram impasses, exigindo do tradutor um esforço contínuo de harmonização entre o verbal e o não verbal, entre a narrativa escrita e os elementos visuais que a compõem.

A temática do livro — a depressão — acrescentou camadas adicionais ao processo tradutório. Por se tratar de uma língua de modalidade visuoespacial, que mobiliza o corpo como principal recurso expressivo, as emoções provocadas pelo conteúdo inevitavelmente transpareceram na tradução. Assim, a prática tradutória não se limitou a um exercício técnico, mas tornou-se também uma experiência sensível, em que a vivência pessoal e a subjetividade do tradutor-ator estiveram presentes no produto final. Longe de comprometer a qualidade, esse envolvimento conferiu autenticidade e potência comunicativa ao texto traduzido.

Traduzir de uma língua vocal-auditiva na modalidade escrita para uma língua visuoespacial já constitui, em si, um desafio considerável. Quando o objeto é um texto literário multimodal, esse desafio se intensifica, pois a narrativa é construída pela interdependência de diferentes códigos semióticos. Como observa Castro (2012), uma produção em língua de sinais que se limita ao nível lexical pode resultar em uma narrativa plana e artificial. Para alcançar expressividade e sentido, é necessário recorrer a recursos imagéticos como classificadores, expressões faciais e corporais, movimentos e antropomorfismos, que conferem tridimensionalidade ao discurso. Nesse mesmo sentido, Greggersen e Souza (2012, p. 8) enfatizam que esses recursos são essenciais para que o interlocutor surdo visualize a narrativa e construa significado a partir dela.

A análise desenvolvida evidenciou que a tradução de *I Had a Black Dog* exigiu do tradutor-ator não apenas competência linguística, mas também criatividade, sensibilidade estética e rigor metodológico. A natureza visual da obra demandou um olhar atento às ilustrações e à forma como estas dialogam com o texto escrito, exigindo uma tradução que fosse capaz de integrar, em Libras, o conjunto multimodal da narrativa. Essa tarefa implicou um grande esforço, mas também proporcionou uma experiência de formação enriquecedora, ampliando a compreensão sobre o potencial da tradução literária em línguas de sinais.

A escolha do romance gráfico como objeto de estudo não foi aleatória. A relevância do tema da depressão e o ineditismo da tradução dessa obra para Libras justificam sua seleção, além de reforçar a importância de ampliar o acesso da comunidade surda a obras literárias de impacto social e emocional. Do ponto de vista acadêmico, a experiência contribui para o debate nos Estudos

da Tradução ao problematizar a tradução de textos multimodais, ainda pouco explorados em pesquisas voltadas às línguas de sinais.

Conclui-se, portanto, que este trabalho não apenas produziu uma tradução preliminar de *I Had a Black Dog*, mas também ampliou reflexões sobre caminhos possíveis para a tradução de textos multimodais em Libras. Ao propor uma tradução comentada, o estudo abriu espaço para análises críticas das escolhas tradutórias, permitindo compreender o processo em sua dimensão técnica, estética e subjetiva. Espera-se que esta pesquisa contribua para os Estudos da Tradução e para a formação de futuros tradutores, além de inspirar novos trabalhos que aprofundem a relação entre literatura, multimodalidade e línguas de sinais.

REFERÊNCIAS

CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. **Variação linguística em Língua de Sinais Brasileira: foco no léxico**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FELIPE, Tanya A.; MONTEIRO, Myrna. **Libras em contexto: curso básico**. Livro do estudante. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Plageder, 2009.

GREGGERSEN, Gabriele; SOUZA, Saulo Xavier de. Pegadas & Sinais Interagindo em Tradução: aplicação de princípios normativos Surdos em uma proposta de solução tradutória de um trecho de uma das obras das “Crônicas de Nárnia”, de C. S. Lewis. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA, 3., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

JOHNSTONE, Matthew. **I Had a Black Dog**. Disponível em: <https://matthewjohnstone.com.au/courses/i-had-a-black-dog/>. Acesso em: 13 mai. 2017.

JOHNSTONE, Matthew. **I Had a Black Dog: His name was depression**. Sydney: Pan Macmillan, 2005.

LEAL, Alice. Funcionalismo e tradução literária: o modelo de Christiane Nord em três contos ingleses contemporâneos. **Scientia Traductionis**, n. 2, 2006.

NORD, Christiane. El error en la traducción: categorías y evaluación. **La enseñanza de la traducción**, v. 3, p. 91, 1996.

NORD, Christiane. **Text Analysis in Translation**. Trad. C. Nord and P.Sparrow. Amsterdam: Rodopi, 1991.

NORD, Christiane. Texto base-texto y texto-meta. Un modelo funcional de análisis pretraslativo. 2012.

PARENTE J.R., Fernando de Carvalho; LIMA, Daniel almeida de. Tradução Poética Numa Perspectiva Cultural: “The Raven” De Edgar Allan Poe, Do Inglês Para A Libras. *In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA*, 5., 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

QUADROS, Ronice M. de; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, v. 1, p. 222, 2004.

QUADROS, Ronice Muller; DE SOUSA, Aline Nunes; VARGAS, Roberto Dutra. Tradução do Vestibular Ufsc/2012 Para a Libras. *In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA*, 3., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

RAMOS, Célia Regina. **Língua de Sinais e Literatura: uma proposta de trabalho de tradução cultural**. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Ciências da Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

RAMOS, Clélia Regina. **Uma leitura da tradução de Alice no país das maravilhas para a língua brasileira de sinais**. 2000. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Ciências da Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

REISS, Katharina; VERMEER, Hans J. **Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie**. Berlim: Walter de Gruyter, 2010.

SANTANA, Jefferson Bruno Moreira. **Fronteiras literárias: experiências e performances dos tradutores e intérpretes de LIBRAS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SEGALLA, Rimar. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingüística: português escrito para a língua de sinais**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SILVA, Claudney Maria de Oliveira; SILVA, Sofia Oliveira Pereira dos Anjos Coimbra da. Tradução de Provas Para Libras: Uma Proposta Metodológica. *In: Congresso Nacional De Pesquisa Em Tradução E Interpretação De Língua De Sinais Brasileira*, 3., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

SILVÉRIO, Carla Couto de Paula; RODRIGUES, Carlos Henrique; MEDEIROS, Davi Vieira; LEAL, Sônia Aparecida; ROMEIRO, Vitor. Reflexões Sobre o Processo de Tradução-Interpretação Para uma Língua de Modalidade Espaço-Visual. *In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA*, 3., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. **The map: a beginner's guide to doing research in translation studies**. Londres: Routledge, 2014.

ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA EM SAÚDE

ANÁLISE DA TRADUÇÃO COMENTADA DA CADERNETA DA GESTANTE (2022) EM LIBRAS¹

Bárbara Helena da Silva²

Aline Nunes de Sousa³

INTRODUÇÃO

A Caderneta da Gestante é um material elaborado pelo governo federal e distribuído gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) desde o ano de 2014. As gestantes que realizam o acompanhamento de pré-natal nas UBS, costumam receber a Caderneta em formato físico, mas nas plataformas *on-line* do Ministério da Saúde também é possível encontrar algumas das versões digitais do material. Na Caderneta, encontram-se informações fundamentais sobre os direitos das gestantes, o acompanhamento pré-natal, o trabalho de parto, o parto, os primeiros cuidados com o recém-nascido, além de outros temas relevantes. Além dessa parte informativa, a Caderneta também dispõe de espaços destinados ao preenchimento das consultas de pré-natal. No entanto, até o ano de 2023 (quando foi realizada a tradução aqui analisada), ela ainda não possuía nenhuma versão em outras línguas, estando disponível apenas em português. Essa limitação pode representar uma barreira significativa ao acesso às informações por parte de pessoas que não possuem o português como língua de conforto, como Rodrigues menciona a seguir.

- 1 Recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Caderneta da gestante (2022) em Libras: uma tradução comentada”, apresentado pela primeira autora deste artigo no curso presencial de Bacharelado em Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2023 e orientado pela coautora deste trabalho.
- 2 Bárbara Helena da Silva, UFSC. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC). E-mail: barbara-helenatils@gmail.com.
- 3 Aline Nunes de Sousa, UFSC. Professora Doutora do Departamento de Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: alinesousa@cce.ufsc.br.

A impossibilidade de o indivíduo usar sua própria língua como meio de acesso a esses conhecimentos e informações pode impedi-lo de gozar de seus direitos como cidadão, inclusive de seu direito de acesso universal igualitário às ações e aos serviços de Saúde (Rodrigues, 2023, p. 86).

O interesse da primeira autora deste trabalho em pesquisar e traduzir esse material para Libras surgiu em 2023, como temática para o trabalho de conclusão de curso (TCC), enquanto, simultaneamente, vivenciava a experiência de sua segunda gestação. Como gestante, realizou o acompanhamento do pré-natal na UBS do bairro em que mora e utilizou a Caderneta da Gestante em ambas as gestações, porém, lá, eles disponibilizaram a versão física de 2018 na primeira gestação e a de 2020 na segunda, e foi muito útil para tirar muitas das suas dúvidas. Essa experiência pessoal a motivou a querer pesquisar e estudar se essas informações sobre gestação estariam disponíveis em Libras (ou não), e, para a tradução comentada aqui relatada, escolheu utilizar a edição mais recente da época, a Caderneta de 2022. Porém, durante a realização do trabalho de TCC, foi lançada uma nova edição, a de 2023, a qual infelizmente não foi possível adotar porque a pesquisa e a tradução já estavam em andamento. Por se tratar de um material extenso, selecionamos o trecho referente ao *trabalho de parto* para ser traduzido, por questões de diagramação e quantidade de páginas e considerando o tempo disponível para a realização da tradução.

Neste sentido, o trabalho apresentado aqui pretende contribuir com a divulgação de informações essenciais para as pessoas gestantes surdas, como também para possíveis pesquisas e traduções sobre o tema no campo dos Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (ETILS), além de evidenciar a importância da subjetividade no ato tradutório.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ETILS E FUNCIONALISMO

Este trabalho está inserido no campo dos ETILS, e tem como base norteadora a teoria funcionalista defendida por Nord (2016). Portanto, neste capítulo, apresentamos um breve panorama teórico, evidenciando de que forma a pesquisa se fundamenta nessas discussões.

Ainda que possa parecer redundante, faz-se necessário explicitar a diferença entre os conceitos de tradução e interpretação, uma vez que, no campo dos Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (ETILS), essa discussão ainda persiste. Isso se deve ao fato de não lidarmos, nesse contexto, com dois textos escritos, mas sim com um texto escrito em língua portuguesa e sua tradução videossinalizada em Libras. Com relação a isso, Rodrigues (2013, p. 34) destaca que:

a compreensão dessa diferença, entre a tradução e a interpretação, pode ser traçada, inicialmente, a partir da ideia de que o tradutor trabalha com a palavra escrita (o enunciado) e o intérprete com a palavra falada (a enunciação).

Além dessa distinção, no que diz respeito às pesquisas sobre língua de sinais, há uma outra definição e forma de distinguir os dois termos, em que a interpretação é considerada efêmera, enquanto a tradução duradoura (por ser gravada em vídeo). No entanto, essa definição também não é muito precisa, pois, atualmente, há muitas interpretações que são gravadas, como por exemplo, interpretações remotas (reuniões, cursos, palestras etc.) e gravações de transmissões ao vivo. Neste trabalho, faremos a distinção entre os dois termos levando em conta o processo: a interpretação como um procedimento que pode ser gravado ou não, porém com um tempo de preparação menor, sem a possibilidade de realizar pesquisas ou consultas durante o processo, apenas estudos prévios, e sem possibilidade de revisão. Enquanto a tradução requer um tempo maior de estudo, permitindo a regravação imediata se o tradutor achar necessário ou após a revisão.

Outra questão que vale a pena ressaltar, é que a expressão “*tradução médica*” é usada para se referir de modo geral tanto à tradução quanto à interpretação que envolve temas, conteúdos, materiais e/ou situações do campo da Saúde (Rodrigues, 2023). Diante dessas considerações, compreendemos que o presente trabalho configura-se como uma tradução, por envolver um tempo mais amplo para estudo e análise, permitindo repensar as escolhas tradutórias, realizar ajustes e regravações.

Além disso, a base norteadora deste trabalho é a proposta de tradução funcionalista defendida por Nord (2016). Segundo a autora, a função pretendida ou prospectiva do texto alvo (TA) é um dos fatores determinantes no processo de tradução e nas escolhas das estratégias. Além disso, ela define os seguintes componentes desse processo, que são: o produtor do texto fonte, o emissor do texto fonte, o texto fonte, o receptor do texto fonte, o iniciador, o tradutor, o texto alvo e o receptor do texto alvo. Alguns dos componentes citados acima podem ser representados por uma mesma pessoa (Nord, 2016, p. 24), não precisa necessariamente serem distintos. Neste trabalho, a autora principal desempenhou três papéis: enquanto gestante desempenhou o papel de receptora do texto fonte, mas também foi a iniciadora, pois partiu dela a demanda de traduzir esse material, não foi uma terceira pessoa ou uma empresa que a contratou ou pediu para realizar a tradução. E por fim, também exerceu o papel de tradutora.

Para tentar alcançar a função pretendida do TA, é preciso definir quem será o público receptor do TA, pois “quanto mais clara e definitiva for a descrição do público do TA, mais fácil será para os tradutores tomarem suas decisões no curso do processo de tradução” (Nord, 2016, p. 30). No entanto, ao considerarmos os contextos sociais, as diferenças etárias, econômicas, bem como as diversas culturas presentes em nosso país e o próprio sistema público (que não depende apenas do governo federal, mas também das secretarias de saúde municipais e estaduais), parece ser um desafio considerar um público específico. Considerando essas características distintas, o que conseguimos definir como comum para nosso público foi: pessoas surdas gestantes, ou que queiram gestar, que tenham a Libras como língua de conforto. Mesmo que tenhamos um público bem definido, Nord diz que:

são atribuídas a um texto tantas funções quantos receptores houver. Todos nós já vimos como uma mesma pessoa em diferentes momentos da sua vida pode “ler” o mesmo texto de muitas formas diferentes. Se essa pessoa fosse um tradutor, teria certamente produzido diferentes traduções (Nord, 2016, p. 42).

Em suma, a proposta funcionalista se baseia na função pretendida do TA, já que não é possível ter o controle ou a precisão da função “real”, visto que isso depende dos receptores do TA. Na seção a seguir veremos o percurso da pesquisa.

PERCURSO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida para este trabalho é de cunho qualitativo, por ter um ambiente natural como fonte de dados e enfoque interpretativista (Gil, 2017), como por ter o que Kauark (2010, p. 26) chama de “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Utilizando da tradução comentada como método, desenvolvemos a tradução de trechos da *Caderneta da Gestante 2022* (Ministério da Saúde, 2022) para a Libras, registrando-a em vídeo e fazendo uso de glosas, além de registrar comentários nas próprias glosas e em um diário de tradução. De acordo com Durão e Durão (2017, p. 25-26), os comentários feitos pelo próprio autor da tradução é uma explanação que “alude às decisões definidas em cada caso, pretendendo trazer à tona tanto as estratégias tradutórias empregadas, como as soluções definidas como resultado do emprego dessas estratégias”.

Ainda segundo os autores, as notas de rodapé comumente são utilizadas para expor tais comentários. Como o produto final deste trabalho se refere a uma tradução intermodal⁴ (português e Libras) e não dispõe de recursos em vídeo para notas de rodapé, os comentários foram registrados principalmente em um diário de tradução manuscrito, que foram transcritos em quadros ou incorporados ao próprio texto da tradução comentada, e alguns comentários foram feitos na própria glosa dentro do Google Docs.

ANÁLISE

Para este trabalho, de cunho funcionalista, organizamos os dados em duas grandes categorias: a) problema de tradução e dificuldade de tradução e b) soluções e/ou estratégias empregadas para tais demandas. Para analisar essas categorias, utilizamos os conceitos de “*problema de tradução*” e “*dificuldade de tradução*” propostos por Nord (2016).

A autora classifica os problemas em i) problema de ordem pragmática; ii) problema relacionado a convenções; iii) problema de ordem linguística e iv) problema específico do texto⁵.

A seguir, apresentamos os trechos selecionados para este trabalho, juntamente com as análises, soluções e comentários. Para acessar ao vídeo completo da tradução, clique no link abaixo ou aponte a câmera do celular para escanear o QR Code.

Figura 1. Caderneta da Gestante em Libras



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=VoUDH6lRMxA>.

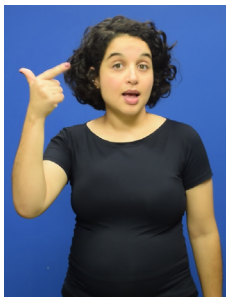
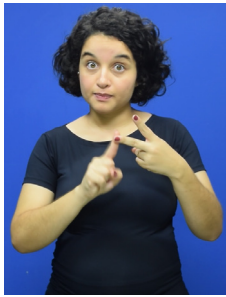
O trecho selecionado para ser traduzido começa na página 28, em que é apresentado um menu de listas organizado em pontos, elencando seis sugestões de tarefas necessárias para a gestante realizar antes do parto. Foi a partir dessa

4 A tradução intermodal, nesta pesquisa, se refere ao fato de a tradução ser feita entre duas línguas de modalidades distintas: o português (língua oral auditiva) e a Libras (língua visual espacial).

5 Para mais detalhes, ver Nord (2016).

análise textual e com o intuito de manter essa estrutura de lista também no TA em Libras, optamos por enumerar cada sugestão com números ordinais. Outro fator a ser considerado na tradução dessa página foi o uso de marcações manuais enumeradas em Libras que “não estão presentes explicitamente no TP (*texto de partida*), mas que configuram como representações de parágrafos, pausas, intervalos, etc.” (Mendes, 2019, p. 195), como no segundo exemplo do quadro 19. Os problemas aqui encontrados foram de ordem linguística.

Quadro 1. Listagem em números ordinais e marcações manuais enumeradas

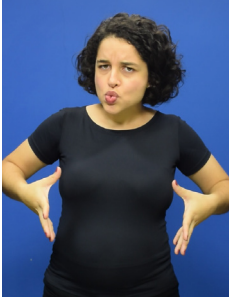
PORTUGUÊS (TF)	GLOSA	LIBRAS (TA)
• Fazer a lista de telefones úteis	2º CRIAR LISTA NÚMERO TELEFONE IMPORTANTE COLOCAR	 Tempo do vídeo: 01:11 – 01:19
• Colocar na sacola o que vocês vão levar: roupas confortáveis e absorventes para você, roupas e fraldas para o bebê, produtos de higiene pessoal	3º - BOLSA PRÓPRIA LEVAR HOSPITAL, COMO DENTRO? 1. ROUPA SUA LEVE CONFORTÁVEL TBM ABSORVENTE 2. ROUPA BEBÊ TBM FRALDA VÁRIAS 3. PRODUTO COISAS BANHO, LIMPAR, LAVAR CABELO, VÁRIOS. OS 3 DENTRO BOLSA LEVAR HOSPITAL*	 Tempo do vídeo: 01:21 – 01:45

Fonte: elaborado pelas autoras.

Para a tradução da página 29, que aborda especificamente o trabalho de parto, também nos deparamos com problemas de ordem linguística e precisamos dedicar um tempo maior de estudo para pesquisar os termos correspondentes à *contração*, *tampão mucoso*, *colo do útero* e *trabalho de parto*. Encontramos algumas possibilidades em vídeos disponíveis no *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*, e, a partir dessa investigação, definimos os termos a serem utilizados nessa tradução. A escolha se fundamentou principalmente nos vídeos de Sabrina

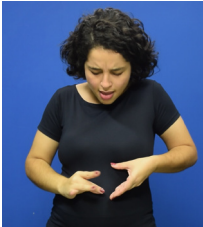
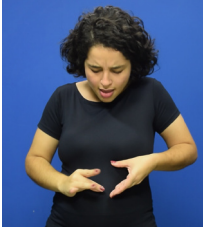
Lage⁶, doula e educadora perinatal surda, por apresentarem certa similaridade no parâmetro Configuração de Mão (CM).

Quadro 2. Contração

PORTUGUÊS (TF)	GLOSA	LIBRAS (TA)
Antes de pensar em sair para o hospital, tome um banho, repouse e veja se essas contrações continuam fortes, com duração maior que 30 segundos e regulares. Pode ser que ainda não seja o trabalho de parto, mas apenas um treinamento.	VOCÊ CORRER HOSPITAL JÁ? NÃO. ANTES TOMAR BANHO, DESCANSAR. VOCÊ PERCEBER BARRIGA SE CONTRAÇÃO FORTE CONTINUA 30S MAIS E REPETE REPETE PADRÃO OU NÃO. TALVEZ ÚTERO SÓ TREINAR, MOMENTO QUASE PARTO REAL AINDA NÃO.	 Tempo do vídeo: 03:30 – 03:56

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 3. Tampão mucoso e colo do útero

PORTUGUÊS (TF)	GLOSA	LIBRAS (TA)
Dias ou até semanas antes do parto, poderá sair por sua vagina um muco grosso e amarelado, como clara de ovo, com rajas de sangue, conhecido como o tampão mucoso. Este é um sinal de que o colo do útero está sendo preparado para o trabalho de parto.	MOMENTO PARTO, OU DIAS SEMANAS ANTES, PODE O QUE? ÚTE RO-COLA-SAIR, COLA GROSSO(BOCA), AMARELO MISTURA POQUINHO SANGUE, PARECE OVO. COLA NOME T-A-M-P-Ã-O M-U-C-O-S-O. ÚTERO-COLA-SAIR SIGNIFICA O QUE? COLO ÚTERO AFINAR PREPARAR MOMENTO PARTO	 ÚTERO-COLA-SAIR  COLO ÚTERO Tempo do vídeo: 03:58 – 04:34

Fonte: elaborado pelas autoras.

6 Informações retiradas do currículo Lattes, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8871836889516266>. Acesso em: 27 ago. 2025.

No texto-fonte, a descrição inicial refere-se ao muco expelido pela vagina, sendo o termo tampão mucoso apresentado apenas em seguida. Em Libras, entretanto, o sinal utilizado para tampão mucoso já contempla a ação de o muco sair pela vagina. Assim, a estratégia adotada consistiu em soletrar a expressão tampão mucoso após a descrição, acrescentando uma legenda em destaque para essa soletração. Sobre isso, Mendes (2019, p. 187) destaca que:

as estratégias de uso de datilologias, de morfema-boca e legendas escritas em português, reforçam o processo da tradução tornando o TC [texto de chegada] mais naturalizado na Libras. (sic) Propiciando aos leitores Surdos ensurdecidos, bilíngues, oralizados, uma melhor compreensão e aproximação deles nos textos sinalizados em Libras.

Na mesma unidade de tradução, optou-se por realizar o sinal de colo do útero sem recorrer à soletração (seja anterior ou posterior ao sinal), uma vez que, nesse ponto, a ênfase estava direcionada ao tampão mucoso. Posteriormente, em outra parte do vídeo, dedicada especificamente ao colo do útero, empregou-se a soletração acompanhada de legenda em destaque.

A página 30, além de conter textos organizados em parágrafos e listas, como ocorre nas demais seções, traz um trecho estruturado com elementos não verbais, o que, vale destacar, acarretou um problema de tradução vinculado à convenção.

Figura 2. Elementos não verbais



Muitas vezes, o medo e o estresse podem prolongar esse período; sentir-se tranquila e confiante pode ajudar a diminuí-los. É importante que você não se apavore quando entrar nessa fase. Conte com o apoio do(a) acompanhante e dos profissionais de saúde.

Fonte: elaborado pelas autoras.

O parágrafo anterior, localizado na página 29, aborda a duração média da fase ativa do parto, que pode se estender por até 12 horas ou mais, variando conforme cada parturiente. Tendo em vista essa informação e os elementos não verbais presentes, compreendemos que havia um destaque conferido a esse trecho. Assim, a tradução foi realizada conforme apresentamos a seguir.

Quadro 4. Tradução de elementos não verbais

PORTUGUÊS (TF)	GLOSA	LIBRAS (TA)
Muitas vezes, o medo e o estresse podem prolongar esse período; sentir-se tranquila e confiante pode ajudar a diminuí-los. É importante que você não se apavore quando entrar nessa fase. Conte com o apoio do(a) acompanhante e dos profissionais de saúde.	DICA: AS VEZES MEDO, ESTRESSE INFLUENCIAR FASE DEMORAR. POR ISSO IMPORTANTE VC SENTIR TRANQUILA, VOCÊ CONFIAR, VC CONSEGUIE! MOMENTO COMEÇAR CONTRAÇÃO ASSUSTAR APAVORAR NÃO, EVITA! CONFIAR PESSOA JUNTO VOCÊ TBM PROFISSIONAIS SAÚDE.	 Tempo do vídeo: 6:38 – 07:06

Fonte: elaborado pelas autoras.

O destaque dado ao sinal DICA, na glosa acima, pode ser interpretado como uma estratégia de expansão. No entanto, conforme aponta Nord (2016, p. 39), “no processo de tradução, o tradutor pode achar que às vezes é necessário trocar um elemento não verbal por um elemento verbal, ou vice-versa”. Por essa razão, optamos pela utilização do sinal DICA, complementando-o com expressões não manuais de forma sutil. Ao examinar o conteúdo e os elementos não verbais presentes nesse segmento, identificou-se se tratar de um texto com função apelativa, cujo objetivo era suavizar as informações relativas à fase ativa do trabalho de parto e encorajar as gestantes a enfrentarem esse momento com confiança. Para marcar essa parte de maneira distinta das demais, inseriu-se na edição do vídeo o ícone de lâmpada no canto superior esquerdo da tela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a distinção entre os conceitos de “*dificuldade*” e “*problema de tradução*” propostos por Nord (2016), observa-se que as principais dificuldades enfrentadas na tradução dos trechos da Caderneta da Gestante (2022) estiveram relacionadas ao tempo disponível para realizar as etapas de tradução, gravação, revisão, edição e análise, além da dependência da disponibilidade da reserva do estúdio.

Nord (2016) categoriza quatro tipos de problemas de tradução, sendo eles: problemas pragmáticos, problemas relacionados à convenção, problemas de ordem linguística e problemas específicos. Durante o processo tradutório

dos trechos selecionados, foi possível identificar que a maioria dos problemas se enquadrava na categoria linguística, conforme demonstrado nos quadros apresentados nas seções anteriores, juntamente com as respectivas soluções e estratégias adotadas para sua resolução.

Acreditamos que pelo fato de a tradutora-atriz estar grávida durante o processo de tradução e já ter gestado uma outra vez, isso influenciou as escolhas tradutórias, principalmente em relação ao corpo, como o posicionamento, apontamentos para a própria barriga em alguns trechos, por saber a diferença entre as contrações de treinamento e trabalho de parto efetivo, por exemplo, entre outros fatores. Talvez, sem essa experiência pessoal, a tradutora não se sentiria tão segura com relação a algumas escolhas tradutórias ou encontraria outros tipos de problemas e dificuldades de tradução. Além disso, uma tradutora gestante no vídeo em Libras (TA) pode gerar uma aproximação e identificação entre o público-alvo do TA e o próprio texto.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva A. Traduções comentadas de poesias em e traduzidas para línguas de sinais: um método de pesquisa em consolidação. **Revista Araticum**, v. 21, n. 1, 2020.

DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri; DURÃO, Aylton Barbieri. Apresentação: os comentários nos horizontes da tradução. In: DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri; DURÃO, Aylton Barbieri. (Orgs.). **De horizonte a horizonte: traduções comentadas**. Florianópolis: Editora Insular, 2017. p. 19-30.

MARTINS, Priscilla O. **A interpretação intermodal Libras-Português em contexto de saúde**. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderneta da gestante**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_gestante_versao_eletronica_2022.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

JESUS, Ringo B. **“Ei, aquele é o intérprete de Libras?”: atuação de intérpretes de Libras no contexto da saúde**. 2017. 241 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

NORD, Christiane. **Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática**. Coordenação da tradução e adaptação de Meta. Elisabeth Zipser. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

RODRIGUES, Carlos Henrique; BEER, Hanna. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 17-45, 2015.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Interpretação simultânea intermodal: sobreposição, performance corporal-visual e direcionalidade inversa. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 1, n. 44, p. 111-129, 2018.

RODRIGUES, Carlos Henrique; SANTOS, Silvana A. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. **Tradução em Revista**, v. 24, 2018.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Acesso à Saúde e línguas de sinais: o campo da tradução e interpretação intermodal nos serviços de Saúde. *In*: SANTOS, Silvana A.; RODRIGUES, Carlos Henrique. (Orgs.). **Traduções, culturas e comunidades**: singularidades e pluralidades em (des)encontros do eu com os outros. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 85-115.

SANTIAGO, Vânia A.; ANDRADE, Cristiane E. Surdez e sociedade: questões sobre conforto linguístico e participação social. *In*: ALBRES, Neiva A.; NEVES, Sylvia L. G. (Orgs.). **Libras em estudo**: política linguística. São Paulo: Feneis, 2013.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia. Tradução e interpretação de língua de sinais (TILS) na pós-graduação: a afiliação ao campo disciplinar “estudos da tradução”. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 119–137, 2010.

WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. **The Map**: a beginner’s guide to doing research in translation studies. Manchester: St. Jerome, 2002.



EIXO 4

PRÁTICAS INTERPRETATIVAS E
TRADUTÓRIAS EM LIBRAS

O PROCESSO DE PREPARAÇÃO E A QUALIDADE NA INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS

Monise Fiorentin Gomes¹

José Ednilson Gomes de Souza Júnior²

INTRODUÇÃO

A preparação por parte de intérpretes desempenha um papel crucial na garantia da qualidade da interpretação (Choi, 2005; Gile, 2009; Nicodemus; Swabey; Taylor, 2014; Kalina, 2005, 2015; González-Montesino, 2016). Ao se prepararem, os intérpretes têm a oportunidade de estudar o assunto e compreender melhor o contexto, o que resulta em uma interpretação mais precisa. A preparação é muitas vezes negligenciada (Choi, 2005), o que não deveria ocorrer pois a qualidade das informações traduzidas ou interpretadas e sua acurácia são essenciais para o sucesso da comunicação. Segundo a definição encontrada na enciclopédia organizada por Pöchhacker e escrita por Kalina (2015, p. 318): “A preparação para um trabalho de interpretação é um elemento crucial de qualidade em todos os tipos de interpretação”.

Mas o que envolve a preparação? Quais os elementos e informações relevantes, segundo a literatura, para que intérpretes se preparem adequadamente? As respostas a essas perguntas norteiam a estrutura deste capítulo. Primeiramente, será apresentada a relação da preparação com as com as teorias interpretativas de Gile (2009), no que se refere à interpretação simultânea. Posteriormente, as informações e práticas que os autores destacam como

1 Monise Fiorentin Gomes | UFSC | Tradutora e intérprete de Libras-português na UNESPAR. E-mail: interpretemonise@gmail.com.

2 José Ednilson Gomes de Souza Júnior | UFSC | Professor do Departamento de Libras (LSB) do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: jose.souza@ufsc.br

imprescindíveis para uma boa preparação serão apresentadas. Por fim, uma reflexão acerca da relação entre a preparação e especialização do intérprete será discutida.

TEORIAS INTERPRETATIVAS DE GILE

Gile (2009) propôs um modelo descritivo da interpretação simultânea em termos didáticos denominado de *Effort Model*, Modelo dos Esforços. Para o autor, a interpretação simultânea pode ser descrita como um processo contendo três principais esforços: o de Audição e análise, Memória de curto prazo, Produção do discurso e um esforço de Coordenação dos outros três.

O *Gravitational Model of Language Availability* - Modelo Gravitacional de Disponibilidade Linguística é outro modelo apresentado por Gile (2009). Explicando de maneira sucinta, a disponibilidade linguística é o tempo que se leva para encontrar ou entender uma palavra, ou estrutura linguística. Também se relaciona com o esforço demandado. Portanto, a disponibilidade linguística é a variável (conceitual) que mede esse tempo/esforço (Gile, 2023).

A alta disponibilidade do idioma é crucial para o sucesso da interpretação (Gile, 2009), pois de acordo com o Modelo dos Esforços e a Hipótese da Corda Bamba, há uma concorrência pela capacidade de processamento entre os vários esforços, e a disponibilidade insuficiente pode levar a saturação e falhas (Gile, 2009). Isso ocorre porque a baixa disponibilidade linguística pode afetar a produção e a compreensão. Ou seja, maior tempo e esforço para compreender o que está sendo dito e também recuperar as palavras necessárias.

Segundo Gile (2009), lembrar palavras ou aprender novos termos e seus significados antecipadamente são cruciais para que, no momento da interpretação, o profissional possa recuperá-los rapidamente e não afetar a administração dos esforços de acordo com o Modelo dos Esforços.

O autor sustenta que a interpretação, especialmente a interpretação simultânea, exige quase toda a capacidade de processamento disponível, portanto, é fundamental que estudantes e profissionais elevem a disponibilidade linguística a um nível máximo. A preparação proporciona isso, que por sua vez, reduz a capacidade de processamento necessária durante a interpretação, diminuindo os riscos de saturação, erros e omissões. Qualquer economia na capacidade de processamento tem um valor substancial, visto que intérpretes frequentemente trabalham próximos à saturação (Gile, 2002). Uma maior disponibilidade linguística resulta em menos esforço cognitivo e maior agilidade na recuperação

das palavras. Durante a preparação, os intérpretes revisam termos e conceitos, tornando-os cognitivamente mais acessíveis.

Gile (2009) também aborda a antecipação extralinguística, ou seja, antecipar ideias e informações através do bom conhecimento da situação, do assunto e do orador. À medida que há maior antecipação, consegue-se reduzir a incerteza, promovendo uma redução no processamento cognitivo, o que é benéfico para a interpretação. Isso ressalta a importância do conhecimento extralinguístico e da preparação. Em suma, a preparação é benéfica pois reduz o grau de processamento despendido nos esforços durante a interpretação e por aumentar a disponibilidade linguística, que por sua vez, também diminui o esforço cognitivo da tarefa.

A QUALIDADE NA INTERPRETAÇÃO E SEU VÍNCULO COM A PREPARAÇÃO

Os intérpretes precisam manter um nível linguístico compatível ao dos palestrantes — sejam autoridades, cientistas ou intelectuais — mesmo em assuntos que não são especialistas, além de adaptar sua fala ao contexto específico, como entrevistas, discursos oficiais ou apresentações acadêmicas (Gile, 2009). Infelizmente, como aponta Choi (2005), a preparação é negligenciada frequentemente. No entanto, interpretar sem o estudo da temática do evento é assumir diversos riscos para além dos desafios inerentes à tarefa de interpretação. A preparação é um elemento essencial para assegurar a qualidade da interpretação, independentemente do tipo de serviço realizado (Kalina, 2015); a ausência desse preparo pode comprometer significativamente os resultados.

O intérprete preparado encontrará menos problemas e a interpretação terá mais chances de ser bem-sucedida (González-Montesino, 2016; Demers, 2005). A falta de preparação pode resultar em erros, informações equivocadas ou imprecisas, omissões excessivas, entre outros problemas. Se existe uma maneira eficaz de reduzir significativamente esses riscos, por que não investir tempo nela? Quando a preparação é capaz de evitar ou minimizar falhas — enquanto a ausência dela apenas as potencializa —, torna-se evidente que preparar-se é uma estratégia inteligente, preventiva e essencial para alcançar bons resultados.

Outra vantagem da preparação é a influência positiva no fator psicológico. A confiança e segurança que advém de uma boa preparação sobre o contexto, propósito, participantes e tema, afeta positivamente o trabalho do intérprete, o qualificando. Sendo assim, a preparação adequada antes de realizar uma interpretação é imprescindível. Tal postura demonstra profissionalismo

e compromisso, haja vista a grande responsabilidade envolvida nos serviços de interpretação.

A fase pré-conferência deve ser bem aproveitada. Visa o estudo, planejamento e definição de ações preventivas que contribuem e afetam positivamente a interpretação (Nogueira, 2020). Para Gile (2009), a preparação é uma estratégia de interpretação, pois as estratégias são ações planejadas com objetivos específicos. As estratégias devem priorizar a economia de tempo e a eficiência no uso do mesmo (Bélanger, 2015). A preparação é classificada como uma estratégia de prevenção, por possibilitar maior previsibilidade ao evento, aumenta a chance de antecipação das falas e acontecimentos e ajuda a reduzir o *lag time* entre orador e intérprete (Bélanger, 2015).

Assim, a antecipação pode ser uma aliada, pois contribui para a redução do processamento cognitivo da tarefa de interpretação, uma vez que, segundo Gile (2009), o conhecimento prévio da situação da conferência, do assunto, do orador e do desenrolar das declarações tende a favorecer a antecipação de ideias e informações presentes nos discursos.

Galaz (2011 *apud* Nicodemus; Swabey; Taylor, 2014) realizou uma pesquisa que analisou como a preparação prévia influencia a qualidade da interpretação em discursos científicos. Os resultados mostraram que aqueles que se prepararam previamente apresentaram maior precisão, cometeram menos omissões e tiveram um intervalo maior entre ouvir e falar (*ear-to-voice-span*). Esses dados indicam que a preparação prévia ajuda a reduzir as exigências cognitivas durante a interpretação.

DIMENSÕES DA PREPARAÇÃO

A compreensão é o fator chave determinante na qual a preparação auxilia, porém não apenas do tema de maneira superficial. A compreensão de toda a situação, bem como a antecipação e a maior previsibilidade são objetivos da preparação, conforme explica Demers (2005):

Compreender o objetivo da interação e a sua dinâmica, bem como antecipar corretamente as informações essenciais e requisitos linguísticos, permite ao intérprete realizar o trabalho necessário para chegar ao local suficientemente preparado. Quanto mais precisamente um intérprete tiver previsto o que irá acontecer durante a interação, mais eficaz será a sua preparação (p. 215, tradução nossa).

Para Kalina (2015), a preparação minuciosa inclui diferentes etapas e tarefas, sendo:

o estudo aprofundado do assunto, a preparação conceitual, terminológica e tradutória, e a coleta de informações sobre os palestrantes, suas atitudes ou afiliações, bem como sobre a composição do público; um grande esforço também é dedicado à preparação de manuscritos ou material de apresentação disponíveis (p. 318, tradução nossa).

Assim, para além do conteúdo em si, todo o contexto envolvido deve fazer parte da preparação, pois interpretar significa expressar a mensagem do autor através da combinação de todos os fatores envolvidos, ou seja, a situação em que o discurso é proferido, e não apenas por meio de palavras individuais (Viaggio, 1999 *apud* Choi, 2005). Fica claro que “não basta ter lido os textos disponíveis sobre o evento para se preparar bem” (Bélanger, 2015, p. 256, tradução nossa). Além da preparação lexical e cognitiva – que envolve compreender os conceitos, é preciso também se preparar psicologicamente e fisicamente (Bélanger, 2015).

Nogueira (2020, p. 332) separa didaticamente a preparação em quatro momentos, a saber: “(i) a preparação física, voz e corpo; (ii) o domínio das modalidades de interpretação; (iii) o espaço de trabalho; e (iv) a preparação teórica conceitual”.

Para Choi (2005), a preparação para uma conferência é um aspecto fundamental do trabalho do intérprete, é essencial para a qualidade da interpretação e sua duração depende da experiência adquirida, do grau de dificuldade do tema e do prazo fixado pelo cliente. Em sua opinião, a preparação tem duas vertentes: a temática e a terminológica. A preparação temática consiste principalmente no estudo exaustivo da documentação relativa a um assunto e tem por objetivo adquirir conhecimentos temáticos de modo a evitar erros de compreensão. Já o principal objetivo da preparação terminológica é identificar e memorizar um conjunto de termos ou expressões específicas de um determinado domínio.

A preparação para a interpretação também pode ser analisada por meio de etapas ou estágios. Gile (2009) divide a preparação para conferência em três estágios: *advance preparation*, *last-minute preparation*, and *in-conference knowledge acquisition* (Preparação com antecedência, preparação no último minuto e aquisição de conhecimento durante a conferência). A preparação com antecedência inclui o estudo dos materiais fornecidos, pesquisas, briefings e ensaios.

Kalina (2005), em seu artigo intitulado *Quality Assurance for Interpreting Processes* (Garantia de qualidade para processos de interpretação), discute sobre

como avaliar a qualidade do trabalho de interpretação. Ela divide a interpretação em atividades de pré-processo, peri-processo, durante o processo e pós-processo. Note o que ela diz sobre a qualidade e a agentividade do intérprete principalmente pré-processo:

A qualidade da interpretação também depende do conhecimento dos intérpretes sobre as variáveis situacionais e contextuais, bem como sobre os oradores e suas intenções. Além disso, os intérpretes devem saber quem são os ouvintes (especialistas, audiência de TV, políticos etc.) e quais são seus interesses, quais são suas línguas maternas, quais são as hierarquias existentes na situação de comunicação etc. Nesse sentido, um dos fatores a serem identificados é, portanto, o grau de preparação que os intérpretes investem em suas tarefas (Kalina, 2005, p. 777, tradução nossa).

González-Montesino (2016, p. 334), professor no curso de interpretação de Língua de Sinais Espanhola, apresenta aos seus alunos um método de preparação, especialmente quando não são fornecidos documentos ou materiais específicos. O processo consiste em:

1. Solicitar informações básicas para a preparação. É essencial não apenas conhecer o assunto e o objetivo comunicativo, mas também o local e os participantes, a fim de encontrar informações sobre eles e prever possíveis problemas;
2. Buscar textos paralelos (escritos, orais e sinalizados) semelhantes em conteúdo, estilo e dificuldade.
3. Ler, ouvir e/ou assistir a esses textos em profundidade, analisando detalhes e possíveis problemas de interpretação.
4. Consultar dicionários e glossários (dos dois idiomas), incluindo de sinônimos e enciclopédicos, para compreender vocabulário técnico e prever equivalências.
5. Desenvolver material preparatório: mapas conceituais, diagramas e listas de vocabulário para entender as ideias principais e obter maior fluência verbal.
6. Realizar atividades de interpretação de textos paralelos, exercitando a transferência interlinguística e ativando os processos cognitivos e físicos necessários. Considerar o trabalho em equipe.
7. Atentar aos fatores fisiológicos, físicos e mentais: atitude positiva, controle do estresse, exercícios físicos, sono adequado e alimentação equilibrada.

8. Fazer avaliação pós-serviço: identificar pontos positivos e negativos da preparação para aprimorar estratégias futuras.

Percebe-se uma série de elementos citados para a preparação prévia com o intuito de favorecer a interpretação por intermédio da compreensão tanto da situação quanto do assunto. No Quadro 23, alguns dos elementos fundamentais mencionados pelos autores são organizados. Para tanto, quatro categorias emergiram: Preparação do contexto situacional; preparação operacional; preparação temática; psicofisiológica.

Considerável ênfase é atribuída a essa preparação prévia, antes do início da tarefa de interpretação, compreendendo a documentação para aquisição dos conhecimentos necessários, entre outros aspectos. No entanto, conforme já mencionado, não é somente a etapa anterior ao trabalho que se configura como preparação. Outras etapas também são mencionadas, como a preparação no último minuto e preparação durante a tarefa (Gile, 2009). Portanto, compreendemos que a preparação abrange todo o processo interpretativo, englobando os estágios pré, durante e pós-tarefa de interpretação (Fantinuoli, 2017). Com base na pesquisa e na nossa experiência profissional, propomos que as principais etapas de preparação de modo abrangente são: briefing, preparação prévia, preparação na chegada, preparação durante a tarefa, *debriefing*.

Quadro 1. Elementos para preparação

Categorias:	O que envolve:	Autores:
Preparação do Contexto situacional	Preparação situacional e contextual; Propósito da interação; Interação e sua dinâmica; Sobre os participantes: Informações sobre a audiência e os oradores; Prever/ antecipar.	Gile (2002; 2009), Kalina (2005; 2015), Demers (2005), Lucarelli (2006), Bélanger (2015), González-Montesino (2016)
Preparação Operacional	Domínio das modalidades de interpretação; Idiomas de trabalho; Espaço de trabalho; Preparação em equipe;	Kalina (2005), Lucarelli (2006), Nogueira (2020)
Preparação Temática	Preparação sobre o assunto/tema; Preparação teórica conceitual; Preparação terminológica; Preparação com base nos materiais; Preparação translacional (tradutória);	Gile (2002; 2009), Choi (2005), Kalina (2005; 2015), Lucarelli (2006), González-Montesino (2016), Fantinuoli (2017), Nogueira (2020)
Psicofisiológica	Preparação física, voz e corpo; Preparação psicológica;	Nicodemus; Swabey; Taylor (2014), Bélanger (2015), González-Montesino (2016),

Fonte: Gomes (2024).

A partir desse entendimento, nos debruçamos a organizar os principais elementos citados para a preparação prévia, enfoque da pesquisa, com foco nos elementos de preparação que se traduzem em documentação e podem ser registrados, compreendendo a preparação do contexto situacional, operacional e temática.

A preparação do contexto situacional compreende o entendimento profundo da situação comunicativa, incluindo os participantes, suas relações e os objetivos da interação. Segundo Demers (2005, p. 220), “os intérpretes não podem interpretar o que não entendem”, o que justifica a necessidade de antecipação e preparação meticulosa por parte desses profissionais. Kalina (2005, 2015) acrescenta que o conhecimento sobre variáveis situacionais, bem como sobre os falantes e suas intenções, também impacta diretamente a qualidade da interpretação.

No campo operacional, a preparação envolve aspectos técnicos fundamentais, como os idiomas e modalidades da interpretação, a organização da equipe, o ambiente de trabalho e os equipamentos utilizados. Elementos como iluminação, sistemas de áudio e vídeo devem ser garantidos previamente junto à parte contratante, a fim de assegurar a viabilidade da atividade interpretativa.

A preparação temática, por sua vez, é central à atividade, pois abrange o estudo do tema a ser interpretado, o domínio conceitual, terminológico e tradutório. Lederer (1984 *apud* Choi, 2005, p. 5) destaca que a compreensão do conteúdo é condição básica da interpretação, sendo o conhecimento temático essencial tanto para a interpretação do conteúdo quanto para o acompanhamento da argumentação do discurso. Nessa etapa, também se insere o estudo da terminologia, considerada parte integrante do preparo temático por estar intrinsecamente ligada a domínios específicos. A familiarização com termos, expressões e frases recorrentes, bem como seus respectivos conceitos, é necessária para o desempenho adequado. Por fim, a preparação tradutória consiste em antecipar soluções interpretativas, buscar sinais ou vocabulários adequados e refletir previamente sobre possíveis recorrências terminológicas.

Como produto dessa pesquisa, desenvolveu-se um guia de preparação que visa otimizar o processo. O guia tem como intuito auxiliar o intérprete de maneira prática através da organização de informações pertinentes ao preparo, porém, adaptável ao contexto, situação e modo de trabalho do intérprete. Ademais, estimula-se o registro da documentação o que possibilita a recuperação e construção cumulativa de conhecimento autêntico e confiável. O guia de preparação é apresentado na ferramenta Notion, uma ferramenta com versão gratuita e com muitos recursos. O guia pode ser acessado através do link ou *QR Code*:



<https://tinyurl.com/53xfdm46>

É necessário salientar que o tempo exigido para a preparação depende do conhecimento prévio do intérprete na área de especialidade. Como apontado por Demers (2005), se o conteúdo for muito complexo, será necessário mais tempo para se preparar. Com isso em mente, na próxima seção, trazemos uma discussão envolvendo contextos especializados.

CONTEXTOS ESPECIALIZADOS E ESPECIALIZAÇÃO DO INTÉRPRETE

A atuação do intérprete em contextos técnicos e especializados impõe desafios singulares devido ao uso de uma linguagem própria e à constante evolução da terminologia envolvida. Há distinções marcantes entre a linguagem geral e a de especialidade: enquanto a primeira é acessível e comum no cotidiano, a segunda exige precisão e é restrita a contextos profissionais ou acadêmicos. Essa linguagem técnica estende-se além das ciências, alcançando campos como política, marketing e esportes, cada um com vocabulário próprio e frequentemente em transformação. Essa alta renovação lexical, somada à ausência de correspondentes diretos em outras línguas, representa obstáculos à interpretação (Lucarelli, 2006).

Adicionalmente, vocábulos comuns podem adquirir sentidos técnicos em certos contextos, dificultando a distinção entre termos especializados e de uso cotidiano. Isso complica o trabalho do intérprete, que precisa identificar com exatidão o nível técnico do vocabulário empregado. A preparação prévia do intérprete, portanto, é crucial. É essencial que ele avalie cuidadosamente o grau de especialização do vocabulário que encontrará e busque antecipar dificuldades, mesmo quando o tema parecer inicialmente simples (Lucarelli, 2006).

As exigências vão além do domínio terminológico e envolvem a compreensão de conceitos, interações, instituições envolvidas, objetivos do evento e estilos discursivos dos especialistas (Gile, 2002; Lucarelli, 2006). A literatura reconhece essa etapa preparatória como uma das mais relevantes na atuação

do intérprete em ambientes altamente técnicos (Gile, 2009; Díaz-Galaz, 2015 *apud* Fantinuoli, 2017).

Portanto, a literatura é unânime ao destacar a importância da preparação para a qualidade do serviço de interpretação, independentemente do contexto em que se realiza. No entanto, a complexidade e a diversidade dos temas e ambientes de trabalho suscitam uma reflexão mais profunda: como o intérprete pode, de fato, estar adequadamente preparado? Nesse sentido, torna-se pertinente a discussão sobre o processo de especialização do profissional e seu papel na preparação prévia à atuação.

Para fins de discussão, é possível analisar dois aspectos cruciais: os diferentes contextos de atuação e os temas e assuntos abordados. Os contextos de atuação, como o jurídico, educacional, da saúde e empresarial, possuem especificidades e demandam conhecimentos específicos do intérprete, que precisa conhecer a área, seu funcionamento, características, interlocutores, papéis, jargões e significados para prestar um bom serviço. Em relação aos temas, intérpretes podem se deparar com temáticas altamente especializadas. A questão é como realizar um estudo aprofundado, adquirir conhecimento temático suficiente e dominar a terminologia em pouco tempo, caso o intérprete não possua o conhecimento específico.

Além da preparação pré-tarefa, propõe-se que os intérpretes podem estar preparados por meio de conhecimento sólido adquirido ao longo de suas formações e estudos contínuos, ou seja, a obtenção a longo prazo de conhecimentos específicos de um determinado domínio. Essa visão se justifica pela criticidade de uma interpretação em contexto especializado, onde uma interpretação de qualidade é imprescindível. Essa base de conhecimento é difícil de ser alcançada em pouco tempo de preparação.

A demanda por interpretações especializadas tem crescido, e a imprecisão conceitual ou terminológica pode prejudicar o público, especialmente a carreira de pessoas surdas. Por isso, intérpretes com conhecimentos especializados são cada vez mais necessários, levando profissionais generalistas a buscar formação especializada (Witter-Merithew; Nicodemus, 2012). Atualmente, a maioria dos cursos de graduação raramente abordam contextos específicos para atuação profissional do intérprete de Libras-Português (Nogueira; Santos, 2018). No entanto, diante das crescentes demandas do mercado de trabalho, quando o profissional se especializa, ele pode oferecer um serviço cada vez mais qualificado,

Witter-Merithew e Nicodemus (2012) explicam que a especialização ocorre por processos *de facto* (autodesignação baseada em experiência e prática

concentrada) ou *de jure* (certificações e programas de educação formal). Seja por meio *de facto* ou *de jure*, o intérprete pode buscar caminhos para especializar-se e isso seria o desejável. Intérpretes que detém conhecimento específico de um ou mais domínios, estarão mais preparados, o que pode refletir na qualidade da interpretação. O conhecimento específico pode ser adquirido por formação acadêmica, formação complementar e/ou formação adicional, por meio de cursos ou autoeducação e ainda vasta experiência prática.

Para se discutir as possibilidades, três perfis são propostos com base na sua formação e grau de especialização: generalistas, expertos e especialistas. O intérprete generalista atua em diversas áreas sem distinção ou aprofundamento específico, possuindo formação em tradução/interpretação. Já o intérprete experto atua em múltiplas áreas, mas possui especialização em uma ou algumas delas, resultado de formação na área acompanhada de cursos complementares, autoformação e/ou ampla experiência prática. Por fim, o perfil especialista caracteriza-se por uma atuação concentrada majoritariamente em uma única área especializada, com formação acadêmica superior nessa área específica, além da formação em tradução/interpretação.

Intérpretes expertos e especialistas estarão mais preparados em seus respectivos campos, devido ao conhecimento da área, necessitando de menos tempo para a preparação pré-tarefa, pois já dominam conceitos básicos, tem familiaridade com o tema e podem focar em novos conhecimentos. O intérprete generalista, interpretando em um contexto especializado, precisará despende bastante esforço para adquirir uma base de conhecimento contextual e conceitual que lhe permita desempenhar a interpretação sem prejuízos.

O tempo destinado à preparação constitui um desafio nas condições de trabalho dos intérpretes, frequentemente limitado e não remunerado. Apesar disso, intérpretes comprometidos reconhecem a importância desse preparo. Nesse contexto, a especialização surge como uma estratégia para mitigar parte dessas limitações. A Figura 16 exemplifica que a especialização do intérprete permite despende menos tempo de preparação.

Figura 1. Perfis de intérpretes



Fonte: Gomes (2024).

Salienta-se a maior qualidade na interpretação advinda de um profissional que possui uma boa base de conhecimento e compreende a terminologia e os conceitos. Isso é extremamente desejável, visto que a falta de conhecimento específico pode levar a interpretações equivocadas. O domínio da terminologia e a compreensão prática do tema são essenciais para estabelecer equivalência lexical, semântica e funcional. A expansão do conhecimento do intérprete (operação automática) permite uma resposta natural e imediata durante a interpretação. A especialização melhora o desempenho da interpretação, reduzindo a carga cognitiva e facilitando o acesso rápido a informações.

O conhecimento prévio permite a antecipação, que reduz o esforço de escuta e análise. A necessidade de preparação se mantém constante, mas o tempo necessário tende a diminuir (Demers, 2005). O conhecimento prévio é fundamental, por isso defende-se a preparação a longo prazo como ideal, no entanto, salienta-se que a preparação pré-tarefa permanece necessária.

CONCLUSÃO

A análise empreendida neste capítulo permitiu compreender que a preparação é um fator determinante para a qualidade da interpretação de línguas de sinais. Mais do que uma etapa anterior ao serviço, trata-se de um processo contínuo que envolve momentos distintos — antes, durante e após a interpretação —, cada um deles com implicações diretas para o desempenho do profissional. A partir das contribuições de Gile, Kalina, Demers, González-Montesino e outros estudiosos, foi possível identificar que a preparação atua como estratégia

de prevenção de falhas, reduzindo riscos de sobrecarga cognitiva, minimizando omissões e aumentando a precisão e a naturalidade do discurso interpretado.

Os elementos apresentados demonstram que a preparação não se limita ao estudo temático e terminológico, mas abrange dimensões mais amplas, como a análise do contexto situacional, o domínio operacional das condições de trabalho e a preparação psicofisiológica do intérprete. Esse caráter multifacetado do preparo evidencia que interpretar não é apenas transferir palavras entre línguas, mas compreender profundamente conceitos, intenções, interlocutores e circunstâncias comunicativas. Desse modo, a preparação revela-se não apenas uma ferramenta técnica, mas também uma prática ética, que reflete o compromisso do intérprete com a qualidade da comunicação e com o público que depende de sua mediação.

Outro ponto central discutido foi a relação entre preparação e especialização. Em contextos altamente técnicos, a preparação prévia, embora necessária, muitas vezes não é suficiente para suprir a complexidade terminológica e conceitual exigida. Nesses casos, a especialização do intérprete emerge como estratégia de longo prazo que potencializa sua atuação, permitindo-lhe oferecer um serviço mais consistente e qualificado. Intérpretes expertos e especialistas tendem a precisar de menos tempo de preparação pré-tarefa, pois já dominam conceitos fundamentais e dispõem de conhecimento acumulado, o que se traduz em maior eficiência e qualidade no desempenho.

Entretanto, mesmo os profissionais especializados não estão isentos da necessidade de preparação imediata, nem mesmo quando materiais de apoio não são fornecidos. González-Montesino (2016, p. 248) relembra que “em qualquer caso, independentemente de ser fornecida ou não a documentação necessária, qualquer ILS que aceite um serviço de conferência tem a obrigação moral e ética de realizar a sua preparação”. Esse compromisso ético reforça o caráter profissionalizante da atividade e destaca a preparação como prática indispensável.

Assim, ao refletir sobre a preparação como elemento constitutivo da qualidade interpretativa, conclui-se que investir nessa prática é investir na profissionalização dos intérpretes e na credibilidade da profissão. Para além da responsabilidade individual, torna-se necessário que instituições de formação e contratantes reconheçam a preparação como parte do trabalho do intérprete, oferecendo condições objetivas para que ela ocorra — seja por meio de tempo adequado, remuneração justa ou acesso a informações relevantes. Somente dessa forma será possível consolidar uma prática interpretativa que, ao mesmo tempo em que atende às exigências técnicas da profissão, também responde à dimensão social de garantir acessibilidade e equidade comunicativa à comunidade surda.

REFERÊNCIAS

- BÉLANGER, Danielle. The specificities of French-Quebec Sign Language interpreting Second part: How to maintain the balance in interpreting. *In*: ROY, Cynthia B.; NAPIER, Jemina. **The Sign Language Interpreting Studies Reader**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2015.
- CHOI, Jungwha. Qualité et préparation de l'interprétation. Évolution des modes de préparation et rôle de l'Internet. **Meta**, v. 50, n. 4, 2005.
- DEMERS, Hubert. The working interpreter. *In*: JANZEN, Terry. **Topics in Signed Language Interpreting Theory and Practice**. Amsterdã: John Benjamins, 2005, p. 203-230.
- FANTINUOLI, Claudio. Computer-assisted preparation in conference interpreting. **The International Journal of Translation and Interpreting Research**, v. 9, n. 2, 2017.
- GILE, Daniel. **The Effort Models and Gravitational Model**: clarifications and update. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.20178.43209>.
- GILE, Daniel. **Basic Concepts and Models for Interpreter and Translator Training**. Revised Edition. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009. p. 278.
- GILE, Daniel. The interpreter's preparation for technical conferences: Methodological questions in investigating the topic. **Conference Interpretation and Translation**, v. 4, n. 2, p. 7-27, 2002.
- GOMES, Monise F. **Preparação e Documentação para Intérpretes de Línguas de Sinais**. 2024. 93f. TCC (Graduação em Letras-Libras Bacharelado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.
- GONZÁLEZ-MONTESINO, Rayco H. **La Estrategia Siempre A Mano**: Propuestas Didácticas Para La Interpretación En Lengua De Signos. Tese (Doutorado em Lingüística e suas Aplicações) – Programa De Doctorado En Lingüística Y Sus Aplicaciones, Facultad De Filología Y Traducción, Universidad de Vigo, Vigo, 2016.
- KALINA, Sylvia. Preparation. *In*: PÖCHHACKER, Franz. **Routledge encyclopedia of Interpreting Studies**. 1. ed. London/New York: Routledge, 2015. p. 318-320.
- KALINA, Sylvia. Quality Assurance for Interpreting Processes. **Volet interprétation**, v. 50, n. 2, p. 768-784, 2005.
- NICODEMUS, Brenda; SWABEY, Laurie; TAYLOR, Marty M. Preparation strategies used by American Sign Language-English interpreters to render President Barack Obama's inaugural address. **The Interpreters' Newsletter**, n. 19, p. 27-44, 2014.
- NOGUEIRA, Tiago C. Atividade de Preparação para Intérpretes de Libras-Português em Conferências. *In*: Rodrigues, Carlos Henrique; Quadros, Ronice M. (Org.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais**. v. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2020. p. 331-348.
- WITTER-MERITHEW, Anna; NICODEMUS, Brenda. Toward the International Development of Interpreter Specialization: An Examination of Two Case Studies. **Journal of Interpretation**, v. 20, n. 1, artigo 8, 2012.

UFSCACESSÍVEL

A IMPORTÂNCIA DO FEEDBACK NA TRADUÇÃO

Neide Maria de Souza¹

Débora Campos Wanderley²

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma versão sintetizada e aprimorada de uma pesquisa realizada durante a graduação do curso de Letras Libras Bacharelado EaD da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir da participação no projeto de extensão UFSCacessível da UFSC, que tem como objetivo promover acessibilidade à comunidade surda acadêmica por meio da divulgação de conteúdos em Libras, português oral, imagens e legendas nas redes sociais da UFSC. Da mesma forma, busca eliminar as barreiras comunicacionais e ampliar o acesso à vida acadêmica.

O projeto de extensão UFSCacessível proporciona um ambiente de aprendizagem orientado por profissionais da área dos Estudos da Tradução, envolvendo acadêmicos do curso de Letras Libras com diferentes níveis de fluência. Essa diversidade favorece o aprimoramento das traduções por meio de trocas de experiências e de feedback que permitem a identificação, de quais aspectos da tradução que ainda requerem melhorias. Sendo que as traduções seguem as políticas linguísticas da Libras e da acessibilidade, o que permite aos extensionistas aperfeiçoar suas produções durante o processo formativo.

A oferta do projeto evidencia o compromisso da universidade com a promoção da inclusão. A análise dos vídeos produzidos, após revisão com sugestões de alterações para melhorias, motivou à investigação do papel do feedback

1 Bacharelado em Letras-Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: neidesou-zamari@gmail.com

2 Professora do Departamento de Libras da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: debo-raufscclibras@gmail.com

no processo de tradução, visto que a reelaboração das traduções é resultado de análises mais detalhadas promovida pela revisão orientada.

As análises foram realizadas em trechos de um texto legal, do Português para a Libras, com foco nas alterações feitas após feedback e revisão. A partir disso, buscou-se também identificar as escolhas tradutórias realizadas, com base nos procedimentos técnicos propostos por Barbosa (2020), destacando as decisões tomadas ao longo do processo de tradução.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, além de identificar as escolhas feitas na tradução, também foram observados alguns problemas de tradução e dificuldades de tradução enfrentados durante a elaboração das versões analisadas, conforme proposto por Nord (2016). As análises foram feitas com base em trechos específicos dos vídeos, definidos por um intervalo de tempo, os quais foram denominados como “minutagem”. Esse recorte permitiu comparar os trechos nas diferentes versões dos vídeos, evidenciando os distintos processos e as etapas envolvidas na atividade tradutória.

Destaca-se também a relevância do feedback na ação de revisão conforme Nascimento e Segala (2018), assim como as etapas apresentadas por Rodrigues (2023) comprovando a importância da elaboração prévia, da preparação, dos caminhos de idas e voltas para revisão (*feedback*) até a entrega do produto finalizado para o público.

UFSCACESSÍVEL

Participar do projeto UFSCacessível possibilita o desenvolvimento de um olhar mais crítico sobre a qualidade das traduções para Libras, priorizando a clareza e os aspectos culturais para uma melhor entrega ao público surdo. A produção dos vídeos envolve revisões constantes orientadas por feedbacks, sempre respeitando os aspectos linguísticos da Libras. A escolha dos textos e o processo técnico de gravação foram supervisionados pelas profissionais responsáveis pelo projeto.

Coordenado pela Prof.^a Dr.^a Débora Campos Wanderley e pela servidora Dr.^a Michelle Duarte da Silva Schlemper, que foi idealizadora da iniciativa em 2020. O projeto surgiu da preocupação com o acesso à informação por pessoas surdas, especialmente frente à predominância de conteúdos em Língua Portuguesa. As coordenadoras propuseram uma iniciativa garantindo, a diversos públicos o direito de receber informações e de se inteirar dos acontecimentos e notícias sem a necessidade de buscar recursos adicionais para compreender essas informações, ou seja, proporcionar a todos de forma acessível o acesso ao conhecimento.

Durante a pandemia de Covid-19, o UFSC acessível se mostrou ainda mais relevante, garantindo à comunidade surda acesso em tempo real a informações essenciais em sua primeira língua. Assim, o projeto se consolidou como um instrumento fundamental para assegurar o direito à informação de forma equitativa dentro da universidade.

LIBRAS E ACESSIBILIDADE

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficialmente reconhecida no Brasil como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada posteriormente pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Essa legislação representa um marco significativo na garantia dos direitos das pessoas surdas. Apesar de na prática ainda não corresponder às expectativas do público surdo, visto que a acessibilidade comunicacional ainda significa uma grande barreira, seu maior objetivo é promover a inclusão dos cidadãos para que atuem de forma ativa e participativa na sociedade em que vivem.

Além disso, Libras é considerada uma língua legítima, pois apresenta todos os níveis linguísticos (fonológico, morfológico, sintático e semântico) que a caracterizam como um sistema linguístico completo, assim como qualquer outra língua natural, o que pode ser constatado em Quadros (1997). No entanto, sua aceitação, conforme Souza (2024), como forma de comunicação fortalece as questões culturais da comunidade surda, favorecendo a construção dos costumes, dos valores e da própria identidade da pessoa surda.

A falta de comunicação acessível pode resultar em dificuldades de inclusão e convívio social, impedindo muitas vezes a participação em atividades de lazer, cultura, educação, saúde e serviços da comunidade. Afetando também direitos fundamentais como a participação em entrevistas de empregos, a permanência no trabalho e a igualdade de oportunidades dentro desses ambientes.

Diante disso, é possível refletir sobre a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Brasil, 2000), que estabelece normas e critérios para a acessibilidade de pessoas com deficiência, definindo os termos “acessibilidade” e “comunicação”, conforme redação dada pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015).

A acessibilidade na comunicação busca garantir que pessoas surdas tenham acesso à informação de forma adequada à sua língua, por meio de recursos facilitadores do processo como: textos em vídeos, legendas em vídeos, interpretação em eventos públicos, entre outras medidas que promovam a compreensão e a participação com a mesma precisão e clareza ofertadas as demais pessoas.

A acessibilidade também proporciona melhoria nas relações interpessoais nos diversos ambientes frequentados refletindo na vida pessoal, profissional e social.

Ainda em relação a acessibilidade, destaca-se a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Brasil, 2000), que, mais especificamente no Art. 17 do Capítulo VII - Da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, estabelece que:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (Brasil, 2000, cap. VII, art. 17).

Nessa perspectiva, no contexto acadêmico, conforme Souza (2024) observa-se que os Estudos da Tradução vêm ampliando seu campo de atuação ao incorporar a acessibilidade em Libras com recursos audiovisuais e práticas tradutórias voltadas à inclusão da comunidade surda. Nesse contexto, a acessibilidade deixa de ser apenas uma exigência legal, assumindo um papel ético e moral necessário para construir uma sociedade mais inclusiva, acolhedora e igualitária.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa com metodologia descritiva, buscando aplicar conhecimentos teóricos à prática por meio de uma análise detalhada dos dados. Os dados foram coletados a partir da observação dos vídeos produzidos durante o processo de tradução, desde o início até a versão final, com ênfase no papel do feedback para resolver problemas e orientar decisões tradutórias. As adaptações nas versões dos vídeos resultaram de revisões guiadas pelos feedbacks recebidos ao longo do processo. Os vídeos analisados partiram de um texto fonte correspondente à tradução para Libras dos artigos 75, 76 e 77 da Resolução Normativa nº 017/CUn/1997, que regulamenta os cursos de Graduação da UFSC:

Do tratamento Especial em Regime Domiciliar

Art. 75 - Serão merecedores de tratamento especial em regime domiciliar:

I - a aluna gestante, a partir do 8º mês de gestação e durante 4 meses, desde que comprovado por atestado médico competente.

II - o aluno com afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas caracterizadas por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais para o prosseguimento da atividade escolar em regime domiciliar;

b) ocorrência isolada ou esporádica.

Parágrafo único - A concessão de tratamento especial em regime domiciliar fica condicionada à garantia de continuidade de processo pedagógico de aprendizagem.

Art. 76 - Como compensação da ausência às aulas, atribuir-se-ão ao aluno exercícios domiciliares, sob acompanhamento de professor, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as características das disciplinas e do curso.

Art. 77 - Este regime de exceção será concedido pelo Presidente do Colegiado do Curso, tendo por base laudo médico emitido por autoridade competente da UFSC, atendido o disposto no art. 76 deste Regulamento. (Souza (2024) com base na Resolução [...] (1997)).

O texto fonte desta pesquisa foi dividido em sete trechos, que foram organizados em sete quadros, contendo: o texto em português do trecho selecionado; duas ou três versões de tradução gravadas em libras em formato audiovisual; identificação da minutagem analisada; procedimento técnico utilizado para a tradução; glosas, que de acordo com Santiago (2012, p. 39), “representa o significado dos sinais de Libras por meio de termos do português”. Conforme a autora ainda, a glosa “é escrita sempre em letras maiúsculas, seguindo regras descritas por Felipe (2007)”.

A figura a seguir, representa um exemplo de um dos sete quadros organizados para os trechos selecionados para a tradução.

Figura 1. Exemplo de trecho

Do tratamento especial em regime domiciliar	
1ª versão Minutagem a ser analisada: 00:00 a 00:12	Link do vídeo https://drive.google.com/file/d/1pt9D2HaBdhgt9nlsMOMvbFbcA_D5rR_P/view . 
Procedimento técnico: tradução transferência com explicação	Glosa: TRATAMENTO DETALHE DIREITO ESCOLA SUA PRÓPRIA CASA
2ª versão Minutagem a ser analisada: 00:19 a 00:28	Link do vídeo https://youtu.be/JwDLHV07jts?si=ffCtGZR6V4hsqIRE . 
Procedimento técnico: Traduzido por equivalência	Glosa: DIREITO ESTUDAR CASA QUEM PODE?
3ª versão Minutagem a ser analisada: 00:13 a 00:20	link do vídeo https://www.youtube.com/watch?v=H1bxvVwTlMw . 
Procedimento técnico: traduzido por equivalência	Glosa: O-QUE TRATAMENTO ESPECIAL DIREITO ESTUDAR CASA QUEM?

Fonte: Souza (2024).

A organização da tradução nesse processo seguiu a seguinte ordem: leitura do texto em português - planejamento da tradução (divisão em trechos - elaboração de glosas dos trechos) - gravação de vídeos em libras - envio para revisão e feedback - gravação final para publicação - envio para o editor - publicação.

A IMPORTÂNCIA DO FEEDBACK NA AÇÃO DE REVISÃO

Durante esse processo, enfrentam-se problemas de tradução e dificuldades de tradução, escolhas tradutórias equivocadas, falhas na localização e erro lexical que precisaram ser reformulados. Essa reformulação somente foi possível devido ao processo de revisão e nos apontamentos durante o feedback.

Ressalta-se aqui a importância do recebimento de feedback, pois possibilitou a análise e a reconstrução das traduções. É importante mencionar também que o feedback com as sugestões de melhorias era registrado em vídeos, o que proporciona, conforme Nascimento e Segala (2018), a possibilidade de rever o material quantas vezes foram necessárias para captar aspectos objetivos de adequação e inadequação do uso das línguas envolvidas durante o processo tradutório.

A análise na melhoria da qualidade da tradução, voltou-se aos aspectos técnicos como a precisão na transmissão dos sinais, expressões, gestos, a clareza na comunicação e a adequação ao contexto.

O feedback, neste caso, faz refletir e contribui para a reelaboração dos vídeos, adequando-os conforme questões linguísticas e artefatos relacionados à cultura e principalmente às escolhas dos procedimentos técnicos de tradução. (Souza, 2024).

Em relação às escolhas dos procedimentos técnicos da tradução, foram baseados em Barbosa (2020), cuja obra oferece uma análise aprofundada dos procedimentos técnicos aplicados à tradução. A autora realiza uma revisão detalhada da literatura especializada, dialogando com as teorias de importantes estudiosos da área, como Vinay e Darbelnet, Nida e Taber, Catford, Vásquez-Ayora e Newmark. Essa perspectiva teórica serviu como base para o desenvolvimento de uma abordagem analítica e interpretativa dos procedimentos técnicos empregados na tradução, conforme apresentação resumida no quadro abaixo:

Quadro 1. Procedimentos técnicos

Tradução palavra por palavra	“É a tradução de um determinado segmento textual (palavra, frase, oração) é expresso na LT mantendo-se as mesmas categorias numa mesma ordem sintática, utilizando vocábulos cujo misticismo seja (aproximativamente idêntico aos vocábulos correspondentes no TLO” (Barbosa, 2020, p. 71).	Mantém a estrutura da língua original, mantendo os vocábulos correspondentes, semanticamente idênticos.
A transposição	“Consiste na mudança de categoria gramatical de elementos que constituem o segmento a traduzir” (Barbosa, 2020, p. 72).	Mudança na ordem gramatical de elementos que constituem o segmento a ser traduzido.
A modulação	“Consiste em reproduzir a mensagem da TLO no TLT, mas sob o mesmo ponto de vista diverso, o que reflete uma diferença no modo como as línguas interpretam a experiência do real” (Barbosa, 2020, p. 72).	Reproduzir a mesma mensagem do texto original para a língua de tradução, mas sob um ponto de vista diverso, conforme a experiência (ou conhecimento sobre) de cada um.

A equivalência	“Consiste em substituir um segmento de texto da LO por um outro segmento da LT que não o traduz literalmente, mas que lhe é funcionalmente equivalente” (Barbosa, 2020, p. 74).	Não traduz literalmente, traduz por equivalência com foco no significado.
A omissão	“Consiste em omitir elementos do TLO que, do ponto de vista da LT, são desnecessários ou excessivamente repetitivos” (Barbosa, 2020, p. 75).	Quando omite a informação: pode ser de forma consciente (por achar desnecessário); Intencionais (por não saber); involuntária (por ter se perdido no tempo e esquecerem); receptivas (por não entenderem); inconscientes (por não lembrarem).
A explicitação	“Realizada para deixar claro ao leitor do TLT algo que não lhe é familiar na cultura do TLO” (Barbosa, 2020, p. 50).	Refere-se ao que está implícito.
A compensação	“Consiste em deslocar um recurso estilístico, ou seja, quando não é possível reproduzir no mesmo ponto, no TLT, um recurso estilístico usado o TLO, o tradutor pode usar um outro, de efeito equivalente, em outro ponto do texto” (Barbosa, 2020, p. 75).	Quando usa classificadores.
A reconstrução de períodos	“Consiste em redividir ou reagrupar os períodos e orações do original ao passá-los para a LT” (Barbosa, 2020, p. 77).	Quando muda a ordem da frase.
As melhorias	“Consistem em não se repetirem na tradução os erros de fato ou outros tipos de erro cometidos na TLO” (Barbosa, 2020, p. 77).	Utilizar recursos como: posicionamento, movimento, boia.

A transferência	“Consiste em introduzir material textual na LO no TLT [...] podendo assumir várias formas: 1) estrangeirismo 2) estrangeirismo transliterado (transliteração) 3) estrangeirismo aclimatado (aclimação) 4) estrangeirismo + uma explicação do seu significado, que pode ser: a) nota de rodapé. b) diluição do texto” (Barbosa, 2020, p. 78).	o estrangeirismo, a transliteração, a aclimação e a transferência com explicação. A transferência consiste em introduzir material textual.
A explicação	“Havendo necessidade de eliminar do TLT os estrangeirismos para facilitar a compreensão, pode-se substituir o estrangeirismo pela sua explicação.” (Barbosa, p.83).	Realizar explicação, dar mais informações no texto de tradução.
O decalque	“Consiste em traduzir literalmente sintagma ou tipos frasais da LO no TLT [...]” (Barbosa, 2020, p. 83).	Usar datilologia.
A adaptação	“É o limite extremo da tradução: aplica-se em casos onde a situação toda a que se refere a TLO não existe na realidade extralinguística dos falantes da LT. Esta situação pode ser recriada por uma outra equivalente na realidade extralinguística da LT” (Barbosa, 2020, p. 84).	Adequar conforme contexto, cultura.

Fonte: Organizado por Souza (2024), baseado em Barbosa (2020).

Durante o processo de revisão, é comum encontrar tanto problemas quanto dificuldades de tradução. Apesar de muitas vezes serem tratados como sinônimos, esses dois conceitos apresentam distinções importantes.

Segundo Nord (2016, p. 263), os problemas de tradução estão presentes no próprio texto, representando desafios objetivos de transferência que precisam ser resolvidos no decorrer da tradução. No modelo de análise textual proposto pela autora, os problemas tradutórios são classificados em quatro categorias principais, conforme ilustrado na figura a seguir elaborada por Souza (2024) com base em Nord (2016).

Figura 2. Problemas de tradução

a) De ordem pragmática	Surge do contraste entre a situação para qual o texto fonte foi utilizado e a situação para qual o texto alvo foi produzido.
b) Relacionado a convenções	Surtem das diferenças nas convenções comportamentais entre as culturas fonte e alvo.
c) De ordem linguística	Surtem das diferenças estruturais entre as línguas fonte e a alvo.
d) Específicos do texto	Surtem das características específicas do texto fonte.

Fonte: Nord (2016)

Já as dificuldades de tradução, segundo Nord (2016), são de ordem subjetiva e dizem respeito às limitações do próprio tradutor, como sua competência, conhecimento linguístico, habilidades de transferência e condições de trabalho, Souza (2024) também elabora um quadro com essas definições a partir de Nord (2016), conforme mostra a figura a seguir:

Figura 3. Dificuldades de tradução

a) Dificuldades específicas do texto fonte	Como interpreto o texto fonte? Há de se considerar a complexidade do texto, clareza da estruturação textual, lexical e sintática do texto fonte.
b) Dificuldades dependentes do tradutor	Nível de conhecimento e competência (linguístico, cultural).
c) Dificuldades pragmáticas	Relacionada à questão linguística, cultural ou temática.
d) Dificuldades técnicas	Relacionada a preparação, material de estudo, banco de dados pessoais.

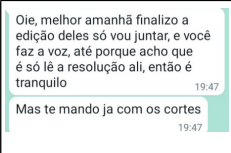
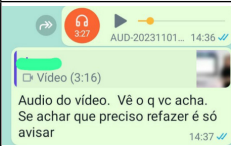
Fonte: Nord (2016)

Complementando esse estudo, elaborou-se análises sobre os processos das gravações, em suas diferentes versões, buscando identificar, na ação tradutória, as seguintes etapas:

(1) estudo e análise do texto; (2) planejamento inicial da tradução; (3) registro da primeira tradução; (4) revisão da tradução; (5) gravação da tradução final; (6) revisão e ajustes do produto em vídeo; (7) finalização da edição; e (8) publicação/disponibilização (Rodrigues, 2023, p. 15).

Com a identificação dessas etapas, buscou-se analisar, também, as ações relacionadas à preparação e elaboração dos vídeos, oportunizada pela revisão que possibilita a entrega de um produto com mais transparência e exatidão. A seguir apresenta-se um quadro recorte desta ação, conforme Souza (2024):

Quadro 4. Etapas de tradução

(1) estudo e análise do texto	Estudo e análise do texto fonte, pesquisa sobre termos	Artigos 75, 76 e 77 da Resolução Normativa nº 017/CUn/97
(2) planejamento inicial da tradução	Elaboração da glosa e escolhas dos procedimentos para a primeira versão da tradução; preparação de espaço; verificação da qualidade da câmera	
(3) registro da primeira tradução: https://drive.google.com/file/d/1pt9D2HaBdht9nlsMOMvbfbcA_D5rR_P/view?usp=sharing 	Após a gravação, encaminhado para revisão e aguardar o feedback para os ajustes necessários	
(4) revisão da tradução: https://youtube.com/shorts/Be61lV2fqFs?si=Li5F9n8ZVhITqoHM 	Feedback recebido	
(5) gravação da tradução final	Após a aprovação, a gravação da versão final é concluída e encaminhada para edição	
(6) revisão e ajustes do produto em vídeo	Etapa que o vídeo já está com a versão final gravada e é encaminhado ao editor para os ajustes finais. Na coluna ao lado, um trecho com orientações e sugestões para o próximo passo, referente à gravação do áudio	
(7) finalização da edição	É o momento em que são feitos os últimos ajustes, incluindo áudios e legendas, além da revisão final para o envio à publicação	
(8) publicação/ disponibilização: https://youtu.be/H1bxvvwTLmw?si=BTvasarGqnOkOV4P	Vídeo publicado	

Fonte: elaborado por Souza (2024) com base em Rodrigues (2023).

CONCLUSÃO

A conclusão desta pesquisa comprova a seriedade do trabalho realizado pelas coordenadoras do Projeto UFSCacessível, assim como suas práticas realizadas em ambiente voltado de aprendizagem em tradução e o compromisso relacionado à proposta de inclusão contemplada no projeto.

O estudo teve como objetivo analisar o papel do feedback na tradução de um texto legal do português para a Libras, com base em leituras teóricas e conteúdos abordados ao longo da graduação em Letras Libras-EaD. As novas versões produzidas refletem escolhas tradutórias voltadas à melhoria da clareza e precisão das informações, respeitando diferentes alternativas de tradução.

Ao longo das reflexões, destaca-se o papel essencial do feedback na identificação de aspectos a serem aprimorados, visando um produto final de qualidade. Essa prática foi fundamental para orientar a organização das análises e a reelaboração dos conteúdos em vídeo. O feedback contribuiu diretamente para tornar o material mais acessível à comunidade surda. Dessa forma, reforça-se sua importância nos projetos de tradução, especialmente no contexto do Projeto UFSCacessível.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Heloisa G. Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

NASCIMENTO, Vinicius; SEGALA, Rimar R. O feedback em vídeo como dispositivo de avaliação formativa em atividades didáticas de tradução audiovisual da Libras.

Translatio, Porto Alegre, n. 15, p. 102-121, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/81406>. Acesso em: 28 ago. 2025.

NORD, Christiane. Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática. Trad. Christiane Nord, Hutan do Céu Almeida, Juliana de Abreu, Meta Elisabeth Zipser, Michelle de Abreu Aio e Silvana Ayub Polchlopek. São Paulo: Rafael Copetti Editores, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186875/An%C3%A1lise%20Textual%20em%20Tradu%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 ago. 2025.

QUADROS, Ronice M. Educação de surdos à aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1997.

RESOLUÇÃO nº 017/CUn/97. Dispõe sobre o regulamento dos cursos de graduação da UFSC. Florianópolis: Conselho Universitário da UFSC, 1997. Disponível em: https://prograd.ufsc.br/files/2012/11/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa-17CUn97_atualizada-em-2018_04_03.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

RODRIGUES, Carlos Henrique. A tradução não escrita envolvendo línguas de sinais: reflexões sobre sua especificidade e características. Revista Belas Infiéis, Brasília, v. 12, n. 1, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26512/belasinfieis.v12.n1.2023.45612>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfieis/article/view/45612>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SANTIAGO, Vânia A. A. Português e Libras em diálogo: os procedimentos de tradução e o campo de sentido. In: SANTIAGO, Vânia A. A.; ALBRES, Neiva A. (org.). Libras em estudo: tradução/interpretação. São Paulo: Feneis, 2012. p.35-56.

SOUZA, Neide Maria de. UFSCacessível: a importância do feedback na solução de problemas e na tomada de decisão na tradução de Português para Libras. 2024. 52f. TCC (Graduação em Letras Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO INTERLINGUÍSTICA E INTERMODAL DE RESUMOS ACADÊMICO

EXPERIÊNCIAS DO COMPREENDER PARA EXPOR O SURDO

Sirlene de Carvalho Matos¹

Márcia Monteiro Carvalho²

INTRODUÇÃO

Estudos sobre dificuldades encontradas por surdos graduandos ao realizar leituras em português para expor em Libras, seja para si ou para outros, ainda são escassos. Para o presente estudo, consideramos as pesquisas de Quadros e Segala (2015), Rodrigues (2018), entre outros, que já discutiram o tema de tradução entre línguas de modalidades diferentes como o português e a Libras. Além dessas recorremos ao Jakobson (1975), Quadros e Karnopp (2004), Barbosa e Sousa (2018). As estratégias de traduzir do português para a língua de sinais realizada por acadêmicos surdos em formação parecem ser importantes, tendo em vista que a maioria dos graduandos surdos, ao ingressar no ensino superior, não tem a prática de leitura nem de tradução do português escrito para a Libras.

É ao ingressar na universidade que passam a utilizar com frequência o processo de tradução, seja para um seminário, um vídeo formal, explicar para um colega ou para si. Esse processo é um grande desafio e precisam se familiarizar com a leitura acadêmica para obter uma melhor compreensão, para isso recorrem

1 Mestre em Estudos da Tradução (PGET-UFSC). Pós-Graduada em Educação Universidade Tuiuti do Paraná. Professora de Libras L1 e L2 (autônoma, universidade, cursinho, palestras, seminários, etc.). E-mail: matossirlene0@gmail.com.

2 Professora do curso Letras Libras da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Belém. Pós- Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Estudos da Tradução. Docente permanente da Pós-Graduação em Letras da UFPA (PPGL) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGET). E-mail: mmcarvalho@ufpa.br.

intuitivamente ao processo de tradução. A partir dessas premissas apresentamos as seguintes perguntas:

1. Quais dificuldades os graduandos surdos enfrentam nas leituras acadêmicas do português escrito para a Libras?
2. Quais estratégias utilizam para expor o compreendido nas leituras acadêmicas do português escrito para a Libras?

Considerando estas perguntas de pesquisa, destacamos que, nos dias atuais, desde a primeira infância, os surdos têm o direito de ter uma educação bilíngue, cuja primeira língua deve ser a língua de sinais e, como segunda língua, o português. Estas línguas apresentam modalidades distintas, sendo a primeira de modalidade vocal auditiva e a segunda de modalidade visual espacial.

Diante das questões apresentadas, tem-se como objetivo geral analisar as estratégias tradutórias de discentes surdos quando fazem atividades de tradução de resumos acadêmicos em português escrito para Libras. Para realizar a pesquisa, elencamos alguns objetivos específicos:

- ❖ Identificar o perfil das participantes surdas;
- ❖ Descrever as estratégias de tradução das participantes surdas no processo de compreensão de resumos em português ao fazer a atividade de tradução para Libras;
- ❖ Analisar o ponto de vista das participantes surdas acerca de suas facilidades e dificuldades ao ler resumos em português escrito (texto fonte) e sua atividade de tradução, ou seja, a exposição para Libras (texto alvo).

Este capítulo é um recorte da pesquisa de mestrado de uma das autoras³. Com este estudo, pretendemos contribuir para uma reflexão acerca das dificuldades e estratégias de graduandas/os surdas/os no processo de compreensão dos textos acadêmicos em português escrito para expô-los em Libras. Alguns acadêmicos, embora sejam fluentes em Libras, possuem pouco domínio do português escrito. No decorrer da graduação, discentes surdos são desafiados a realizar leituras acadêmicas em língua portuguesa, na modalidade escrita, uma vez que nem todas as disciplinas possuem textos traduzidos para Libras.

Estudantes surdos, quando terminam o Ensino Médio, podem ter acesso ao Ensino Superior. O direito à comunicação em Libras é garantido pela Lei 10.436/02 e regulamentada pelo Decreto 5.626/05 (Brasil, 2005). Entretanto, como ainda são poucos os materiais didáticos em Libras nas universidades, esses discentes se deparam com a difícil tarefa de ler em língua portuguesa escrita para compreendê-los e expô-los em Libras.

3 Dissertação de mestrado de Sirlene Matos. Ver indicação completa nas referências.

Barbosa e Sousa (2018) destacam uma questão central para a formação acadêmica de estudantes surdos no curso de Letras – Libras: a exigência de um conhecimento linguístico prévio em Libras e em português escrito. Ao apontar que o curso tem uma proposta inclusiva e bilíngue, os autores reforçam que a fluência nas duas línguas não é apenas desejável, mas essencial para acompanhar e aproveitar plenamente a formação universitária.

Essa exigência levanta importantes reflexões sobre a inclusão no Ensino Superior. Por um lado, é compreensível que, em nível de Graduação, se espere de discentes uma base mínima nas línguas de instrução. Por outro, esse pressuposto expõe desigualdades educacionais anteriores, já que muitos estudantes surdos chegam à universidade sem ter tido acesso adequado à Libras desde a infância ou sem uma formação sólida em português escrito. Mesmo assim, o graduando é desafiado a desenvolver cada vez mais a compreensão de artigos em português para podê-los expor em Libras, seja em seminários ou outros trabalhos solicitados ao longo da graduação.

Após essa introdução discorremos a respeito da seção intitulada *Tradução de Línguas, Modalidades e Estratégias de Tradução*, no qual discutimos os processos de tradução de línguas e estratégias empregadas para obter uma comunicação interlinguística eficaz, explorando os conceitos de modalidades de língua e modalidades de tradução, destacando sua importância no processo de tradução do português para a Libras.

TRADUÇÃO DE LÍNGUAS E AS ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO

A tradução refere-se ao processo de versar um texto escrito ou sinalizado de uma língua para outra, por exemplo, a tradução de um documento escrito em português para a língua de sinais ou vice-versa. Enquanto a tradução lida com textos escritos e permite um tempo maior para reflexão e ajustes, a interpretação exige habilidades específicas para lidar com a imediatez da comunicação, por meio da interpretação consecutiva ou simultânea (Carvalho, 2020). A autora destaca que um tradutor pode dominar a forma escrita de uma língua, mas não necessariamente sua forma oral, o que pode limitar sua capacidade de interpretação. Isso ocorre porque a competência tradutória, conforme Hurtado Albir (2005) e Rodrigues (2018), é um conhecimento especializado que envolve um conjunto de habilidades e conhecimentos que diferenciam tradutores e intérpretes de outros falantes bilíngues.

Segundo Newmark (1991), a tradução tem como propósito ser efetivamente compreendida pelo leitor/a, e caso atinja esse objetivo, alcançará seu fim. Alguns questionamentos podem ser feitos quanto se a tradução deveria ser apreendida

prontamente ou se seria necessário demandar algum esforço por parte de leitores. Para o autor, esse é um problema dos meios de produção e ocasiões em que a tradução foi realizada.

Tradutores frequentemente se deparam com desafios como palavras ou expressões que não possuem equivalentes diretos, discrepâncias culturais que podem alterar o significado original do texto e a necessidade de equilibrar a relação de semelhança do texto fonte com a fluência e aceitabilidade na língua de destino.

De acordo com Jakobson (1975), há três modalidades de tradução: a tradução interlingual, intralingual e intersemiótica.

1. A tradução intralingual ou *reformulação* (*rewording*) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.
2. A tradução interlingual ou *tradução propriamente dita* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.
3. A tradução inter-semiótica ou *transmutação* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais (Jakobson, 1975, p. 64-65, grifos nossos).

Com base nos estudos de Jakobson, Segala (2010) discutiu a tradução intermodal como um processo que envolve a tradução entre línguas de diferentes modalidades, como por exemplo, da língua portuguesa para Libras e vice-versa. Além disso, frisou que não basta levar em conta nesse processo as línguas, mas também a existência da tradução intersemiótica.

A tradução de Língua Portuguesa escrita, como língua-fonte, para a Língua Brasileira de Sinais, como língua-alvo, não pode considerar apenas a tradução intermodal, devido ao fato de que, para essa tradução, há a necessidade da imagem, que pode ser feita por meio de filmagem (Segala, 2010, p. 28).

Quando pessoas surdas leem artigos acadêmicos com o objetivo de compreender para expressar em Libras para si ou em um trabalho na graduação, percebem a complexidade do processo por se tratar de uma tradução intermodal. Quando a tradução ocorre de qualquer texto escrito em uma língua vocal auditiva para uma língua visual espacial, compreendemos que o processo envolve uma tradução interlingual, intermodal e intersemiótica.

No caso de procedimentos realizados por um tradutor profissional que atuam na graduação, exigem técnicas de tradução para que os materiais sejam filmados e distribuídos e, posteriormente, sejam acessados por estudantes surdos em sua língua. Quadros e Segala (2015) apontam uma série de procedimentos para criar uma tradução para Libras. Embora os estudantes não utilizem todos os procedimentos, é preciso que saibamos como os estudantes surdos estão procedendo em suas leituras e como estão registrando em Libras a fim de divulgar para novos estudantes surdos estratégias que possam lhes auxiliar.

Parte dos alunos surdos que, atualmente, chegam à graduação em Letras-Libras [...] ainda não conhecem a língua portuguesa, na sua modalidade escrita. Logo, o professor de linguística, por exemplo, não tem condições de apenas chegar em sala de aula e trabalhar conteúdos, a fim de desenvolver nos alunos surdos e ouvintes habilidades de reflexão metalinguística, utilizando a Libras e textos escritos em português. [...] (Barbosa; Souza, 2018, p. 504).

Toda graduação exige do estudante surdo capacidade suficiente de leitura e produção textual na língua portuguesa. Algumas universidades permitem que estudantes surdos produzam artigos, dissertações e teses em Libras e registrem em vídeo. Instituições como o Instituto Nacional de Estudos Surdos (INES) produzem materiais em Libras no curso de Pedagogia na modalidade de Educação à Distância (EaD). Embora essa não seja uma realidade da maioria das universidades, é uma oportunidade de repensar como garantir o acesso aos materiais em Libras para acadêmicos surdos. No caso das línguas de sinais, o processo de tradução interlinguístico e intermodal afeta o processo, segundo Rodrigues e Santos (2018):

O fato de uma das línguas [no processo de tradução intermodal] ser gestual-visual impacta significativamente o processo, já que as línguas de sinais, articuladas externamente ao corpo, exploram mais a simultaneidade na constituição dos sinais e sentenças; não são dependentes de preposições, conjunções e artigos; possuem relações sintáticas constituídas espacialmente; etc. (Rodrigues; Santos, 2018, p. 3-4).

As modalidades de tradução, por sua vez, se referem aos métodos e abordagens usados no processo de tradução. No caso das línguas de sinais, a tradução pode ocorrer na modalidade escrita/sinalizada (português para Libras ou inversa). Nesses casos, pode ocorrer a tradução ou interpretação intermodal, em que as línguas envolvidas no processo pertencem a modalidades diferentes (visual espacial e vocal auditiva).

Essas modalidades, portanto, podem variar significativamente, dependendo da natureza das línguas de origem e de destino, no contexto da tradução e do objetivo da tradução. Cada modalidade de tradução apresenta seu próprio conjunto de desafios e exige estratégias específicas para lidar de forma eficaz. Pires (2023), oferece uma perspectiva valiosa sobre o papel do tradutor como um agente ativo no processo tradutório. Ao afirmar que a tradução é resultado de um processo interpretativo, o autor desafia visões tradicionais que veem a tradução apenas como uma transposição mecânica de palavras de uma língua para outra. Enfatizamos a importância de reconhecer a/o tradutor/a como um sujeito do processo tradutório, com papel central na construção de sentidos no texto de chegada.

Stone (2009) chama atenção para o cuidado com o registro e uso da língua fonte, a intencionalidade e outros aspectos pragmáticos (como atos de fala, sentido implícito e relevância), e a noção de cultura, “com o foco voltado para o *status* do texto, do gênero e do discurso no processo de tradução (dentro da orientação do idioma de destino⁴)” Stone (2009, p. 6, tradução nossa). Após esse percurso teórico em que buscamos amparar nossas proposições, apresentamos o capítulo metodológico em que identificamos as participantes, a coleta de dados seguido do capítulo de análise, considerações finais e referências.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta pesquisa é de base descritiva e explicativa com abordagem qualitativa. A pesquisa explicativa busca identificar as causas dos fenômenos estudados, além de registrar e analisá-los. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características das organizações e da população. Além disso, “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática” (Gil, 2002, p. 42).

Procedimentos de coleta e análise de dados

A coleta de dados ocorreu durante o segundo semestre de 2024 no curso Letras Libras da Universidade Federal do Paraná-UFPR, e contamos com cinco (05) participantes surdas. No momento da coleta de dados, todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com as normas estabelecidas pela resolução nº 150 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde para o Sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), no qual este projeto foi aprovado, conforme o número CAAE 77061824.0.0000.0121. Para participar da pesquisa as cinco (05) participantes surdas deveriam possuir os seguintes requisitos:

4 “[...] with the focus shifting to the status of text, genre and discourse in the translation process (this is within the target language orientation)” (Stone, 2009, p. 6).

1. ser surda bilíngue;
2. estar cursando o 7º ou 8º semestre ou ter concluído o curso de Letras Libras na UFPR;
3. ter experiência ou realizado tarefas de tradução envolvendo o par Libras-Português-Libras durante a formação acadêmica.

Como instrumento de coleta de dados, na primeira etapa, foi utilizado um questionário estruturado contendo 10 perguntas, via *Google Forms*. A primeira parte foi numerada de 1-5. As perguntas 01 e 02 serviram para coletar dados pessoais como *e-mail* e contato via *Whatsapp* (a fim de combinar o melhor dia e horário para a segunda etapa), além disso foi solicitado o nome fictício. Na segunda etapa, as participantes foram convidadas a realizar uma atividade de tradução de um resumo acadêmico em português escrito⁵ o qual deveriam versá-lo para Libras e registrar em vídeo. Na terceira etapa, foi realizada uma entrevista com perguntas estruturadas, *on-line* e individual. Nosso objetivo era explorar questões sobre suas estratégias de tradução do português escrito para expor em Libras. A seguir, apresentamos os dados do perfil das participantes da pesquisa.

Perfil das participantes da pesquisa

No Quadro 26, constam os dados das perguntas 03 a 05 que serviram para identificar o perfil. A ordem das participantes segue a mesma da resposta no questionário.

Quadro 1. Perfil das participantes

Nome	Formação	Disponibilidade	Tempo que traduz ⁶
1. Nathália	Conclui Letras Libras	21:00 – UFPR Reitoria	02 a 04 anos
2. Merlly	8º – Letras Libras	18:30 – UFPR Reitoria	04 a 06 anos
3. Júlia	Conclui Letras Libras	10:00 – UFPR Reitoria	02 a 04 anos
4. Déia Heck	Conclui Letras Libras	20:30 – UFPR Reitoria	04 a 06 anos
5. Alice	Conclui Letras Libras	17:00 – UFPR Reitoria	02 a 04 anos

Fonte: elaborado pelas autoras.

5 Para a coleta de dados utilizamos somente o resumo do artigo, mas segue a referência completa: SUTTON-SPENCE, Rachel. Por que precisamos de poesia sinalizada em educação bilíngue. *Educar em Revista, Curitiba*, n. esp. 2, p. 111-128, 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/numero-esp02/numeroesp02a08.pdf>. Acesso em: set. 2024.

6 Esta informação está relacionada à faixa de tempo em que fazem tradução de textos acadêmicos.

A seguir, apresentamos a segunda parte do questionário enumeradas de 6 a 10. Para fins didáticos, não iremos apresentar todas as respostas, mas um recorte seguido da análise das perguntas 8 e 9.

1. Como você se sente quando precisa traduzir textos envolvendo português e Libras?
2. Você se sente afetada pelas diferentes modalidades do par Libras-Português?
3. Quais dificuldades você percebe no processo de tradução do português escrito para Libras?
4. Quais estratégias você utiliza para ler o texto em português escrito e como você faz para registrar em Libras?
5. Ao longo do curso, como você foi aprimorando as suas estratégias de leitura para compreender textos em português?

Apresentamos as respostas que evidenciam as estratégias e dificuldades das participantes surdas durante a tarefa de tradução do português escrito para Libras ao longo de sua formação. Atendemos, assim, ao objetivo específico *Descrever as estratégias de tradução de surdos no processo de compreensão de resumos em português ao fazerem a atividade de tradução para Libras*. Para isso, destacamos com sublinhado as partes que as evidenciam, seguidas de comentários no corpo do texto.

ANÁLISE DE DADOS: AS ESTRATÉGIAS TRADUTÓRIAS

Os dados seguem a seguinte ordem: as perguntas seguidas do quadro com as respostas. Observe que todos os textos se encontram exatamente como foram escritos pelas participantes. Apresentamos no Quadro 27 as respostas à pergunta 08.

Quadro 2. Respostas à pergunta 08: “Quais dificuldades você percebe no processo de tradução do português escrito para Libras?”

Participantes	Respostas
Merlly	“Que o português tem <u>muita metáfora que são difícil traduzir</u> para a Libras, por exemplo <u>uma gíria</u> chorar pelo leite derramado (significados já foi) então nisso a explicação é oposta, <u>precisa falar direto o que significa, pq não terá contexto</u> , imagine outras palavras ou frases.”
Júlia	“as palavras que não possuem os sinais, o <u>conceito muito abstrato</u> , <u>substituir as palavras</u> para pensar como os surdos compreendem.”
Nathália	“Sim, <u>muito vezes tentar</u> .”
Alice	“Quando traduzimos do português para Libras, <u>alguns termos não têm sinais</u> diretos. Isso pede criatividade! Às vezes, precisamos <u>explicar visualmente</u> o conceito. Por exemplo, se uma palavra é técnica, é melhor <u>descrever do que só traduzir</u>. Além disso, a <u>cultura surda influencia</u> muito a Libras. Algumas expressões só fazem sentido no <u>contexto da comunidade surda</u>. Por isso, é importante que o <u>tradutor leve em conta essas nuances culturais</u>. A interpretação de textos complexos também é desafiadora. Para traduzir bem, <u>precisamos entender profundamente o assunto</u>. Isso nem sempre é fácil, mas <u>buscar conhecimento é fundamental</u> para garantir uma tradução clara e eficaz.”
Déia Heck	“ <u>As palavras difíceis da gramática</u> são pouco usadas a Libras, exemplo: as palavras novinhas, <u>mas dificilmente o que significa, contexto etc.</u> ”

Fonte: elaborado pelas autoras.

Para Merlly, Déia Heck e Júlia, notamos as dificuldades com a tradução de metáforas, uma vez que o sentido e o significado podem não estar no contexto. Toda graduação exige uma capacidade suficiente de leitura e produção textual na língua portuguesa, como apontam Barbosa e Sousa (2018). No relato de Nathália, também se notam dificuldades, evidenciando que o processo é complicado, pois a participante precisa de muitas tentativas para conseguir entender: “Sim, muito vezes tentar”. Alice expõe suas dificuldades quando não encontra sinais específicos “alguns termos não têm sinais diretos”, prejudicando sua compreensão, além de reforçar a necessidade de recorrer à língua de sinais “Às vezes, precisamos explicar visualmente o conceito”, pois para ela “é melhor descrever do que só traduzir”. Segundo Barbosa (2004), no contexto da tradução de línguas de sinais, a *transferência* é, basicamente, a soletração manual de uma palavra do português para a Libras. A autora elenca alguns tipos de transferência, dentre elas a *transferência com explicação*, como visto no discurso de Alice.

Os aspectos culturais também foram destaque, pois interferiu no processo de tradução levantado pela Alice o “tradutor leve em conta essas nuances culturais”. Além disso, reconhece que “precisamos entender profundamente o assunto” para garantir uma tradução eficaz. As experiências das participantes nos fazem entender o quanto é complexo o processo de ler para expor em Libras, mas que lhes ajuda de alguma forma a ter acesso ao texto em português no processo formativo.

A influência do conhecimento do assunto, do contexto social e cultural são aspectos que vão além da leitura. Como apontam Newmark (1988) e Pires (2023), a importância de compreender o texto, a semântica e a metáfora cultural requerem uma compreensão profunda das línguas e culturas de origem e de destino. É a capacidade de preencher criativamente as lacunas de significado na tradução e na transmissão do significado pretendido, do tom e do contexto cultural do texto fonte, como pode-se depreender das respostas de Merlly, Déia e Alice.

Apresentamos, a seguir, o Quadro 28 contendo a pergunta 09 e as respostas sobre os tipos de estratégias que utilizaram para ler o texto em português escrito.

Quadro 3. Respostas à pergunta 09: “Quais estratégias você utiliza para ler o texto em português escrito e como você faz para registrar em Libras?”

Participante	Respostas
Merlly	“Normalmente <u>utilizo vídeos para regista.</u> ”
Júlia	“ <u>procuo no google</u> com a definição, <u>usar o sinônimo em outra palavra</u> e utilizo a <u>camera do meu celular para gravar</u> o vídeo e <u>depois compartilhar no drive</u> com as pessoas que trabalham comigo. As vezes <u>pergunto para o interprete de libras</u> para saber o que significa e depois <u>procurar se existe o sinal no youtube</u> que tem vídeos registrados. Caso não tem registro, é <u>preciso ter o cuidado de criar, pesquisar, e criar o novo sinal de acordo com o contexto.</u> ”
Nathália	“Mais ou menos.”
Alice	“Quando traduzo um artigo, crio <u>slides</u> . Coloco cada <u>trecho em um slide</u> , gerando muitas páginas. Depois, leio o trecho de um slide e <u>me gravo como rascunho</u> , juntando os vídeos aos poucos. Esse processo <u>pode levar dias</u> , dependendo do <u>tema do artigo</u> . Além disso, às vezes <u>faço reuniões com pessoas experientes na área</u> para fazer perguntas e <u>discutir quais sinais usar</u> . <u>Pesquiso os sinais</u> que combinam melhor com o contexto. Quando finalizo, <u>descanso e, no dia seguinte, me preparo para a gravação oficial</u> . Então, abro o vídeo do rascunho e <u>copio minha sinalização com a tradução feita.</u> ”
Déia Heck	“A <u>libras é estratégias</u> esses sinalizações parecem comparativos muito em português.”

Fonte: elaborado pelas autoras.

Percebe-se que há várias estratégias utilizadas pelas participantes. Merlly e Júlia afirmam que usam a tecnologia, pesquisa em *sites* como *Google* e *Youtube* para o registro de vídeos: “Normalmente utilizo vídeos para regista”; “procuro no *google* com a definição, usar o sinônimo em outra palavra e utilizo a câmera do meu celular para gravar o vídeo [...]”. Além disso, utilizam estratégia de consulta à intérprete, como afirma Júlia: “As vezes pergunto para o intérprete de libras para saber o que significa e depois procurar se existe o sinal no Youtube que tem vídeos registrados”. A participante mencionou também a necessidade de criar sinais para contextos específicos: “[...] é preciso ter o cuidado de criar, pesquisar, e criar o novo sinal de acordo com o contexto”.

Nathália não soube expor suas estratégias, talvez não tenha entendido o que devia fazer. Alice explica que, para ler em português e expor em Libras, usa várias estratégias de anotações, slides, rascunhos, gravação e edição: “Quando traduzo um artigo, crio slides. Coloco cada trecho em um slide, gerando muitas páginas. Depois, leio o trecho de um slide e me gravo como rascunho, juntando os vídeos aos poucos. Esse processo pode levar dias, dependendo do tema do artigo”.

Alice também utiliza como estratégia consulta aos pares, ou profissionais da área com mais experiência, e comentou sobre a necessidade de pausar o processo para descansar e somente depois gravar a versão final: “Além disso, às vezes faço reuniões com pessoas experientes na área para fazer perguntas e discutir quais sinais usar. Pesquiso os sinais que combinam melhor com o contexto. Quando finalizo, descanso e, no dia seguinte, me preparo para a gravação oficial. Então, abro o vídeo do rascunho e copio minha sinalização com a tradução feita”. Todo esse processo que Alice faz condiz com o procedimento de tradução de uma língua em registro escrito para uma língua de modalidade gestual visual. De acordo com Rodrigues e Santos (2018), no que se refere à dependência do contexto e, quando possível, a consulta a seus pares é necessária. No caso das participantes Alice e Júlia, o contato é feito com outros intérpretes ou profissionais experientes na área a fim de tirar dúvidas.

Como exemplificado por Quadros e Segala (2015), o processo de tradução do português para Libras envolve estratégias específicas como a análise e leitura do texto fonte, hipóteses e propostas de termos em Libras, considerando o objetivo da tradução e seus sentidos, a consulta aos elaboradores do texto fonte para esclarecimento de sentidos e conceitos. Além disso, os autores mencionam a elaboração de esquemas para servir de apoio à tradução, refilmagem, revisão e edição de vídeo, estratégias que podemos ver, são semelhantes às utilizadas por Merlly, Júlia e Alice.

A participante Déia Heck usa a comparação entre as línguas, em especial a Libras, para verificar se as escolhas lexicais estão de acordo no seu processo tradutório: “A libras é estratégias essas sinalizações parecem comparativos muito em português”. Essas diferenças estruturais são apontadas por Quadros e Karnopp, (2004, p. 148) quando afirmam que “a Libras usa uma sintaxe diferente do português, geralmente colocando o tópico no início da frase”. Santiago (2012, p. 44) destaca que é recorrente omitir termos do português na tradução para língua de sinais, como: “[...] verbos de ligação ou pronomes relativos, [...] locuções adverbiais e adjetivas, entre outros termos que não se apresentam necessariamente na língua de sinais”.

Após a análise detalhada de todas as respostas de cada participante, apresentamos, no Quadro 29, as principais estratégias utilizadas para traduzir o texto em português escrito para expor em Libras.

Quadro 4. Algumas das estratégias das participantes

Participantes	Estratégias de tradução
Merlly	❖ Seleção de palavras desconhecidas; ❖ Busca por conceito e sinal em Libras; ❖ Procura por sinônimos em português para Libras; ❖ Leituras repetidas vezes para fazer o vídeo em partes; ❖ Filmagem e edição; ❖ Recursos materiais: <i>Google</i>, dicionários <i>on-line</i>, dicionários de Libras e <i>Youtube</i>, celular, computador e papel e lápis.
Júlia	❖ Uso de tecnologias: celular e computador; ❖ Leitura antecipada; ❖ Pesquisas de palavras desconhecidas no <i>Google</i>; ❖ Tradução usando o texto no computador e celular (como <i>prompter</i>) para acompanhar a leitura. ❖ Consulta aos pares.
Nathália	❖ Leituras direto em português; ❖ Destaque de palavras desconhecidas; ❖ Busca por significado no <i>Google</i> ou dicionários <i>on-line</i>; ❖ Leitura repetida do texto após conhecer os conceitos das palavras; ❖ Produção de vídeo em Libras do que compreendeu do texto escrito; ❖ Recursos materiais: computador, celular, papel, caneta, <i>ChatGPT</i> e <i>internet</i>.

Alice	❖ Troca de palavras por sinônimo; ❖ Procura por sinônimos no dicionário para entender a língua de sinais; ❖ Pesquisa do sinal de palavras desconhecidas no <i>Youtube</i>; ❖ Consulta aos pares. ❖ Recursos: computador, celular, <i>internet</i>, <i>Word</i>, dicionários <i>on-line</i> e <i>Youtube</i>.
Déia Heck	❖ Procura por palavra e sinal no <i>Youtube</i>; ❖ Uso de tempo para fazer a tradução; ❖ Leitura atenta; ❖ Escrita de cada frase em glosa no <i>Word</i>. ❖ Gravação da leitura em Libras; ❖ Recursos: <i>internet</i>, <i>notebook</i>, celular.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Esses dados nos ajudam a observar como pessoas surdas utilizam seus conhecimentos, mesmo não sendo tradutoras profissionais, para estudar e re-alizar suas tarefas no meio acadêmico utilizando o português escrito e a Libras em vídeo. É evidente que todas as participantes surdas utilizaram praticamente as mesmas estratégias para compreender por meio da Libras quando precisam ler em português (pesquisas em *sites* e plataformas digitais como o *Youtube*, recursos de edição, uso de tecnologias, tempo para fazer suas escolhas e tomar decisões etc.). Ao final das análises das traduções pudemos observar que, de modo geral, todas as participantes conseguiram transmitir a mensagem principal do texto fonte na sua versão para Libras, ainda que com diferenças que refletem as estruturas das línguas e suas diferentes modalidades.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados nos apontam que para ler em português, as pessoas surdas, recorrem aos recursos e estratégias que são comuns da área de tradução para vários profissionais qualificados. Essas estratégias são apresentadas em Barbosa (2004), que ressalta a importância de utilizar as estratégias de tradução levando em conta também as estruturas das línguas que são expressas.

Stone (2009) concorda com Barbosa (2004) acerca da importância de entender a gramática das línguas, pois deve-se ter cuidado com o registro e uso da língua de origem, a intencionalidade e outros aspectos pragmáticos com o foco voltado para o *status* do texto e do discurso no processo de tradução.

Logo, consideramos eficazes as estratégias de leitura por meio dos sinais para pessoas surdas. Esta pesquisa contribui para esclarecer como pessoas surdas leem em português e expõem em Libras com estratégias de acesso à uma língua que não ouvem, mas veem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Heloisa G. **Procedimentos técnicos da tradução**: uma nova proposta. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

NASCIMENTO, Vinicius; SEGALA, Rimar R. O feedback em vídeo como dispositivo de avaliação formativa em atividades didáticas de tradução audiovisual da Libras. **Translatio**, Porto Alegre, n. 15, p. 102-121, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/81406>. Acesso em: 28 ago. 2025.

NORD, Christiane. **Análise textual em tradução**: bases teóricas, métodos e aplicação didática. Trad. Christiane Nord, Hutan do Céu Almeida, Juliana de Abreu, Meta Elisabeth Zipser, Michelle de Abreu Aio e Silvana Ayub Polchlopek. São Paulo: Rafael Copetti Editores, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186875/An%C3%A1lise%20Textual%20em%20Tradu%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 ago. 2025.

QUADROS, Ronice M. **Educação de surdos à aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1997.

RESOLUÇÃO nº 017/CUn/97. Dispõe sobre o regulamento dos cursos de graduação da UFSC. Florianópolis: Conselho Universitário da UFSC, 1997. Disponível em: https://prograd.ufsc.br/files/2012/11/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa-17CUn97_atualizada-em-2018_04_03.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

RODRIGUES, Carlos Henrique. A tradução não escrita envolvendo línguas de sinais: reflexões sobre sua especificidade e características. **Revista Belas Infiéis**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26512/belasinfiéis.v12.n1.2023.45612>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/45612>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SANTIAGO, Vânia A. A. Português e Libras em diálogo: os procedimentos de tradução e o campo de sentido. In: SANTIAGO, Vânia A. A.; ALBRES, Neiva A. (org.). **Libras em estudo: tradução/interpretação**. São Paulo: Feneis, 2012. p.35-56.

SOUZA, Neide Maria de. **UFSCacessível: a importância do feedback na solução de problemas e na tomada de decisão na tradução de Português para Libras**. 2024. 52f. TCC (Graduação em Letras Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

BOAS PRÁTICAS NA ELABORAÇÃO ARQUITETÔNICA DA TRADUÇÃO COMENTADA

ENTRE O GÊNERO ACADÊMICO-LITERÁRIO E O MÉTODO CIENTÍFICO

Victor Hugo Lima Nazário¹

INTRODUÇÃO

Traduzir é um ato de escuta profunda e de autoria crítica. Quando comentamos uma tradução, abrimos espaço para que esse gesto, tão sutil quanto complexo, se revele em sua plenitude, como processo criativo, reflexão epistemológica e prática ética. Nos últimos anos, a Tradução Comentada (TC) tem ganhado destaque nos Estudos da Tradução (ET) por oferecer não apenas uma forma de expor o produto final, mas, sobretudo, de visibilizar o percurso intelectual e metodológico de quem traduz.

Neste cenário, é crescente a necessidade de compreender a TC não apenas como uma tarefa técnica, mas como um gênero acadêmico-literário e, ao mesmo tempo, um método científico (Torres, 2017; Silva; Albres, 2018; Nazário, 2024). Situada no cruzamento entre a prática tradutória e a produção de conhecimento, a TC convida o tradutor-pesquisador a ocupar conscientemente o papel de sujeito da linguagem, ao mesmo tempo em que exige rigor teórico, clareza metodológica e responsabilidade ética.

Neste artigo propomos a reflexão sobre a TC a partir de duas perspectivas complementares: 1) como gênero discursivo relativamente estável, com base nos estudos de Bakhtin (1997, 2016), e 2) como método de investigação científica, conforme sistematizações propostas por Zavaglia, Renard e Janczur (2015), Torres

¹ Doutorando em Estudos da Tradução no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina - PGET/UFSC. E-mail: hugo.nazario@gmail.com

(2017), Albres (2020a, 2020b, 2020c, 2021, 2023) e Nazário (2024). Ao articular esses dois olhares, sugerimos uma compreensão ampliada da TC: como prática que mobiliza sensibilidade literária e rigor investigativo, configurando-se como uma das formas mais potentes de se pensar a tradução como ciência, arte e discurso.

A abordagem metodológica adotada nesta investigação é qualitativa, com fins descritivos e exploratórios, apoiada no estudo de caso (Yin, 2001; Prodanov; Freitas, 2013). Como *corpus*, analisamos dissertações e teses que fazem uso qualificado da TC, em especial os trabalhos identificados pela pesquisa de Nazário (2024), buscando evidenciar boas práticas de TC que possam inspirar futuras pesquisas. O referencial teórico é construído de forma interdisciplinar, envolvendo os estudos dos gêneros do discurso (Bakhtin, 1997, 2016; Rojo, 2005), fundamentos da metodologia científica (Gil, 2002, 2008; Lakatos; Marconi, 2003) e princípios ético-metodológicos específicos da tradução (Saldanha; O'Brien, 2014; Williams; Chesterman, 2002).

Nas próximas seções, retomamos os fundamentos da teoria dos gêneros do discurso para compreender o lugar da TC na esfera acadêmica; discutimos sua configuração enquanto método de pesquisa; sistematizamos boas práticas de elaboração da TC com base em pesquisas exemplares e; por fim, apresentamos recomendações dirigidas a tradutores-pesquisadores que buscam na TC não apenas um objeto de estudo, mas uma ferramenta legítima e transformadora de produção do saber.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gêneros do discurso na esfera acadêmica

Nenhum texto nasce no vazio. Todo enunciado carrega, em sua forma, função e estilo, as marcas do contexto em que é produzido. Essa compreensão, essencial à filosofia da linguagem de Bakhtin e o Círculo, convida-nos a pensar a escrita acadêmica como prática profundamente situada social, ideológica e historicamente.

De acordo com Bakhtin (1997, 2016), os gêneros do discurso são formas relativamente estáveis de enunciado que se organizam conforme as condições comunicativas específicas de cada esfera de atividade humana. Cada gênero se constitui por meio de três dimensões fundamentais: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo linguístico. No caso da esfera científica, esses elementos são moldados por objetivos claros: a produção

de conhecimento, a construção da argumentação, a clareza conceitual e a verificabilidade das proposições.

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico (Bakhtin, 1997, p. 283-284).

Bakhtin (1997) afirma que cada esfera da atividade social, seja ela científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana, entre outras, desenvolve seus próprios gêneros discursivos, os quais surgem como resposta às necessidades comunicativas dessa esfera. Esses gêneros não são formas arbitrárias de linguagem, mas enunciados relativamente estáveis que carregam traços temáticos, composicionais e estilísticos específicos, moldados pelas condições históricas, sociais e funcionais da comunicação.

Ao afirmar que os gêneros são “relativamente estáveis”, Bakhtin (1997) sugere que, embora apresentem certa regularidade, eles não são formas rígidas ou imutáveis. Ao contrário, estão em constante renovação e reconfiguração, dependendo das práticas sociais e dos sujeitos que deles se apropriam. Isso implica dizer que os gêneros do discurso não são somente formas linguísticas, mas manifestações ideológicas que carregam valores, visões de mundo e posicionamentos sociais.

Em relação as dimensões temática, composicional e estilística dos gêneros do discurso, é possível compreendê-los de forma ampla e multifacetada. O “tema” diz respeito ao conteúdo que se aborda, a “composição” refere-se à organização formal do enunciado, e o “estilo” está relacionado à maneira como o enunciator se posiciona, escolhe as palavras e constrói sua voz social. Essa abordagem revela a profunda vinculação entre forma e conteúdo na linguagem, desafiando visões reducionistas que separam os aspectos formais das intenções comunicativas.

Dessa forma, Bakhtin não apenas define os gêneros do discurso, mas também oferece uma valiosa compreensão para análises enunciativas em diferentes campos, incluindo os ET. Compreender que os gêneros estão ancorados em esferas sociais permite ao tradutor-pesquisador perceber as tensões entre os gêneros de partida e de chegada e os efeitos dessas tensões na produção de sentido e nas escolhas tradutórias.

No contexto acadêmico, os gêneros do discurso, como projetos de pesquisa, artigos científicos, dissertações, teses, resumos e comunicações orais, não são meros formatos normativos. Eles são instrumentos de construção e legitimação do saber. Como salienta Rojo (2005), esses gêneros refletem os papéis sociais dos sujeitos que os produzem, bem como os valores e práticas de sua comunidade epistêmica. Ou seja, escrever academicamente não é apenas cumprir exigências formais, é posicionar-se como autor dentro de um campo de produção de conhecimento.

Em cada uma destas esferas comunicativas, os parceiros da enunciação podem ocupar determinados lugares sociais – e não outros – e estabelecer certas relações hierárquicas e interpessoais – e não outras; selecionar e abordar certos temas – e não outros; adotar certas finalidades ou intenções comunicativas – e não outras, a partir de apreciações valorativas sobre o tema e sobre a parceria (Rojo, 2005, p. 197).

Rojo ressalta que os gêneros do discurso, como formas relativamente estáveis de enunciado, não são neutros nem universais. Eles emergem em esferas de atividade humana onde os sujeitos estão posicionados de maneira desigual, com papéis, funções e poderes distintos. Isso significa que as relações enunciativas são, antes de tudo, relações sociais atravessadas por valores, ideologias e estruturas de poder. Ao dizer que os sujeitos “podem ocupar determinados lugares sociais – e não outros”, a autora chama a atenção para os limites impostos pelas condições materiais e simbólicas de existência de cada enunciador.

Essa perspectiva tem implicações profundas para os ET e para a prática tradutória. O tradutor-pesquisador, enquanto sujeito enunciador, também está inserido em uma esfera comunicativa e ocupa um lugar social específico, que influencia suas escolhas linguísticas, estilísticas e ideológicas. Além disso, ao traduzir um texto, ele lida com um enunciado originado em outra esfera, com seus próprios valores e posições, sendo desafiado a negociar sentidos entre esferas, línguas, culturas e vozes muitas vezes assimétricas.

Ao afirmar que certas relações, temas e finalidades são possíveis – e outras não, Rojo (2005) enfatiza o caráter dialógico e valorativo da linguagem. Não implica somente em uma escolha pessoal ou técnica, mas sim em um jogo social de posições e expectativas. Isso evidencia o quanto a linguagem é regulada por convenções sociais, que orientam, mas também limitam, a atuação dos sujeitos. A TC, por sua vez, pode se beneficiar profundamente dessa compreensão, pois ela exige do tradutor-pesquisador um olhar crítico e reflexivo sobre os modos

como os lugares sociais, as intenções e as hierarquias influenciam os textos e suas traduções.

Nesse contexto, a autora convida o tradutor-pesquisador a compreender a enunciação como prática social situada, ideologicamente marcada e atravessada por relações de poder. Além disso, ela reforça a importância de pensar o processo tradutório como um ato de interpretação crítica e posicionada, e não como mera transferência neutra de sentidos entre línguas.

Compreendemos também que a escrita científica é regulada por convenções composicionais e institucionais que moldam o seu funcionamento. Documentos como as normas de submissão de trabalhos da revista *Belas Infieis* (2023) e diretrizes como as do PGET (2020) estabelecem padrões estruturais que devem ser seguidos para garantir a circulação e aceitação do texto na esfera acadêmica. Normas técnicas, como a NBR 10719 (ABNT, 2011), também definem os elementos essenciais da escrita científica: introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise dos dados e considerações finais.

Diante desse contexto, fica claro que dominar os gêneros acadêmicos não é apenas uma habilidade técnica, mas uma competência formativa essencial para quem deseja produzir conhecimento com legitimidade. Conhecer suas regras, suas finalidades e suas formas é condição para atuar criticamente na esfera científica e, mais ainda, para inovar dentro dela.

A Tradução Comentada como gênero e método

É nesse contexto de complexidade e exigência que a TC se insere: como um gênero acadêmico híbrido e multifuncional, capaz de articular teoria, prática e reflexão crítica em um único gesto enunciativo. Mais do que um exercício didático ou uma prática metodológica, a TC afirma-se hoje como uma forma autônoma e legítima de produção científica, que convida o tradutor a se tornar também pesquisador de sua própria prática.

Segundo Torres (2017), a TC deve ser compreendida como um gênero textual com identidade própria, dotado de traços autorais, metatextuais e analítico-discursivos. Seu principal objetivo é explicitar, de forma sistemática, as escolhas, estratégias e dilemas enfrentados no processo tradutório, tornando visíveis os aspectos ideológicos, estéticos e culturais envolvidos em cada decisão.

Essa concepção é compartilhada por Zavaglia, Renard e Janczur (2015), que veem na TC uma oportunidade de “traduzir a própria tradução”, revelando os mecanismos cognitivos e linguísticos que sustentam a ação tradutória. Nesse sentido, elementos como o diário de tradução, os comentários analíticos,

a contextualização do texto de partida e a justificativa das escolhas tradutórias não são meros complementos: são parte estrutural do próprio gênero, contribuindo para sua densidade investigativa.

Sob a perspectiva metodológica, estudiosos como Albres (2020a, 2020b, 2020c, 2021, 2023) têm avançado na consolidação da TC como um método de pesquisa qualitativa, especialmente no âmbito do estudo de caso. Para essa autora, a TC deve ser estruturada de forma a garantir transparência, coerência e possibilidade de replicação, como exige qualquer pesquisa científica rigorosa. Isso implica explicitar objetivos, delimitar o *corpus*, justificar os procedimentos, apresentar os resultados e refletir criticamente sobre eles.

Autores clássicos da metodologia científica, como Lakatos e Marconi (2003) e Gil (2002, 2008), reforçam que a validade de um estudo depende diretamente da clareza com que ele expõe suas bases e operações. Na TC, essa exigência se traduz na necessidade de justificar cada etapa do percurso tradutório com fundamentação teórica, documentação complementar e análise crítica.

Como afirmam Lubisco e Vieira (2019), é essa descrição detalhada, clara, densa, bem documentada, que garante legitimidade ao trabalho com a TC, tanto como método quanto como gênero. Ao dar forma discursiva à experiência de traduzir, a TC transforma o invisível em visível, o implícito em explícito, o individual em compartilhável.

Assim, ao articular teoria e prática, sensibilidade e sistematicidade, a TC se configura como um espaço propício para a formação de tradutores-pesquisadores críticos e para o avanço das pesquisas em tradução. Não se trata apenas de analisar uma prática, mas de constituir, nela e por meio dela, um lugar autêntico de produção de saber.

METODOLOGIA

Escolher como investigar é também escolher como compreender. Nesta pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios, sustentada metodologicamente pelo estudo de caso, uma estratégia que se alinha perfeitamente à complexidade da TC enquanto prática investigativa situada.

Conforme as propostas realizadas por Lakatos e Marconi (2003), Gil (2002, 2008) e Prodanov e Freitas (2013), essa configuração metodológica permite não apenas descrever um fenômeno, mas também compreender suas dinâmicas internas, suas implicações e seus efeitos no campo científico. Ao se propor a refletir sobre a TC enquanto gênero e método, este estudo busca não apenas

observar a prática, mas sistematizar boas práticas que fortaleçam seu estatuto epistemológico e sua legitimidade acadêmica.

Como destaca Yin (2001), o estudo de caso oferece uma via fértil para analisar fenômenos em profundidade, preservando sua singularidade e seu contexto. A TC, com suas múltiplas camadas discursivas (linguísticas, culturais, ideológicas, intersemióticas) exige exatamente isso: um olhar atento, reflexivo e situado, que respeite os deslocamentos e as tensões próprios do ato tradutório.

Além disso, esta pesquisa adota o princípio da triangulação metodológica (Martins, 2006; Prodanov; Freitas, 2013), articulando três frentes: 1) a análise documental de dissertações e teses que empregaram a TC como método, com destaque para a pesquisa de Nazário (2024); 2) o diálogo com os marcos teóricos da área; e 3) a consideração das diretrizes institucionais para a produção científica. Essa triangulação permite validar o percurso investigativo, enriquecendo a compreensão do objeto estudado.

Do ponto de vista operacional, esta proposta apoia-se na sistematização apresentada por Albres (2020a), que destaca cinco etapas essenciais para a elaboração rigorosa da TC:

1. *Estudo pré-tradução*: escolha e contextualização da obra, do autor e do gênero discursivo; levantamento de dados socioculturais, históricos e linguísticos relevantes para o ato tradutório;
2. *Diário de tradução*: registro reflexivo contínuo das decisões, dúvidas, revisões, hesitações e justificativas, configurando um espaço de metacognição sobre o fazer tradutório;
3. *Documentação de fontes auxiliares*: reunião e análise dos materiais utilizados no processo tradutório (dicionários, glossários, entrevistas, vídeos, *corpus* paralelos, entre outros), tornando explícita a rede intertextual e intersemiótica que sustenta a tradução;
4. *Apresentação da tradução*: organização textual que evidencie o diálogo entre o texto de partida e o texto de chegada (a versão final), por meio de colunas paralelas, blocos numerados ou excertos comentados, especialmente relevante em traduções intermodais (como da Libras para o Português);
5. *Comentários analíticos*: sistematização teórico-reflexiva das escolhas tradutórias, baseada nos registros do diário de tradução e fundamentada nos ET, evidenciando os critérios que orientaram cada decisão.

Essas etapas são guiadas pelo princípio da transparência metodológica, fundamental para a replicabilidade e confiabilidade da pesquisa científica.

Como apontam Saldanha e O'Brien (2014) e Williams e Chesterman (2002), tornar explícitas as escolhas metodológicas desde a concepção do projeto é o que assegura à pesquisa seu valor epistêmico e sua validade institucional. Isso implica definir com precisão o *corpus*, justificar sua escolha, estabelecer critérios de análise e documentar o percurso interpretativo do tradutor-pesquisador.

Por fim, esta investigação respeita as normas formais que regulam a produção científica no Brasil, como a ABNT NBR 10719:2011, além das exigências composicionais de revistas especializadas, como a *Belas Infiéis* (2023), que reforçam a importância de consistência metodológica, pertinência teórica e clareza argumentativa.

Compreendendo a TC como um campo em ascensão e em processo de consolidação, este estudo busca oferecer um modelo metodológico sólido, ético e replicável, contribuindo para que a TC seja cada vez mais reconhecida como instrumento legítimo de pesquisa nos ET.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Sistematização metodológica da Tradução Comentada

A TC se estabelece como um ponto de convergência entre o fazer tradutório e a produção do saber. Ao reunir teoria e prática na mesma elaboração discursiva, ela transcende o lugar da tradução como simples mediação linguística, para constituir-se como um método investigativo autônomo, capaz de revelar os sentidos mais profundos do ato tradutório.

Trata-se de um gênero acadêmico-literário que transforma o tradutor-pesquisador em sujeito epistêmico. Suas escolhas, dúvidas, estratégias e reformulações deixam de ser instâncias implícitas do processo e passam a ser objeto de análise crítica e fundamentada. Nessa perspectiva, como enfatizam Nazário (2024), Albres (2020a) e Torres (2017), a TC vai além da descrição de um percurso tradutório, ela propõe uma reconfiguração da própria posição do tradutor-pesquisador dentro da pesquisa acadêmica.

Essa proposta exige não apenas sensibilidade interpretativa, mas também rigor metodológico. Para isso, é fundamental que a TC seja elaborada com base em uma arquitetura textual compatível com os gêneros da esfera científica: delimitação clara de objetivos, recorte preciso, base teórica consistente, metodologia sistemática e argumentação crítica.

Nesse contexto, o diário de tradução assume papel central. Conforme Rossi (2013, 2019) e Albres (2020a), esse instrumento funciona como memória reflexiva do processo tradutório, permitindo que o tradutor-pesquisador registre, compreenda e analise os impasses enfrentados, os caminhos testados e as soluções encontradas. Longe de ser um simples processo descritivo, o diário de tradução estrutura o corpo analítico da TC e serve de alicerce para a produção dos comentários críticos.

Albres (2023) propõe uma organização metodológica em cinco etapas: 1) estudo pré-tradução; 2) registro reflexivo durante a tradução; 3) documentação e pesquisa paralela; 4) apresentação da tradução e dos comentários; e 5) análise final com revisão crítica. Essa sistematização permite não apenas maior controle sobre o processo, mas também transparência e legitimidade acadêmica, requisitos essenciais para qualquer pesquisa científica.

Exemplos de boas práticas em Tradução Comentada

A consolidação da TC como método de pesquisa também depende da visibilidade de experiências bem-sucedidas que atestem sua eficácia e aplicabilidade. Com esse propósito, foram analisadas dissertações e teses que adotaram a TC como eixo metodológico, com base nos critérios composicionais e ético-metodológicos defendidos por Nazário (2024).

O trabalho de Alvarez (2015) é exemplar por sua organização e profundidade analítica. Ao articular tradução e psicanálise, a autora apresenta um texto estruturado em colunas paralelas, capítulos claramente definidos e comentários que revelam o impacto teórico de cada escolha tradutória.

Igoa (2015), por sua vez, explora o uso da TC como estratégia para a tradução de antologias literárias, integrando teoria, prática e análise crítica com densidade e equilíbrio. Marini (2019) contribui com a tradução comentada de um texto teórico em francês, demonstrando refinamento metodológico e precisão argumentativa. Já Pinto (2020) aproxima a TC da fonética, elaborando um glossário terminográfico e oferecendo justificativas precisas para suas decisões. Guimarães (2009), por fim, inaugura um caminho promissor ao realizar uma TC indireta marcada pela análise enunciativa e pela adoção do diário de tradução como eixo reflexivo.

Esses trabalhos compartilham elementos estruturais que se consolidam como boas práticas no campo dos ET, especificamente na elaboração de TC:

- A. a presença de uma seção metodológica robusta;
- B. a contextualização rigorosa do texto de partida e do autor;
- C. o uso de colunas paralelas ou blocos numerados para apresentar a tradução;
- D. comentários analíticos bem fundamentados teoricamente;
- E. registros reflexivos por meio de diário de tradução ou ferramentas equivalentes;
- F. clareza na exposição do percurso tradutório.

Essas características revelam que a TC, quando conduzida com responsabilidade epistemológica, é não apenas viável, mas altamente produtiva como método investigativo.

Recomendações metodológicas para a elaboração da TC

Com base nas contribuições de Albres (2020a, 2020b, 2020c, 2021, 2023) e Torres (2017), nas diretrizes editoriais da revista *Belas Infiéis* (2023) e nos exemplos analisados por Nazário (2024), propomos a seguir um conjunto de recomendações para garantir o rigor, a clareza e a legitimidade da TC enquanto gênero e método acadêmico:

1. tornar explícito no título que se trata de uma TC, evidenciando sua natureza investigativa desde o início;
2. informar no resumo que a TC constitui o método adotado, destacando seu caráter qualitativo e a abordagem de estudo de caso;
3. incluir uma seção metodológica específica, que descreva o tipo de pesquisa, as etapas do processo tradutório e os instrumentos utilizados;
4. apresentar o texto de partida e a tradução em paralelo, com trechos numerados; no caso de traduções intersemióticas, incorporar links ou referências aos vídeos originais;
5. utilizar o diário de tradução como ferramenta contínua de registro das decisões, estratégias e dúvidas do tradutor-pesquisador;
6. desenvolver comentários analíticos, articulando teoria e prática de forma crítica e reflexiva, evidenciando os efeitos enunciativos das escolhas realizadas;
7. ancorar a análise em literatura atualizada, garantindo o diálogo com o estado da arte na área;

8. estruturar o artigo conforme os padrões acadêmicos, com seções organizadas e coerentes (introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise, considerações finais e referências).

A adoção desses princípios não apenas confere robustez científica à TC, como também fortalece sua presença na esfera acadêmica. Mais do que um método, a TC se configura como um gesto ético, político e formativo, no qual o tradutor-pesquisador assume publicamente a responsabilidade por suas escolhas e se posiciona como produtor legítimo de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Tradução Comentada, ao articular teoria e prática em um mesmo gesto enunciativo, afirma-se como uma das mais promissoras estratégias metodológicas dos Estudos da Tradução nos dias de hoje. Longe de ser apenas um produto técnico ou um exercício didático, a TC se consolida como gênero discursivo-científico, dotado de valor epistêmico, caráter formativo e potência investigativa.

Como se buscou demonstrar ao longo deste artigo, a elaboração de uma TC exige do tradutor-pesquisador um comprometimento que vai além da competência linguística: requer rigor metodológico, consciência ética e capacidade crítica. Traduzir, nesse contexto, é também pesquisar e refletir publicamente sobre os caminhos, dilemas e escolhas que constituem o próprio fazer tradutório.

A partir da articulação entre os fundamentos sobre os gêneros do discurso (Bakhtin, 1997, 2016), os critérios de cientificidade estabelecidos por manuais de metodologia (Lakatos; Marconi, 2003; Gil, 2002, 2008; Prodanov; Freitas, 2013), e as contribuições específicas dos ET (Torres, 2017; Zavaglia; Renard; Janczur, 2015; Albres, 2020a, 2020b, 2020c, 2021, 2023, Nazário, 2024), foi possível identificar e sistematizar boas práticas para a construção da TC como método de pesquisa rigoroso e replicável.

A análise de trabalhos de referência evidenciou que a qualidade científica de uma TC está fortemente vinculada a quatro pilares metodológicos fundamentais: 1) a clareza dos objetivos e da estrutura metodológica; 2) o uso sistemático do diário de tradução como instrumento reflexivo; 3) a apresentação paralela dos textos, com organização transparente; e 4) os comentários analíticos embasados teoricamente, que revelam o percurso crítico do tradutor-pesquisador.

Ao propor recomendações específicas para a elaboração de TC, este capítulo pretende contribuir com tradutores-pesquisadores em formação e com a comunidade acadêmica de forma mais ampla, oferecendo um referencial que promova a consolidação da TC como um método legítimo, ético e intelectualmente

robusto. Em tempos em que a pesquisa em tradução demanda cada vez mais transparência, rigor e autoria crítica, a TC se revela não apenas como possibilidade, mas como necessidade epistemológica.

Espera-se, assim, que os princípios aqui sistematizados possam inspirar novas pesquisas, fortalecer a cultura de boas práticas na área e ampliar os horizontes metodológicos da investigação tradutória no Brasil e até mesmo em outros países.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 10719. **Informação e documentação**. Relatório técnico e/ou científico. Apresentação. 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/378/o/NBR_10719_-_2011.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

ALBRES, Neiva Aquino. Traduções comentadas de poesias em e traduzidas para línguas de sinais: um método de pesquisa em consolidação. **Araticum**, v. 21, n. 01, p. 70-90, 2020a. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/.../article/view/2739>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ALBRES, Neiva de Aquino. **Tradução Comentada 1** – Conceitos e procedimentos metodológicos. 2020b. 1 vídeo (1:02:30). Estudos da Linguagem UFSC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dOulvsydIL0&t=349s>. Acesso em: 19 out. 2022.

ALBRES, Neiva Aquino. Tradução comentada de/para línguas de sinais: ilustração e modos de apresentação dos dados de pesquisa. **Revista Linguística**, v. 16, n. 3, p. 425-451, 2020c. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/33672>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ALBRES, Neiva Aquino. “O voo sobre o Rio” da poetisa surda Fernanda Machado. **Porto das Letras**, n. 6, v. 6, p. 328-352, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/.../portoda.../article/view/9774>. Acesso em: 05 dez. 2021.

ALBRES, Neiva Aquino. Pesquisa de tradução Comentada - um estudo de caso. **II Seminário Online de Tradução e Interpretação no par Libras-português (Sotils)**. Palestra. 27 de junho de 2023. Realização: Academia Trados. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N6m9TPBmODw&list=PLYZLdLKbq7iiV4hZF7tvs9_Dhq4uwg7IH&index=42. Acesso em: 30 jul. 2023.

ALVAREZ, Alba Elena Escalante. **Semejantes extraños**: traducción comentada de O sujeito e seu texto, de Teresa Palazzo Nazar. 2015. 394 p. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGET0259-T.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BELAS INFIÉIS. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília**. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfeis/guidelines>. Acesso em: 13 set. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, José Raimundo. **A polifonia contemplada como construtora do interminável saber por meio do ato tradutório na tradução comentada e anotada do Sri Ramanuja Gita Bhasya**. 2009. 350f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PGET0063-D.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

IGOA, Rosario Lazaro. **Crónica brasileña del siglo XIX y principios del siglo XX en castellano: una antología en traducción comentada**. 2016. 444 p. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PGET0294-T.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 6. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2019.

MARINI, Clarissa Prado. **Tradução de tradutologia francesa no Brasil: da história da tradução à tradução comentada de L'Âge de la traduction de Antoine Berman**. 2019. 201f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PGET0424-T.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

NAZÁRIO, Victor Hugo Lima. **Tradução Comentada: uma revisão sistemática de teses e dissertações produzidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - PGET/UFSC**. 2024. 124f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PGET0603-D.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PGET. **Edital No 03/PGET/2020**, de seleção de discentes para o semestre 2021.1 dos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AXGgBC5xsxgBK865H0Ge9ySRERt2BHNxg/view>. Acesso em: 13 set. 2023.

PINTO, Antonio Sergio da Costa. **A tradução comentada de um texto técnico-científico**: A course in phonetics de Peter Ladefoged & Keith Johnson 7th edition. 2020. 182 p. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PGET0480-T.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: Questões teóricas e aplicadas. *In*: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. (Org.). **Gêneros**: teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 184-207.

ROSSI, Ana Helena. A multiplicidade de questões oriundas do ato tradutório. **Caleidoscópio: literatura e tradução**, v. 3, n. 2, p. 01–05, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/caleidoscopio/article/view/28433>. Acesso em: 29 abr. 2023.

ROSSI, Ana Helena. Traduzir: aspectos metodológicos e didáticos no ensino da tradução. *In*: SOUZA, Germana Henrique Pereira de; FERREIRA, Alice Maria de Araújo; GOROVITZ, Sabine (Org.). **A tradução na sala de aula**: ensaios de teoria e prática de tradução. Brasília: editora UnB, 2013. p. 73-89. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/13>. Acesso em: 29 abr. 2023.

SALDANHA, Gabriela; O'BRIEN, Sharon. **Research Methodologies in Translation Studies**. London / New York: Routledge, 2014.

SILVA, Marília Duarte; ALBRES, Neiva Aquino. Tradução comentada do poema em língua brasileira de sinais “amor à primeira vista”. **Revista de Ciências Humanas**, v. 18, n. 2, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/8686>. Acesso em: 5 maio. 2025.

TORRES, Marie-Hélène Catherine. Por que e como pesquisar a tradução comentada? *In*: FREITAS, Luana Ferreira de; TORRES, Marie-Hélène Catherine; COSTA, Walter Carlos. (orgs). **Literatura traduzida**: tradução comentada e comentários da tradução. Fortaleza: Substância, 2017. p. 15-35. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181534/Literatura%20traduzida.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jul. 2019.

WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. Areas in Translation Research. *In*: WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. **The Map**: a beginner's guide to doing research in

translation studies. United Kingdom: St. Jerome Publishing, 2002. p. 6-27. Disponível em: https://uomustansiriyah.edu.iq/media/lectures/8/8_2020_02_22!09_29_03_AM.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAVAGLIA, Adriana; RENARD, Carla M. C.; JANCZUR, Christine. A tradução comentada em contexto acadêmico: reflexões e exemplos de um gênero textual em construção. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 331-352, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/issue/view/1021>. Acesso em: 07 set. 2019.



EIXO 5

FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E
IDENTIDADE DE TRADUTORES/
INTÉRPRETES

EGRESSOS E CONCLUINTES DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E SUA CONTINUIDADE ACADÊMICA

ARTICULAÇÕES COM A GRADUAÇÃO EM LETRAS-LIBRAS

Saionara Figueiredo Santos¹

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa as percepções de egressos e concluintes do Curso Técnico Integrado em Tradução e Interpretação de Libras/Português (TILS), ofertado pelo Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Palhoça Bilíngue (IFSC-PHB), em relação à continuidade acadêmica na área de Libras, especialmente no Curso de Letras-Libras. O estudo busca compreender como a formação técnica influencia as escolhas educacionais e profissionais desses sujeitos e quais sentidos atribuem à passagem do ensino técnico para o superior.

A motivação para a investigação surgiu da experiência da autora como docente do curso técnico e de sua observação do impacto social dessa formação. Embora nem todos os estudantes do TILS tenham seguido para a graduação em Letras-Libras, é recorrente a indagação sobre a contribuição do curso técnico para a construção das trajetórias acadêmicas e para a identidade profissional de tradutores e intérpretes de Libras-Português.

O Curso Técnico em TILS do IFSC foi criado com o objetivo de formar profissionais aptos a atuar na mediação comunicativa entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa, em diferentes contextos socioculturais. A proposta pedagógica enfatiza não apenas o domínio linguístico e as técnicas

¹ Professora e Investigadora no Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Palhoça Bilíngue. Tradutora e Intérprete de Libras. E-mail: saionara.figueiredo@ifsc.edu.br

de tradução e interpretação, mas também a ética profissional, o respeito à cultura surda e a capacidade crítica para compreender as especificidades entre tradução e interpretação, além de preparar o estudante para a produção de materiais bilíngues em texto, imagem e vídeo.

Por sua vez, a UFSC foi pioneira, em 2006, ao ofertar o primeiro curso de Licenciatura em Letras-Libras do país e, em 2008, ao instituir o Bacharelado, consolidando-se como referência nacional na formação de professores, tradutores e intérpretes de Libras. Atualmente, a universidade oferece o curso em duas habilitações (Licenciatura e Bacharelado) e modalidades (presencial e a distância), com currículo que integra fundamentos linguísticos, culturais e pedagógicos da Libras, disciplinas de tradução e interpretação, estudos sobre *habitus* tradutório, ensino de Libras como L1 e L2, entre outros. Sua criação responde a marcos legais como a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 5.296/2004, que garantem os direitos linguísticos da comunidade surda e a formação de profissionais qualificados.

Diante da relevância histórica e social de ambas as formações, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar de que modo os egressos e concluintes do curso técnico em TILS percebem a contribuição dessa formação para a continuidade acadêmica em Letras-Libras, considerando impactos na inserção profissional, na construção de competências linguísticas e tradutórias e na articulação entre os dois níveis de ensino.

Para compreender as percepções dos egressos e concluintes analisadas nesta pesquisa, é fundamental considerar o contexto histórico, sociológico e ético da formação técnica de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português no Brasil, apresentado na seção seguinte.

ELEMENTOS CONTEXTUAIS PARA A FORMAÇÃO TÉCNICA DE TILS

A formação de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português (TILPs) no Brasil é relativamente recente e marcada por tensões entre o que os currículos oferecem e as demandas efetivas do mercado de trabalho. Pesquisas têm apontado a existência de um hiato entre a formação acadêmica tradicional e o chamado *habitus* tradutivo — entendido como o conjunto de disposições, valores e práticas que moldam a identidade profissional do intérprete (Bourdieu, 1990; Gouanvic, 2005). Em outras palavras, há um descompasso entre os conteúdos ensinados nos cursos e as competências que se consolidam na prática cotidiana da tradução e da interpretação.

Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desponta como estratégia para reduzir essas lacunas, pois propõe a verticalização da formação — ou seja, a articulação entre ensino técnico, graduação e pós-graduação. Essa perspectiva favorece que os estudantes avancem progressivamente em saberes e competências, integrando a base técnica com as demandas do campo profissional e a formação acadêmica superior.

O ensino técnico no Brasil remonta ao início do século XX, quando o então presidente Nilo Peçanha criou, por meio do Decreto nº 7.566/1909, as Escolas de Aprendizes e Artífices para atender à necessidade de mão de obra qualificada em um contexto de industrialização emergente (Brasil, 1909). Com o tempo, essa modalidade deixou de ser apenas instrumental e incorporou fundamentos científicos e tecnológicos, ampliando a formação do trabalhador e valorizando a cultura do trabalho. A Constituição de 1937, em seu art. 129, reforçou esse caráter estratégico ao reconhecer a educação profissional como dever prioritário do Estado, sobretudo para as classes populares (Brasil, 1937 *apud* Ferreira *et al.*, 2017). Programas mais recentes, como o PRONATEC (2011), reafirmaram a importância do ensino técnico como elo entre a educação básica e a qualificação para o trabalho, associando-o a políticas de inclusão social e desenvolvimento econômico (Ferreira *et al.*, 2017).

Para além da habilitação imediata para o mercado de trabalho, os cursos técnicos oferecem aos estudantes uma “bagagem formativa” composta por experiência prática, repertório cultural e princípios éticos que favorecem a autonomia intelectual e a adaptabilidade. Segundo Ferreira *et al.* (2017)², que analisaram o curso Técnico e a Graduação em Administração, cerca de 90% dos egressos afirmaram que essa bagagem técnica os ajudou a enfrentar as exigências da graduação, evidenciando o papel mediador da educação técnica entre a educação básica e os níveis mais avançados. Essa dimensão é particularmente relevante para os cursos de TILS, pois a vivência com a comunidade surda e as práticas de interpretação desenvolvidas em sala de aula constituem alicerces fundamentais para o desempenho acadêmico e profissional posterior.

Outro ponto de destaque é a influência da formação técnica nas decisões acadêmicas e profissionais. Novamente Ferreira *et al.* (2017) indicam que 69% dos egressos reconheceram que a experiência no curso técnico impactou diretamente sua escolha de prosseguir na graduação ou de permanecer atuando na área. Isso demonstra que a formação técnica não apenas transmite conhecimentos aplicados, mas também contribui para consolidar a identidade ocupacional e orientar trajetórias de longo prazo, funcionando como propulsora de continuidade acadêmica e inserção no mercado de trabalho.

2 Este foi o único artigo encontrado que relacionava como cursar um ensino técnico em um Instituto Federal influenciou a escolha de seguir a mesma temática na graduação.

A formação do egresso do ensino técnico deve ir além de uma perspectiva meramente operacional, articulando competência técnica com consciência social e ética. A história do ensino médio brasileiro revela uma mudança de foco com o passar dos anos: em vez de priorizar a formação cidadã, passou-se a privilegiar a preparação para o vestibular (Brasil, 1996; Sparta; Gomes, 2005). Freire (1978) já alertava que, para muitos jovens, a escolarização é percebida como caminho de ascensão social, o que explica a valorização de percursos formativos que oferecem perspectivas concretas de empregabilidade. Nessa direção, a educação técnica deve formar profissionais que unam prática qualificada a uma atuação ética e socialmente comprometida — princípio que orienta também o Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras/Português (TILS) do IFSC-PHB, cujo Projeto Pedagógico enfatiza a mediação intercultural, o respeito à identidade surda e a responsabilidade tradutória.

Além do contexto histórico e pedagógico, é essencial considerar as dimensões sociais que moldam a prática tradutória. A Sociologia da Tradução, inspirada em Bourdieu e desenvolvida por autores como Gouanvic (2005) e Wolf (2007), oferece um referencial para compreender a tradução e a interpretação como práticas sociais inseridas em campos de poder, atravessadas por disputas simbólicas, normas institucionais e expectativas culturais. O conceito de *habitus* (Bourdieu, 1987; Gouanvic, 2005) é central nessa abordagem, pois descreve as disposições e modos de agir incorporados pelos profissionais ao longo de sua trajetória — fruto das interações com instituições de ensino, com colegas e com a comunidade surda. Tal perspectiva reforça a importância de currículos que articulem a formação técnica com as realidades sociais e linguísticas do campo profissional, evitando distanciamentos entre a teoria acadêmica e a prática cotidiana.

Por fim, a reflexão ética atravessa todo o debate sobre a formação de TILPs. A conduta ética não é um apêndice do fazer tradutório, mas parte constitutiva da identidade profissional, sendo determinante para a qualidade do serviço e para a valorização social do intérprete (Carneiro, 2018). Essa perspectiva desloca a visão assistencialista do intérprete para a condição de agente de direitos linguísticos, reforçando que a formação técnica deve integrar competência técnica, consciência ética e responsabilidade social.

Em síntese, o Curso Técnico em TILS do IFSC-PHB cumpre um papel estratégico no Brasil: atua como elo entre a educação básica e a formação superior, oferecendo não apenas competências linguísticas e técnicas, mas também a inserção inicial no campo tradutório e a internalização de práticas e valores que moldam a identidade profissional do intérprete. A vivência em ambiente bilíngue, a prática sistemática de tradução e a interação com a comunidade surda

configuram alicerces essenciais para a continuidade acadêmica em Letras-Libras e para a construção de uma identidade profissional crítica e socialmente engajada. Essa contextualização permite compreender as percepções dos egressos analisadas na seção de resultados, evidenciando a relevância do curso como etapa fundante na trajetória formativa dos TILPs.

METODOLOGIA

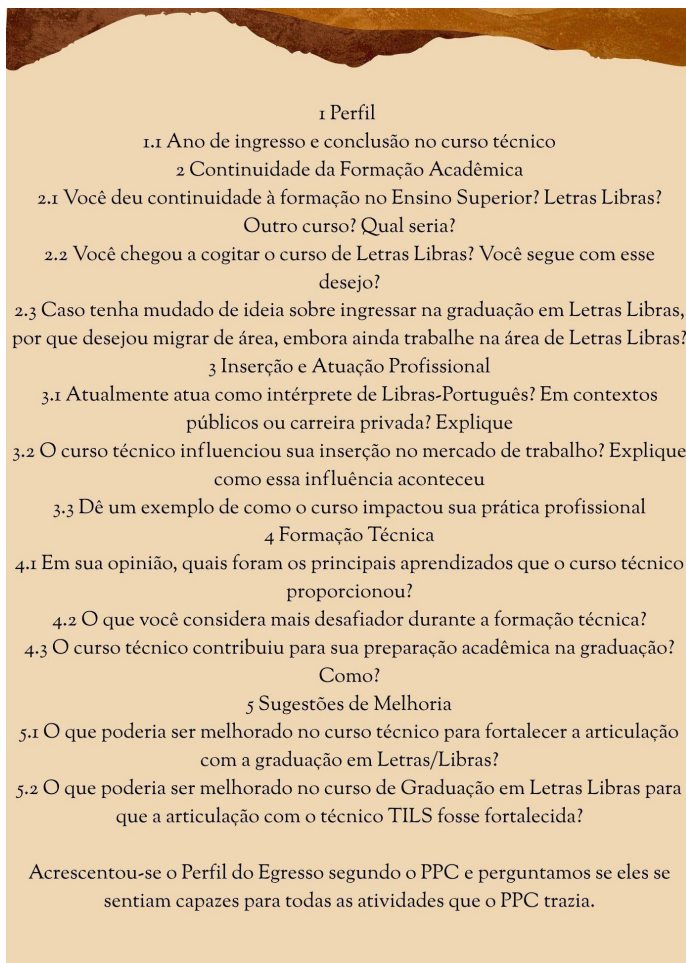
A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, alinhando-se à concepção de investigação qualitativa de Creswell (2010), que a entende como um processo de compreensão interpretativa dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências.

Os participantes foram cinco egressos e três concluintes do Curso Técnico Integrado em Tradução e Interpretação de Libras/Português (TILS), do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Palhoça Bilíngue (IFSC-PHB), totalizando oito respondentes. Parte desses participantes deu continuidade aos estudos no curso de Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário semiestruturado, aplicado *on-line*, com questões abertas e fechadas que possibilitaram aos participantes expressar percepções e experiências de forma detalhada. As respostas abertas tiveram caráter discursivo, aproximando-se do formato de entrevista escrita, o que enriqueceu a compreensão das trajetórias formativas.

Ele foi organizado em cinco blocos temáticos (Quadro 1), com questões abertas e fechadas.

Quadro 1. Perguntas do questionário aplicado.



1 Perfil

1.1 Ano de ingresso e conclusão no curso técnico

2 Continuidade da Formação Acadêmica

2.1 Você deu continuidade à formação no Ensino Superior? Letras Libras?
Outro curso? Qual seria?

2.2 Você chegou a cogitar o curso de Letras Libras? Você segue com esse desejo?

2.3 Caso tenha mudado de ideia sobre ingressar na graduação em Letras Libras, por que desejou migrar de área, embora ainda trabalhe na área de Letras Libras?

3 Inserção e Atuação Profissional

3.1 Atualmente atua como intérprete de Libras-Português? Em contextos públicos ou carreira privada? Explique

3.2 O curso técnico influenciou sua inserção no mercado de trabalho? Explique como essa influência aconteceu

3.3 Dê um exemplo de como o curso impactou sua prática profissional

4 Formação Técnica

4.1 Em sua opinião, quais foram os principais aprendizados que o curso técnico proporcionou?

4.2 O que você considera mais desafiador durante a formação técnica?

4.3 O curso técnico contribuiu para sua preparação acadêmica na graduação? Como?

5 Sugestões de Melhoria

5.1 O que poderia ser melhorado no curso técnico para fortalecer a articulação com a graduação em Letras/Libras?

5.2 O que poderia ser melhorado no curso de Graduação em Letras Libras para que a articulação com o técnico TILS fosse fortalecida?

Acrescentou-se o Perfil do Egresso segundo o PPC e perguntamos se eles se sentiam capazes para todas as atividades que o PPC trazia.

Fonte: elaborado pela autora.

Os blocos abordaram, em suma: Perfil dos participantes (ano de ingresso e conclusão do curso técnico, continuidade dos estudos no ensino superior e atuação profissional atual como TILP); Formação no curso técnico (principais aprendizados e desafios formativos); Transição para o ensino superior (percepções sobre a contribuição do técnico para a graduação, escolha por Letras-Libras ou por outra área e motivos de eventuais mudanças no percurso acadêmico); Impactos profissionais (inserção no mercado de trabalho e influência da formação técnica na prática profissional, com exemplos); Sugestões de melhoria (articulação entre técnico e graduação e recomendações para aperfeiçoar a formação de futuros TILPs).

Além das perguntas, foi incorporado o Perfil do Egresso descrito no item 26 do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em TILS/IFSC-PHB, que prevê competências como: intermediar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes respeitando as diferenças interculturais; realizar tradução e interpretação entre Libras e Português em diferentes contextos socioculturais; adaptar publicações em português escrito para vídeos em Libras e vice-versa; e utilizar referenciais visuais, culturais e linguísticos próprios da comunidade surda. A inclusão dessas diretrizes permitiu avaliar em que medida os participantes consideraram ter desenvolvido tais competências.

A pesquisa atendeu aos preceitos éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e tiveram assegurados anonimato, confidencialidade das respostas e o direito de desistir a qualquer momento. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, garantindo o respeito aos princípios de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça.

Para organizar as categorias temáticas emergentes a partir das respostas, foi utilizada a Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), que se fundamenta na sistematização, classificação e interpretação do material textual, permitindo identificar núcleos de sentido e padrões de recorrência nos discursos. Já para compreender a dimensão interpretativa e os sentidos produzidos nas falas, adotou-se a Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme Fairclough (2001), que articula as dimensões do texto, da prática discursiva e da prática social. Essa combinação metodológica possibilitou, de um lado, organizar os dados em categorias significativas e, de outro, interpretar não apenas o conteúdo explícito das respostas, mas também as representações, valores e ideologias subjacentes às percepções sobre a formação técnica e sua articulação com a graduação em Letras-Libras.

Além das questões apresentadas aos egressos e concluintes, a análise também levou em consideração o item 26 do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras/Português (TILS), que descreve as competências e habilidades esperadas do profissional formado. Este item estabelece que o egresso/concluinte deve ser capaz de intermediar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, respeitando as diferenças interculturais; realizar a adaptação e a interpretação entre a Língua Portuguesa e a Libras em diferentes contextos socioculturais; adaptar publicações em português escrito para vídeos em Libras e vice-versa; além de utilizar referenciais visuais, identitários, culturais e linguísticos próprios da comunidade surda. Considerando tais expectativas

formativas, buscou-se compreender em que medida os ex-alunos percebem que o curso lhes forneceu subsídios para desenvolver essas competências.

ANÁLISE DOS DADOS

Antes de apresentar os resultados obtidos nas entrevistas com os egressos e concluintes, é importante destacar o que está previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Tradução e Interpretação de Libras/Português. O documento, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), situa o ensino médio integrado como etapa final da educação básica, cujo propósito é consolidar aprendizagens essenciais e estimular a autonomia intelectual, a criticidade e a capacidade de adaptação do estudante diante das mudanças sociais e profissionais. Nessa perspectiva, a educação profissional não se restringe ao domínio operacional de um ofício, mas envolve a compreensão ampla dos processos de produção, a apropriação de saberes tecnológicos e a valorização da cultura do trabalho, de forma articulada ao desenvolvimento de atitudes éticas e responsáveis.

No caso específico do curso de TILS, o PPC estabelece que o egresso/concluinte deve ser capaz de atuar de forma autônoma e crítica, mobilizando conhecimentos científicos e tecnológicos do campo da tradução e interpretação, demonstrando iniciativa, raciocínio analítico, trabalho em equipe e postura ética. Além disso, o perfil delineado aponta para competências específicas como a mediação comunicativa entre surdos e ouvintes, a tradução e interpretação entre Libras e Língua Portuguesa em diferentes modalidades e contextos socio-culturais, bem como a adaptação de materiais escritos e audiovisuais, sempre com respeito à identidade e à cultura surda. A partir desse referencial normativo, a análise dos dados busca verificar em que medida as percepções dos egressos e concluintes se aproximam ou se distanciam das competências previstas no PPC.

No que tange ao perfil dos egressos e concluintes, os dados evidenciam trajetórias formativas distintas, com ingressos que variam entre 2018 e 2022 e conclusões previstas até 2025. Essa distribuição temporal permite observar tanto experiências já consolidadas no mercado quanto expectativas em processo de construção, o que demonstra que se trata de uma oferta formativa relativamente recente, que tem conseguido manter relevância e atratividade ao longo dos anos.

CONTINUIDADE ACADÊMICA

A maior parte dos participantes seguiu ou expressou o desejo de ingressar na graduação em Letras–Libras, motivados pelo interesse em ampliar conhecimentos, aprofundar a atuação profissional e, em alguns casos, aproximar-se da pesquisa acadêmica. Como relatou uma participante:

“Durante todo o percurso no curso técnico de Tradução e Interpretação de Língua de Sinais e Português no IFSC-PHB, o meu maior objetivo era ingressar no curso de Letras Libras na UFSC, para aprender mais sobre a área e entrar de cabeça no mercado de trabalho e pesquisas acadêmicas.”

A maior parte dos participantes seguiu ou expressou o desejo de seguir para a graduação em Letras–Libras. Entretanto, surgem também trajetórias alternativas, como a opção por um curso tecnológico em Comunicação Assistiva, considerado mais objetivo e de menor duração, ou mesmo a migração para outra área, como Educação Social, após uma experiência frustrante com a graduação em Letras–Libras. Além disso, alguns participantes relataram ter buscado cursos em universidades privadas oferecidos no turno noturno, motivados pela necessidade de conciliar os estudos com o trabalho, já que as ofertas públicas de Letras–Libras costumam ocorrer no período diurno.

Esses relatos evidenciam, por um lado, a força do curso técnico como propulsor da continuidade acadêmica e, por outro, as tensões provocadas por barreiras estruturais, como incompatibilidade de horários e insuficiente articulação entre currículos. Bonfante e Schenkel (2020) destacam que a verticalização — prevista na Lei nº 11.892/2008 como princípio estruturante da Rede Federal — busca integrar diferentes níveis de ensino em percursos coerentes, do técnico à pós-graduação. Quando bem implementada, favorece a permanência do estudante na mesma rede e reduz rupturas entre as etapas (Rôças; Bomfim, 2017; Oliveira; Cruz, 2017). No entanto, quando faltam integração curricular ou reconhecimento de saberes prévios, como relataram os egressos, a verticalização não se concretiza plenamente.

Dois participantes sugeriram que a graduação em Letras–Libras oferecesse trilhas diferenciadas, a fim de reconhecer quem possuísse conhecimentos prévios e evitar a sensação de repetição de conteúdos. Ambos afirmaram que a ausência de tal adaptação foi um dos fatores que os levou a abandonar o curso e buscar outra graduação ou migrar para o ensino privado. Essas críticas reforçam a necessidade de maior integração entre os níveis formativos, alinhamento curricular e reconhecimento das aprendizagens já consolidadas para garantir percursos progressivos e complementares.

Ainda, seguir do técnico para a graduação pode ser compreendido como uma estratégia de aquisição de capital cultural institucionalizado, já que o diploma superior amplia a legitimidade e as oportunidades no campo da tradução e da educação bilíngue. Essa dinâmica confirma achados de Ferreira *et al.* (2017) sobre o curso Técnico e Graduação em Administração. Os autores esclarecem que a bagagem formativa do ensino técnico favorece tanto a inserção acadêmica quanto a identidade profissional dos estudantes. Biase (2008) acrescenta que, quando há descompasso entre as expectativas do estudante e a proposta curricular do curso, tende a ocorrer ajuste de trajetória, o que ajuda a explicar migrações ou desistências observadas.

Por fim, é importante destacar que o currículo de uma graduação é planejado para atender a um público heterogêneo, composto tanto por alunos que chegam sem formação prévia quanto por egressos do ensino técnico. Por isso, a presença de conteúdos introdutórios é inevitável, pois garante a base necessária a todos. Aos estudantes que vêm do técnico cabe compreender que alguma repetição de temas gerais é natural, já que o objeto de estudo é o mesmo; entretanto, espera-se que a graduação ofereça maior densidade teórica, aprofundamento crítico e complexidade metodológica, garantindo progressão real no aprendizado.

INSERÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Os relatos confirmam o impacto direto do curso técnico na empregabilidade. A maioria dos egressos e concluintes atua como intérprete de Libras em contextos variados — eventos, empresas, órgãos públicos, escolas, tribunais e trabalhos freelancers. Em vários casos, a inserção no mercado de trabalho ocorreu ainda durante o curso técnico, evidenciando o reconhecimento social e institucional do diploma.

“Não tive experiências de jovem aprendiz e não havia tido minha carteira assinada, então, aos 19 anos, minha primeira experiência de trabalho formal foi diretamente como intérprete de Libras, o que facilitou conseguir um emprego ao terminar o curso e ter o diploma.”

Outro egresso destacou:

“Antes mesmo de me formar, já estava atuando como intérprete na Pessoalize, e consegui essa vaga pelo peso de estar cursando e pelos contatos que fiz na minha turma.”

Esses depoimentos revelam que o curso técnico não apenas ensina procedimentos, mas socializa os estudantes nos valores, normas e expectativas do campo profissional, fortalecendo sua confiança e senso ético para atuar. A convivência com a comunidade surda e as práticas supervisionadas em sala de aula ajudaram a formar um repertório que inclui adaptação a contextos socioculturais diversos.

Os relatos reforçam que a experiência de trabalho ainda durante o curso técnico consolidou a identidade profissional dos intérpretes, evidenciando que a competência tradutiva emerge da interação entre formação, práticas institucionais e condições reais de atuação (Gouanvic, 2005; Wolf, 2007). Essa inserção precoce também influenciou a decisão de muitos em prosseguir os estudos na graduação, vista como um investimento para ampliar oportunidades no campo.

Estudos sobre a Rede Federal indicam que a combinação entre práticas de extensão, convivência com “redes de ofício” e orientação docente alinhada ao mercado de trabalho favorece a transição ocupacional e fortalece a empregabilidade (Rôças; Bomfim, 2017; Oliveira; Cruz, 2017). Além disso, muitos participantes mencionaram que a presença de professores atuantes na profissão — que traziam para a sala de aula discussões sobre ética, precificação e experiências reais — foi decisiva para o amadurecimento profissional e para aceitar propostas de trabalho no fim do curso.

Por fim, apenas um dos entrevistados afirmou não estar atuando no momento, devido à insegurança pessoal, embora tenha ressaltado já ter recebido convites para exercer a função, o que evidencia que a formação técnica foi um diferencial no acesso ao mercado. Essa inserção precoce não só favoreceu a empregabilidade, como também contribuiu para consolidar a identidade profissional e a visão crítica do papel social do intérprete.

APRENDIZADOS PROPORCIONADOS PELO CURSO TÉCNICO

Entre os principais aprendizados, destacam-se o domínio progressivo da Libras, favorecido pela convivência cotidiana com a comunidade surda e pelo ambiente bilíngue do campus, que possibilitou que eles tivessem contato com a língua desde o primeiro semestre do curso.

Além da língua, o curso promoveu o desenvolvimento de estratégias de atuação como intérprete em diversos contextos, por meio de práticas frequentes de tradução, de diferentes tipos de texto e contextos (“estudar, traduzir, corrigir e gravar textos — informativos, músicas, vídeos em Libras, canções infantis e textos acadêmicos”).

Para muitos, a experiência significou não apenas a aquisição de técnicas de interpretação, mas também um despertar vocacional, resumido na fala:

“o curso proporcionou uma visibilidade para o mundo da comunidade surda e o conhecimento da possibilidade de uma carreira como TILS”

A importância atribuída pelos participantes às práticas de interpretação em sala de aula — descritas por um dos egressos como um “ambiente seguro para treinar e aprender” — evidencia a função do curso técnico na constituição de um *habitus* profissional (Bourdieu, 1987). O processo de aprender a Libras desde o primeiro ano, de lidar com gravações de vídeos, textos acadêmicos e canções infantis, construiu disposições duradouras que continuaram a orientar as práticas dos intérpretes nos estágios e no mercado.

Essa dimensão prática e experiencial evidencia o potencial do curso técnico para oferecer ao estudante um repertório que vai além da técnica: ele articula conhecimentos linguísticos, valores éticos e referências culturais capazes de sustentar a progressão acadêmica e profissional. Um dos egressos destacou que a presença de professores atuantes no mercado foi decisiva para “aceitar propostas de trabalho no fim do curso”, indicando que a formação técnica não apenas ensina procedimentos, mas transmite modos de agir e expectativas do próprio campo profissional. Alguns ainda destacaram:

“o curso técnico moldou a base da minha carreira profissional, aprimorou meus conhecimentos para que eu pudesse sair apto a construir minha bagagem e iniciar profissionalmente em determinados ambientes”.

Assim, essa combinação de teoria, prática e vivências contribui para moldar atitudes éticas, conforme ressalta Carneiro (2018), e fortalece a identidade do futuro intérprete, mostrando que a formação inicial tem um papel estruturante para trajetórias posteriores na graduação e no mercado. Nessa identidade, a formação é reconhecida não apenas como um espaço de aprendizagem técnica e teórica, mas também como fundamento para a inserção no mercado de trabalho e para a valorização da dimensão ética, cultural e identitária do exercício profissional.

Muitos participantes ressaltaram que as práticas de interpretação em sala de aula, realizadas em um ambiente seguro para treino e experimentação, foram determinantes para o desenvolvimento das competências necessárias ao ingresso no mercado de trabalho. Uma aluna relatou:

“Por ter práticas de interpretação dentro de sala de aula, um ambiente seguro para treinarmos e aprendermos, consegui me desenvolver melhor quando de fato fui ter minhas práticas profissionais fora de sala de aula.”

Esse processo foi fortalecido nos anos finais do curso técnico, quando começaram a surgir as primeiras oportunidades profissionais, que permitiram complementar as aulas com a experiência prática. Os depoimentos também destacam que o curso não apenas proporcionou fluência em Libras e conhecimento de uma nova língua, mas ofereceu fundamentos de ética, posicionamento e comportamento profissional, elementos reconhecidos como diferenciais para atuar com qualidade e segurança. Como sintetizou um egresso:

“Com o técnico, evita-se a sensação de ter ‘caído de paraquedas’, pois já entramos familiarizados com o mercado de trabalho e com o ambiente acadêmico.”

Assim, a ênfase dos participantes nas práticas frequentes de interpretação e na convivência com a comunidade surda indica que o curso técnico pode funcionar como ambiente de socialização profissional, articulando repertórios linguísticos, éticos e culturais que permanecem ativos no estágio e no mercado de trabalho. A experiência prática somada a princípios éticos e repertório cultural podem favorecer o sucesso acadêmico posterior e a transição para o nível superior (Oliveira; Cruz, 2017), além de exigir currículos coerentes com as demandas reais do campo (Rôças; Bomfim, 2017).

DESAFIOS DA FORMAÇÃO TÉCNICA

Os maiores desafios relatados concentram-se em três aspectos principais: a prática da interpretação simultânea, a interpretação da Libras para o português falado — apontada como menos explorada nas aulas — e a conciliação entre as disciplinas do ensino médio e as demandas específicas da formação técnica. Também foram mencionadas questões como a necessidade de sair da “zona de conforto” para interagir com a comunidade surda fora do ambiente escolar e a adaptação às exigências visuais da Libras, em contraste com hábitos próprios da oralidade. Como sintetiza um participante:

“O mais desafiador para mim é a interpretação da Libras para o português falado, principalmente porque não é uma prática tão frequente nas aulas. E, claro, a interpretação em Libras por si só já é um desafio, mas tivemos bastante contato com ela para aprimorarmos nossas habilidades.”

Também destacaram a importância de incluir mais conteúdos de terminologia técnica e aspectos específicos da gramática da Libras, que consideram fundamentais para a atuação profissional. Além disso, mencionaram a necessidade de maior alinhamento entre os docentes e instituição para seguir garantindo o respeito à comunidade surda, criticando situações em que a Libras possa ser tratada de forma estigmatizante por alguns alunos ouvintes.

Outros desafios citados incluem a carga horária extensa, a necessidade de conciliar as disciplinas do ensino médio com as do curso técnico, a produção e edição de vídeos e até mesmo questões logísticas, como o deslocamento diário. Um dos relatos evidencia essa sobrecarga:

“Durante a formação técnica, o maior desafio foi equilibrar as responsabilidades dentro do próprio curso. [...] Além da gravação de vídeos, traduções, estudos e todas as responsabilidades do TILS, era necessário concentrar-se também nas matérias de ensino regular.”

As dificuldades relatadas — como a sobrecarga da dupla jornada do ensino médio integrado, a falta de prática da interpretação de Libras para o português falado e a percepção de “repetição” na graduação — podem ser compreendidas à luz das tensões do campo educacional (Bourdieu, 1996), em que diferentes etapas de formação respondem a lógicas institucionais diversas e nem sempre dialogam entre si. Tais desafios não decorrem apenas de lacunas pedagógicas, mas também de barreiras estruturais — horários, infraestrutura e desarticulação entre os níveis técnico e superior — que comprometem a continuidade formativa.

As dificuldades mencionadas — como a dupla jornada do ensino médio integrado, a menor ênfase na direção Libras-Português e interpretação simultânea e os desafios logísticos — não são apenas lacunas pedagógicas; refletem barreiras estruturais ligadas à organização do ensino integrado. A literatura sobre verticalização evidencia que a articulação entre componentes curriculares, gestão de estágios e infraestrutura adequada é condição central para que a verticalização funcione como percurso pedagógico contínuo (Rôças; Bomfim, 2017; Oliveira; Cruz, 2017). As falas que valorizam os projetos de pesquisa e extensão reforçam a relevância desses dispositivos institucionais para ampliar repertórios e aproximar o currículo das práticas reais do trabalho, embora ainda haja muitas lacunas e espaços para melhoria.

Esses depoimentos de egressos e concluintes revelam que os desafios da formação técnica extrapolam as competências linguísticas, envolvendo também fatores estruturais, organizacionais e pessoais. As sugestões dos participantes apontam para a necessidade de revisão curricular do curso técnico,

especialmente para ampliar a prática na direção Libras–Português, identificada como insuficiente. Ainda assim, mesmo com ajustes curriculares, é importante reconhecer que se trata de um curso de nível técnico, cujos limites formativos são próprios dessa etapa; a formação mais aprofundada como Tradutores e Intérpretes de Libras será alcançada apenas com a continuidade nos níveis superiores, como a graduação em Letras-Libras.

CONTRIBUIÇÕES PARA A GRADUAÇÃO

A maioria dos respondentes reconheceu que o curso técnico contribuiu significativamente para a graduação, relatando que a formação prévia facilitou a compreensão de conteúdos, a interação com professores surdos sem a mediação constante de intérpretes e, em alguns casos, até a possível eliminação de disciplinas equivalentes. Todos os egressos relataram que ter experiência prévia fortaleceu a autonomia linguística e o desempenho acadêmico nos níveis mais avançados. Um egresso destacou:

“O curso técnico moldou a base da minha carreira profissional, aprimorou meus conhecimentos para que eu pudesse sair apto a construir minha bagagem e iniciar profissionalmente em determinados ambientes.”

Outro egresso ressaltou que a participação em projetos de pesquisa e extensão foi decisiva para aprimorar sua prática, o que obviamente foi valorizado em contexto de nível superior:

“A dedicação durante as aulas precisa estar alinhada à prática e a projetos paralelos. No caso do IFSC, muito da minha prática profissional começou nos projetos de pesquisa e extensão, o que fez diferença em relação ao aprendizado linguístico e às competências tradutórias.”

Por outro lado, os egressos relataram desmotivação ao perceber que a graduação retoma conteúdos já consolidados no curso técnico, o que provocou a sensação de estagnação. Um deles, ao se sentir desmotivado diante da repetição de matérias, afirmou:

“Isso me desmotivou, pois eu e os demais colegas, embora pacientes, pouco absorvíamos novos conhecimentos, e estávamos impossibilitados de avançar no currículo. Entendo que o espaço de compartilhamento de ideias e experiências é importante, mas tenho certeza que muitos de meus colegas concordam que: após um curso técnico tão rico e aprofundado, é difícil fomentar interesse em uma graduação da mesma área que não tenha sido pensada para complementar os conhecimentos, mas sim para formar novas pessoas que desconhecem quaisquer conceitos da área.

As críticas dos egressos à “repetição” de conteúdos na graduação e à “falta de aprofundamento” em relação ao curso técnico podem apontar menos para uma disputa por prestígio entre as formações e mais para a dificuldade de atualização curricular no campo acadêmico.

À luz de Wolf (2007), os currículos acadêmicos podem ser entendidos como produtos de um *habitus* institucional: práticas sedimentadas que tendem a reproduzir modos tradicionais de ensino e resistem a mudanças. Essa inércia ajuda a explicar por que cursos de graduação, em especial os voltados à formação de tradutores e intérpretes de Libras, nem sempre acompanham as transformações sociotecnológicas e continuam priorizando conteúdos introdutórios, ainda que recebam estudantes com formação prévia em nível técnico. O desafio central, portanto, não é a competição entre técnico e graduação, mas a falta de atualização e integração curricular.

Os relatos dos egressos mostram que, ao chegar à universidade com a base técnica já consolidada, muitos esperam progredir rapidamente para conteúdos mais avançados (Oliveira; Cruz, 2017). No entanto, encontram disciplinas percebidas como repetitivas ou pouco articuladas às experiências adquiridas no técnico, o que gera frustração e sensação de estagnação acadêmica. Essa sobreposição de conteúdos é frequentemente atribuída à lentidão das instituições de ensino superior em atualizar seus currículos às novas demandas do campo da tradução e da educação bilíngue.

É importante destacar, porém, que o currículo de uma graduação é concebido para atender a um público heterogêneo, composto tanto por estudantes que chegam sem qualquer formação prévia na área quanto por egressos do ensino técnico. Por isso, a presença de conteúdos introdutórios é necessária para garantir a formação de base de todos. Aos egressos do técnico, cabe compreender que, embora haja inevitavelmente repetição de temas gerais — em virtude do objeto de estudo comum —, o nível de aprofundamento e a complexidade teórico-metodológica da graduação diferem substancialmente do ensino técnico.

Esses depoimentos mostram que, embora o curso técnico seja um propulsor da continuidade acadêmica, a ausência de políticas institucionais que assegurem percursos progressivos entre os níveis de ensino limita seu potencial (Coelho, 2023). A graduação, por sua vez, precisa reconhecer a diversidade do público que recebe: deve articular-se com os saberes previamente adquiridos — sejam oriundos do técnico ou de outras experiências — e propor desafios formativos mais sofisticados, como maior densidade teórica, pesquisa e análise crítica. Ao mesmo tempo, é necessário manter a função universalizante do currículo superior, garantindo que todos os estudantes, inclusive os que ingressam sem bagagem prévia na área, tenham acesso aos fundamentos essenciais para a formação acadêmica e profissional (Haugen, 2015).

PERCEPÇÕES SOBRE O PERFIL DO EGRESSO

Por último, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso definiu que o perfil profissional do egresso no curso Técnico deveria contemplar um conjunto de habilidades essenciais à atuação do tradutor e intérprete de Libras/Português. Entre elas, destacam-se a intermediação da comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, com respeito às diferenças interculturais; a adaptação e interpretação da Língua Portuguesa para a Libras, garantindo a comunicação em diversos contextos socioculturais; a adaptação de publicações em português escrito para vídeos em Libras e vice-versa; além do uso de referenciais visuais, identitários, culturais e linguísticos da comunidade surda como base para a prática tradutória.

A maioria dos egressos afirmou sentir-se apta a exercer a profissão ao concluir o curso, destacando que a combinação entre teoria e prática oferecida pelo IFSC foi “fundamental para o exercício da categoria” e proporcionou uma visão “tanto humana quanto profissional” no dia a dia. No entanto, surgiram inseguranças diante de contextos mais específicos, com terminologias técnicas ou áreas de atuação pouco exploradas durante a formação. Muitos reconhecem que o ambiente seguro da sala de aula, embora essencial para o aprendizado, difere significativamente do mercado de trabalho, onde enfrentam nervosismo e falta de confiança. Um depoimento ilustra esse sentimento:

“Saí do curso me sentindo apta para interpretar contextos básicos, mas não totalmente segura para atuar como profissional; parecia faltar algo quando saí do ambiente protegido do IFSC para o mercado.”

Também foi mencionada a dificuldade de inserção na área pela concorrência e pela ausência de um caminho claro de transição entre a formação

e a prática profissional, o que leva alguns egressos a dependerem do apoio de intérpretes mais experientes para conquistar as primeiras oportunidades.

Apesar dessas dificuldades, os participantes reconheceram as limitações inerentes a um curso técnico, ressaltando que não é possível exigir dele a mesma profundidade de uma graduação. Como resumiu uma das respostas:

“Por ser um curso técnico, não dá para esperar o nível de aprofundamento de uma faculdade, mas ele nos deu a base necessária para iniciar: aprendemos a língua, as técnicas iniciais e tivemos práticas que abriram o caminho para continuar crescendo como intérpretes.”

Essa percepção reforça que, embora não substitua a formação superior, o curso técnico cumpre um papel fundamental ao oferecer bases linguísticas, éticas e práticas que sustentam os primeiros passos na trajetória profissional.

Os resultados apresentados permitem reconhecer tanto as contribuições quanto às limitações do curso técnico em TILS, evidenciando seu papel estruturante na formação inicial de tradutores e intérpretes de Libras e seus desdobramentos na inserção profissional e na continuidade acadêmica. Também revelam lacunas que reforçam a urgência de maior articulação entre a formação técnica e a graduação em Letras – Libras, bem como de políticas institucionais capazes de integrar dimensões pedagógicas, curriculares e sociopolíticas de modo mais consistente. A partir desse panorama, a seção seguinte amplia o olhar para situar tais achados no debate mais amplo sobre a tradução audiovisual em Libras, destacando a centralidade dos direitos linguísticos da comunidade surda e as implicações ético-políticas que atravessam a prática e a formação desses profissionais.

Os dados desta pesquisa dialogam com a literatura sobre a função do ensino técnico na continuidade acadêmica e na inserção profissional. Estudos como o de Ferreira *et al.* (2017), realizado com egressos do Curso Técnico em Administração, revelam que, embora parte dos participantes não associe diretamente a formação técnica à escolha da graduação, a maioria a reconhece como uma “bagagem formativa” que favorece a transição para o ensino superior e fortalece a identidade profissional. De modo semelhante, os relatos de egressos e concluintes do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras/Português do IFSC evidenciam que a formação técnica não apenas promoveu a aprendizagem da Libras e o domínio inicial de técnicas de tradução e interpretação, mas também foi decisiva para a inserção precoce no mercado e para a continuidade acadêmica em Letras–Libras.

Ainda que alguns entrevistados tenham mencionado limitações quanto à profundidade teórica, reconhecem que o curso técnico:

“(...) deu a base necessária para iniciar: aprendemos a língua, as técnicas iniciais e tivemos práticas que abriram o caminho para continuar crescendo como intérpretes”.

Assim, os achados indicam que, em consonância com outras experiências de educação profissional no país, o curso técnico em TILS pode atuar como um elo formativo estratégico, preparando o estudante para enfrentar os desafios da graduação em Letras Libras ou em áreas afins, além do exercício profissional, sobretudo em uma área marcada por exigências linguísticas, culturais e éticas.

CONSIDERAÇÕES PARA O MOMENTO

Este estudo alcançou o objetivo proposto ao analisar as percepções de egressos e concluintes do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras/Português do IFSC-PHB, evidenciando a relevância dessa formação para a inserção profissional, para a continuidade acadêmica em Letras-Libras e para o desenvolvimento de competências linguísticas, técnicas, éticas e interculturais. Os achados demonstram que, mesmo com as limitações próprias de um curso de nível técnico, essa etapa constitui um marco estruturante na trajetória formativa de tradutores e intérpretes de Libras e contribui para a consolidação da educação bilíngue no Brasil.

De modo geral, os resultados confirmam que o curso técnico cumpre papel fundamental na formação inicial de intérpretes, oferecendo bases sólidas para a atuação em diferentes contextos profissionais. Contudo, também evidenciam tensões na articulação com a graduação em Letras-Libras: enquanto o técnico foi amplamente percebido como consistente e exigente, a graduação, por vezes, foi avaliada como muitas vezes repetitiva e nem sempre aprofundada. Essa discrepância gerou frustração, desmotivação e, em alguns casos, evasão, sinalizando a necessidade de maior diálogo curricular entre os dois níveis para assegurar uma trajetória formativa mais coesa e alinhada às demandas contemporâneas do campo.

As contribuições do curso técnico incluem não apenas o desenvolvimento de habilidades linguísticas e comunicativas, mas também a preparação para demandas próprias do ensino superior — como leitura crítica, produção

de textos e fundamentação teórica —, além do fortalecimento da postura ética, da consciência intercultural e do protagonismo estudantil. Destaca-se ainda a vivência prática com a comunidade surda, que possibilitou aos estudantes compreender, de modo sensível, as dimensões socioculturais da Libras e o papel social do intérprete.

À luz desses resultados, recomenda-se fortalecer a articulação entre os níveis técnico e superior por meio de currículos integrados, atividades conjuntas e políticas institucionais que reconheçam o valor do conhecimento prévio adquirido no técnico. Destaca-se também a importância de ampliar oportunidades de prática supervisionada e estágios, bem como de incorporar perspectivas interseccionais que contemplem diversidade regional, de gênero, raça e condições socioeconômicas. Para futuras investigações, sugere-se a realização de estudos longitudinais com egressos, a fim de avaliar os impactos de longo prazo dessa formação em suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

O estudo reafirma o IFSC-PHB como referência nacional na formação técnica de TILS e convoca gestores, docentes e pesquisadores a manterem diálogo contínuo com a comunidade surda e com as instituições de ensino superior. Essa interlocução é condição essencial para valorizar o conhecimento construído nos cursos técnicos e garantir percursos formativos coerentes, que fortaleçam a atuação dos intérpretes de Libras na promoção da acessibilidade linguística, da inclusão social e da defesa dos direitos da comunidade surda no Brasil. Toda a comunidade surda — incluindo os próprios TILS — se beneficia de profissionais qualificados, de currículos articulados e de processos formativos que garantam docentes e discentes engajados e satisfeitos, independentemente do nível de escolaridade em que atuem ou estudem.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 26 set. 1909. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nos 7.998, 8.212 e 10.260; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Regulamenta a Lei nº 12.513, de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: histórico**. Brasília: MEC, 2009.

CARNEIRO, Teresa Dias. O papel dos códigos de ética na formação de intérpretes de línguas orais e de sinais no Brasil. **Cadernos de Tradução**, v. 38, n. 1, p. 49-70, 2018.

COELHO, Suzany Campos. A verticalização na educação profissional técnica e tecnológica, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: entre conceitos e práticas. **Vértices**, Campos dos Goitacazes, v. 25, n. 3, p. 1-17, 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Camilla; MENEZES, Lis; BARBOSA, Marcus Vinicius; LUCAS, Giovana A. P. Influência do curso técnico pela escolha da graduação em administração. **Revista Valore**, v. 2, n. 1, p. 08-33, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOUANVIC, Jean-Marc. A sociologia da tradução literária. **Target**, v. 17, n. 1, 2005.

HAUGEN, Einar. Prior Learning and Curriculum Articulation: Balancing universal academic foundations and recognition of previous learning. **Journal of Continuing Higher Education**, New York, v. 63, n. 3, p. 180-192, 2015.

OLIVEIRA, L. C.; CRUZ, R. S. O princípio da verticalização nos Institutos Federais: possibilidades e desafios. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 2, p. 23-39, 2017.

RÔÇAS, Giselle R.; BOMFIM, Alexandre Maia. Educação Superior e Educação Básica nos Institutos Federais: avaliação da verticalização de ensino com seus gestores. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 3, p. 45-61, 2017.

SAPIRO, Gisèle. Sociology of translation: A new research domain. **Meta**, v. 59, n. 2, 2014.

SPARTA, M.; GOMES, W. Valores e expectativas de jovens no ensino médio. São Paulo: [editora], 2005.

SPARTA, M.; GOMES, W. B. A escolha da carreira universitária e o papel da escola. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 21, n. 1, 2005.

SELA-SHEFFY, Rakefet. How to be a (recognized) translator: Sociological perspectives on the cultural capital of translators. **Target**, v. 17, n. 1, 2005.

WOLF, Michaela. The sociology of translation. **Handbook of Translation Studies**, v. 1, p. 337-343, 2010.

DO ESTÚDIO À URNA

A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LIBRAS NOS DEBATES POLÍTICOS TELEVISIVOS

Wharley dos Santos¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, o campo da tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais, particularmente no par Libras-Português, tem experimentado uma expansão significativa em suas áreas de atuação (Rodrigues; Santos, 2018), acompanhando transformações sociais, culturais e políticas no Brasil. Essa expansão é diretamente impactada pelo crescimento da visibilidade das pessoas surdas na esfera pública, pela consolidação de políticas de inclusão linguística e pelo aumento da exigência legal de acessibilidade em ambientes midiáticos.

Entre os diversos contextos nos quais os Tradutores/Intérpretes no par Libras-Português (TILSP) passaram a atuar, se destaca de maneira bastante específica a demanda por sua presença em eventos de relevância pública veiculados por meios audiovisuais, como os debates políticos televisionados durante os períodos eleitorais. Não se trata, portanto, de um espaço qualquer de atuação profissional, mas da interpretação audiovisual, aqui compreendida como o processo tradicional de interpretação em que o *delivery* ocorre por meio audiovisual.

Este trabalho nasce da experiência concreta do pesquisador, que, em 2014 e 2016, atuou como TILSP em debates políticos televisionados no estado de Santa Catarina, transmitidos por uma das emissoras locais. Essa vivência prática revelou não apenas os desafios operacionais que envolvem essa atividade, bem como

¹ Doutor e Mestre em Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: professorwharley@gmail.com.

a exigência de alta concentração, o domínio da temática política, o trabalho em equipe com câmeras, diretores e produtores de televisão, e a necessidade de manter fluência e coerência em tempo real — como também a completa ausência de dados sistematizados sobre quem são esses profissionais.

Quem são os TILSP que têm atuado nos debates políticos televisionados em todo o território nacional? De que forma foram formados? Com que frequência atuam? Em quais estados estão localizados? Com que tipo de formação específica contam? Quais são suas experiências prévias em contextos audiovisuais?

Essas perguntas motivam o desenvolvimento da presente pesquisa, cujo problema central pode ser assim formulado: quem é o TILSP que atua na tradução e interpretação de debates políticos televisionados no Brasil?

Para buscar respostas a essa pergunta, estabeleceu-se como objetivo geral descrever e analisar o perfil profissional dos TILSP que atuaram em debates políticos televisionados no Brasil entre os anos de 2012 e 2018, com base nos dados levantados por Dos Santos (2020)². A partir desse objetivo geral, o estudo se desdobrou em três objetivos específicos: (a) mapear a formação acadêmica e profissional desses TILSP, identificando cursos de graduação, pós-graduação e formações específicas em tradução audiovisual; (b) levantar os contextos de atuação nos quais esses profissionais estiveram inseridos ao longo de suas trajetórias, com ênfase nos espaços midiáticos e audiovisuais; (c) sistematizar os dados relativos à frequência e distribuição geográfica das atuações durante os períodos eleitorais, destacando os estados com maior concentração de profissionais e a recorrência de suas participações.

A importância de investigar esse perfil reside na necessidade urgente de subsidiar programas de formação inicial e continuada para TILSP, especialmente no que diz respeito à atuação em contextos audiovisuais, ainda negligenciados nos currículos formais de cursos superiores e de capacitação profissional, como visto em Dos Santos (2024). Ao compreender quem são os profissionais que hoje ocupam esse espaço e como chegaram até ele, será possível repensar estratégias de formação que contemplem, desde a base, as habilidades e competências necessárias para essa função.

Assim, este estudo se inscreve tanto como uma contribuição empírica ao campo dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS) quanto como um instrumento de reflexão para políticas de formação de TILSP no Brasil contemporâneo.

2 Dados extraídos da dissertação de mestrado intitulada “A Tradução Português-Libras em debates políticos televisionados no Brasil: intermodalidade e competência interpretativa”, orientada pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues, que obteve Parecer nº 3.200.658, do Comitê de Ética da Pesquisa, via Plataforma Brasil, publicado na referida plataforma dia 15 de março de 2019.

A TRADUÇÃO E A INTERPRETAÇÃO AUDIOVISUAL FRENTE ÀS LÍNGUAS DE SINAIS

A Tradução Audiovisual (TAV) constitui-se como um subcampo teórico (Gambier, 2023) específico dentro dos Estudos da Tradução (ET), voltada à transposição de conteúdos linguísticos em formatos mediados por áudio e vídeo, isto é a multimodalidade. Esse tipo específico de tradução, conforme definido por Díaz-Cintas (2005), abarca um conjunto de práticas que envolvem a transferência interlingual e, por vezes, intersemiótica, de materiais multimodais — tais como filmes, documentários, noticiários, debates e outros produtos midiáticos. A TAV pressupõe, portanto, a atuação sobre textos em que múltiplos modos de significação (imagem, som, fala, ruído, música) coexistem e interagem de maneira integrada.

Historicamente denominada *screen translation* (Gambier, 2003), a TAV passou a consolidar-se enquanto área de estudos nos anos 1980, especialmente na Europa, com o objetivo de teorizar práticas já amplamente disseminadas nos meios de comunicação, como a legendagem, a dublagem e, mais recentemente, a audiodescrição e a tradução e interpretação para Línguas de sinais (TIALS) como vemos em Nascimento (2021). Entendida:

como grande categoria conceitual que engloba práticas e processos tradutórios e interpretativos intermodais e janelas de Libras, tal como na legislação brasileira, para indicar o espaço de apresentação/exibição do texto em língua de sinais em materiais audiovisuais (Nascimento, 2021, p. 167).

Esta última, particularmente relevante para o contexto brasileiro, se caracteriza pela inserção da imagem do TILSP na tela, geralmente no canto inferior direito, traduzindo ou interpretando o conteúdo originalmente veiculado em língua portuguesa para a Libras. Tal recurso é normatizado por documentos técnicos como a NBR 15.290/2016, e por legislações específicas voltadas à acessibilidade comunicacional.

No entanto, ao considerarmos a atuação do TILSP em situações de transmissão ao vivo, como é o caso dos debates políticos televisionados que ocorrem de dois em dois anos com alternância de cargos, se torna evidente que essas práticas se distanciam das formas tradicionais da TAV. Ao contrário da legendagem ou da dublagem, realizadas sobre produtos previamente finalizados e que permitem planejamento, ensaios e edição posterior, a atuação do TILSP nesses contextos implica um processo de interpretação simultânea, marcada pela imprevisibilidade discursiva e pela pressão temporal. Nesse sentido, o que

se observa não é uma tradução audiovisual no sentido estrito, mas sim uma interpretação audiovisual em tempo real cuja entrega se dá por meio de um canal, o visual no caso.

É justamente nesse ponto que se insere o conceito de interpretação intermodal (Rodrigues, 2018), aqui compreendido como o processo de interpretação tradicional cuja entrega ocorre por meio de um suporte audiovisual, como a televisão, o *streaming* ou outras plataformas de transmissão em tempo real. Se trata de uma interpretação realizada entre línguas de modalidades distintas, isto é, vocal-auditiva (português) e gestual-visual (Libras), mas que se dá de maneira síncrona, em contextos de visibilidade ampliada e com exigências técnico-performativas próprias. A intermodalidade, neste caso, não diz respeito à natureza das línguas em si, mas ao suporte técnico por meio do qual a interpretação é disponibilizada ao público.

A atuação do TILSP, portanto, se caracteriza por um tipo particular de interpretação audiovisual mediada tecnologicamente. Esse tipo de prática demanda do profissional não apenas as subcompetências linguísticas nas duas línguas de trabalho, mas também habilidades específicas de gerenciamento do espaço físico da Janela de Libras, estratégias de adaptação em tempo real, domínio das convenções visuais da mídia televisiva, e capacidade de atuação sob elevada pressão cognitiva. O espaço reduzido da Janela, a velocidade da fala dos debatedores, a sobreposição de turnos de fala, a ausência de pausas discursivas, bem como a falta de *feedback* imediato do público surdo, em equipes formadas exclusivamente por profissionais ouvintes, são fatores que impõem desafios adicionais à atuação do TILSP.

Ademais, essas condições se situam em um campo de tensão entre a exigência de acessibilidade e as limitações técnicas das emissoras, tornando a atuação do TILSP em debates políticos televisionados uma prática interpretativa com características singulares. Nesse sentido, embora esteja inserida em um produto audiovisual e compartilhe o suporte técnico da TAV, a interpretação audiovisual não pode ser confundida com outras modalidades de tradução audiovisual. Ao contrário, ela constitui uma prática específica, que exige o reconhecimento de uma competência interpretativa intermodal (Dos Santos, 2020), a qual será discutida em seção posterior.

Assim, a distinção entre TAV e interpretação audiovisual não é apenas operatória, mas teórica. A TAV tradicional lida com produtos audiovisuais já finalizados, enquanto a interpretação audiovisual, na forma aqui tratada, se constitui como uma interpretação simultânea cuja entrega ocorre via mídia. A centralidade do TILSP nesse processo, sua atuação em tempo real, e sua exposição pública em eventos de relevância política e social, como os debates

eleitorais televisionados, conferem a essa prática uma dimensão de mediação linguística que transcende o campo da TAV e demanda reconhecimento enquanto modalidade autônoma de interpretação contemporânea.

A ATUAÇÃO DE TILSP EM DEBATES POLÍTICOS TELEVISIONADOS

A presença de TILSP em transmissões televisivas de debates políticos no Brasil é um desdobramento das políticas públicas de acessibilidade comunicacional que ganharam força a partir dos anos 2000, com a Lei Federal 10.098 – conhecida como Lei da Acessibilidade. Se trata de uma atuação amparada por um conjunto normativo que estabelece obrigações legais e técnicas às emissoras de televisão, sobretudo nos casos em que há interesse público relevante, como ocorre nas eleições. Ainda que a legislação brasileira contemple a obrigatoriedade de recursos de acessibilidade, a forma como essas normas se materializa na prática midiática revela uma série de tensões que impactam diretamente a qualidade do trabalho dos TILSP e a efetividade do direito à informação da comunidade surda.

A Lei de Acessibilidade inaugura um marco legal ao estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Em seu artigo 17, a lei explicita a obrigatoriedade de que os meios de comunicação de massa adotem mecanismos que tornem acessíveis suas programações, incluindo, entre os recursos, a tradução simultânea para a Libras. Essa obrigação é reiterada pela publicação da NBR 15.290/2005, revogada pela NBR de mesmo número editada em 2016, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece critérios técnicos para a inserção da Janela de Libras em transmissões televisivas, como proporção da tela, posição do TILSP, contraste de cores e iluminação adequada.

Esses dispositivos foram fortalecidos pela promulgação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) — que eleva a acessibilidade comunicacional à condição de direito fundamental. O artigo 67 da LBI prevê que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem disponibilizar recursos de acessibilidade, incluindo a Janela de Libras, especialmente em programas jornalísticos, educativos, culturais e informativos. No caso específico dos debates eleitorais, o papel regulador é assumido pela Justiça Eleitoral, por meio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que a cada pleito edita resoluções com diretrizes de acessibilidade. Essas resoluções estabelecem a obrigatoriedade da presença de TILSP nos debates televisionados promovidos por emissoras públicas ou privadas, como condição para garantir o direito à informação à comunidade surda.

Contudo, como demonstra Dos Santos (2020), o cumprimento formal dessas exigências nem sempre corresponde a práticas que assegurem, de fato, uma mediação linguística de qualidade. Em muitos casos, a contratação de TILSP para os debates políticos ocorre de forma emergencial, sem que haja tempo hábil para a preparação dos profissionais, sem fornecimento prévio de materiais de campanha, roteiros ou glossários, e sem equipe técnica que conheça os requisitos da sinalização em tela (Bianchini, 2015). Soma-se a isso a frequente ausência de condições adequadas de iluminação, posicionamento de câmera, contraste de fundo e dimensionamento da Janela de Libras, o que evidencia o tratamento da acessibilidade como um apêndice técnico e não como uma prerrogativa de cidadania.

Além disso, a configuração de trabalho do TILSP em tais eventos, como observado nos dados coletados na pesquisa de Dos Santos (2020), revela uma precarização estrutural: ausência de duplas, jornadas extenuantes, não observância do tempo de revezamento, e, em muitos casos, desconsideração do TILSP como parte da equipe de produção. Essas situações colocam em xeque não apenas a eficácia da comunicação com o público surdo, mas também a integridade física e mental dos profissionais envolvidos.

É preciso destacar, portanto, que o marco legal que regula a atuação de TILSP na televisão brasileira, embora robusto em termos normativos, ainda não se traduz em garantias plenas de condições laborais e técnicas adequadas. A interpretação da legislação, quando restrita a um viés instrumental, ignora o fato de que a atuação do TILSP em contextos políticos televisionados é uma forma de mediação linguística de alto impacto social, cuja função não é apenas traduzir o que se diz, mas garantir o direito democrático de participação da comunidade surda no debate político nacional.

Assim, a atuação do TILSP nesses contextos não pode ser concebida como mera formalidade protocolar. Pelo contrário, deve ser reconhecida como um ato de mediação discursiva e cultural essencial à construção de uma esfera pública inclusiva. Para tanto, é necessário não apenas o cumprimento das exigências legais, mas também a consolidação de parâmetros éticos, técnicos e formativos que reconheçam a especificidade dessa atuação. Isso inclui a criação de protocolos nacionais de boas práticas, a formação continuada de TILSP voltada para contextos midiáticos e a responsabilização das emissoras pela qualidade do serviço de interpretação ofertado.

O PERFIL PROFISSIONAL E OS ESTUDOS DE COMPETÊNCIA TRADUTÓRIA

A definição do perfil profissional do TILSP que atua em debates políticos televisionados exige um enquadramento teórico que vá além das noções tradicionais de domínio linguístico e fluência bilíngue. É necessário recorrer aos Estudos de Competência Tradutória, mais especificamente ao modelo desenvolvido pelo grupo Pacte (2000, 2005) e Hurtado Albir (2017), que compreende a tradução como uma atividade complexa, interdisciplinar e situada, cuja realização exige a mobilização integrada de conhecimentos, habilidades, atitudes e estratégias. Nesse sentido, a competência tradutória não é um atributo estático, mas uma capacidade dinâmica e situada, que se constrói por meio da prática e da formação especializada.

A proposta do Grupo PACTE — sigla para Processo de *Adquisición de la Competencia Traductora y Evaluación* — parte do princípio de que a competência tradutória é composta por diversas subcompetências que interagem de modo articulado: a comunicativo-linguística (em ambas as línguas de trabalho), a extralinguística (conhecimento de mundo), a instrumental (uso de ferramentas e tecnologias), a psicofisiológica (concentração, memória, resistência ao estresse), a estratégica (capacidade de tomar decisões durante a tarefa) e a de conhecimento tradutório (compreensão teórica e prática da própria atividade tradutória). No contexto da interpretação, essa estrutura se adapta à realidade dos TILSP, que, embora compartilhem essas subcompetências, as ativam em níveis e com ênfases distintas, dadas as especificidades do seu fazer.

No caso da interpretação audiovisual intermodal em debates políticos televisionados, essa complexidade se intensifica. A prática interpretativa em tempo real, com entrega mediada por um suporte audiovisual, impõe aos TILSP demandas muito particulares que exigem o acionamento de uma competência interpretativa intermodal especializada. Conforme demonstra Dos Santos (2020), a atuação dos TILSP nesse contexto exige que o profissional administre simultaneamente elementos verbais, visuais, técnicos e performativos em ambientes de alta visibilidade e com baixo grau de previsibilidade discursiva o que sugere a presença de uma subcompetência tradutória intermodal.

Os componentes psicofisiológicos, por exemplo, adquirem relevo central neste tipo específico de atuação. O TILSP precisa manter atenção sustentada, controle emocional e gestão do estresse diante de situações discursivas instáveis, falas sobrepostas, discursos inflamados e mudanças de tópico abruptas. Tais condições, comuns nos debates políticos, intensificam a carga cognitiva

da interpretação e exigem que o profissional mobilize mecanismos de autocontrole e resiliência, sob pena de comprometimento da qualidade interpretativa.

Da mesma forma, a subcompetência estratégica assume papel preponderante. O TILSP precisa tomar decisões rápidas e eficazes diante de lacunas terminológicas, estruturas sintáticas complexas, metáforas culturais, siglas, ironias e ambiguidades discursivas. A ausência de glossários, a limitação de tempo para preparação prévia e a indisponibilidade de material de apoio tornam o trabalho ainda mais desafiador. Nesse cenário, a criatividade interpretativa e a habilidade de ajustar-se ao discurso em tempo real tornam-se marcas distintivas da atuação competente.

A subcompetência instrumental, geralmente associada ao uso de dicionários, corpora ou ferramentas digitais em contextos escritos, ganha novos contornos na prática do TILSP em debates televisivos. Aqui, ela se traduz no domínio técnico dos recursos audiovisuais: compreensão das dinâmicas de câmera, iluminação, enquadramento, gestualidade controlada, uso do espaço tridimensional da Janela de Libras e, sobretudo, consciência da corporeidade comunicativa. Trata-se de uma instrumentalidade voltada à performance midiática — saber “atuar” dentro da tela sem perder a precisão linguística.

Neste sentido, ao propor a construção de um perfil profissional para o TILSP que atua em debates políticos televisionados, é necessário compreender que tal perfil não se reduz à descrição de atributos técnicos. Trata-se de um conjunto articulado de saberes e práticas que, inserido nas lógicas da acessibilidade e da representação democrática, posiciona o TILSP como agente central na mediação entre discursos políticos e os direitos linguísticos da comunidade surda brasileira. Esse perfil é, portanto, técnico, mas também político, performativo e culturalmente sensível.

PERCURSOS DESSA PESQUISA

A construção da resposta à pergunta que orienta este artigo, a saber: *qual é o perfil profissional dos TILSP que atuam nos debates políticos televisionados no Brasil?*, se apoia na mesma metodologia adotada na pesquisa desenvolvida por Dos Santos (2020), cuja base empírica foi construída por meio de um estudo exploratório de natureza qualitativa e descritiva (Triviños, 1987). Para os fins desta investigação, mantemos o delineamento metodológico, dada sua pertinência aos objetivos propostos e sua eficácia na coleta e interpretação dos dados necessários à definição do perfil em questão, fazendo recorte nos dados que ilustram a resposta da pergunta em questão.

A investigação, inserida nos marcos dos ETILS partiu da aplicação de um questionário on-line estruturado, com questões de natureza mista — abertas e fechadas —, voltadas à descrição da trajetória formativa, experiência profissional, competências linguísticas e práticas interpretativas de TILSP atuantes na tradução intermodal de debates políticos televisionados no Brasil. Aqui entendido como

um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 69).

O instrumento foi divulgado em redes de profissionais, associações e fóruns virtuais entre os anos de 2018 e 2019, resultando na participação de cinquenta e cinco TILSP, cuja atuação ocorreu em diferentes regiões do país, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2018.

A escolha do questionário como instrumento de coleta de dados decorre de sua capacidade de alcançar, de forma abrangente e padronizada, sujeitos que atuam em múltiplos contextos e regiões, respeitando sua disponibilidade de tempo e garantindo o anonimato das respostas. Os dados obtidos foram organizados em categorias analíticas e apresentados por meio de gráficos, quadros e tabelas, permitindo não apenas uma descrição estatística dos dados, mas também uma análise qualitativa fundamentada nos pressupostos teóricos dos Estudos de Competência Tradutória e da interpretação intermodal em contexto midiático.

A análise dos dados seguiu princípios da pesquisa qualitativa de viés descritivo-interpretativo, na qual a compreensão dos fenômenos investigados decorre da leitura crítica dos enunciados fornecidos pelos participantes, articulada às categorias teóricas mobilizadas. As respostas foram lidas à luz de referenciais como Hurtado Albir (2005, 2016), o Grupo PACTE (2000, 2005), Hurtado Albir (2017) e Rodrigues (2013a, 2018a, 2018b), com atenção especial aos elementos que caracterizam o perfil profissional para a atuação do TILSP em ambientes de transmissão televisiva ao vivo.

Reitera-se, portanto, que este artigo não propõe uma nova coleta de dados, mas sim uma análise teórica e reflexiva com base na metodologia previamente aplicada, cujos resultados continuam pertinentes para compreender

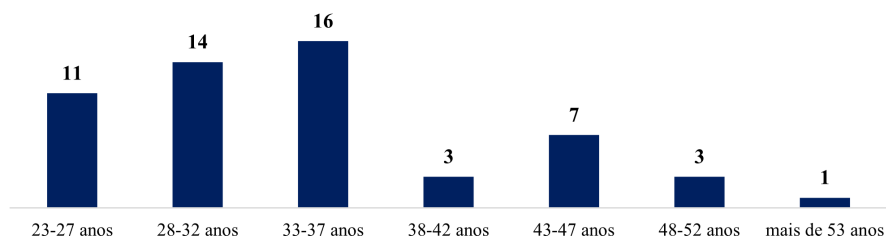
os contornos do perfil profissional dos TILSP que atuam na interpretação intermodal de debates políticos televisionados. A sistematização dos achados empíricos, já devidamente publicados e referenciados, nos permite avançar na caracterização desse perfil com densidade teórica e compromisso com a realidade vivida por esses profissionais em um campo de visibilidade crescente e de alta complexidade comunicacional.

As informações coletadas abarcam aspectos sociodemográficos, como faixa etária, gênero e localidade; elementos formativos, como escolaridade, formação específica e proficiência nas línguas de trabalho; bem como dados referentes à experiência profissional, contextos de atuação e especificidades da prática interpretativa em eventos políticos mediados pela televisão. Também foram abordadas questões relacionadas às condições de trabalho, frequência de atuação nesse tipo de evento, configuração das equipes, direcionalidade da interpretação e interferências enfrentadas durante o processo interpretativo. Esses dados possibilitam delinear um panorama detalhado do perfil profissional dos TILSP nesse campo específico de atuação, servindo de base para reflexões sobre formação, competência e políticas públicas de acessibilidade.

OS ACHADOS DA PESQUISA

Iniciamos com a análise da faixa etária dos TILSP que atuam nessa demanda em específico oferece um indicativo relevante sobre o momento de entrada desses profissionais no campo de trabalho. Esse recorte permite observar não apenas aspectos geracionais que podem influenciar a formação, a experiência e a familiaridade com as tecnologias envolvidas, mas também sinaliza possíveis vínculos entre a trajetória desses profissionais e a consolidação de políticas públicas voltadas à acessibilidade na televisão brasileira. Compreender a distribuição etária contribui, portanto, para situar a atuação dos TILSP no tempo histórico e institucional da profissão, oferecendo pistas importantes sobre os perfis que vêm se destacando nesse nicho específico da mediação linguística.

Gráfico 1. Faixa Etária dos sujeitos da pesquisa



Fonte: Dos Santos (2020, p. 89).

O gráfico 1 exhibe a distribuição etária dos TILSP que participaram da pesquisa sobre atuação em debates políticos televisionados no Brasil, com base nos dados coletados entre os anos de 2012 e 2018. A análise revela que a maioria dos respondentes se concentra nas faixas entre 28 e 37 anos, com um total de trinta profissionais: quatorze na faixa de 28–32 anos e dezesseis na de 33–37 anos. A faixa de 23–27 anos também representa um número expressivo, com onze respondentes, reforçando a predominância de profissionais jovens. As faixas etárias superiores apresentam uma queda acentuada na representatividade: apenas três profissionais têm entre 38–42 anos, sete entre 43–47 anos, outros três entre 48–52 anos e apenas um possui mais de 53 anos.

Dessa forma, observamos que esse tipo específico de atuação é marcada por uma significativa presença de profissionais jovens, sugerindo a inserção de uma nova geração de TILSP nesse nicho, possivelmente formada sob as diretrizes do bacharelado com habilitação em Libras (Decreto nº 5.626/2005) e políticas públicas mais recentes de acessibilidade. A concentração nas faixas entre 28 e 37 anos pode indicar um período de maior engajamento na profissão, correspondente à maturidade técnica e à consolidação da experiência. Quanto ao gênero dos sujeitos, encontramos as seguintes informações (Gráfico 2).

Gráfico 2. Gênero declarado pelos sujeitos da pesquisa



Fonte: Dos Santos (2020, p. 90).

A análise do gráfico 2, referente à variável gênero, revela um equilíbrio numérico entre TILSP homens e mulheres que participaram da pesquisa, sendo: vinte e oito homens e vinte e sete mulheres. Ainda que, numericamente, essa diferença seja mínima, ela contraria a tendência observada no mercado de trabalho da interpretação no par Libras-Português, de modo empírico, em que a presença feminina é majoritária. Estudos anteriores já sinalizam essa predominância de mulheres na profissão. Lacerda e Gurgel (2011), ao analisarem a atuação de TILSP nas universidades públicas, constataram que 70% dos profissionais eram mulheres, enquanto apenas 30% eram homens. De maneira semelhante, a pesquisa de Silva e Fernandes (2018), focada na região metropolitana de Curitiba (PR), apontou que 73% dos TILSP em atuação eram do gênero feminino.

Dessa forma, os dados obtidos nesta pesquisa, voltada especificamente à atuação em debates políticos televisionados, podem não representar fielmente a composição de gênero no campo mais amplo da tradução e interpretação em Libras. Uma possível explicação para essa inversão diz respeito ao próprio contexto político, que historicamente é dominado por homens. Segundo dados da *Inter-Parliamentary Union* compilados pelo IBGE, as mulheres ocupam apenas 10,5% das cadeiras parlamentares na América Latina, o que evidencia a sub-representação feminina nos espaços de poder e decisão. Essa desigualdade estrutural pode se refletir também na composição das equipes de tradução e interpretação em ambientes midiáticos de natureza política, onde a visibilidade pública, a autoridade discursiva e a performance diante das câmeras tendem a estar associadas a atributos ainda marcados por construções de gênero.

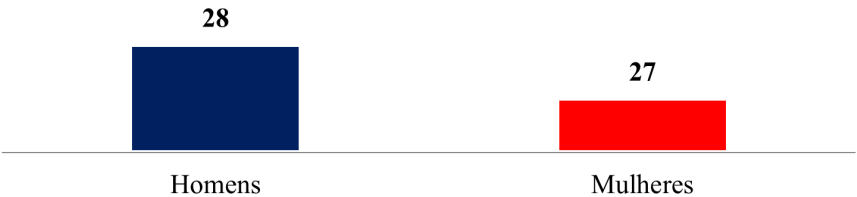
A escassez de pesquisas que relacionem gênero e trabalho tradutório ou interpretativo no par Libras-Português é um desafio para a compreensão mais ampla dessa realidade. Contudo, algumas contribuições já emergem. Nicoloso e Herbele (2015) e Santos (2019), por exemplo, abordam a heterogeneidade da comunidade TILSP como reflexo da própria diversidade das comunidades surdas e, por extensão, da sociedade. Santos, S. F. (2019) argumenta, à luz de Foucault, que os desvios em relação ao padrão normativo imposto pela sociedade são explicáveis historicamente, uma vez que os discursos dominantes moldam o que é considerado aceitável ou estranho dentro de cada época. Assim, o predomínio masculino no contexto da TAV de debates políticos pode ser lido como um reflexo das assimetrias de gênero mais amplas da esfera política, e não como uma característica intrínseca à profissão.

Nesse sentido, a atuação de TILSP mulheres nesse espaço pode ser compreendida como um gesto de resistência ou deslocamento discursivo. Em um ambiente historicamente associado ao masculino, a presença de mulheres intérpretes, sobretudo em número significativo, ainda provoca reações

de estranhamento, como observa Santos (2019). A autora sustenta que essa presença em um espaço institucionalizado e ainda dominado por lógicas patriarcais e machistas revela tensões entre os corpos que performam a mediação linguística e os códigos de poder vigentes.

Portanto, embora os dados deste estudo (Gráfico 2) apresentem uma distribuição quase equitativa entre homens e mulheres, essa aparente paridade não pode ser dissociada dos contextos sociais, políticos e culturais em que se inscreve a prática interpretativa. A análise de gênero, nesse caso, não se restringe a uma contagem numérica, mas implica uma reflexão sobre os mecanismos que condicionam a presença, ou ausência, de determinados corpos em espaços de fala, de visibilidade e de representação pública. Quanto à distribuição geográfica (Gráfico 3) dos sujeitos, encontramos o seguinte.

Gráfico 3. Distribuição geográfica nacional dos sujeitos da pesquisa



Fonte: o autor (2025) adaptado de Dos Santos (2020, p. 92).

A análise da distribuição geográfica dos TILSP que participaram da pesquisa revela uma expressiva assimetria entre os estados brasileiros, ainda que todas as regiões do país estejam representadas por, no mínimo, um participante. O estado de Santa Catarina, por exemplo, destaca-se de forma significativa, com treze respondentes, o que representa o maior número absoluto da amostra. Essa concentração pode ser explicada por fatores contextuais e logísticos relacionados à própria pesquisa. O pesquisador, que reside em Santa Catarina, possui vínculo profissional com a NSC TV, antiga RBS TV, onde atua desde 2012 na interpretação de debates políticos televisionados. Esse histórico favoreceu o acesso direto a uma equipe já consolidada de profissionais que atuavam nos debates transmitidos pela emissora. Em 2018, a NSC TV organizou um banco de dezoito TILSP para cumprir a legislação eleitoral, que exige acessibilidade em transmissões televisivas, e treze desses profissionais participaram da pesquisa, excluindo-se o próprio pesquisador.

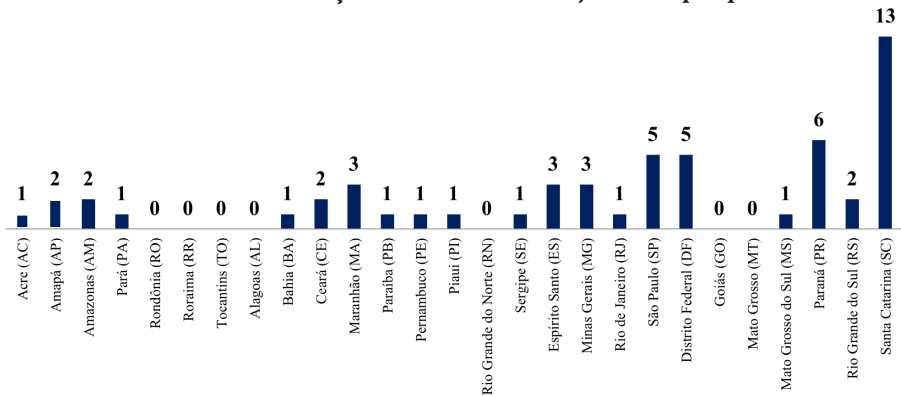
Outro fator que pode ter influenciado a maior representatividade de Santa Catarina é a presença do curso de Bacharelado em Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, a UFSC, uma das instituições pioneiras na formação

superior de TILSP no país (Quadros *et al.*, 2014; Rodrigues, 2018; Luchi, 2019). A existência de um polo de formação acadêmica consolidado potencializa a atuação profissional e a articulação em redes de trabalho, o que pode ter facilitado a disseminação e a adesão à pesquisa nesse estado.

Em contraste, diversos estados apresentaram baixa representatividade, com apenas um ou dois respondentes, como Acre, Amazonas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais, entre outros. Chama atenção a ausência total de participantes dos estados de Rondônia, Roraima, Tocantins, Alagoas, Rio Grande do Norte, Goiás e Mato Grosso. Ainda que não haja registros de resposta nesses locais, é possível afirmar, a partir de imagens de cobertura jornalística e registros em redes sociais, que houve atuação de TILSP em debates políticos nesses estados. A ausência de respondentes, portanto, não significa ausência de atuação, mas possivelmente reflete dificuldades de alcance da pesquisa, como limitações na divulgação, baixa inserção em redes de contato ou mesmo desinteresse em participar da coleta de dados.

Esses dados, embora parciais e recortados, permitem observar que a atuação de TILSP em contextos midiáticos de debates políticos está distribuída de maneira desigual no território nacional, sendo mais facilmente mapeada onde há histórico de organização institucional, atuação em equipe e redes de formação profissional consolidadas. Tal assimetria também aponta para a necessidade de políticas públicas que incentivem a formação e organização de equipes especializadas em todos os estados, de modo a garantir que a acessibilidade linguística não seja privilégio de determinadas regiões, mas um direito efetivo assegurado em todo o país. Já quanto à formação desses profissionais, os dados nos mostram o seguinte.

Gráfico 4. Formação acadêmica dos sujeitos da pesquisa



Fonte: Dos Santos (2020, p. 95).

O gráfico 4 ilustra os níveis de escolaridade dos TILSP que participaram da pesquisa, revelando um panorama bastante diversificado, que reflete tanto a consolidação da formação acadêmica na área quanto a existência de trajetórias profissionais ainda em processo de qualificação. Se observa que os maiores agrupamentos se concentram em três categorias: ensino superior completo, especialização concluída e mestrado em andamento, cada uma com onze respondentes. Esses dados evidenciam que parte significativa dos profissionais já possui titulação de nível superior e está em busca de aprimoramento contínuo por meio da pós-graduação, o que sugere um comprometimento com a qualificação técnica e teórica exigida para a atuação em contextos de alta complexidade, como os debates políticos televisionados.

Também, chama atenção a presença de sete TILSP com especialização em andamento à época, seis com mestrado concluído e quatro cursando doutorado, além de um profissional com doutorado completo. Esse conjunto de dados, embora minoritário quando comparado ao total de respondentes, revela a presença de profissionais em níveis avançados de formação acadêmica, o que contribui para o reconhecimento da interpretação intermodal em ambientes midiáticos como um campo que demanda expertise, estudo sistemático e inserção em comunidades científicas.

Por outro lado, a presença de seis respondentes com ensino superior incompleto e o número expressivo de formações ainda em andamento também indicam que o campo ainda é composto por trajetórias formativas em construção, o que pode refletir tanto o ingresso recente de profissionais jovens na carreira quanto os desafios enfrentados na permanência e conclusão dos cursos superiores, sobretudo em instituições públicas e em regiões menos assistidas por políticas de formação continuada.

Em síntese, os dados apontam para uma dualidade: por um lado, a valorização da formação acadêmica, especialmente em nível de pós-graduação, tem se afirmado como uma tendência entre os TILSP que atuam na TAV de debates políticos; por outro, a presença de profissionais com formação ainda em curso ou não concluída revela a necessidade de políticas públicas e institucionais que garantam o acesso, a permanência e a finalização da formação superior para esses sujeitos. Esse dado reforça a compreensão de que o perfil profissional dos TILSP nesse campo específico é marcado por um movimento de qualificação contínua, mas também por desigualdades no acesso às oportunidades de formação.

Ao observarmos a formação específica desses profissionais, se revela um cenário de pluralidade formativa, em que coexistem distintos percursos educacionais voltados à preparação para a interpretação intermodal. O dado mais

expressivo da amostra é o número de profissionais com graduação em Letras Libras (bacharelado) ou em Tradução e Interpretação Libras-Português, totalizando vinte e dois respondentes. Esse número indica a consolidação dos cursos de nível superior como principal via de formação formal para atuação na área, resultado direto da política educacional implementada pelo Decreto nº 5.626/2005, que fomentou a criação e expansão desses bacharelados em instituições públicas federais.

Em segundo lugar, se observa a presença significativa de profissionais que cursaram formações livres oferecidas por entidades representativas da comunidade surda, com vinte e um participantes, seguidos por aqueles que realizaram cursos de extensão universitária, com dezoito respondentes, e por aqueles com especialização em Tradução e Interpretação de Libras-Português, somando dezesseis. Esses dados evidenciam que, apesar da expansão do ensino superior, muitos profissionais ainda se formam — ou complementam sua formação — por meio de cursos de curta duração, muitas vezes com foco prático e articulados às demandas locais de acessibilidade e à atuação comunitária.

Além disso, onze participantes relataram ter realizado cursos livres em instituições privadas, enquanto oito passaram por cursos profissionalizantes em TILSP e dois por formações sequenciais ou tecnológicas. Apenas um dos respondentes afirmou possuir doutorado na área de Estudos da Tradução ou Linguística Aplicada à Tradução, e seis indicaram cursar ou ter concluído o mestrado acadêmico na mesma área. Esses números apontam para uma presença ainda incipiente da pós-graduação *stricto sensu* como campo de aprofundamento e qualificação teórica para os TILSP que atuam em contextos midiáticos.

Outro dado que merece destaque é o número de profissionais que declararam não possuir qualquer formação específica na área: dois participantes. Embora pequeno, esse número alerta para a existência de trajetórias autodidatas ou informais de ingresso no mercado, as quais, embora comuns em fases anteriores à regulamentação mais consistente da profissão, evidenciam a permanência de lacunas na formação sistemática desses sujeitos.

Importa ainda destacar que, tal como demonstrado por Dos Santos (2024), em análise retrospectiva da base de dados originalmente coletada em Dos Santos (2020), não foi identificada nenhuma formação específica voltada TAV, mesmo entre os profissionais que atuam diretamente em produtos televisivos. Esse dado reforça a constatação de que a TAV, sobretudo em sua interface com a Libras, permanece ausente dos currículos formais da formação de TILSP no Brasil, sendo adquirida majoritariamente na prática ou por meio de experiências informais e extracurriculares. Tal ausência curricular indica não apenas uma lacuna

formativa, mas também uma urgência para a reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos que visam à formação desses profissionais, considerando a crescente demanda por acessibilidade midiática em múltiplos formatos e plataformas.

Questionamos de igual forma o tempo de experiência profissional que estes TILSP possuíam à época da pesquisa, vejamos os dados.

Gráfico 5. Tempo de experiência profissional autodeclarado



Fonte: Dos Santos (2020, p. 104).

A análise do tempo de experiência profissional dos TILSP que atuam em debates políticos televisionados, conforme apresentado no gráfico 5, revela que a maioria dos respondentes possui uma trajetória significativa na área. O maior grupo concentra-se na faixa de seis a dez anos de atuação, com vinte participantes, seguido por quinze com experiência entre onze e quinze anos. Esse dado sugere que os intérpretes que atuam nesse contexto possuem uma bagagem prática considerável, o que contribui para a qualificação da entrega interpretativa em situações de elevada complexidade discursiva, como os debates políticos.

Interessante notar que apenas quatro profissionais indicaram ter entre um e cinco anos de atuação, o que representa uma presença minoritária de profissionais iniciantes nesse campo. Por outro lado, há um número expressivo de intérpretes com mais de dez anos de experiência: onze com tempo entre dezesseis e vinte anos e cinco com mais de vinte e um anos. Isso reforça a ideia de que o exercício da interpretação intermodal nesse tipo de evento tende a ser atribuído a profissionais mais experientes, possivelmente em função da exigência de maior domínio das línguas de trabalho, repertório temático ampliado e competências específicas relacionadas à tradução audiovisual.

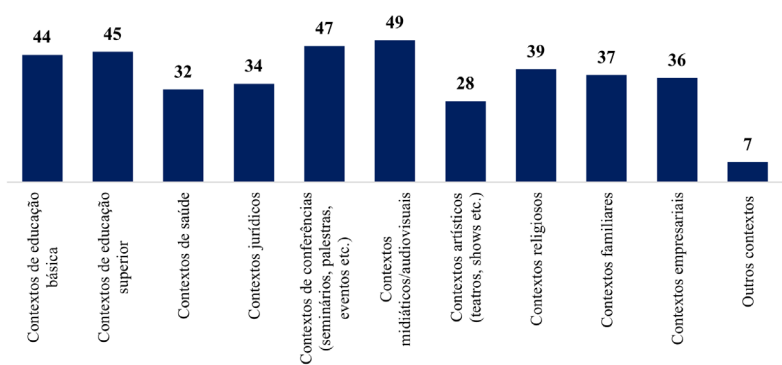
Quando esses dados são confrontados com os resultados do gráfico anterior (4), referente à faixa etária, observa-se uma coerência geral entre tempo de atuação e idade dos profissionais. As faixas etárias mais representadas foram de 28 a 37 anos, com trinta respondentes ao todo, número próximo ao total de intérpretes com até quinze anos de experiência (trinta e nove). Isso sugere

que muitos dos TILSP iniciaram suas trajetórias profissionais na juventude, possivelmente durante ou logo após a formação universitária, consolidando-se ao longo do tempo. No entanto, há também um número considerável de profissionais com mais de dezesseis anos de atuação, o que indica a presença de uma geração anterior ao atual modelo de formação por meio dos bacharelados em Letras Libras.

Essa sobreposição entre faixa etária e tempo de experiência revela um campo ocupado, majoritariamente, por profissionais com sólida trajetória, embora ainda jovens, o que reflete a consolidação da carreira de TILSP como uma possibilidade profissional viável nas últimas duas décadas. Também evidencia que a atuação em contextos midiáticos não é comumente atribuída a intérpretes iniciantes, mas a sujeitos que já possuem rodagem e familiaridade com os desafios da interpretação pública, o que pode incluir domínio técnico, resistência física, postura ética e segurança linguística, elementos fundamentais para lidar com os embates discursivos dos debates eleitorais transmitidos pela televisão.

É comum que o TILSP atue em outros contextos para além do audiovisual, como podemos observar empiricamente, neste sentido, questionamos em quais outros contextos, os sujeitos dessa pesquisa atuam ou atuaram ou ainda possuem experiência profissional. As respostas foram compiladas no gráfico 6.

Gráfico 6. Atuação em outros contextos profissionais



Fonte: Dos Santos (2020, p. 105).

Os dados apresentados no gráfico 6, revelam a diversidade de contextos de atuação profissional dos TILSP participantes da pesquisa, demonstrando a amplitude de cenários nos quais esses sujeitos exercem suas práticas tradutórias e interpretativas. Considerando que a pergunta permitia múltiplas

respostas, ou seja, os respondentes podiam indicar todos os contextos nos quais já atuaram ou nos quais possuem preferência, é possível observar a consolidação de determinados campos como prioritários ou mais frequentes na trajetória desses profissionais.

Entre os contextos listados, se destaca com maior frequência a atuação em contextos midiáticos e audiovisuais, apontada por quarenta e nove respondentes. Esse dado é particularmente relevante, pois confirma a aderência do perfil dos participantes à temática da pesquisa, voltada especificamente à atuação em debates políticos televisionados. A experiência acumulada nesse domínio sugere familiaridade com as especificidades da interpretação intermodal, como o enquadramento da câmera, o uso do corpo em tela, o tempo restrito e a necessidade de estratégias linguísticas ajustadas ao ritmo da mídia televisiva, que poderá ser verificado em outras pesquisas.

Logo em seguida, se observa a predominância dos contextos de conferência, como seminários, palestras e eventos institucionais, com quarenta e sete indicações, seguidos de perto pelos contextos educacionais: quarenta e cinco participantes mencionaram atuação no ensino superior, e quarenta e quatro na educação básica. Esses dados evidenciam que, embora a atuação midiática seja a mais frequente entre os participantes, os espaços educacionais ainda constituem um dos pilares fundamentais da profissão, como já documentado na literatura especializada.

Além disso, os contextos religiosos (trinta e nove), familiares (trinta e sete) e empresariais (trinta e seis) também aparecem com relevância, demonstrando que a prática interpretativa em Libras se expande para múltiplas dimensões da vida social e comunitária. Os contextos jurídicos (trinta e quatro), de saúde (trinta e dois) e artísticos (vinte e oito) apresentam números ligeiramente menores, mas não desprezíveis, o que indica a presença de uma atuação diversificada e em expansão, ainda que com possíveis assimetrias de acesso e especialização.

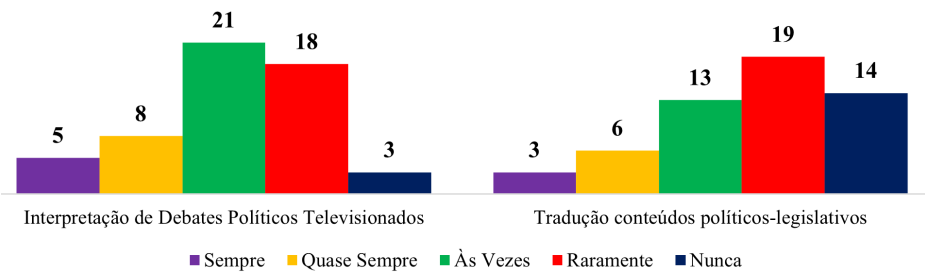
O número reduzido de respondentes que indicaram “outros” contextos — sete — pode sugerir que a lista apresentada contemplava, de maneira geral, as principais áreas de atuação reconhecidas pelos TILSP.

De maneira sistematizada, o gráfico 6 reforça o entendimento de que os TILSP investigados possuem experiência plural, atuando em distintos ambientes comunicacionais. A expressiva atuação no contexto audiovisual, especificamente, legitima a escolha do corpus investigativo deste artigo e indica a existência de um campo de especialização que demanda cada vez mais atenção, tanto no plano da formação quanto no da pesquisa acadêmica. Esses dados também evidenciam que a atuação em mídia não é uma exclusividade, mas parte

de uma malha mais ampla de práticas profissionais, que coloca os TILSP em contato com demandas sociais variadas e desafiadoras.

A partir de Rodrigues e Beer (2015), o campo dos ETILS tem por norte as definições teórico-práticas da tradução e do traduzir, bem como da interpretação e o interpretar, neste sentido, questionamos, os sujeitos participantes desta pesquisa, a frequência de realização de ambas as atuações no contexto audiovisual.

Gráfico 7. Frequência de realização de ambas as atuações no contexto audiovisual



Fonte: Dos Santos (2020, p. 120).

O gráfico 7 apresentado fornece um panorama revelador sobre a frequência de atuação dos TILSP nos campos da interpretação e da tradução voltadas ao universo político-legislativo. A análise dos dados mostra, de forma clara, que a interpretação de debates políticos televisados é uma prática mais recorrente entre os respondentes do que a tradução de conteúdos político-legislativos destinados à mídia, ou seja, isso demonstra que o grupo de sujeitos selecionados para participar dessa pesquisa possui de fato o perfil requerido por ela.

Com relação à interpretação de debates televisados, vinte e um respondentes indicaram realizar essa atividade às vezes, dezoito afirmaram fazê-la raramente, oito assinalaram que atuam quase sempre e cinco indicaram que interpretam sempre. Apenas três participantes declararam nunca ter atuado nesse tipo de situação. Esses números revelam que, ainda que a atividade não seja cotidiana para a maioria, ela aparece como uma experiência presente no percurso profissional de grande parte dos TILSP, ainda que em grau variável de regularidade. Isso sugere que a interpretação intermodal nesse formato, vinculada aos debates exibidos pela televisão, está em processo de consolidação como um nicho específico de atuação, com certa previsibilidade, embora concentrada principalmente nos períodos eleitorais.

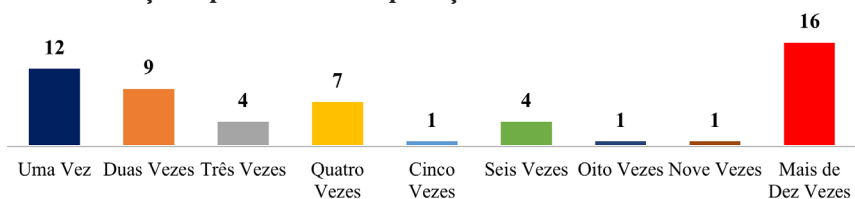
Em contraste, os dados relativos à tradução de conteúdos político-legislativos, realizada de forma assíncrona e voltada à posterior veiculação em mídia, revelam uma frequência de atuação consideravelmente menor. Quatorze respondentes afirmaram nunca ter atuado nesse tipo de entrega, e dezenove indicaram que o fazem raramente. Apenas treze assinalaram atuar às vezes, seis quase sempre e três afirmaram realizar esse tipo de tradução com regularidade. Essa distribuição revela uma lacuna significativa na atuação profissional relacionada à tradução política para fins midiáticos, indicando que essa modalidade ainda é pouco explorada, tanto do ponto de vista da demanda institucional quanto da inserção efetiva dos profissionais no mercado.

Essa assimetria entre as duas modalidades aponta para uma questão relevante: embora a interpretação ao vivo de debates políticos já esteja incorporada às práticas acessíveis da mídia televisiva, a tradução de conteúdos político-legislativos ainda carece de reconhecimento, sistematização e políticas de fomento. Tal cenário reforça a necessidade de compreender que a atuação dos TILSP nesse campo extrapola os momentos de transmissão ao vivo e deve abarcar também produtos políticos gravados, editados e distribuídos posteriormente, considerando os princípios de acessibilidade continuada.

Em síntese, os dados apresentados demonstram que, enquanto a interpretação de debates políticos televisionados já integra o repertório de atuação de muitos TILSP, ainda que de forma não contínua, a tradução de conteúdos legislativos para a mídia permanece como uma prática pontual e pouco institucionalizada. Essa diferença evidencia a urgência de políticas públicas e iniciativas formativas que ampliem a atuação profissional nessa última frente, permitindo que a acessibilidade comunicacional se realize não apenas nos momentos de exibição ao vivo, mas também nos arquivos, registros e materiais políticos veiculados de maneira diferida.

Parte inferior do formulário

Gráfico 8. Atuação específica na Interpretação de Debates Políticos Televisionados



Fonte: o autor (2025) adaptado de Dos Santos (2020, p. 122).

O gráfico 8 revela a frequência com que os TILSP atuaram exclusivamente em debates políticos televisionados entre 2012 e 2018, evidenciando

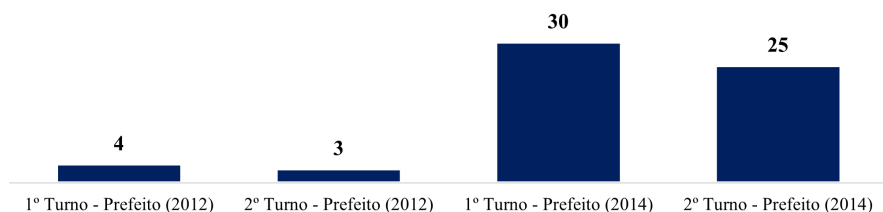
uma significativa variação na experiência acumulada. O dado mais expressivo refere-se aos dezesseis respondentes que atuaram em mais de dez ocasiões, sugerindo a presença de um grupo recorrente de profissionais com inserção sistemática nesse tipo de evento. Em contraste, doze TILSP afirmaram ter interpretado apenas uma vez, evidenciando a atuação pontual e esporádica de grande parte da categoria.

Essa disparidade pode ser explicada pela própria natureza dos debates políticos, que frequentemente se repetem ao longo do período eleitoral em diferentes canais de televisão ou plataformas digitais, mesmo com os mesmos candidatos. Assim, um mesmo profissional pode ser convocado diversas vezes para eventos semelhantes promovidos por diferentes frentes midiáticas, isto é, televisão aberta, canais fechados, redes sociais ou transmissões independentes pela *internet*.

Esse cenário revela dois extremos: um núcleo reduzido de TILSP com recorrência profissional consolidada e uma maioria que atua ocasionalmente, o que aponta para a ausência de padronização nos processos de contratação. Tal realidade reforça a necessidade de políticas públicas que garantam maior equidade no acesso às oportunidades de trabalho, bem como a criação de bancos profissionais mais amplos e descentralizados, que contemplem a diversidade regional e assegurem uma distribuição mais justa das demandas profissionais no campo da interpretação intermodal em contextos político-midiáticos.

O gráfico apresentado detalha a atuação dos TILSP nos debates políticos televisionados das eleições municipais brasileiras nos anos de 2012 e 2016, considerando ambos os turnos eleitorais.

Gráfico 9. Atuações dos TILSP nas Eleições Municipais de 2012 e 2014



Fonte: Dos Santos (2020, p. 123).

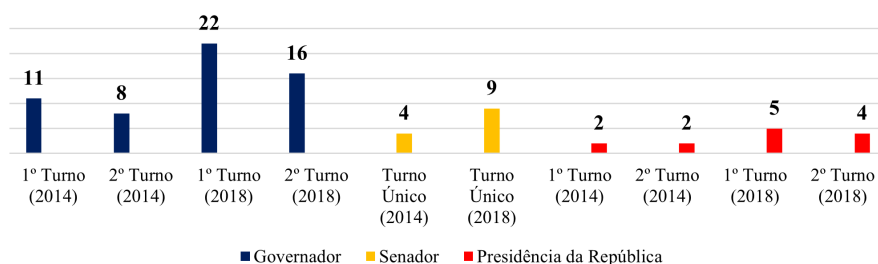
Como observado no gráfico 9, em 2012, o número de profissionais atuando foi bastante reduzido, com apenas quatro TILSP no primeiro turno e três no segundo, evidenciando um início ainda tímido da participação da categoria nesse tipo de transmissão.

Já em 2016, se observa um aumento expressivo no envolvimento dos TILSP com essa demanda específica. No primeiro turno, foram registrados trinta profissionais atuando, e no segundo, vinte e cinco. Tal crescimento pode ser atribuído tanto ao fortalecimento da legislação eleitoral no que diz respeito à acessibilidade comunicacional, quanto à maior sensibilização das emissoras de televisão em cumprir esse dispositivo legal.

Esse avanço também pode estar relacionado ao reconhecimento crescente da importância da presença do TILSP na mediação linguística de conteúdos políticos, especialmente em debates com transmissão ao vivo, nos quais a precisão e a neutralidade são fundamentais para garantir o direito à informação da população surda. O dado confirma, ainda, a progressiva institucionalização da interpretação intermodal no campo político-midiático, consolidando-a como uma especialização cada vez mais presente no percurso profissional dos TILSP.

Já nas eleições gerais de 2014 e 2018, observamos uma clara evidência na ampliação da participação de TILSP na interpretação de debates eleitorais televisionados para os cargos de governador, senador e presidente da república.

Gráfico 10. Atuações dos TILSP nas Eleições Gerais de 2014 e 2018



Fonte: Dos Santos (2020, p. 124).

No recorte temporal de 2014, se observa que onze profissionais atuaram no primeiro turno para o cargo de governador, oito no segundo turno, quatro em debates com candidaturas ao senado e dois em cada turno para os debates presidenciais. Esse cenário já se apresenta como um avanço em relação às eleições municipais anteriores, mas ainda com uma presença tímida na cobertura de cargos de maior visibilidade nacional.

Em 2018, contudo, os números aumentaram significativamente, com vinte e dois profissionais atuando no primeiro turno para os debates de candidatos a governador e dezesseis no segundo turno. O número de atuações em debates para o senado mais que dobrou, passando de quatro para nove, e a atuação nos debates presidenciais também apresentou crescimento, com cinco TILSP

no primeiro turno e quatro no segundo. Tais dados indicam não apenas um avanço quantitativo, mas também qualitativo, uma vez que cargos de maior envergadura política demandam intérpretes com maior preparo técnico, domínio temático e resistência física e cognitiva.

O aumento progressivo no número de intérpretes pode ser compreendido, em parte, pela consolidação das políticas de acessibilidade nas mídias televisivas e digitais, bem como pela maior visibilidade do trabalho dos TILSP nesses contextos. Esse crescimento também pode ser associado ao amadurecimento institucional de equipes de tradução e interpretação em emissoras de grande porte, sobretudo nas afiliadas regionais, além do papel ativo de organizações da sociedade civil e universidades na formação e profissionalização desses sujeitos. A leitura desse gráfico, portanto, aponta para uma tendência de fortalecimento da presença do TILSP em eventos políticos de ampla repercussão pública, consolidando sua atuação como componente essencial da democratização da informação.

A análise sistematizada dos gráficos apresentados permite delinear o perfil profissional do TILSP que atua na demanda de interpretação intermodal em debates políticos televisionados, com base nos dados coletados na pesquisa.

Quanto à faixa etária, predominam sujeitos entre trinta e trinta e nove anos, seguidos por aqueles na faixa de quarenta a quarenta e nove, o que indica que a maioria dos respondentes se encontra em plena maturidade profissional, combinando experiência acumulada e vigor para atuação em contextos de alta exigência cognitiva e física. Isso é corroborado pelo dado de tempo de experiência profissional, no qual a maioria atua há mais de seis anos, com destaque para o grupo de seis a dez anos, seguido pelos que possuem de onze a quinze anos de experiência. Isso indica um perfil consolidado de atuação na área, o que se coaduna com a complexidade da interpretação em contexto político.

Em relação ao gênero, observou-se um número ligeiramente maior de respondentes homens do que mulheres, o que destoa da composição tradicional da categoria, que, segundo Lacerda e Gurgel (2011) e Silva e Fernandes (2018), é majoritariamente feminina. Tal discrepância pode estar associada ao fato de a política, enquanto campo discursivo e de poder, ser ainda amplamente ocupado por homens, o que pode interferir nas escolhas institucionais na hora de convocar intérpretes, sobretudo em transmissões de maior visibilidade pública.

A análise da distribuição geográfica demonstra abrangência nacional, com respondentes de todas as regiões do Brasil, ainda que com maior concentração na região Sul, especialmente em Santa Catarina, o que pode ser justificado pelo local de atuação do pesquisador e pelo histórico de formação universitária

especializada na UFSC, que abriga um dos mais tradicionais cursos de Letras-Líbras do país. Observa-se também um número elevado de respondentes nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, regiões que concentram grandes polos midiáticos e políticos.

No que se refere à escolaridade, a maioria dos participantes possui ensino superior completo, sendo bastante expressiva a presença de sujeitos com especialização (em andamento ou concluída) e mestrado (em andamento ou concluído). Há ainda um número considerável de respondentes com doutorado em andamento ou concluído, o que reforça a qualificação técnica e teórica desse grupo profissional. Isso se reafirma na análise da formação específica, na qual a graduação em Letras-Líbras ou em Tradução e Interpretação aparece como principal formação dos sujeitos, seguida por cursos livres em entidades representativas dos surdos e cursos de extensão universitária. Contudo, se destaca que não foi identificado nenhum curso específico voltado à formação para atuação em TAV, como também demonstrado por Dos Santos (2020, 2024), o que revela uma lacuna importante na formação do TILSP frente à demanda audiovisual que lhe é atribuída.

No que diz respeito aos contextos de atuação profissional, o contexto midiático/audiovisual aparece como o mais frequente, seguido de conferências, educação superior, educação básica e religioso. Tal dado evidencia a inserção diversificada desses profissionais em diferentes esferas sociais, com predominância de espaços que exigem preparo técnico, domínio temático e flexibilidade de atuação.

A análise da frequência de atuação específica nos debates políticos demonstra que poucos profissionais atuam com regularidade nessas ocasiões. No recorte entre 2012 e 2018, a maior parte dos participantes afirmou ter atuado apenas uma vez, embora um número significativo tenha informado atuações em mais de dez oportunidades, o que pode estar relacionado à recorrência de debates com os mesmos candidatos em diferentes emissoras, ou à retransmissão dos eventos em mídias diversas, como canais digitais.

Por fim, os dados referentes à atuação em processos eleitorais mostram um crescimento considerável entre 2012 e 2018, tanto em eleições municipais quanto gerais, com destaque para os cargos de governador, senador e presidente da república, o que indica a consolidação da presença do TILSP nos espaços de debate político de ampla divulgação.

Em síntese, o perfil profissional do TILSP que atua na interpretação intermodal de debates políticos televisionados é composto, majoritariamente, por indivíduos com formação universitária sólida, experiência profissional

consolidada, atuação frequente em contextos midiáticos, abrangência geográfica nacional, com maior concentração em polos formativos, e que, embora desempenhem funções de alta complexidade, ainda carecem de formação específica voltada à TAV, o que demanda atenção urgente por parte das instituições formadoras e das políticas públicas de acessibilidade comunicacional.

CONSIDERAÇÕES

Partimos da constatação de que os contextos políticos e midiáticos, em especial os debates eleitorais televisionados, têm incorporado, nos últimos anos, a presença de TILSP, promovendo, ainda que de forma pontual, avanços no que tange à acessibilidade comunicacional para a população surda. No entanto, a despeito dessa inserção cada vez mais visível, ainda são escassos os estudos que investigam sistematicamente quem são esses profissionais, qual sua formação, em que condições atuam e como vêm se posicionando frente às demandas da tradução intermodal.

Dessa inquietação, emergiu a pergunta-problema que norteou o presente estudo: quem é o TILSP que atua na tradução/interpretação de debates políticos televisionados no Brasil? Para respondê-la, estabelecemos como objetivo principal traçar o perfil desses profissionais a partir da análise de dados coletados por meio de um questionário aplicado entre os anos de 2018 e 2019, voltado a sujeitos que atuaram nas eleições de 2012, 2014 e 2018. Em consonância com os Estudos da Competência Tradutória e com os Estudos Descritivos da Tradução, procuramos compreender não apenas os atributos formais que compõem esse perfil, mas também os atravessamentos institucionais, formativos e mercadológicos que o configuram.

Os resultados nos permitiram constatar que o TILSP que atua nessa demanda é, em geral, um profissional com formação superior completa, com significativa experiência profissional — sobretudo entre seis e quinze anos de atuação — e com forte presença em contextos de tradução audiovisual, embora não possua, na maioria das vezes, formação específica voltada à TAV. A análise revelou ainda uma atuação concentrada em determinados estados da federação, com destaque para Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, o que pode indicar a centralidade de determinadas instituições formadoras e polos midiáticos na constituição desse campo. Notamos também que, embora a maior parte dos sujeitos tenha atuado apenas uma ou poucas vezes em debates políticos, há um núcleo de profissionais que desempenha essa função de maneira recorrente, sugerindo a existência de um grupo de referência com expertise acumulada nesse tipo de demanda.

No entanto, a pesquisa apresenta algumas limitações importantes. Primeiramente, não foi possível alcançar respondentes de todos os estados brasileiros, o que compromete uma representação verdadeiramente nacional do fenômeno. Além disso, por se tratar de uma investigação descritiva de caráter quantitativo, não exploramos as percepções subjetivas desses profissionais acerca de sua atuação, o que poderia enriquecer significativamente a análise. Ademais, a ausência de dados sistemáticos sobre a formação específica em TAV revela não apenas uma lacuna no currículo dos cursos de formação, mas também uma oportunidade para futuros estudos e intervenções educacionais.

Como desdobramento, propomos o aprofundamento desta investigação por meio de estudos de caso, entrevistas em profundidade e análise qualitativa das performances interpretativas em debates políticos, de modo a compreender as estratégias tradutórias adotadas, os desafios enfrentados e as implicações éticas da atuação nesse campo. Também entendemos que os dados aqui apresentados podem subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas à formação continuada desses profissionais, bem como à institucionalização de práticas mais democráticas e acessíveis no campo político-midiático.

Assim, esperamos que este trabalho contribua para o fortalecimento da reflexão crítica sobre a atuação dos TILSP em contextos de alta visibilidade social, fomentando não apenas o debate acadêmico, mas sobretudo a valorização e o reconhecimento dessa categoria profissional como agente central na promoção da acessibilidade linguística e do direito à informação em contextos eleitorais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15290**. Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15290**. Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

BIANCHINI, Karen F. **Tradução audiovisual da Língua de Sinais**: aspectos emocionais, formação e condição de trabalho. 2015. 125 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Libras) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Casa Civil, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015. Brasília: Secretaria-Geral, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

DIAZ-CINTAS, Jorge. Audiovisual Translation Today: A Question of Accessibility for All. **Translating Today**, [S. l.], v. 4, p. 3-5, 2005.

DOS SANTOS, Wharley M. **A tradução português-Libras em debates políticos televisionados no Brasil:** intermodalidade e competência interpretativa. 2020. 164 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

DOS SANTOS, Wharley M. **Inovação na formação de tradutores de Libras-português:** gamificação como estratégia pedagógica e competências para tradução audiovisual. 558 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2024.

GAMBIER, Yves (ed.). **Screen Translation.** Manchester: St. Jerome, 2003.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Plageder, 2009.

HURTADO ALBIR, Amparo. O desenvolvimento da competência do tradutor: em busca de parâmetros cognitivos. In: ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana. (org.). **Competência em tradução:** cognição e discurso. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HURTADO ALBIR, Amparo. **Researching Translation Competence by PACTE Group.** 2017.

HURTADO ALBIR, Amparo. **Traducción y traductología:** introducción a la traductología. 8. ed. Madrid: Cátedra, 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. **Revista brasileira de educação especial**, v. 17, p. 481-496, 2011.

LUCHI, Marcos. **A institucionalização de cursos superiores de formação de tradutores e intérpretes de Libras/língua portuguesa no Brasil no decênio 2005/2015:** o que os cursos esperam de seus estudantes? 2019. 281 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

NASCIMENTO, Vinícius; NOGUEIRA, Tiago C. Interpretação simultânea remota de libras-português em conferências durante a pandemia de Covid-19: dimensões de uma prática emergente. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 7006-7028, 2021.

NICOLOSO, Silvana; HEBERLE, Viviane. As modalidades de tradução aplicadas à interpretação em língua de sinais brasileira. **Cadernos de tradução**, n. 2, p. 197-235, 2015.

PACTE (Process in the Acquisition of Translation Competence and Evaluation). Building a Translation Competence Model. In: ALVES, Fábio. (ed.). **Triangulating Translation: Perspectives in Process Oriented Research**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 37-61.

QUADROS, Ronice M. de. **Letras Libras-ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

RODRIGUES, Carlos H. **A interpretação para a Língua de Sinais Brasileira**: efeitos de modalidade e processos inferenciais. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RODRIGUES, Carlos H. Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 1, p. 287-318, 2018b.

RODRIGUES, Carlos H. Formação de intérpretes e tradutores de língua de sinais nas universidades federais brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. **Translatio**, Porto Alegre, n. 15, p. 197-222, 2018a.

RODRIGUES, Carlos H.; BEER, Hanna. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 17-45, 2015.

RODRIGUES, Carlos H.; SANTOS, Silvana A. dos. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. **Tradução em Revista**, v. 24, n. 12, p. 1-29, 2018.

SANTOS, Saionara F. **A Construção Discursiva de Identidades de Gênero de Tradutores e Intérpretes de Libras não heteronormativos**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, Danilo da; FERNANDES, Sueli de F. O tradutor intérprete de língua de sinais (TILS) e a política nacional de educação inclusiva em contextos bilíngues para surdos: um estudo da realidade da rede pública estadual paranaense. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 35-50, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais** - A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

MEMÓRIA, ORIENTAÇÃO E TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

UM PANORAMA DOS TCC DO BACHARELADO EM LETRAS
LIBRAS DA UFSC (2011–2024)¹

Vitória Cristina Amancio²

Fernanda Christmann³

Carlos Henrique Rodrigues⁴

INTRODUÇÃO

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito da formação de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tanto no Bacharelado em Letras Libras presencial quanto no ofertado por meio da Educação a distância (EaD), constitui uma etapa decisiva do percurso acadêmico dos estudantes. Representa uma possibilidade de consolidação dos saberes construídos ao longo da graduação, assim como uma oportunidade de reflexão sobre os múltiplos desafios que permeiam a prática e a profissionalização na área.

- 1 O presente capítulo fundamenta-se nos dados, análises e reflexões provenientes da dissertação desenvolvida por Vitória Amancio no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Christmann e do Prof. Dr. Carlos Rodrigues. Articula-se, ainda, aos questionamentos formulados em pesquisas sobre práticas profissionais conduzidas por Christmann, bem como aos estudos sobre formação profissional realizados por Rodrigues. A pesquisa contou com o apoio de bolsas de estudo concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC), com bolsa CAPES. E-mail: amanciovitoriacristina@gmail.com
- 3 Pós-doutoranda Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC) com bolsa FAPESC. E-mail: fe.christmann.fc@gmail.com
- 4 Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: carlos.rodrigues@ufsc.br

Desde a criação do curso de Bacharelado em Letras Libras pela UFSC, em 2008 (Quadros; Stumpf, 2014) — marco decisivo para a institucionalização da formação superior de tradutores e intérpretes de Libras-Português (TILSP) no Brasil — a produção científica desenvolvida pelos estudantes, especialmente aquela registrada nos TCC, tem desempenhado função estratégica na consolidação dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS). Isso porque os TCC não apenas documentam a emergência de novas perguntas de pesquisa e práticas profissionais, mas também ampliam o repertório teórico-metodológico da área, contribuem para a construção de memória acadêmica e alimentam o debate científico com dados empíricos, análises descritivas e reflexões críticas. Ao mesmo tempo, essa produção evidencia tensões, lacunas e demandas próprias de um campo em franco processo de consolidação, atravessado por disputas epistemológicas, avanços legais e transformações institucionais.

Nessa perspectiva, e considerando dados decorrentes de estudos prévios e em andamento (Rodrigues, 2018, 2019; Christmann, 2025; Amancio, 2025), propomos um olhar analítico sobre a construção dos TCC no contexto dos cursos de Bacharelado em Letras Libras da UFSC, considerando as especificidades das modalidades ofertadas: o EaD, iniciado em 2008, e o presencial, implementado em 2009.

Para tanto, parte-se da seguinte pergunta norteadora: *de que modo os TCC revelam aspectos da formação ofertada pela UFSC e em que medida essa produção acadêmica se consolida como memória institucional e contribuição científica para os ETILS?* Para respondê-la, organizamos a investigação em três eixos: (i) contextualização legal e curricular da formação de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português e dos parâmetros institucionais do TCC; (ii) recuperação e sistematização dos acervos de TCC; e (iii) mapeamento descritivo de docentes orientadores, da distribuição temporal e das temáticas privilegiadas ao longo dos anos.

Ao enfocarmos o mapeamento da produção da graduação, compreendemos o TCC como prática didático-pedagógica que consolida a autoria estudantil, materializa a pesquisa na formação inicial e preserva a memória institucional de percursos formativos de TILSP. Os resultados apresentados oferecem um panorama de quem orienta, o que se pesquisa e como essa produção é registrada, permitindo compreender a relevância desse material tanto para a consolidação dos ETILS quanto para o aprimoramento da formação oferecida pela UFSC.

FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS NA UFSC

A formação de TILSP no Brasil originou-se a partir de marcos legais e políticas educacionais que orientaram, de certo modo, a construção de suas bases institucionais, acadêmicas e profissionais. Carneiro e Lemos (2021), ao apresentarem uma linha do tempo do reconhecimento desse campo formativo, ressaltam que o marco inicial teria sido a Lei n.º 10.436/2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão e atribuiu ao poder público a responsabilidade por sua promoção, bem como pela formação de profissionais e pela oferta de serviços especializados.

O Decreto n.º 5.626/2005, que regulamenta essa lei, é reconhecido como documento importante para a atuação do TILSP no país ao definir diretrizes para formação e exercício profissional em níveis médio e superior. Quadros e Stumpf (2014) destacam que o decreto estabeleceu a graduação como percurso desejável, ainda que prevendo alternativas transitórias em função da carência inicial de profissionais — medida que impulsionou a criação do primeiro Bacharelado em Letras Libras na UFSC, em 2008.

A regulamentação profissional foi estabelecida pela Lei nº 12.319/2010, que não apenas definiu atribuições e requisitos para o exercício da profissão, mas também consolidou seu reconhecimento jurídico no país, ao delimitar competências técnicas, princípios éticos e campos de atuação. Com a atualização promovida pela Lei nº 14.704/2023, o marco regulatório foi ampliado e fortalecido, ao incorporar o guia-intérprete, detalhar funções relativas à tradução escrita e interlingual, estabelecer parâmetros de jornada e revezamento, e reafirmar a necessidade de qualificação profissional associada à proficiência em Libras e português. Esse conjunto normativo representa um avanço ao contribuir para a profissionalização da área, para a padronização nacional de práticas e para a ampliação do reconhecimento institucional dos TILSP em múltiplos contextos de atuação.

O conjunto de normativas que consolidou a Libras como forma de comunicação e expressão e regulamentou a atuação profissional do TILSP gerou demanda inédita por formação especializada, desencadeando a criação de cursos superiores em todo o país. A UFSC aprovou o Projeto Letras-Libras em 2005 e inaugurou, em 2008, o primeiro Bacharelado em Letras Libras EaD. Conforme Quadros e Stumpf (2014), o projeto inicial priorizava a formação de professores, mas, após decisão judicial, passou a contemplar também a formação de tradutores e intérpretes. A expansão do modelo favoreceu a abertura de cursos em diferentes universidades federais — incluindo Rio de Janeiro, Rio Grande

do Sul, Goiás, São Carlos, Espírito Santo, Roraima e Grande Dourados — através do *Plano Viver Sem Limite*, resultando em trajetórias formativas diversas, ainda que ancoradas no mesmo fundamento legal (Rodrigues, 2018).

No campo das discussões teóricas, Santos (2010) evidencia tensões identitárias na formação do intérprete, especialmente em contextos educacionais nos quais há sobreposição em funções docentes e interpretativas. Martins e Nascimento (2015) observam que o avanço das políticas de inclusão no ensino superior tem contribuído para o surgimento de novos perfis profissionais, menos vinculados à militância histórica e mais integrados a modelos de profissionalização. Rodrigues (2018), ao analisar os currículos de formação, reforça a necessidade de percursos que superem a dimensão estritamente linguística e que preparem o intérprete para tomadas de decisão contextualizadas, para aspectos culturais da tradução e para atuação em ambientes variados.

A formação de TILSP, assim, resulta da articulação entre movimentos sociais, políticas públicas, promulgação de nova legislação e iniciativas acadêmicas. Se, por um lado, os marcos legais instituíram a legitimidade e obrigatoriedade profissional, por outro, as universidades desempenharam papel decisivo na construção epistemológica do campo e na diversificação dos percursos formativos.

Nesse contexto, a criação do Bacharelado em Letras Libras EaD na UFSC representa um marco para a formação de TILSP em cenário nacional. Implementada em 2008, a primeira turma distribuiu-se em rede nacional com 15 polos e formou 326 bacharéis. Em 2014, o curso integrou o *Plano Viver Sem Limite*, do governo federal, implementando novos polos em 2014, 2016, 2018, 2020, e 2022. Paralelamente, em 2009 iniciou-se a oferta do curso presencial — que, embora compartilhando a mesma base legal do EaD, diferencia-se quanto à estrutura curricular, à carga horária e ao perfil discente. Enquanto o EaD recebe estudantes já fluentes em Libras, o presencial inclui disciplinas de aprendizagem da língua desde o primeiro semestre e conta com atuação de intérpretes em sala. Até 2024, o EaD formou 443 TILSP, enquanto o presencial registrou 52 egressos, revelando dinâmicas formativas e escalas distintas entre as modalidades.

Diante desse panorama de institucionalização, expansão formativa e consolidação profissional do TILSP no Brasil — e em especial na UFSC —, torna-se necessário compreender como essa trajetória dialoga com a produção científica dos estudantes. É a partir dessa perspectiva que apresentamos, a seguir, os procedimentos metodológicos adotados no mapeamento, organização e análise dos TCC que compõem o corpus deste estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este estudo caracteriza-se como documental, descritivo-analítica e de abordagem quanti-qualitativa, orientada pelo propósito de mapear e analisar a produção dos TCC dos Bacharelados em Letras Libras da UFSC. Definiu-se como recorte temporal o período compreendido entre 2011 e 2024, correspondente ao ano do primeiro trabalho localizado e ao encerramento da etapa de coleta de dados. Esse marco cronológico permitiu não apenas compreender a trajetória inicial de consolidação dos cursos, mas também observar o amadurecimento institucional da pesquisa na área ao longo de mais de uma década.

A coleta dos dados foi conduzida a partir de consulta sistemática a diferentes repositórios acadêmicos da universidade. O Repositório Institucional⁵ constituiu-se como fonte primária para localização e *download* integral dos trabalhos, especialmente nas coleções voltadas às modalidades presencial e a distância. Nos casos em que o TCC não se encontrava depositado digitalmente, recorreu-se à Plataforma Lattes para rastreamento de títulos, autoria, ano de defesa e orientações acadêmicas, o que possibilitou recuperar registros que não estavam formalmente disponibilizados no repositório. Complementarmente, foram consultados os Projetos Pedagógicos dos Cursos, os regulamentos de TCC e resoluções internas que normatizam sua produção, defesa e depósito. Quando persistiam lacunas documentais, estabeleceu-se contato com coordenações, docentes e egressos, o que contribuiu para localizar versões completas ou referências não indexadas no acervo institucional até o presente o momento.

Foram incluídos no corpus todos os TCC depositados integralmente no repositório institucional da UFSC e, de forma complementar, aqueles localizados via Plataforma Lattes quando apresentavam título, autoria e ano de defesa verificáveis. Trabalhos incompletos — contendo apenas referência institucional ou autoria sem documentação associada — não foram integrados à análise temáticas, embora tenham sido mantidos para análise de orientação e ano. Cada pesquisa recuperada foi catalogada em uma planilha, com informações referentes ao ano de defesa, curso (EaD ou presencial), orientação, coorientação, disponibilidade do arquivo integral e classificação temática. Sob essa perspectiva, buscamos, nos TCC defendidos entre 2011 e 2024 — marco inicial e final da coleta desta pesquisa —, identificar as narrativas construídas pelos estudantes e analisar de que modo mobilizam, articulam e ressignificam os saberes adquiridos durante o percurso formativo.

A abordagem adotada parte do princípio de que o TCC funciona como marcador epistemológico da formação, permitindo observar deslocamentos

5 Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

conceituais, maturação investigativa e inscrição autoral no campo dos ETILS. Tal direcionamento metodológico apoia-se na compreensão de que a produção científica discente, para além de refletir a trajetória curricular da graduação, constitui também um arquivo vivo da memória disciplinar e um termômetro das tendências formativas emergentes — razão pela qual seus conteúdos, métodos e escolhas temáticas demandam observação analítica atenta e sistemática.

A análise do corpus foi conduzida a partir de quatro eixos temáticos previamente definidos com base em títulos, palavras-chave e resumos: (i) Tradução; (ii) Interpretação; (iii) estudos que articulam ambas as tarefas; e (iv) Linguística. Essa categorização permitiu identificar tendências de pesquisa, recorrências formativas e deslocamentos temáticos ao longo dos anos, possibilitando contrastar a produção entre os dois cursos e entre diferentes momentos institucionais. Paralelamente, desenvolveu-se um mapeamento do perfil de orientadores, com ênfase em titulação, frequência, recorrência e distribuição temporal através do currículo Lattes dos orientadores, identificando a titulação no ano em que a defesa foi registrada, o que tornou visíveis padrões de centralidade docente e redes de orientação no interior dos cursos.

Reconhece-se, entretanto, que o levantamento enfrenta limitações decorrentes, sobretudo, da ausência de depósito integral dos TCC da primeira turma EaD e da necessidade de reconstrução de dados por meio de fontes secundárias. Ainda assim, a triangulação de repositórios, registros institucionais e contato com sujeitos envolvidos permitiu consolidar o mapeamento mais completo disponível até o momento, oferecendo um panorama para análise histórica, formativa e institucional da produção de TCC no contexto dos ETILS com foco na combinação Libras-Português.

A partir desses dados, sistematizou-se um corpus de 257 registros de títulos e 162 TCC completos, ou seja, 419 registros no total. Apresentam-se, a seguir, os resultados referentes à organização temática, à distribuição de orientações e às dinâmicas formativas que caracterizam a produção acadêmica nos cursos de Bacharelado em Letras Libras da UFSC.

O TCC NO BACHARELADO EM LETRAS LIBRAS DA UFSC

Para além da função avaliativa, o TCC contribui para a constituição de um acervo científico, no campo dos ETILS, produzido por profissionais em formação. Nesta pesquisa, amparamo-nos na concepção de Demo (2006), para quem a pesquisa é o princípio educativo e emancipador, implicando autonomia intelectual e capacidade de reflexão. Tal perspectiva é dialogada por Moita e Andrade (2009), que defendem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como

prática universitária orientada às demandas sociais. Assim, o TCC, aqui, é compreendido como exercício investigativo situado, capaz de produzir conhecimento e devolvê-lo à comunidade acadêmica e à sociedade.

Moretto (2014) corrobora essa compreensão ao definir o TCC como gênero acadêmico legitimado institucionalmente, cuja finalidade é divulgar resultados de investigação científica e conduzir à obtenção do grau de ensino superior. Ainda que por vezes reduzido ao burocrático, o TCC configura-se como trabalho de pesquisa, demandando fundamentação teórica, análise, argumentação e escrita em conformidade com as normas da comunidade científica.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001–2010 (Lei n.º 10.172/2001) e o PNE 2014–2024 (Lei n.º 13.005/2014), também constituem marcos relevantes ao estabelecer metas para institucionalização da pesquisa na graduação, articulação com currículo e qualificação docente, reforçando o papel do TCC na formação investigativa universitária.

Nesse sentido, o TCC pode se tornar um espaço de formação emancipatória e de articulação entre teoria e prática, produzindo conhecimento que dialoga, no caso em questão, com demandas concretas da atuação tradutória e interpretativa em Libras-Português, além de poder contribuir com o campo científico dos ETILs.

No curso EaD, o *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso* (2018)⁶ define o trabalho como atividade de caráter descritivo-analítico relacionada ao percurso formativo do discente (Art. 2º) e estabelece que o TCC deve demonstrar capacidade de reflexão articulada, constituindo registro permanente para pesquisas futuras (Art. 3º). O documento especifica ainda responsabilidades institucionais: atribuições da coordenação, número limite de orientandos, estrutura de banca, prazos e exigências formais (20–50 páginas e apresentação em Libras de até 20 minutos).

No curso presencial, o Regimento de 2017⁷ reconhece o TCC como atividade de natureza científica, passível de ser apresentada em português, Libras escrita ou videogravada — desde que articulada à tradução e/ou interpretação. O Art. 17 detalha formatos possíveis: texto em português (mín. 40 páginas), Libras escrita (mín. 30 páginas) ou TCC videogravado (45–90 minutos), todos com resumo em português e Libras escrita/vídeo.

6 Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso – UFSC. Disponível em: <https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2018/11/Regulamento-de-TCC-1-1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025

7 Regimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do Curso de Graduação em Letras-Libras – Bacharelado –, modalidade Presencial. Disponível em: <https://letraslibras.paginas.ufsc.br/files/2018/08/Regimento-do-TCC-LL-bac-2018-FINAL-E-APROVADO-para-padroniza%C3%A7%C3%A3oCorre%C3%A7%C3%A3o-Final-aceita-1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

Embora ambos os cursos compreendem o TCC como requisito curricular obrigatório, apenas com a Resolução Normativa n.º 126/2019/CUn o seu depósito digital se tornou obrigatório em toda a universidade. Quanto à formação para pesquisa, o curso EaD oferece duas disciplinas específicas, enquanto o presencial dispõe de três, incluindo uma voltada à leitura e escrita acadêmica — aspecto que tende a impactar diretamente o desempenho no TCC. Em termos de carga horária total, o EaD dedica aproximadamente 4% às disciplinas investigativas e o presencial 5,5%, diferença pequena, mas que pode sugerir maior possibilidade de preparação metodológica e textual para a escrita de TCC.

MEMÓRIA E ARQUIVAMENTO DOS TCC NA UFSC: RECUPERAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DIFUSÃO

A recuperação da memória dos TCC dos cursos de Bacharelado em Letras Libras da UFSC exige a articulação entre múltiplas fontes documentais e evidencia a centralidade de políticas institucionais para a preservação do conhecimento produzido na graduação. Nesta pesquisa, o Sistema de Egressos, gerenciado pela Pró-Reitoria de Graduação e Educação Básica, constituiu-se como base inicial de rastreamento, permitindo identificar nome completo, ano de ingresso e conclusão dos estudantes das duas modalidades (EaD e presencial). A partir desse levantamento preliminar foi possível cruzar informações com o Repositório Institucional e com o currículo Lattes dos docentes e discentes dos cursos, o que ampliou significativamente o alcance e a precisão da coleta.

O processo, contudo, revelou lacunas importantes. A primeira turma do Bacharelado em Letras Libras EaD (2008-2013), que formou 326 bacharéis em diferentes polos do país, não teve seus TCC registrados no Repositório Institucional da UFSC. Esses trabalhos consistiam majoritariamente em traduções comentadas da coletânea *Estudos Surdos* (Quadros, 2006; Quadros; Perlin 2007; Quadros, 2008; Quadros e Stumpf, 2009), constituindo um marco temático e metodológico para aquela geração. Há uma coleção denominada *TCCs Turma 2008 – Estudos Surdos* no Repositório Institucional, porém apenas 33 registros foram encontrados, sem menção à orientação e com informação limitada ao capítulo traduzido. A ausência desse acervo inviabiliza o acesso à produção pioneira dos primeiros TILSP formados pela UFSC, fragilizando a memória institucional do curso e criando um hiato histórico difícil de preencher.

A partir de 2014, observa-se a regularização progressiva do depósito digital. Na coleção “TCC Letras Libras EaD”, foram identificados 114 trabalhos cadastrados até março de 2025. No curso presencial, a coleção reúne 35 pesquisas referentes a 52 egressos, revelando também discrepância entre os números

de formados e de registros preservados. Embora a Resolução Normativa n.º 126/2019/CUn tenha tornado obrigatório o depósito digital dos TCC em toda a universidade, os dados demonstram que esse processo ainda é irregular e vulnerável a perdas documentais.

Diante desse cenário, adotaram-se estratégias complementares de busca. Além da consulta sistemática ao Lattes, estabeleceu-se contato com coordenações, docentes e egressos, o que possibilitou recuperar títulos, orientações e localizar parte dos trabalhos em formatos alternativos (como artigos e capítulos). Esse esforço resultou na recuperação de 365 registros (120 TCC completos e 245 títulos) e 54 registros no presencial (sendo 42 completos e 12 títulos sem acesso ao corpo do trabalho). A reconstrução desse acervo demanda esforço metodológico e humano, mas constitui resultado expressivo frente ao risco de invisibilidade dessa produção.

Compreende-se, portanto, que o armazenamento e a difusão dos TCC ultrapassam o campo técnico do arquivamento. Trata-se de ações políticas que inscrevem autorias, trajetórias e saberes na memória acadêmica, contribuindo com a produção no campo dos ETILS. A preservação desses trabalhos não responde apenas à exigência institucional: ela consolida patrimônio científico, valoriza a autoria discente e favorece o prosseguimento de investigações futuras. Em áreas emergentes, como a formação de TILSP, a memória documental é condição para análise histórica, continuidade teórica e permanência dos saberes construídos.

Com o *corpus* recuperado e sistematizado, passamos à análise de sua distribuição temática, dos percursos formativos e da configuração das orientações acadêmicas, buscando compreender o que os TCC revelam sobre o processo formativo no Bacharelado em Letras Libras da UFSC. Para complementar os dados apresentados sobre recuperação e preservação documental, apresenta-se a seguir uma síntese quantitativa dos TCC localizados no Repositório Institucional e em fontes secundárias, distinguindo-se os trabalhos completos daqueles cuja existência é confirmada apenas por título. Essa organização permite visualizar, de forma concentrada, o alcance real da coleta e as lacunas ainda existentes no acervo.

Quadro 1. Informações referentes aos TCC dos cursos de Letras Libras da UFSC no período de 2011 a 2024

Modalidade do curso	TCC completos	Apenas título	Total recuperado	Total de TCC produzidos no período
EaD	120	245	365	443
Presencial	42	12	54	52

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Os dados evidenciam discrepância entre o volume de egressos e o número de trabalhos efetivamente preservados, sobretudo no EaD — cenário que reforça a importância de políticas consistentes de depósito, circulação e disponibilização de acervo para que a produção discente não seja invisibilizada.

ORIENTAÇÕES ACADÊMICAS NA FORMAÇÃO DE TILSP: PERFIS, RECORRENTES E CONFIGURAÇÕES FORMATIVAS

A orientação de TCC configura-se como um eixo estruturante na formação do TILSP, sendo o orientador aquele que conduz a autoria discente, o responsável em zelar pelo rigor científico e por inserir a produção do graduando no circuito acadêmico e social de produção de conhecimento. Sua atuação integra dimensões pedagógicas, metodológicas e institucionais, incidindo diretamente no modo como o estudante transforma sua experiência formativa em pesquisa e reflexão, sistematiza saberes e projeta sua identidade profissional. Assim, mapear quem orienta é também compreender como o campo se constitui e se organiza no contexto universitário.

A análise dos orientadores dos TCC em questão, produzidos entre 2011 e 2024, revela duas etapas do processo formativo. A primeira corresponde à implantação do Bacharelado a distância, com estrutura multicampi e distribuição nacional, na qual a orientação assumiu caráter colaborativo, muitas vezes descentralizado. E a segunda marca a consolidação dos cursos, com fortalecimento do corpo docente interno e predomínio de doutores como responsáveis pela orientação.

No período inicial, relativo à primeira geração do EaD, identificaram-se 247 TCC, com grande heterogeneidade nos perfis dos orientadores. A classificação apresentada corresponde à titulação dos orientadores no momento da orientação ou da defesa, totalizando: 54 orientações foram realizadas por doutores, 89 por mestres, 27 por especialistas e 31 por graduados, além de 44 registros

sem identificação. Essa diversidade evidencia um processo de implantação que exigiu a participação de profissionais externos, tutores de polo e docentes convidados, articulados para atender a escala da primeira oferta do curso. Entre os nomes mais recorrentes estão Ronice Muller de Quadros (24 orientações), Silvana Aguiar dos Santos (32) e Audrei Gesser (18), acompanhados por Angela Russo, Carlos Fontenele Mourão, Geilda Fonseca de Souza e Jeffa Santana, cuja atuação colaborativa possibilitou a formação em larga escala naquele momento.

A partir de 2018, contudo, observa-se uma inflexão: o corpo orientador passa progressivamente a se concentrar em docentes doutores vinculados à UFSC. Entre os 118 TCC mapeados entre 2018 e 2024, 89 foram orientados por doutores e 29 por mestres. A recorrência de determinados docentes pode sugerir certa estabilidade e fortalecimento institucional da pesquisa. Destacam-se José Ednilson Gomes de Souza-Júnior (14 orientações), Rachel Sutton-Spence (10), Carlos Henrique Rodrigues (8), Janine Soares de Oliveira (7), Marilyn Mafra Klamt (6), Silvana Aguiar dos Santos (6), Deonísio Schmitt (6) e, com cinco orientações cada, Marcos Luchi, Tarcísio de Arantes Leite, Audrei Gesser e Débora Campos Wanderley. Rachel Sutton-Spence apresenta perfil contínuo de atuação ao longo do período, enquanto José Ednilson concentra maior volume num curto intervalo (2018–2020), sinalizando diferentes dinâmicas de distribuição de demanda.

A coorientação também se mostrou presente no desenvolvimento dos TCC. Em 2012, 27 trabalhos contaram com coorientadores no EaD, enquanto no período 2018–2024 esse número aumentou para 53. Predominam coorientadores com titulação de mestrado, mas também se observam participações de doutores, especialistas e um graduado, o que reforça a existência de uma rede formativa heterogênea e colaborativa. Entre os nomes mais frequentes estão Laura Serpa Dias (6 coorientações), Maria Izaete Vieira (3), Andréa Melo Brito (2) e Wharley dos Santos (2), compondo um tecido de apoio acadêmico que provavelmente favoreceu o desenvolvimento dos TCC.

No curso presencial, o cenário se apresenta mais homogêneo: entre os 54 TCC mapeados, 51 foram orientados por doutores e apenas três por mestres. A distribuição aponta para núcleos de orientação, com maior estabilidade e menor dispersão de perfis se comparado ao EaD. Destacam-se Neiva de Aquino Albres (11 orientações), Silvana Aguiar dos Santos (10) e Carlos Henrique Rodrigues (8), seguidos por Janine Soares de Oliveira (6), Audrei Gesser (4) e Tarcísio de Arantes Leite (3). A coorientação no curso presencial também se manifesta, ainda que em menor número (8 TCC), envolvendo docentes da UFSC e profissionais de outras áreas como psicologia, comunicação e jornalismo, o que demonstra abertura interdisciplinar e temáticas emergentes de pesquisa.

A distribuição quantitativa dos orientadores ao longo dos anos permite inferir certo desenvolvimento que já foi mencionado na seção anterior. Para além dos nomes e recorrências citadas, decidiu-se observar como a titulação docente, em relação a orientação dos TCC, se distribui temporalmente, em especial no contraste entre o início do curso, marcado por multiplicidade formativa e participação de profissionais externos, e a fase de consolidação institucional, em que ocorre a centralização da orientação em docentes doutores.

No Quadro 32, apresenta-se, de forma comparativa, a distribuição anual de orientadores segundo sua titulação — doutores (DO), mestres (ME), especialistas (ESP) e graduados (GRA) — separando os dados decorrentes de cada modalidade (EaD e presencial). Essa síntese numérica evidencia a transição de um modelo inicial, que pode ser considerado amplamente difuso, para um arranjo posterior, possivelmente bem mais concentrado e especializado.

Quadro 2. Distribuição anual de orientadores por titulação

Letras Libras Bacharelado EaD														
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DO	1	52	1	-	-	-	-	36	-	21	17	-	1	14
ME	-	86	3	-	-	-	-	14	-	7	6	1	-	1
ESP	-	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GRA	-	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Libras Bacharelado presencial														
DO	-	-	2	6	2	5	1	4	7	7	3	2	8	4
ME	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A leitura da tabela permite que se observe o percurso histórico apresentado no texto: a fase inicial do Bacharelado EaD (2011–2014) foi sustentada predominantemente por mestres e especialistas, com presença expressiva de graduados em 2012 e elevado volume de orientações por profissionais externos à UFSC. Esse cenário caracteriza um modelo de expansão formativa, no qual a prioridade estava menos na especialização acadêmica e mais na viabilidade institucional de formar TILSP em larga escala.

A partir de 2018, entretanto, ocorre uma mudança estrutural. Nota-se a ascensão do número de doutores assumindo as orientações. O Bacharelado presencial também apresenta um quadro congruente a esse, mas pode-se considerar que com mais estabilidade, apresentando predominância de doutores ao longo dos anos. Esse deslocamento evidencia não apenas o avanço formativo do corpo docente, mas também a ampliação da produção acadêmica relacionada aos ETILS na UFSC.

TEMÁTICAS E ÁREAS DE PESQUISA DOS TCC

O mapeamento das temáticas dos TCC permite compreender como os bacharelados em Letras Libras da UFSC constroem seus percursos investigativos e em que temáticas. Para classificar os TCC, adotaram-se quatro eixos temáticos, já mencionados antes: (i) Tradução; (ii) Interpretação; (iii) Tradução e Interpretação (abordadas de modo geral, sem distinção ou ênfase entre as atividades); e (iv) Linguística. A categorização foi realizada a partir da leitura de títulos, palavras-chave e resumos, sendo complementada por consulta parcial ou integral ao corpo dos trabalhos quando necessário, visando manter a lógica analítica e coerência classificatória.

No Bacharelado EaD, foram analisados 118 TCC, dos quais 53 (44,9%) concentraram-se em tradução, constituindo a temática predominante do período. A interpretação aparece como segundo eixo mais frequente, com 32 trabalhos (27,1%), seguida por pesquisas que articulam tradução e interpretação simultaneamente, registrando 25 TCC (21,2%). A linguística, embora minoritária, compõe 8 trabalhos (6,8%), direcionados a aprendizagem de línguas, descrição lexical, análises morfo sintáticas e elaboração de glossários. A distribuição temporal aponta tendências importantes: salvo em 2018, quando a interpretação superou a tradução com 19 trabalhos, a predominância da pesquisa sobre a tradução se mantém em todos os demais períodos — inclusive em anos de menor produção, como 2022 e 2023, que registraram apenas um trabalho com foco em tradução em cada ano.

Também emergem nuances geográficas: polos como Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Manaus (AM) e Ribeirão das Neves (MG) apresentaram maior incidência de pesquisas em tradução, enquanto Joinville (SC) e São Luís (MA) se destacaram na investigação sobre a interpretação. Em Santa Rosa (RS), houve distribuição equilibrada entre os dois eixos, o que indica que fatores regionais, equipes docentes e perfis podem incidir sobre os interesses de pesquisa.

No Bacharelado presencial, foram identificados 42 TCC completos, com um panorama semelhante ao EaD. A tradução também se consolidou como temática dominante, com 17 trabalhos (40,5%), seguida pela categoria tradução e interpretação, com 12 (28,6%), e pela interpretação, com nove (21,4%). A linguística aparece em menor proporção, totalizando quatro trabalhos (9,5%).

Do ponto de vista histórico, nota-se que os anos em que as primeiras defesas do presencial (especialmente 2013 e 2014) apresentaram maior incidência de pesquisas em interpretação e linguística. Entretanto, a partir de 2015 observa-se que a tradução assume centralidade e se mantém estável em todos os anos subsequentes. É possível considerar que esse fato se relaciona

aos interesses dos estudantes, ao perfil dos possíveis orientadores e as mudanças tecnológicas e de mercado.

Os TCC focados em investigar temáticas de interpretação — principalmente no EaD, com picos concentrados — abordam principalmente experiências práticas de mercado, relatos formativos e investigações sobre atuação profissional em contextos reais. No que se refere às pesquisas relacionadas a investigações com foco em temas da linguística, embora com incidência reduzida nos dois cursos, pode-se considerar que trazem abordagens diversas, tais como a elaboração de glossários e de léxicos especializados e estudos comparativos entre línguas.

Desse modo, o panorama temático evidencia uma diversidade temática na investigação em tradução e interpretação. A análise oferece uma visão sobre tendências, lacunas e oportunidades futuras.

DISCUSSÃO DOS ACHADOS E IMPLICAÇÕES FORMATIVAS

A análise dos dados referentes às orientações e às temáticas de pesquisa dos TCC evidencia um processo gradual de consolidação acadêmica na formação de TILSP na UFSC. Observou-se, inicialmente, que o período de implantação do Bacharelado, especialmente no EaD, foi marcado pela diversidade de perfis dos docentes-orientadores e por um modelo de orientação em que tutores e profissionais externos assumiram orientações diante do volume de produções concluídas. Essa configuração formativa dos orientadores, ainda que heterogênea em termos de titulação, possibilitou que a primeira geração de estudantes egressos vivenciasse a pesquisa a partir das diferentes realidades regionais dos polos.

Com o passar dos anos, porém, os indicadores mostram uma mudança significativa: a partir de 2018, os TCC passaram progressivamente a ser orientados majoritariamente por docentes doutores da UFSC, o que pode ser visto como estabilidade institucional, fortalecimento de determinadas perspectivas de pesquisa e certa definição metodológica. Esse tipo de movimento se verifica também no presencial, onde a predominância de orientadores doutores pode ser vista como um ecossistema formativo mais homogêneo e academicamente consolidado, com menor variabilidade de perfis e menor dependência de colaboradores externos. Tal estrutura pode favorecer o desenvolvimento de pesquisas com densidade teórica e rigor metodológico.

No campo temático dos TCC os dois cursos apresentam convergências: a tradução se configura como eixo central da formação, no EaD (44,9%) e no presencial (40,5%). Por outro lado, o volume menor, embora expressivo, de TCC voltados à interpretação frequentemente abordam práticas em contextos

educacionais, jurídicos, de saúde e de mídia, o que sugere uma aproximação direta entre formação acadêmica e exercício da profissão.

Já os trabalhos de enfoque linguístico, minoritários tanto no EaD quanto no presencial, chamam atenção pela baixa incidência, assim como pelo fato de se distanciarem do eixo formativo central dos cursos.

Em síntese, os dados analisados permitem concluir que o TCC não apenas certifica a finalização da graduação, mas também sinaliza os caminhos pelos quais o campo se projeta como área de conhecimento. Ao compreender quem orienta, com que formação e sobre o que se pesquisa, é possível visualizar aspectos diversos relacionados às temáticas que tem sido investigadas. Esse panorama contribui para reflexões institucionais sobre políticas de orientação, distribuição quantitativa das orientações entre os docentes, incentivo à pesquisa e desenho curricular — aspectos fundamentais para a continuidade e qualificação do curso em formações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo partiu da pergunta central: como se configura a produção de TCC nos cursos de Bacharelado em Letras Libras da UFSC, desde que foram criados, e que marcas formativas podem ser observadas a partir dos perfis de orientação, distribuição temática e registro documental dessa produção? Ao responder a essa questão, atingiram-se os objetivos propostos: mapear os TCC produzidos e coletar os disponíveis, identificar temáticas recorrentes, caracterizar o corpo de orientadores e analisar a trajetória institucional da pesquisa em ETILS no âmbito da graduação.

O mapeamento realizado permite afirmar que os TCC constituem um eixo estruturante da formação de TILSP, funcionando como instância de síntese formativa, produção autoral e inserção acadêmica dos estudantes. A análise histórica revelou duas fases distintas: uma etapa inicial, marcada pela implantação do EaD, com diversificação de perfis dos orientadores e fragilidades no registro institucional; e uma etapa posterior caracterizada pela centralização do processo em docentes doutores da UFSC e por certa definição de temáticas de pesquisa.

Os resultados também respondem ao objetivo de identificar o papel da orientação acadêmica no processo formativo. No EaD, observou-se um modelo ampliado e colaborativo, com forte presença de mestres, especialistas e tutores — um arranjo que viabilizou, apesar das lacunas de arquivamento dos TCC, a formação de um número expressivo de TILSP. Nos anos seguintes, porém, houve movimento de centralização das orientações em doutores com atuação

continua em pesquisa, o que pode ser visto como aperfeiçoamento formativo do corpo docente. No presencial, os dados mostram uma estrutura mais estável desde o início, com predominância de docentes permanentes na orientação e abertura pontual a coorientações interdisciplinares, sobretudo em temáticas que dialogam com psicologia, comunicação, educação e mídia.

Do ponto de vista temático, o estudo respondeu ao objetivo de mapear tendências investigativas. A tradução apareceu como temática de pesquisa majoritária em ambos os Bacharelados, seguida pela interpretação e, em menor número, por trabalhos que focam sua investigação em ambas as práticas o que não enfocam especificamente em nenhuma delas. Os estudos em temas da linguística se revelaram minoritários. A recorrência da tradução como tema de pesquisa, ao longo de mais de uma década, pode sinalizar não apenas preferência discente, mas alinhamento curricular, disponibilidade docente e tradição investigativa institucional.

Retomando, portanto, a pergunta que orientou este capítulo, conclui-se que os TCC dos cursos de Bacharelado em Letras Libras da UFSC constituem um acervo científico plural, historicamente situado e formativamente decisivo. Eles apresentam possibilidades de se pensar em como o campo cresce, amadurece, reconfigura práticas e consolida pesquisadores. Reconhecer essa produção é mais do que reconhecer e organizar um acervo — é dar visibilidade à memória acadêmica do ETILS, fortalecer políticas de preservação e abrir caminho para novas perguntas, novos temas e novos horizontes.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, Vitória Cristina. **Panorama e mapeamento dos estudos de tradução e interpretação de línguas de sinais (ETILS) na graduação: um estudo a partir dos trabalhos de conclusão de curso em universidades federais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. (No prelo).

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação (2001–2010). Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação (2014–2024). 2. ed. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023.** Altera a Lei nº 12.319/2010 para dispor sobre o exercício profissional do tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras. Brasília, 2023.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARNEIRO, Teresa Dias; LEMOS, Glauber de Souza. Panorama histórico de cursos de formação de Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa. **Belas Infieis**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-36, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfieis/article/view/33393>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CHRISTMANN, Fernanda. **A metalinguagem dos Estudos da Tradução no Brasil a partir de teses e dissertações (2005–2020): proposta de vocabulário controlado.** 2025. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/267254>. Acesso em: 12 dez. 2025.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; NASCIMENTO, Vinícius. Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 78-112, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p78>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p78>. Acesso em: 30 ago. 2025.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-279, maio/ago. 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200006. Acesso em: 30 ago. 2025.

MORETTO, Milena. **Um modelo didático do gênero trabalho de conclusão de curso e uma perspectiva de trabalho em sala de aula.** 2014. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2014.

QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos I.** Petrópolis: Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos III.** Petrópolis: Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Orgs.). **Estudos Surdos II.** Petrópolis: Arara Azul, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (Orgs.). **Estudos Surdos IV.** Petrópolis: Arara Azul, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Letras Libras: ontem, hoje e amanhã.** Florianópolis: UFSC, 2014.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. Letras Libras EaD. *In*: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Letras Libras: ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 9-36.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Formação de intérpretes e tradutores de língua de sinais nas universidades federais brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. **Translatio**, Porto Alegre, n. 15, p. 197-222, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/79144>. Acesso em: 30 ago. 2025.

RODRIGUES, Carlos Henrique. O corpo de disciplinas de tradução na formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil: conteúdos, carga horária e competências. **Belas Infieis**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 145–162, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfeis/article/view/12775>. Acesso em: 12 dez. 2025.

SANTOS, Silvana Aguiar. Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 145-164, out. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/1508>. Acesso em: 25 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução Normativa nº 126/2019/ CUn, de 17 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o depósito digital em repositório institucional de TCC e outros trabalhos acadêmicos. Florianópolis: UFSC, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – Letras-Libras EaD. **Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC**. Florianópolis: UFSC, 2018. Disponível em: <https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2018/11/Regulamento-de-TCC-1-1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – Letras-Libras Presencial. **Regimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do Curso de Graduação em Letras-Libras – Bacharelado –, modalidade Presencial**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <https://letraslibras.grad.ufsc.br/files/2018/08/Regimento-do-TCC-LL-bac-2018-FINAL-E-APROVADO-para-padroniza%C3%A7%C3%A3oCorre%C3%A7%C3%A3o-Final-aceita.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras-Libras EaD – Bacharelado**. Florianópolis: UFSC, 2024. Disponível em: <https://librasead.paginas.ufsc.br/files/2024/10/0.-Projeto-Pedag%C3%B3gico-do-Curso-Letras-Libras-EaD-Bacharelado-715.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Letras-Libras – Currículo 2012**. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: https://letraslibras.paginas.ufsc.br/files/2013/04/PPPLibras_Curriculo_2012_FINAL_06-03-2014.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

SOBRE OS ORGANIZADORES



Dr. Tulio Adriano M. Alves Gontijo

Docente da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Possui doutorado e mestrado em Estudos da Linguagem - PPGE/UFMT. Graduado em Letras-Libras pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Foi Coordenador do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMT (2021 - 2024) e Professor de Ensino Superior do Centro Universitário do UNIVAG (2019 - 2024). Membro do NEPEL - Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem.



Dra. Neiva de Aquino Albres

Professora no Departamento de Língua de Sinais Brasileira - DLSB e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - PGET da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Estudos da Tradução e interpretação de Libras. Membro do Grupo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais e vocais - (InterTrads). Doutora em Educação Especial e mestre em Educação.

SOBRE OS ORGANIZADORES



Dr. Wharley dos Santos

Estagiário de Pós-Doutorado, Doutor e Mestre em Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Ma. Vitória Cristina Amancio

Mestre e doutoranda em Estudos da Tradução pelo programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) e bacharela em Letras-Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Grupo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais e vocais - (InterTrads).

AUTORAS E AUTORES

Aline Nunes de Sousa
Ariela Carloto da Silva
Bárbara Helena da Silva
Camila Neves Petrópulos
Carlos Henrique Rodrigues
Carlos Magno Leonel Terrazas
Débora Campos Wanderley
Elaine Aparecida de Oliveira da Silva
Fernanda Christmann
Jairo Nunes de Oliveira Neto
José Ednilson Gomes de Souza Júnior
Lilyan Aparecida Vieira de Souza
Mairla Pereira Pires
Márcia Monteiro Carvalho
Mariane de Paula Pordeus
Monise Fiorentin Gomes
Neide Maria de Souza
Neiva de Aquino Albres
Rita Daniely de Moura Silva
Saionara Figueiredo Santos
Samuel dos Santos Silva Jesus
Saulo dos Santos Henrique
Shaiane Passos Santos de Oliveira
Silvio Tavares Ferreira
Sirlene de Carvalho Matos
Victor Hugo Lima Nazário
Victor Hugo Lima Nazário
Vitória Cristina Amancio
Walquíria Peres de Amorim
Wharlley dos Santos

DEIXE SUA MARCA, PUBLIQUE COM A GUARÁ



TESES, DISSERTAÇÕES E TCC'S
Adaptamos seu trabalho para publicação,
levando seu trabalho para mais pessoas.



CAPÍTULO DE LIVRO
Transforme seu artigo ou trabalho acadêmico
em um capítulo de livro.



EBOOKS
Publique na versão digital e tenha seu
trabalho disponível em diversos dispositivos.

 @guaraeditora

 64 9 9604-0121

 contato@guaraeditora.com.br

 guaraeditora.com.br



